



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**MARIANA SHINOHARA RONCATO**

***WORKING POOR* JAPONÊS: TRABALHO IMIGRANTE  
DEKASSEGUI E SUAS TRANSVERSALIDADES**

**CAMPINAS**

**2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARIANA SHINOHARA RONCATO

***WORKING POOR* JAPONÊS: TRABALHO IMIGRANTE**  
**DEKASSEGUI E SUAS TRANSVERSALIDADES**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Este trabalho corresponde à redação final da tese defendida por Mariana Shinohara Roncato e orientada pelo Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Campinas

2020

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

R666w Roncato, Mariana Shinohara, 1982-  
Working poor japonês : trabalho imigrante dekassegui e suas transversalidades / Mariana Shinohara Roncato. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalho. 2. Migração. 3. Raças. 4. Gênero. 5. Classes sociais. I. Antunes, Ricardo, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Japan's working poor : dekassegui immigrant labor and their transversalities

**Palavras-chave em inglês:**

Labor  
Migration  
Races  
Gender  
Social classes

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Doutora em Sociologia

**Banca examinadora:**

Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]  
Bárbara Geraldo de Castro  
Lívia de Cássia Godoi Moraes  
Fábio Kazuo Ocada  
Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

**Data de defesa:** 27-03-2020

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)  
- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-9099-8913>  
- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6409322357567076>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 27 de março de 2020, considerou a candidata Mariana Shinohara Roncato aprovada.

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bárbara Geraldo de Castro  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia de Cássia Godoi Moraes  
Prof. Dr. Fábio Kazuo Ocada  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço todas as pessoas entrevistadas nesta pesquisa, razão dela existir. À família que reside no Japão que me acolheu de forma tão carinhosa. Às amigas que lá deixei há tanto tempo, mas que me receberam novamente quando na ocasião do período de pesquisa sanduíche.

Ao meu orientador, Ricardo Antunes por todos os anos de orientação, amizade e contínuo incentivo. Considero uma das pessoas mais solidárias que conheci na Unicamp e sou muito grata pelo seu apoio contínuo em todos os momentos desta tese, inclusive nos mais difíceis que passei. Muito além da mera formalidade, seu suporte foi imprescindível para que esta pesquisa pudesse chegar até o fim.

Ao prof. Sedi Hirano pela gentileza, erudição e tamanha solidariedade em toda etapa do doutorado. Sou particularmente grata ao auxílio que, sem ele, a ida para o estágio sanduíche no Japão teria sido muito mais complicada. Ao prof. Fábio Ocada por ter acompanhado meu trabalho desde a época do Mestrado e ter sido uma das principais pessoas que me fez despertar interesse à temática das imigrantes. À prof.<sup>a</sup> Liliana Segnini pela participação em minha banca de defesa e contribuição ao debate da migração, trabalho e gênero. À prof.<sup>a</sup> Bárbara de Castro pelas ótimas sugestões na banca de qualificação e defesa, assim como pelas ótimas dicas de leituras acadêmicas e literárias ao longo desses anos. À prof.<sup>a</sup> Livia Moraes, minha amiga de longa data, primeira amizade que fiz na Unicamp e mulher cuja trajetória profissional e militante inspiram.

Às funcionárias e trabalhadoras da Unicamp que me proporcionaram um acolhedor ambiente de trabalho. Um especial agradecimento à Priscila, secretária do departamento pós-graduação em Sociologia.

À prof.<sup>a</sup> Nanaba Inako, da Universidade de Sophia no Japão pela orientação e apoio. Conhecer uma acadêmica e intelectual de tamanha potência, ao mesmo tempo uma permanente militante em prol da existência das imigrantes foi um privilégio.

Ao grupo de pesquisa *Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* pelo apoio intelectual e por ele, poder acreditar que outro – solidário espaço acadêmico – é possível. Foram 10 anos de muita troca e aprendizado, sem nunca perder a criticidade e leveza.

Às amigas e amigos que fizeram parte dos anos da pós-graduação. São muitas e muitas pessoas que fizeram parte desta caminhada e considero ser as pessoas que mais me influenciaram, me tocaram e me ensinaram em todos os sentidos. Os anos de doutorado foram muito intensos, por vezes felizes, mas também uma época de grandes e difíceis travessias. Agradeço à Kati, minha amiga irmã que ensinou a apenas parar e respirar (e como isso faz diferença!), à Erika, grande companheira de coração enorme, à Marcela pelas trocas diárias de conversas internéticas, à Florido por estender a mão a todas as mulheres que a rodeia. Se tenho uma certeza na vida é a sorte de sempre ter tido amigas excepcionais.

No lado esquerdo do peito, guardo também a amizade de Danita, Tábata, Pati Rocha, Sandra, Lai, Leianne, Gabi, Ellen, Livia, Ju Guanais, Flávio, Festi, Luci, Pati Villen, Leticia, Vinicius, Kassoum, Vivi, Ana, Lucia, Paula, Fran, P.H, Rafa Toitio, Emiliano, Cinthia, Sthe, Bruna, Camila, Fer, Lidiane, Renata, Bianca, Santo, Bonomi, Akira, Sheyla, Mary Galvão e tantas outras pessoas que não conseguirei listar aqui. À Vivian, por me ajudar a “atravessar as veredas”, como costumava me dizer.

Ao grupo das bruxas, do qual o pretexto em estudar o livro *Calibã e a bruxa* de Silvia Federici em 2017 foi apenas o começo de nossa grandiosa amizade. Ter estado em um grupo – de afeto, político e de estudo – de mulheres foi muito importante e me ensina muito a me redesenhar como ser humana. Obrigada Carol, Milena, Laurinha, Lu Palhares, Lu Henrique, Betinha, Mafe, Talita, Naná, Lila e Su!!

Ao Murillo que me acompanhou – pacientemente – por todo a caminhada, sem ele, tudo teria sido muito mais difícil. Velho amigo e companheiro da vida. Obrigada!

Em especial à minha mãe Ivone, a mulher mais importante da minha vida. Ao meu pai Vinícius, minha avó Sônia e meu avô Dorival (*in memoriam*). À Melancia, minha amiga.

A presente tese foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001. Agradeço também o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processos 2014/14531-0 e 2016/13499-1), pelo indispensável financiamento a esta pesquisa. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES. Em épocas de ataques à Universidade Pública e à própria Ciência, tais apoios se

mostram sobremaneira fundamentais e necessários para a construção coletiva do conhecimento científico.

*em mim  
eu vejo o outro  
e outro  
e outro  
enfim dezenas  
trens passando  
vagões cheios de gente  
centenas  
o outro  
que há em mim  
é você  
você  
e você  
assim como  
eu estou em você  
eu estou nele  
em nós  
e só quando  
estamos em nós  
estamos em paz  
mesmo que estejamos a sós*

Leminski

*Um dia os párias serão admitidos no grande banquete da  
Humanidade*

Flora Tristan

## RESUMO

Conhecida por dekassegui, a comunidade imigrante brasileira no Japão contabiliza mais de 200 mil pessoas, acumulando 30 anos de fluxo migratório. A carência de força de trabalho em setores chaves da economia japonesa – tais como na indústria, na construção civil e no setor de cuidados— se acentua a cada ano, evidenciando a pauta política sobre a entrada de imigrantes. A população japonesa como um todo não para de encolher, de envelhecer, assim como a taxa de fecundidade baixa impossibilita a reposição populacional e reprodução do capital. A problemática da carência de força de trabalho assim perpassa por questões econômicas, mas não somente, ela é atravessada também por conflitos étnicos e de gênero presentes naquele país. Nesse contexto, a presente tese de doutorado teve como objetivo a compreensão do trabalho imigrante dekassegui através de uma *perspectiva integrativa* entre classe, gênero e raça/etnia, dando centralidade a essa imbricação. Optamos pela perspectiva analítica da Teoria da Reprodução Social (TRS) e procuramos questionar como, por qual razão, qual a função social e a origem da exploração e opressão de classe, gênero e raça/etnia que se manifestam de forma paradigmática na vida da dekassegui. O trabalho exercido por essa população, de modo geral, se limita à indústria automobilística e eletroeletrônica, com contratos laborais de curta duração, sem estabilidade, jornada intermitente e com poucas possibilidades de ascensão na carreira. Não obstante, quando se comparada a situação vivida anteriormente ao processo migratório, residir no Japão também significa uma melhoria das suas condições materiais, certo conforto e segurança. Ou seja, por um lado, há uma intensa exploração de seu trabalho em condições penosas que acompanha opressões de gênero e raça, sem embargo, a situação econômica que o Japão lhes oferece faz com que sua permanência se estenda. Para compreensão das contradições presentes desse fenômeno migratório, fizemos uma pesquisa *in loco* com a população dekassegui residente na cidade Toyota, com o intuito de analisar como que exploração e opressão se manifestam no caso japonês. Considerando a imigrante como um paradigma da trabalhadora flexível, nos questionamos qual a especificidade da imigrante e o que a difere do trabalhador autóctone em condições precarizadas. Ademais, objetivamos responder como que o cruzamento entre classe, gênero e raça/etnia se evidencia em uma sociedade com pouca tradição em receber imigrantes. Vale dizer que a abordagem da tríade – raça, classe e gênero - se dá via articulação integrativa entre a produção da mercadoria força de trabalho e a reprodução do capital, o que nos possibilitou a compreensão da gênese da opressão da mulher. O intuito foi expor o entendimento de que gênero e raça, enquanto identidades são construções sociais necessárias ao capital e, por esta mesma razão, tiveram sua gestação, enquanto estrutura social, *pari passu* à gênese e desenvolvimento do capitalismo. No caso japonês, esta construção foi efetivada via ideia de homogeneidade étnica e cultural presentes até os dias de hoje. Por fim, mapeamos a articulação das lutas políticas entre imigrantes e japonesas como forma paradigmática de que a resistência também é realizada na articulação entre classe social, gênero e raça/etnia.

Palavras-chave: trabalho; migração; Japão; gênero; raça; classe

## ABSTRACT

Known as *dekassegui*, the Brazilian immigrant community in Japan reached more than 200.000 people in 30 years of migrant flux. The shortage of labor force in key sectors of the Japanese economy – as in industry, construction and care – increases every year, highlighting the political debate of immigrant entry. Japanese population decreases continually due to an ageing process and a low fertility rate, which precludes its replacement and the reproduction of capital. In this sense, the issue of labor shortage includes not only economic questions, but comprises also ethnic and gender conflicts in Japan. Considering these issues, this dissertation aims to understand *dekassegui* immigrant labor assuming as its axis an *integrative perspective* of class, gender and race/ethnicity. Using the analytical perspective of Social Reproduction Theory (SRT) we questioned the mode, the reasons, the social function and the origins of class, gender and race/ethnicity exploitation and oppression, which express themselves in a paradigmatic manner in *dekasseguis'* lives. In general, the labor done by this population is limited to the automotive and electronics industries, with temporary labor contracts, no stability, intermittent jobs and scarce opportunities of promotion. Nevertheless, when compared to the situation *dekasseguis* experienced before the migrant process, living in Japan also means an improvement in their material conditions, a relative comfort and safety. On the one hand, therefore, there is an intensive exploitation of their labor, in painful conditions, that goes together with gender and race oppression; on the other, the economic situation Japan offers them results in a longer stay. To comprehend the present contradictions of this migration phenomenon, we researched *in loco* the *dekasseguis* living in the city of Toyota, aiming to analyze how exploitation and oppression are manifested in Japan. Considering the immigrant as a paradigm of the flexible worker, we questioned what is the particularity of the immigrant that differs her from the Japanese worker in precarious conditions. Furthermore, we aim to answer how the intersection of class, gender and race/ethnicity manifests itself in a society with little tradition in receiving immigrants. Our approach to the triad race, class and gender is organized by the integrative articulation between the production of the labor force commodity and the reproduction of capital, which enabled us to comprehend the genesis of women oppression in capitalism. Our intention is to present the perspective that gender and race, as identities, are social constructions necessary to capital and, by this same reason, were formed as a social structure *pari passu* with the genesis and development of capitalism. In the Japanese case, this construction was realized with the idea of cultural and ethnic homogeneity, which is still present nowadays. Finally, we also mapped the association of Japanese and immigrants in political struggles as a paradigmatic form in which resistance is also realized in the articulation between class, gender and race/ethnicity.

Keywords: labor; migration; Japan; gender; race; class

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Placa de Entrada do Homidanchi .....	74
Imagem 2 – Ônibus de grupos organizados da extrema-direita nacionalista .....	76
Imagem 3 – Conjunto de prédios do Homidanchi .....	77
Imagem 4 – Saída de emergência de um dos prédios com maior densidade de brasileiros .....	77
Imagem 5 – Passagem de um dos prédios com maior densidade de brasileiros .....	78
Imagem 6 – Corredor de um dos prédios com maior densidade de brasileiros.....	78
Imagem 7 – Vista do Conjunto Habitacional Homidanchi.....	79
Imagem 8 – Igreja evangélica situada na entrada do Homidanchi .....	81
Imagem 9 – Loja de roupa brasileira dentro do conjunto habitacional .....	82
Imagem 10 – Aviso sobre regras de estacionamento .....	82
Imagem 11 – Placa de consultório médico com tradução para o português.....	83
Imagem 12 – Placa “japanese only” em estabelecimento comercial.....	99
Imagem 13 – Anúncio de oferta de emprego em criadouro de porcos.....	121
Imagem 14 – Women’s March In Tokyo, 2017 .....	212
Imagem 15 – Mulheres seguram faixa no ato March in March de 2017.....	223
Imagem 16 – “Trabalhadores do mundo, uni-vos”, March in March de 2017.....	224
Imagem 17 – “Estou fazendo o trabalho que você não quer fazer”, March in March de 2017 .....	225
Imagem 18 – Trabalhadores na March in March de 2017.....	226
Imagem 19 – “Como o ‘Japão apenas’ se parece?”, March in March de 2017.....	227
Imagem 20 – “Sem nós a sua economia entraria em colapso?” March in March de 2017 .....	228

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - População brasileira residente e de trabalhadores registrados no Japão, 2008 – 2018 .....	37
Tabela 2 – Trabalho no Brasil e no Japão por Entrevistado .....	68

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Exportações das Industrias por Província – Japão 2009 .....	65
Gráfico 2 – Empresas sediadas por Província – Japão 2009 .....	66
Gráfico 3 – Trabalhadores na Industria Manufatureira por Província – Japão, 2009 ....	66

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
Os caminhos da pesquisa.....	18
Notas sobre a pesquisa de campo .....	20
Exposição da tese .....	22
Notas para leitura.....	28
<b>CAPÍTULO 1 - QUEM SÃO AS DEKASSEGUIS?</b> .....	29
1.1 Como nasce a imigrante <i>dekassegui</i> .....	29
1.2 Contexto social Brasil - Japão .....	41
1.3 <i>Burajirujin</i> : as nikkeis rumo ao Japão.....	45
1.4 Composição da população <i>dekassegui</i> e suas transformações .....	52
1.5 <i>Kaisha</i> : a fábrica na cidade de Toyota .....	60
1.6 O caso <i>Homidanchi</i> : espaço da (des) sociabilidade .....	71
1.7 Mobilidade do trabalho e a superpopulação relativa.....	83
<b>CAPÍTULO 2 – O CAPITALISMO JAPONÊS: A DIALÉTICA ENTRE A NECESSIDADE E A RECUSA DA IMIGRANTE</b> .....	90
2.1 Paradigma da trabalhadora flexível: <i>precaricato</i> vs. imigrante .....	90
2.1.1 Qual a particularidade da imigrante?.....	90
2.2 As batalhas da reprodução.....	103
2.2.1 Família vs. trabalho: um caso de casamento perfeito?.....	106
2.3 Mulheres e mercado de trabalho.....	114
2.3.1 Sistema patriarcal japonês – <i>Kafuchōsei</i> (家父長制) .....	114
2.3.2 Mulheres: o uno e o diverso .....	119
2.3.3 Informalidade do trabalho: típico ou atípico? .....	124
2.4 Mulheres, trabalhadoras e imigrantes.....	128
2.4.1 <i>Working poor</i> , saúde e relações interpessoais .....	136
<b>CAPÍTULO 3 – DIVISÃO ÉTNICO-SEXUAL DO TRABALHO: ENTRE A OPRESSÃO E A EXPLORAÇÃO</b> .....	148
3.1 Disputa de ideias: gênero, raça/etnia e classe.....	148

3.1.1 Do feminismo francês ao feminismo negro norte-americano: interseccionalidade e consubstancialidade em debate.....	151
3.1.2 O feminismo marxista brasileiro de Heleieth Saffioti.....	161
3.1.3 Alguns debates do último quartel do século XX.....	164
3.1.4 Novos ares na tradição marxista.....	176
3.2 Cultura e a construção da homogeneidade mítica .....	185
3.2.1 A modernidade chega ao Japão .....	186
3.2.2 Raça e etnia em debate .....	196
3.2.3 Um nó górdio.....	206
3.3 Ainda há espaços para a resistência?.....	210
3.3.1 Mulheres: a marcha mais longa.....	210
3.3.2 Imigrantes em batalha .....	212
3.3.3 Política, sindicato e solidariedades.....	215
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>229</b>
<b>EPÍLOGO .....</b>	<b>235</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>240</b>
<b>ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>252</b>

## INTRODUÇÃO

No anuário de pesquisa sobre o mercado de trabalho realizado pelo governo japonês, há uma pergunta referente à razão das pessoas estarem empregadas na informalidade.<sup>1</sup> A enquete é aplicada em nível nacional e há algumas alternativas pré-selecionadas para as respostas. Todos os anos, há o destaque para a conclusão de que a maioria das pessoas está na informalidade por “*querer trabalhar no horário que convém*”<sup>2</sup>, totalizando 30% das respostas no último relatório do ano de 2019. Nesse mesmo ano, 38% da população japonesa tinha contrato informal, de curta duração e instável. Desagregando os dados, constatou-se que 56% das mulheres e 22% dos homens trabalhadores estavam na informalidade. Da comunidade imigrante brasileira residente no Japão, conhecida por *dekasseguis*, mais de 70% tinha contratos de trabalho terceirizados, mediados por empreiteiras ou na forma de empreitada. Somando outros tipos de contratos de trabalho flexíveis e de acordo com a pesquisa de campo que realizamos, praticamente a totalidade dessa população imigrante é informal.

As mulheres que estão na informalidade recebem um salário 30% inferior à sua companheira com contrato estável. A totalidade do grupo social das mulheres recebe 27% a menos que o homem trabalhador.

A forma de exposição dos macrodados e as maneiras pelas quais se conduzem a pesquisa que irá compor os relatórios informam perspectivas metodológicas, que, por sua vez, expressam perguntas que cada órgão de pesquisa acha pertinente investigar. No Japão, as estatísticas colhidas no anuário são amplamente divulgadas em todos os meios de comunicação e, naturalmente, tornam-se agenda política para o governo. Há uma ambiguidade, a nosso ver, na forma de divulgação e direcionamento discursivo na exposição desses dados. Por um lado, existe a preocupação com o aumento da taxa de informalidade, em ascensão há pelo menos 20 anos. Por outro, há poucas iniciativas, ao menos no plano concreto, de incentivos do governo para que se tenham maiores contratações de tipo formalizado, o que fica demonstrado nos próprios resultados que batem recordes todos os anos.

---

<sup>1</sup> O contrato de trabalho informal é denominado por *hiseiki koyou* (非正規雇用), em uma tradução livre como *trabalho não padrão* ou *atípico*.

<sup>2</sup> 自分の都合のよい時間に働きたいから

A pergunta direcionada à classe trabalhadora, questionando o que a levou à informalidade nos parece sugestiva. Ora, os empregos e as formas de contratação são criados conforme as demandas da empresa, que teria a incumbência de seguir os fluxos dos capitais. Essa classe não tem o comando em criar postos de trabalho, por justamente não possuir os meios de produções para tal iniciativa. Assim, a pergunta “*por que você se encontra na informalidade?*” parece demonstrar menos as razões apontadas pelas entrevistadas e mais a perspectiva analítica da pesquisa em imputar a responsabilidade da inserção na informalidade à trabalhadora.

Nossa pesquisa parte de um ponto de vista diferente. Pesquisaremos o trabalho imigrante de kassegui, inserido na sociedade japonesa e faremos o uso dos dados disponíveis do mercado de trabalho local. Porém, entendemos que a população imigrante, a classe trabalhadora nacional e as diferenças de gênero e raça que compõem as classes estão inseridas em uma estrutura social conflituosa. Para elas há um limitado espaço de mobilidade e escolhas dentro do mundo do trabalho, ao contrário do que o anuário leva a inferir.

Na obra *O Capital* (1867), em um capítulo denominado *Transformação de Dinheiro em Capital*, Karl Marx analisa o duplo sentido da liberdade assumida pela força de trabalho. Marx analisa como a noção de liberdade assume novos contornos no atual modo de produção capitalista, diferindo-a dos períodos precedentes. A trabalhadora, enquanto pessoa juridicamente livre tem a liberdade de vender a sua força de trabalho (*ibidem*). Do outro lado, o detentor dos meios de produção, o capitalista, necessita da existência da trabalhadora assalariada livre para que ele possa comprar essa força de trabalho, produzir mercadorias e verter o seu dinheiro em capital. À trabalhadora, desse modo, por ser despossuída desses meios de produção e não ter nada além de sua força de trabalho, resta a liberdade e o imperativo da venda dessa mercadoria especial para reprodução de sua vida.

Nesse raciocínio, há o conflito entre liberdade individual e determinação estrutural que foge da perspectiva do anuário que apontamos, pois neste último, a tensão é mitigada e sinaliza, sutilmente, a liberdade de escolha que a trabalhadora teria para sua inserção ou não na informalidade. Nossa perspectiva se alinha à compreensão da totalidade social conflituosa e atravessada por antagonismos de classes sociais.

De outra maneira, o anuário e os meios de comunicação tendem a mostrar em primeiro plano as taxas de informalidade, os rendimentos anuais e outros dados da *totalidade da população*. O conhecimento é transmitido de maneira que enxerguemos o mercado de trabalho agrupado por: *taxa de trabalho informal no Japão; rendimento mensal da população*, entre outros dados que abstraem as diferenças de gênero e raça. 38% da população total está na informalidade, porém, apenas 22% da totalidade dos homens frente a 56% da totalidade das mulheres empregadas são informais. A discrepância entre os sexos é excessivamente elevada e os discursos produzidos pelo viés analítico cego às diferenças nivelam realidades impossíveis de se escamotear.

A nossa perspectiva também se difere desse ponto de vista que invisibiliza as diferenças de gênero, raça e etnia. A compreensão da realidade, para esta tese, é a de que a sociedade é dividida por classes sociais e que elas são vividas de maneiras distintas entre mulheres, homens, pessoas negras, brancas, trabalhadoras nacionais ou imigrantes. Com essa concepção, optamos por analisar a classe trabalhadora imigrante articulada às relações de gênero, raça e etnia como enquadramento teórico e político mais adequado. Esse olhar não se traduz no alargamento infinito de cruzamentos entre exploração do trabalho e sucessivas compartimentalizações das categorias de opressões.

Temos como objetivo entender como o trabalho de *dekassegui* se manifesta no cruzamento com as categorias referidas. A escolha pela articulação com o gênero, a raça e a etnia não é casual, e, por esse motivo, não cabe a intersecção de infinitas categorias analíticas. A nosso ver, gênero<sup>3</sup>, classe social e raça/etnia são estruturantes na sociedade e têm um maior poder em determinar – de forma diferenciada – as demais categorias.

## **Os caminhos da pesquisa**

Esta tese dá continuidade à Dissertação de Mestrado intitulada “*Dekassegui, cyber-refugiado e working poor: o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes*”.<sup>4</sup> Nesta, foi analisada o trabalho imigrante das *dekasseguis* em um contexto pós-crise econômica de 2008 e buscou-se compreender o “lugar do outro e da outra” na

---

<sup>3</sup> A perspectiva de gênero aqui adotada será exposta no capítulo 1, porém, cabe ressaltar que nela está incluída a questão da sexualidade.

<sup>4</sup> A Dissertação foi defendida em 2013, na Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do prof. Dr. Ricardo Antunes.

sociedade de classes em comparação com uma fração da classe trabalhadora japonesa. Escolhemos a crise financeira como momento privilegiado para desvelar a particularidade da condição imigrante. Essa que denominamos *a outra*, inserida na sociedade de classes, teve como figura paradigmática a população *dekassegui*, pois nela se congrega relações de classe, gênero e raça/etnia. Esses ‘marcadores sociais’ legitimavam o lugar da imigrante na sociedade de classes japonesa. Não obstante, naquele momento, o recorte de classe se mostrou mais saliente que os demais.

Para análise do impacto da crise econômica de 2008, consideramos a diferença em como cada fração de classe e grupo social a experienciou. Não obstante, à época, optamos por enfatizar os contrastes entre a população *dekassegui* e parte da fração precarizada da classe trabalhadora japonesa. Foi possível compreender as similitudes e diferenças entre o trabalhador autóctone e a população imigrante. Como resultado, obtivemos inúmeras evidências de como essas diferenciações sociais de raça/etnia e gênero – calcadas em uma ideologia naturalista – apareciam para legitimar o lugar hierarquicamente inferior da *dekassegui* na sociedade japonesa.

Preconceitos de origem, discriminações étnicas e desigualdades de gênero são reforçados e direcionados de maneira especial para a mulher imigrante, manifestando-se na inserção precarizada dentro de nichos restritos do mercado de trabalho. As consequências refletem-se em maior informalidade; salários mais baixos; insultos e discriminações sofridas no local de trabalho; menor proteção social em comparação aos demais trabalhadores; entre outras situações onde pudemos constatar os estereótipos negativos direcionados à *dekassegui*.

A despeito das constatações descritas acima, até a Dissertação de Mestrado, não tivemos tempo suficiente – além de não ter sido o escopo da pesquisa naquele momento – para *dar centralidade* ao cruzamento das categorias analíticas referidas. Julgamos necessário, assim, o aprofundamento da particularidade e significados dessa ser “outra” (e “outro”) trabalhadora imigrante na sociedade de classes japonesa. Consideramos os marcadores sociais de gênero, raça/etnia, em conjunto com a classe social, como decisivos para compreensão do objeto de pesquisa.

Sabemos que há uma literatura bastante abrangente em voga (DORLIN, 2012) acerca da interseccionalidade/consustancialidade/articulação das relações sociais até

agora referidas. Por isso, nesta tese, tivemos como ponto de partida a pesquisa referente à compreensão dessa articulação no contexto da imigração de kassegui no Japão atual.

### **Notas sobre a pesquisa de campo**

A pesquisa de campo ocorreu entre 2016 e 2017, no Japão. Escolhemos a cidade de Toyota, situada na província de Aichi<sup>5</sup>, por a considerarmos um lócus privilegiado de observação. Trata-se da província com maior número de brasileiras e altamente povoada por outros imigrantes, que atuam como força de trabalho não qualificada. Aichi é o maior polo industrial do Japão, conhecida como “cidade fábrica”, abrigando mais de 20 mil empresas, além de 800 mil trabalhadores somente na indústria. A economia japonesa é altamente dependente de sua exportação e tem a indústria automotiva e eletroeletrônica como destaques principais. A região também é responsável por produzir boa parte do consumo interno.

Em Toyota, fizemos a pesquisa de campo no conjunto habitacional chamado *Homidanchi*, habitado por milhares de famílias de brasileiros. Além de oferecer moradia barata para população de baixa renda, ali se concentra diversos serviços voltados para a comunidade brasileira, como supermercado com produtos brasileiros, salões de beleza, restaurante, academia de ginástica, entre outros estabelecimentos exclusivamente para essa população. O local é também estrategicamente posicionado para fácil acesso às fábricas locais. A pesquisa de campo compreendeu a estadia no local e as entrevistas com as interlocutoras e sujeitos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas tanto em locais públicos, como foi o caso do restaurante frequentado pela comunidade, como na residência das trabalhadoras. Em geral, tratou-se de entrevistar uma pessoa de cada vez, porém, em alguns casos, contamos com a presença dos cônjuges, assim como tivemos ocasiões em que amigos das pessoas que estavam sendo entrevistadas (no restaurante) adentraram na conversa. Nesses casos, prosseguimos normalmente com a entrevista e sua gravação de áudio.<sup>6</sup> Após o contato

---

<sup>5</sup> Aproximadamente 300 km de Tóquio.

<sup>6</sup> Para todas as pessoas entrevistadas, ademais, cumprimos as seguintes etapas: apresentação da pesquisadora, explicação da finalidade da pesquisa e apresentação da instituição a qual ela se vincula. Ao utilizarmos os trechos das falas das entrevistadas, nessa tese, substituímos os nomes verdadeiros das interlocutoras por fictícios. Todas as pessoas consentiram com a condição, a exposição e a utilização de suas entrevistas.

com a primeira pessoa entrevistada, os contatos posteriores foram possibilitados pelo método bola-de-neve.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa e em profundidade, o número de pessoas oficialmente entrevistadas foi de 43 pessoas, embora conversamos informalmente com mais de 100 pessoas ao longo dos 12 meses de pesquisa. A estadia no *Homidanchi* também auxiliou a análise do ambiente de suas vidas cotidianas. Por ser uma pesquisa que explorou tanto as relações de sexo como a de raça/etnia, na medida do possível, tentou-se equilibrar o gênero das pessoas entrevistadas. Como resultado, registramos 43 entrevistas, constituídas por 20 mulheres e 23 homens. Desse grupo, entrevistamos um único homem que residia em Tóquio. Trata-se de um jornalista brasileiro especializado na imigração de kassegui que, por ser um interlocutor privilegiado sobre o tema, optamos por incluí-lo na pesquisa.

Uma vez que nossa investigação e as entrevistas são de cunho qualitativo, não se pretendeu extrair dados estatísticos ou amostragens quantitativas do universo que circunda o objeto.

Elaboramos um roteiro de entrevista<sup>7</sup> e dividimos as perguntas em quatro eixos considerados chaves para contemplar as temáticas previamente escolhidas:

- 1) Trajetória migratória Brasil- Japão.
- 2) Relações e processos de trabalho
- 3) Experiências de opressão, xenofobia, racismo entre outras formas de preconceitos e/ou discriminações e suas percepções.
- 4) Família, cotidiano, lazer, percepções sobre a condição imigrante e sonhos.

Findada essa etapa de trabalho e transcrição, analisamos todas as entrevistas em conjunto com o caderno de campo para compor a exposição da tese. O volume do conteúdo acumulado no campo excedeu todas as expectativas. Porém, ressaltamos que para fins de exposição, privilegiamos somente as entrevistas, falas e trechos que achamos mais ilustrativos e pertinentes para o conteúdo a ser abordado, de maneira que contemplasse a análise de cada aspecto da tese. Mesmo não tendo sido possível a

---

<sup>7</sup> Ver anexo 1.

utilização de todo este rico material, ele certamente foi o substrato que possibilitou a pesquisa e de certa maneira, está presente todo o texto.

### **Exposição da tese**

A exposição da tese parte do objeto concreto deste estudo: a imigrante *dekassegui* e suas condições de vida. Ao longo do texto, tentamos orientar a exposição do objeto de estudo tecendo conexões na medida em que estas eram convocadas pelo próprio objeto. Por isso, começaremos pela mercadoria força de trabalho imigrante, situada no Japão, que, por sua vez, nos convidou a entender como nasce essa migração. O imperativo do capital em moldar as relações de trabalho imigrante, as condições em que ela se realiza no Japão e os nexos com as categorias gênero e raça/etnia, resumidamente, foram os passos subsequentes.

A escolha por este método de exposição tem como síntese um texto em que ora se revela a pesquisa de campo, ora se efetivam as abstrações necessárias à compreensão do primeiro. Em seguida, inúmeras vezes fazemos o retorno à realidade da imigrante e ao nosso campo, pois se mostrava pertinente evocar novas mediações que informassem sua complexidade.

Dividimos o texto em três capítulos.

No capítulo 1, iremos apresentar o debate sobre o fenômeno *dekassegui* e o estado da arte exclusivamente referente à temática dessa tese. Temos consciência dos inúmeros estudos científicos que compõem as pesquisas sobre o fenômeno no Brasil, Japão e em alguns outros países, há pelo menos três décadas.<sup>8</sup> Porém, optamos por seguir o percurso analítico em que avaliamos concatenar somente os estudos dos *dekasseguis* quando em debate com as questões por nós escolhidas.

Desde a alteração da Lei Migratória de 1990 realizada pelo governo japonês, o fluxo migratório *dekassegui* rumo ao Japão intensificou-se, atingindo seu pico populacional no ano de 2008, período anterior à eclosão da crise econômica mundial.

---

<sup>8</sup> Para citar alguns: Cf. MAGALHÃES, 1996; OLIVEIRA, 1997; SASAKI, 1998 e 2009; FERREIRA, 2007; KAWAMURA, 2003; LITVIN, 2007, OCADA, 2002 e 2006; FURUSAWA, 2012; KAWAKUBO, 2007; KONDOU, 2004; MORI, 2002; TAJIMA e YAMAWAKI, 2003; TANNO 2002: 2009; WATANABE, 2004; YASUDA, 2010; CORNELIUS e TSUDA, 2004.

Conforme demonstrado na pesquisa de Roncato (2013), de alguma maneira, todos os estudos sobre o tema passam pela questão do trabalho, embora muitos não o tomou como eixo central. Paralelamente, questões como identidade, inserção na sociedade japonesa, o debate da segunda ou terceira geração de dekasseguis foram amplamente tratados nas pesquisas e vêm contribuindo significativamente para o avanço sociológico. Entretanto, aqui, o que pretendemos difere-se dessas abordagens. Objetivamos responder como se manifesta o trabalho imigrante da dekassegui, dentro de uma *perspectiva integrativa* entre classe, gênero e raça/etnia, dando centralidade a essa imbricação, o que, até onde mapeamos na literatura, ainda não foi realizado.

Em um primeiro momento, para situarmos o objeto e contextualiza-lo, trataremos de expor a composição do perfil dos dekasseguis, utilizando tanto os dados mais gerais como os mais específicos, coletados durante a pesquisa de campo. Dialogaremos criticamente com os macrodados oriundos de estatísticas governamentais japonesas, referentes ao trabalho imigrante de diversas nacionalidades lá presentes, com destaque para as dekasseguis.

Para que o contexto seja melhor articulado com sua base material e a economia japonesa, analisaremos a província de Aichi e o seu lugar estratégico na economia japonesa. Abordaremos brevemente a história desse local que culminou na edificação da maior empresa japonesa: a *Toyota Motors*, não por acaso, homônimo da cidade. A razão da alta concentração de imigrantes, os entraves oriundos desse macrocosmo industrial e a segmentações de classe e nacionalidade também serão analisados.

Ainda no primeiro capítulo, iremos apresentar o resultado da pesquisa de campo, com o propósito de apreender as diversas facetas que constituem o Homidanchi, sua cidade e seu cotidiano. Os fios invisíveis entre produção e reprodução da vida social revelam-se nas falas, nos gestos e no dia-a-dia das trabalhadoras que fundamentam essa pesquisa, pois o lugar que elas habitam, seus modos de ser e existir – como o comer, o vestir, o entreter-se, etc. – têm grandes afinidades com o seu lugar na sociedade de classes. Como dizia Abdelmalek Sayad, para estes sujeitos, sua qualidade de ser está inteiramente e sempre subordinada à sua condição de imigrante (2002, p. 54-55), como se existisse um universo muito próprio da “casa do imigrante”, do “bairro do imigrante”, da “língua do imigrante”, da “roupa do imigrante” característicos de seu rico mundo.

Por fim, para pensar o fenômeno da imigração, a nosso ver, é necessário inseri-lo dentro do debate da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), período que coincide com a *Reforma da lei Migratória* japonesa. Neste sentido, tentamos relacionar tal fenômeno com o também crescente fluxo migratório internacional que se inicia neste mesmo período. Isto é, com o aumento dos migrantes no mundo e a mundialização do capital, ocorre, simultaneamente, a mundialização do *exército de reserva* (idem, 2006) onde os trabalhadores são lançados para competir globalmente por postos de trabalho destinados aos imigrantes não qualificados. Assim sendo, através da utilização do conceito de *superpopulação relativa* de Marx ([1867] 2013, p. 707), podemos elucidar a funcionalidade do trabalho imigrante não qualificado em rebaixar o preço da força de trabalho local, acirrar a concorrência entre a classe trabalhadora, além da sua utilidade como força de trabalho flutuante, onde as oscilações da economia japonesa manifestam-se de maneira antecipada para esse grupo social.

No capítulo 2, travamos um diálogo com a sociologia do trabalho por acharmos pertinente a seguinte questão: qual a especificidade do trabalhador imigrante e o que o difere do trabalhador autóctone em condições precarizadas? Dentro dessa tradição sociológica, muito se discute sobre a precarização do trabalho, porém, nos questionamos como a utilização dela cabe à imigrante. Veremos que consideramos que ela explica parcialmente a questão da imigrante, porém, é ainda muito insuficiente para captar toda a complexidade de sua condição.

Como percurso de exposição, iremos analisar a nova literatura a respeito do chamado precariado, bem como sobre as transformações das condições de trabalho para pensar o caso imigrante. Podemos entender o precariado como uma nova classe global (SASSEN, 2007), tal como fazem os mais importantes estudos sobre migrações internacionais? Qual a particularidade da condição imigrante que se reflete em suas ações e posicionamentos políticos próprios? Aqui, nossa hipótese é a de que a mobilização de gênero, nacionalidade, assim como raça/etnia é o que lhes dá a particularidade e o ponto chave para compreensão. A noção de divisão sócio-sexo-racial do trabalho será o guia condutor para análise e veremos que, ainda que ela persista em todos os contextos sociais, o caso da população imigrante torna-se paradigmático e singular. Por isso, o nosso objeto de pesquisa apresenta-se como referência e fenômeno privilegiado para observação do “protótipo do trabalhador flexível” (BASSO, 2013).

Além da questão demográfica, outro ponto diretamente relacionado à existência da dekasegui é a longa estagnação econômica japonesa que tem acarretado o encolhimento de seu salário. Desse modo, se por um lado a população imigrante continua em crescimento, por outro, observa-se o rebaixamento de suas condições salariais. O declínio do poder de consumo dekasegui mostra-se nitidamente na pesquisa de campo. Ademais, como estratégia de maior fragmentação da classe trabalhadora e redução dos custos para o capital, há uma contínua diversificação de nacionalidades que competem dentro do nicho apontado.

A fim de adentrar à particularidade da cultura japonesa e agregar mais elementos para adensar a pesquisa, iremos introduzir a discussão sobre a relação entre produção e reprodução da vida para análise da construção social do modelo familiar japonês. A socióloga Emiko Ochiai (1994) demonstra a construção social do sistema patriarcal japonês, denominado *Kafuchōsei* (家父長制) e seu desenvolvimento histórico em consonância com o capitalismo tardio daquele país.

Além de Ochiai (ibidem) outra referência teórica dessa seção será a italiana Silvia Federici (2017), uma das pioneiras no debate. A escolha dessa autora foi por sua teoria contemplar a dinâmica do desenvolvimento capitalista que pode – observando as particularidades locais – oferecer explicações inovadoras para a gênese da opressão da mulher.

Analisamos a formação da família nuclear japonesa e sua relação com: o trabalho fabril; o deslocamento do campo para a cidade; padrões de fecundidade, entre outras transformações ocorridas a partir do século XX. A pesquisa tentou desvendar muitos mitos que cercaram a construção social e a simbologia da família japonesa e, conseqüentemente, o lugar destinado à mulher japonesa e a ideia de feminilidade e maternidade que a acompanham (OCHIAI, 1994). Longe desse debate estar apartado de nosso objeto, ele serve como terreno que deu origem à atual divisão sexual do trabalho no país. Remete-se igualmente ao declínio da taxa de fecundidade (e o resultante problema contemporâneo) e, com isso, se relaciona diretamente com a escassez da força de trabalho, com a necessidade da imigração e com o impacto da cultura patriarcal no contexto em que a brasileira irá adentrar.

Como continuidade, expusemos a atual condição da mulher no mercado de trabalho japonês. As características do mercado de trabalho feminino típicas do país que

se difere do padrão ocidental (HIRATA, 2002), as consequências penosas da divisão sexual do trabalho, a taxa de informalidade sobrerrepresentada em seu grupo, entre outras questões objetivas e materiais.

Por fim, com todo o percurso teórico exposto sobre a particularidade do patriarcado japonês, voltaremos à análise específica da mulher dekasegui. Qual a especificidade da mulher imigrante, inserida nesse contexto histórico particular do capitalismo patriarcal japonês? Dentro do universo restrito dos dados que possuímos, iremos expor suas condições materiais de vida, sem desconsiderar as diferenças internas entre dekasegui nikkei e não nikkei, assim como mulher com cônjuge e mães chefes de famílias monoparentais. As entrevistas que reproduzimos se mostraram ilustrativas de sua penosa condição, impactos na saúde física e psicológica, como a diferença substantiva enquanto ser social que mais carrega o fardo da tríade classe – raça – gênero.

No último capítulo desta tese, na tentativa de fazer uma síntese da articulação do percurso do objeto e para que possamos entender a imbricação entre classe, raça/etnia e gênero, iremos desenvolver a análise crítica sobre as teorias que versam sobre a temática, sem enquadrá-las no objeto de pesquisa de forma mecânica. Em um primeiro momento, nosso intuito é debater de forma crítica com diversas correntes que defendem perspectivas distintas de análise, como a *interseccionalidade* (CRENSHAW, 1989, entre outras) seguida por *consustancialidade* (KERGOAT, 2010), *tese unitária* (ARRUZZA, 2015) ou *nó ontológico* (SAFFIOTI, 1997) e, por fim, a *Teoria da Reprodução Social* (VOGEL, 2013 [1983], FERGUSON, 2016, MCNALLY, 2017).

Enfatizamos que esse debate excede o recorte aqui realizado e é muito mais amplo e diverso. No entanto, para nosso propósito de pesquisa, fizemos a escolha de autoras que consideramos pertinentes ao diálogo do nosso objeto. Temos a consciência de que não pudemos trabalhar com muitas importantes autoras que são igualmente comprometidas com a questão. Fica registrada a nossa limitação.

Apresentaremos brevemente o surgimento desse debate iniciado pelas feministas negras e norte-americanas, seguindo pelas materialistas francesas e contrapondo as vertentes que entendem que, do ponto de vista teórico, o capitalismo seria “indiferente” ou “cego” às opressões, advogado por renomados intelectuais marxistas como Perry Anderson (1984) e Ellen Wood (2003). Temos a perspectiva contrária à ideia do “capitalismo indiferente”, bem como sabemos que, historicamente, nenhuma sociedade

capitalista pôde prescindir das opressões e/ou dominações que parecem coexistir harmoniosamente com as relações de produção vigentes. Entretanto, apostamos ainda que não se trata apenas de uma vivência harmônica, mais do que isto, nossa ideia é de que a mobilização das opressões seja imprescindível para a constituição e reprodução do capitalismo. Assim sendo, consideramos ser profícuo dar prosseguimento ao entendimento da articulação dessas categorias.

A perspectiva da *Teoria da Reprodução Social* inaugurada na década de 1980 por Lise Vogel (1983) abriu novos aportes ao localizar a gênese da opressão da mulher na articulação integrativa entre a produção da mercadoria força de trabalho e a reprodução do capital. Rejeitando as teorias dos sistemas duplos ou triplos para compreensão do patriarcado e capitalismo, ela propõe um enfoque não autônomo desses e direciona para o nexos entre produção e reprodução social. Seu ponto de partida é a obra *O Capital* (1867) de Marx e tem como método a investigação da opressão no interior da teoria marxiana.

Com essa vertente, a divisão sexual do trabalho ganha também a explicação de sua gênese, sua lógica interna e função social. Situando a temática no contexto japonês, realizamos uma leitura crítica acerca dessas categorias à luz da sociedade japonesa. Como será exposto, tudo indica que a ideia de cruzamento dessas relações sociais também se evidencia naquele país, não obstante suas particularidades. As características dos padrões culturais refletem no modo como a família é estruturada, assim como a organização da produção tem suas feições japonesas. Porém, a relação social capitalista requer um tipo específico de vínculo entre produção e reprodução social que se conserva em todos os países com essa lógica de acumulação.

Para o propósito de interpretar a questão étnica e racial à luz de uma tese unitária, iremos debater como essas categorias se inserem na produção e reprodução do capitalismo. Começaremos com a crítica à ideia de que o Japão seria uma nação homogênea do ponto de vista étnico, cultural e populacional e explicaremos como ela escamoteia diferentes conflitos relacionados às minorias étnicas presentes naquela nação. Ideia referenciada por neonacionalistas, ela serve também para os mais variados ataques desferidos contra os imigrantes, incluindo os próprios deka-seguis.

O intuito é expor o entendimento de que as categorias gênero e raça, enquanto identidades, são construções sociais necessárias ao capital e, por esta mesma razão, tiveram sua gestação, enquanto estrutura social, *pari passu* à gênese e desenvolvimento

do capitalismo. Não à toa, no caso japonês, a ideia de homogeneidade nacional, a centralidade política (mudança da ex-capital Quioto para Tóquio) e a “tradição reinventada” (HOBSBAWM e RANGER, 2008) pela exaltação da figura do imperador (ODA, 2011) são todos frutos da moderna revolução burguesa no Japão. Esse movimento possibilitou, de maneira similar a diversos países europeus, a consolidação do Estado-nação e a ideia de povo tal como a conhecemos.

Com o arcabouço teórico de base material para análise, iremos discutir raça e etnia no caso da comunidade dekasegui. Como ela se manifesta, na atual etapa do capitalismo japonês? Quais as experiências vivenciadas por essa população imigrante? Como as discriminações étnico-raciais são fundantes para a sociedade de classes? Essas são algumas das perguntas que tentaremos responder.

Por fim, apresentaremos como a população imigrante se mobiliza politicamente. Assim como reivindicamos a análise integrativa das categorias raça, classe e gênero, tentaremos compreender as atuais lutas políticas à luz desse nó górdio. Para além da compreensão das categorias, assumimos também que o desafio analítico para entender as respostas políticas exige um olhar cuidadoso que articule a condição imigrante com as demais condições de vida de outros grupos sociais.

### **Notas para leitura**

A exposição desse texto seguirá, na maioria das vezes, com uma linguagem em que a flexão de gênero privilegiará o feminino em situações que permita a flexão de ambos os sexos. A opção não-hegemônica do uso da linguagem é política, ao mesmo tempo em que se pretende coadunar com a perspectiva da pesquisa em analisar a conexão entre gênero, raça e classe social, com destaque para as mulheres dekaseguis.

Por se tratar de uma pesquisa sobre o Japão, eventualmente recorreremos ao uso de termos e expressões em língua japonesa. Nesse caso, indicaremos a tradução para o português em sua primeira utilização. A grafia japonesa *kanji* também será preservada em algumas ocasiões para dar precisão ao termo, conferindo fidelidade ao significado original e possibilitando a pesquisa para outros estudos.

A transcrição das entrevistas seguirá o formato em que a fala da pesquisadora aparecerá entre colchetes e as das entrevistadas em itálico e sem colchete.

## CAPÍTULO 1 - QUEM SÃO AS DEKASSEGUIS?

### 1.1 Como nasce a imigrante *dekassegui*

O fenômeno *dekassegui* propriamente dito se inicia a partir de 1990, ano da reforma da *Lei de Controle de Imigração Japonesa* (*nyūkanhōkaisei*, 入管法改正) que permitiu a descendentes de japoneses de até terceira geração obter vistos de residência. Essa alteração na legislação imigratória coincidiu com a carência de força de trabalho na indústria de transformação local (RONCATO, 2013).

Apesar da fraca tradição japonesa em receber estrangeiros (MORRIS-SUZUKI, 2006), desde 1980 a força de trabalho imigrante tornou-se fundamental, sobretudo no setor automobilístico e eletrônico. Isso se deveu ao envelhecimento populacional, à baixa taxa de natalidade e à rejeição por parte de uma juventude crescentemente escolarizada de postos de trabalho em pequenas e médias empresas – considerados com pouca chance de mobilidade profissional. Desse modo, tais empresas, localizadas especialmente no setor automobilístico e de eletroeletrônico, passam a requerer a força de trabalho imigrante para o seu funcionamento.

Esse fenômeno foi estudado por pesquisadores de diversas nacionalidades, de distintas áreas temáticas e através de diferentes abordagens. Trabalho, economia, educação, identidade, envelhecimento, infância, saúde e mobilidade são alguns dos temas mais recorrentes de pesquisa. Em todas essas investigações, a reflexão sobre a origem e o contexto do fluxo migratório faz-se presente, uma vez que esses fatores têm um relevante peso em moldar a inserção dos imigrantes no país de destino.

Os estudos sobre a migração internacional ao Japão tomam corpo, portanto, a partir dos anos 1980, uma vez que, conforme explicita Kondo (2002), diferentemente de países europeus em seu pós-Guerra, o Japão não teve a sua reconstrução fortemente marcada pelos *guest workers*, ou seja, por imigrantes. As razões que explicariam a não utilização dessa força de trabalho no período de alto desenvolvimento econômico (1955-1973), segundo Kondo, estariam na grande migração interna do campo para a cidade; na automação via incorporação de tecnologias que dispensariam a força de trabalho não qualificada; na utilização de força de trabalho em tempo parcial de donas de casa e

estudantes; bem como no sistema de extensão da jornada de trabalho (KAJITA, *apud* KONDO, 2004).

Apesar de sempre ter havido uma diminuta parcela de imigrantes não qualificados oriundos de China, Coréia, Bangladesh, entre outros países asiáticos, eles geralmente permaneciam indocumentados e eram considerados como uma população portadora de hábitos culturais hostis à população local. Nesse sentido, a entrada dos imigrantes descendentes de japoneses parece ser funcional para o preenchimento destes postos de trabalho. Ademais, como afirma Fábio Ocada (2006), a classe empresarial japonesa daquela época estava preocupada em recrutar uma força de trabalho que fosse numerosa, participativa, produtiva e perseverante.

Para a conformação de uma força de trabalho que agregasse as características mencionadas acima, Ocada entende que houve a instrumentalização de um chamado *ethos do gambarê*, presente na comunidade nipo-brasileira, em favor do aumento da produtividade do capital (*ibidem*). Por espírito do *gambare* entende-se uma ideologia e um valor cultural herdado de seus ancestrais e transmitido como *habitus* dentro da comunidade nipo-brasileira, significando esforço, persistência e perseverança face ao “destino” que lhe foi dado pela vida (*ibidem*). Nesse raciocínio, os *dekasseguis* que emigraram para o Japão, herdeiros desta moral confuciana manifestada no espírito do *gambare*, seriam possuidores de um tipo de conduta bastante proveitosa para o capital.

Em 1989, um ano antes da *Reforma da Lei Migratória*, 14 mil brasileiros residiam no Japão. Após a mudança da lei, em 1991, esse número aumentou para 119 mil. Oficialmente, tal número refletiria tanto a flexibilização da política migratória quanto um maior controle sobre os estrangeiros indocumentados. Antes da reforma, para o caso dos imigrantes indocumentados, existiam multas e sanções referentes às empresas que estivessem contratando tal força de trabalho (SASAKI, 2000). Assim sendo, a necessidade de uma força de trabalho que ocupasse o lugar desses imigrantes indocumentados parecia urgente. A entrada dos imigrantes descendentes de japoneses espalhados pelo mundo significava um importante passo para a modernização das políticas migratórias japonesa.

Seja no recrutamento de força de trabalho a fim de preservar uma homogeneidade étnica (CORNELIUS, 1995), seja na intenção de atrair trabalhadores com uma predisposição cultural singular e voltada ao trabalho árduo (OCADA, 2006), o fato é que

a inserção dos *dekasseguis* é claramente marcada pela sua nacionalidade e segregada dos trabalhadores autóctones. Quando adentramos no século XXI, a discussão sobre a migração torna-se mais intensa, pois, segundo Mori, nesse período,

[...] com o processo de envelhecimento japonês, torna-se inevitável a diminuição da população economicamente ativa, sendo que, para a conservação dos atuais patamares econômicos, não há como escapar da recepção de um amplo contingente de trabalhadores estrangeiros<sup>9</sup> (2002, p. 8, tradução nossa).

A evolução da população brasileira residente no Japão, deste modo, passa a acompanhar o movimento da economia nacional, isso é, o aumento repentino pós Reforma Migratória e sua contínua progressão até a crise econômica no ano de 2008. Como já mencionado, o número de brasileiros oficialmente cadastrados residindo no Japão tem um salto depois da reforma – passando de 14 mil brasileiros, em 1989, para 119 mil, em 1991. Esse montante continua a crescer, totalizando 176 mil em 1995, 254 mil em 2000 e 317 mil em 2007, quando atinge seu pico.<sup>10</sup>

É importante destacar que a permissão de entrada ou residência de trabalhadores não qualificados em solo japonês é muito limitada. Até 2018 não havia nenhum tipo de visto para trabalhadores não qualificados. Isto é, a demanda das indústrias japonesas por essa força de trabalho foi suprida por vias particulares, como a admissão dos *dekasseguis* através de seu *visto de residência* por critério de “consanguinidade”.

Some-se a isso que tal demanda sempre foi atendida de maneira aparentemente “marginal”, em relação à sociedade japonesa. Por marginal, nos referimos aqui à negação a esses trabalhadores imigrantes de conquistas sociais como direitos trabalhistas e seguridade social, auferidas aos cidadãos japoneses. Tanto os imigrantes asiáticos indocumentados – pré e pós reforma migratória – quanto os brasileiros *dekasseguis* permanecem relativamente à margem do sistema de proteção social japonês.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> 21世紀を迎えた日本の高齢社会は、生産年齢人口の減少を必至とし、今日の経済規模を維持してゆくためには、多数の外国人労働者の受入れを避けることはできない

<sup>10</sup> Fonte: Ministry of Justice (Hōmushō, 法務省) [http://www.moj.go.jp/housei/toukei/toukei\\_ichiran\\_touroku.html](http://www.moj.go.jp/housei/toukei/toukei_ichiran_touroku.html)

<sup>11</sup> No decorrer desta tese, iremos desenvolver de maneira mais aprofundada as diferenças nas relações de trabalho entre *dekasseguis* brasileiras e as japonesas. Ainda que em certa medida, já tenha sido realizado este esforço no Mestrado, para esta tese, pensamos ser relevante a enfoque deste aspecto para pensar especificamente sua relação com as transversalidades de gênero e raça/etnia.

A mudança ocorreu devido às oscilações na demanda desse contingente que o maior envelhecimento populacional veio requerer, refletindo assim em políticas migratórias mais direcionadas a essa demanda, não obstante o discurso oficial do governo (RONCATO, 2013).

Considerados mais perseverantes, mais esforçados e mais produtivos pelas empresas, os dekasseguis brasileiros passaram a ocupar um significativo grupo dentro do mercado de trabalho local. No ano de 2018, 201 mil brasileiros viviam no Japão, destes, 127 mil eram oficialmente cadastrados e considerados trabalhadores ativos<sup>12</sup>. É pertinente questionar o que acontece com o restante dessa população. Isto é, os 69 mil brasileiros que compõem a população brasileira (dos 201 mil residentes), mas que não estão oficialmente cadastrados como trabalhadores. Parte deles estão fora da idade apta ao trabalho, como as crianças e jovens de até 18 anos, que somavam 38 mil pessoas nesse ano. Abstraindo também a população idosa que é diminuta, ainda assim, uma parcela considerável da população economicamente ativa de brasileiros não está sendo cadastrada como trabalhadores ativos.

Sobre essa população adulta não cadastrada, temos como hipótese que ela se divide em mulheres que realizam trabalho doméstico não remunerado e pessoas ocupadas nos diversos serviços informais destinados à comunidade brasileira, que possivelmente estão à margem das estatísticas do governo japonês. No decorrer de três décadas do fenômeno dekassegui, consolidaram-se inúmeros serviços voltados unicamente para a comunidade brasileira, especialmente localizados em regiões industriais de grande concentração imigrante.

Atualmente, há escolas brasileiras, cabeleireiros, academias de ginástica, casas noturnas, restaurantes, açougues, supermercados, entre outros estabelecimentos onde se fala português, se consome produtos brasileiros e com atendimento unicamente “de” e “para” brasileiros. Ademais, existem também os serviços realizados dentro de casa, como manicures, salões de beleza nos apartamentos, babás, terapeutas, entre outros, majoritariamente informais.

No ano de 2009, estimava-se a existência de mais de 1000 estabelecimentos geridos por brasileiros (TANIGUTI, 2009), surgindo – naturalmente – a figura do

---

<sup>12</sup> Fonte: *Ministry of Health, Labour and Welfare (Kōseirōdōshō: 厚生労働省)*  
<https://www.mhlw.go.jp/content/11655000/000472893.pdf>  
<https://www.mhlw.go.jp/content/11655000/000472893.pdf>

brasileiro empresário e empreendedor. Todavia, sustentamos a hipótese de que tais estabelecimentos, via de regra, existem unicamente em razão da permanência de brasileiras que trabalham no setor industrial. Isto é, os estabelecimentos da comunidade brasileira não são autossustentáveis, uma vez que são voltados para esta população e com mercadorias importadas do Brasil, portanto raramente frequentados por japoneses. Assim, há de se imaginar que a oscilação da população operária de kassegui afete de maneira direta tais estabelecimentos, tal como ocorreu na crise econômica de 2008, quando muitos comércios tiveram que ser fechados (RONCATO, 2013, p. 211).

Achamos pertinente a consideração acima, pois, em anos recentes, não é raro os meios de comunicações destacarem notícias sobre a mudança no perfil de kassegui, anunciando certa “ascensão social” dos mesmos. O destaque para a “quebra de barreiras” no mercado de trabalho<sup>13</sup> ilustra a ideia de que haveria um começo de uma mobilidade social. No entanto, a realidade por nós identificada, através da observação de campo, do relato dos entrevistados e das estatísticas, mostra o contrário. Segue uma passagem sobre o trabalho de kassegui com nossa entrevistada Georgia:

[E você acha que o brasileiro tem mobilidade? Por exemplo, se vocês quiserem fazer outro tipo de shigoto [trabalho], você tem chance sem ser o kaisha [fábrica]? E sem tsuyaku [tradutor], se você quiser trabalhar numa loja?]

*Acho que não. (...) Porque eu vejo assim, que tem até muitos lugares você faz, liga pra procurar emprego, até tem vaga, mas quando vê que você é estrangeiro muitos lugares não pegam.*

[Não pegam?]

*Que ainda tem esse negócio de preconceito, né?*

[Sei lá, se você quiser trabalhar, não sei, na loja de departamento, lá em Toyota.]

*Acho que não. Acho que não pegariam, estrangeiro não. Eu vejo assim que onde eu já vi estrangeiros trabalhando é na HM, é [na] Old Navy<sup>14</sup>, mas em lojas japonesas mesmo eu nunca vi. (...) Eu acho que não pegariam em lojas, onde você tem que lidar com o público. Aí eu acho que fica mais difícil. Assim, porque eles pensam assim, que não é qualquer japonês que vai querer ser atendido por um estrangeiro.*

[Por conta da língua?]

*Não, pelo...*

<sup>13</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48522436>

<sup>14</sup> Marcas de roupas populares estrangeiras.

[Estereotipo, assim?]

*Acho que sim.*

[Uhum. Os brasileiros trabalham, por exemplo, nos kombinis [lojas de conveniência] daqui, ao redor?]

*Mas é que aqui, eu falo que como aqui tem muito estrangeiro, não tem problema. Mas se você for numa área onde não tenha, eu acho que não tem [funcionários brasileiros].*

*Mesmo precisando.*

[Mesmo precisando.]

*Não pega.*

[Aham.]

*É que aqui, aqui na verdade você... É um pedaço do Brasil, né? Porque tem muitos estrangeiros, então até os japoneses já acostumaram.*

Nessa última passagem, quando Georgia menciona “aqui”, ela se refere ao conjunto habitacional Homidanchi onde reside. Ou seja, à *Little Brasil*, onde vivem milhares de brasileiros e onde há a necessidade de serviços voltados aos mesmos. Portanto, exceto nos espaços de circulação de imigrantes, não se pode dizer que as brasileiras tenham muita entrada e circulação no mercado de trabalho. É uma situação paradoxal, pois a mobilidade que as levou ao outro lado do mundo se perde e as imobiliza em postos de trabalhos previamente reservados às brasileiras.

Conforme presenciamos na pesquisa *in loco*, o espaço ao qual ela se refere foge aos padrões dos bairros habitados por japoneses. Como veremos mais adiante neste capítulo, o conjunto habitacional aqui mencionado é um local bastante particular pela sua concentração de brasileiros ali residentes, configurando-se como um *nicho étnico* de residências de baixo custo e subsidiadas pelo município local.

Como veremos a seguir, a transformação na composição da população imigrante demonstra que, a despeito da variação das nacionalidades, o número das imigrantes não para de crescer. Iremos demonstrar que a crise demográfica em curso passa cada vez mais pela necessidade de força de trabalho imigrante na indústria local. Assim, para além da figura do “empresário brasileiro”, há que se questionar se houve ou não uma inserção de

nikkeis brasileiras em outros setores, como nos serviços ou em lugares fora do nicho de *dekassegui*, tal como sugerem os meios de comunicação<sup>15</sup>.

Acreditamos que parte da população adulta não contabilizada pela estatística mencionada insere-se majoritariamente na informalidade das relações contratuais de trabalho. Ou seja, possivelmente não é contratada por empresas japonesas, tampouco por empresas brasileiras oficialmente registradas, sendo trabalhadoras com pouco ou nenhum vínculo empregatício. Por essa razão, não estão contabilizados pelo governo japonês.

No ano de 2018, segundo dados do *Ministry of Health, Labour and Welfare* (厚生労働省)<sup>16</sup>, existiam 1 milhão e 460 mil trabalhadoras estrangeiras no Japão, o que representava um aumento de 14.2 % em relação ao ano anterior, dentro de uma sucessão de recordes consecutivos no volume de trabalhadoras. Desse universo, a população mais representativa é a de chinesas, com 389 mil pessoas, seguida pelos vietnamitas (316 mil), filipinas (164 mil), brasileiras (127 mil), nepalesas (81 mil) e coreanas (62 mil). Vale destacar que os números apresentados não se referem às estrangeiras residentes no Japão, mas sim ao cadastro de “trabalhadoras de nacionalidade estrangeira”<sup>17</sup>. Ou seja, o volume da *população estrangeira* no Japão é maior (dois milhões e 600 mil estrangeiras em 2018) do que o da população de *trabalhadoras estrangeiras* cadastradas.

De modo semelhante à situação das brasileiras mencionada anteriormente, a discrepância quantitativa entre as “estrangeiras residentes” e as “trabalhadoras estrangeiras” cadastradas é bastante significativa e a razão dessa diferença ainda nos parece nebulosa. Considerando a obrigatoriedade desse registro por parte das empresas e abstraindo as crianças, os jovens, os idosos e as pessoas que por ventura não trabalhem fora de casa (“donas de casa”, por exemplo), parece existir uma considerável parcela de estrangeiras invisibilizadas pelo cadastro do *Ministry of Health, Labour and Welfare*. É possível que esse grupo se dividia entre pequenas proprietárias e trabalhadoras informais

---

<sup>15</sup> Em razão da comemoração dos 25 anos do fenômeno de *dekassegui*, no ano de 2016, surgiram diversas matérias em mídias direcionadas à comunidade nikkei, em jornais brasileiros, assim como documentários retratando a vida de brasileiros no Japão. Nelas, invariavelmente havia o retrato da “mudança de vida” do *dekassegui* neste período, evidenciando que hoje existiria o “brasileiro bem sucedido”, “o *dekassegui* que deixou de ser operário”, entre outras trajetórias de vida diferentes do operário padrão *dekassegui*.

<sup>16</sup> Fonte: <http://www.mhlw.go.jp/file/04-Houdouhappyou-11655000-Shokugyouanteikyokuhakenyukiroudoutaisakubu-Gaikokujinkoyoutaisakuka/0000072419.pdf>

<sup>17</sup> Estes dados são coletados através da autodeclaração obrigatória da empresa que emprega trabalhadoras de nacionalidade estrangeira.

que, por alguma razão, não foram declarados pela empresa<sup>18</sup> ou que exerçam algum tipo de trabalho informal por conta própria. Para a continuação desta tese, pensamos ser importante investigar onde essa fração de pessoas se insere (ou não) no mercado de trabalho, particularmente no caso das brasileiras.

Em pesquisa anterior, os dados de 2010 mostravam que cerca de 56% das brasileiras situavam-se na indústria de transformação e 28% em diversos ramos do serviço (RONCATO, 2013). No ano de 2018, a situação era bastante similar: quase metade das brasileiras inseria-se na indústria e um terço nos serviços. O restante desse contingente dividiu-se no setor de educação, informação e outros tipos de pequenos estabelecimentos de prestação de serviços<sup>19</sup>.

Há que se problematizar a diminuição da população brasileira, especialmente depois do ano de 2008 (ver Tabela 1<sup>20</sup>), não obstante o volume de brasileiras trabalhadoras cadastradas não ter sofrido alteração da mesma magnitude. A título de ilustração, como mencionamos anteriormente, o auge da população brasileira residente no Japão foi o ano de 2007 com 317 mil pessoas. Desde então, após a crise econômica de 2008, esse número tem sofrido uma diminuição constante, com uma queda de 45 mil brasileiras após um ano da crise e sua consecutiva contração ano após ano, até chegar em 201 mil pessoas registradas no ano de 2018.

Por outro lado, o volume de brasileiras cadastradas como “trabalhadoras” (que também compõem a população residente) não parece acompanhar o mesmo movimento de contração sofrido pós-crise econômica. Como podemos notar nas indicações da tabela abaixo (Tabela 1), entre 2008 e 2009, a despeito da população residente sofrer sua maior diminuição (45 mil pessoas a menos), o volume de brasileiras cadastradas como “trabalhadoras” teve um leve aumento de cinco mil pessoas, passando de 99 mil em 2008, para 104 mil em 2009.

---

<sup>18</sup> Juridicamente, há a previsão da aplicação de uma multa para a empresa que omitir o registro de estrangeiros.

<sup>19</sup> Fonte: <https://www.mhlw.go.jp/content/11655000/000472893.pdf>

<sup>20</sup> Elaboração própria. Fontes: *Ministry of Health, Labour and Welfare* e *Ministry of Justice*, 2018.

**Tabela 1 - População brasileira residente e de trabalhadores registrados no Japão, 2008 – 2018**

<b>ano</b>	<b>brasileiros residentes</b>	<b>trabalhadores registrados</b>	<b>% trabalhadores registrados</b>
2008	312.000	99.000	31,73
2009	267.000	104.000	38,95
2010	230.000	116.000	50,43
2011	210.000	116.000	55,24
2012	190.000	101.000	53,16
2013	181.000	95.000	52,49
2014	175.000	94.000	53,71
2015	173.000	96.000	55,49
2016	180.000	106.000	58,89
2017	191.000	117.000	61,26
2018	201.000	127.000	63,18

Fonte: *Ministry of Health, Labour and Ministry of Justice - Japan*, 2018 elaboração da autora

Cruzando esses dados com os do setor que a população brasileira se insere, é curioso perceber que, por exemplo, em 2008, a população brasileira era de 312 mil, sendo que, destes, 53 mil trabalhavam na indústria de transformação. Em 2018, com uma diminuição de 101 mil residentes (total de 201 mil), as brasileiras que trabalhavam na indústria somavam 57 mil pessoas. Ademais, ao longo dos anos apresentados na Tabela 1, percebemos também que o contingente de brasileiras empregadas na indústria de transformação manteve-se em torno dos 50~60 mil pessoas. Isto é, mesmo com a contração significativa da população brasileira residente desde o ano de 2008, a população brasileira que se insere na indústria manteve um patamar não apenas relativamente parecido, mas tendo ligeiro crescimento.

Infelizmente, apenas a partir de 2008 o *Ministry of Health, Labour and Welfare* (*Kōseirōdōshō*: 厚生労働省) passou a indicar em suas publicações estatísticas a nacionalidade das trabalhadoras estrangeiras. Assim, não nos foi possível constatar se no período anterior à crise econômica haviam mais brasileiras empregadas na indústria japonesa. Em todo caso, há que se interrogar a razão da estabilidade de 50~60 mil brasileiras empregadas nesse setor depois do ano de 2008, a despeito da queda da população residente. As hipóteses para essas mudanças são: o retorno apenas de cônjuges e dependentes das dekasseguis inseridas na indústria; a não declaração (por parte da

empresa) do cadastro de trabalhadoras brasileiras por serem informais ou indocumentadas, portanto, estarem desprovidas de seguridade social; o retorno de brasileiras empregadas em outros setores que estavam na informalidade e que não foram captadas pelos registros do governo ou por estarem em rotatividade do trabalho.

Na eclosão da crise econômica de 2008, houve a demissão em massa das *dekasseguis* nas indústrias locais mediante os relatos de entrevistadas, bem como da ampla cobertura midiática realizada naquele período (RONCATO, 2013). Em 2009, as exportações japonesas caíram 30% se comparadas as do mesmo período do ano anterior<sup>21</sup>, sendo que estas se constituem, grosso modo, pelas mercadorias fabricadas no setor automobilístico e de eletroeletrônicos, isto é, por carros e produtos eletrônicos. Como as brasileiras situam-se precisamente nestes setores e possuem relações contratuais majoritariamente informais, parece bastante sintomático o desemprego das *dekasseguis* naquele contexto.

Ainda sobre o mercado de trabalho e as estrangeiras, é bastante ilustrativa a inserção diferenciada segundo as nacionalidades, condição que perdura desde o surgimento do fenômeno *dekassegui*. Passados 30 anos, a *dekassegui* brasileira continua majoritariamente empregada na indústria (45%) e no setor de serviços (35%). Diferentemente, as trabalhadoras estrangeiras oriundas dos países que compõem o G8 trabalhavam, em 2018, majoritariamente em atividades ligadas à educação (40,6%), com pouquíssima inserção na indústria (apenas 4,9%). Outras imigrantes, oriundas de países de capitalismo periférico, como as peruanas, vietnamitas e filipinas também se inseriam predominantemente na indústria de transformação (42%, 36,4% e 39,6% respectivamente).<sup>22</sup> Mesmo a condição de estrangeira, assim, comporta divisões étnicas dentro do mesmo grupo.

A localização geográfica também se diferencia por nacionalidades, uma vez que as brasileiras e as imigrantes inseridas na indústria residem, em sua maioria, em regiões

---

<sup>21</sup> Fonte: *Ministério das Finanças no Japão (Zaimushou) Boueki Toukei*, <http://www.customs.go.jp/toukei/sui/html/time.htm>

<sup>22</sup> Sobre a diferença dentro da própria população estrangeira, Renato Ortiz afirma que no Japão, “Desde Meiji [Era Meiji: 1868-1912] a elite política cultivou uma percepção exótica em relação ao homem branco e ocidental. O **gaijin** não é um estrangeiro qualquer, um negro, um **dekassegui** brasileiro ou um imigrante coreano, em relação aos quais práticas discriminatórias são explícitas; a ele aderem as qualidades de prestígio, superioridade, enfim de civilidade” (2000, p. 138-139, grifos do autor). **Gaijin** é o estrangeiro: 外人. Junção dos dois ideogramas (*kanji*) que significa literalmente *pessoa* (人) de *fora* (外). Neste raciocínio, a imigrante não qualificada, geralmente oriunda de países de capitalismo periférico possuiria um status e inserção social diferenciados de estrangeiras procedentes de países de capitalismo central.

de alta concentração industrial, ao passo que o polo qualificado das imigrantes situa-se em grandes cidades como Tóquio, Osaka, entre outras regiões não necessariamente industriais. Assim sendo, em consonância com o mercado de trabalho das imigrantes de outros países, há um polo qualificado e outro não-qualificado dentro da sociedade japonesa. Ademais, essa divisão do trabalho segue o padrão da posição em que cada país ocupa dentro da divisão internacional do trabalho.

Sobre os tipos de entrada no país e vistos concedidos, há também uma grande diferença entre nacionalidades. As estrangeiras oriundas de países centrais entram e permanecem no Japão através de vistos *baseados nas atividades exercidas*, como técnicas, trabalhadoras ligadas à educação, engenheiras, entre outros de tipo de vistos de trabalho qualificado. Como já mencionado, por não existir a concessão de vistos de trabalho não-qualificado, tanto as brasileiras de kasseguis como as outros imigrantes que compõem o polo não qualificado, têm a sua permanência garantida através de vistos de *residente de longo prazo*<sup>23</sup>, concedidos mediante a comprovação de sua ascendência japonesa ou através de cônjuge japonês.

Os vistos baseados em estado civil e consanguinidade estendem-se para descendentes de até terceira geração, com a possibilidade de permanência de um ou três anos. Após esse período, há a possibilidade de mudança para visto de *residência permanente*, modalidade que vem aumentando a cada ano. Em 2018, mais da metade (55%) das trabalhadoras brasileiras no Japão possuíam o visto de residência permanente, indicando uma maior probabilidade de estarem no Japão há mais tempo.<sup>24</sup>

É provável que muitas das imigrantes não-brasileiras situadas na indústria sejam também nipodescendentes, uma vez que não há a possibilidade de terem entrado e permanecido no Japão através de vistos de trabalho. Como brevemente mencionado, por não residirem como “trabalhadoras” no Japão, mas sim como “residentes” segundo o seu estado civil ou posição (como nipodescendente), não há a garantia de inserção no mercado de trabalho e tampouco sua estabilidade é assegurada.

---

<sup>23</sup> Tipo de visto baseado no estado civil e posição “*Residence based on civil status and position*” (from “*permanent resident*” to “*long term resident*”) (Mibun, mata wa Chii ni Motozuku Zaiyushikaku 身分又は地位に基づく在留資格)

<sup>24</sup>

Fonte: <https://www.e-stat.go.jp/stat-search/files?page=1&layout=datalist&toukei=00250012&tstat=000001018034&cycle=1&year=20180&month=24101212&tclass1=000001060399>

Toshio Kondo argumenta que inspiradas no *Sistema Toyota de Produção*, as indústrias japonesas realizam contratações *just in time*, utilizando empresas terceirizadas como intermediárias para manter um “estoque” de dekasseguis no Brasil, não arcando, portanto, com os salários dos trabalhadores até o momento em que as indústrias necessitem de sua força de trabalho (2004, p. 8). Esse tipo de contratação existe através de empresas de terceirização japonesas, em cooperação com inúmeras agências de recursos humanos e empreiteiras localizadas em diversas cidades brasileiras. Situadas especialmente em regiões com grande concentração de nikkeis brasileiras, essas agências prestam diversos serviços<sup>25</sup> para facilitar a migração das dekasseguis ao Japão. Em contrapartida, são conhecidos os altos custos e taxas de serviços que tais agências cobram, geralmente endividando as imigrantes antes mesmo de sua chegada ao Japão e comprometendo parte de seus primeiros salários.

Em contraste com o posicionamento oficial do governo japonês, portanto, apesar das dekasseguis brasileiras não permanecerem em razão de seu trabalho não qualificado, a prática se mostra o inverso. A permanência das dekasseguis brasileiras apoia-se justamente em seu emprego como trabalhadora não qualificada, que permanece constante nesses 30 anos. Somando outras nacionalidades, são 434 mil trabalhadoras imigrantes inseridas somente na indústria em 2018. Assim sendo, o governo japonês conseguiu suprir sua carência de força de trabalho nesse setor sem precisar abrir suas fronteiras para a entrada de imigrantes não qualificadas. Como afirma Kondo, isso se efetivou, ademais, através de uma forte tendência de contratações e relações de trabalho “*underground*” (2004, p.16), à margem do sistema de proteção social japonês.

Segundo os dados de 2018<sup>26</sup>, das brasileiras contratadas, 71% estão em um regime de contratação que se divide entre terceirizadas e empreitadas. Quando se observa as imigrantes oriundas dos países que compõem o G8, apenas 13.3% são terceirizadas ou trabalham no regime de empreitada, mais uma vez mostrando como a posição diferenciada no mercado de trabalho resulta em inserções diversas na sociedade japonesa. Como terceirizadas, as dekasseguis possuem maior tendência à informalidade, menor remuneração, menor proteção social, maior rotatividade do trabalho e maior tendência a serem despedidas em momentos de baixa produção.

---

<sup>25</sup> Tais serviços podem ser a compra de passagem aérea, trâmites de vistos, traslado no momento de sua chegada, instalação no alojamento até o auxílio na contratação.

<sup>26</sup> Fonte: <https://www.mhlw.go.jp/stf/houdou/0000192073.html>

Entretanto, além do mencionado *estoque just in time* mantido convenientemente no Brasil, há também a constante funcionalidade da permanência das dekasseguis como desempregadas, ou como uma *superpopulação flutuante* (MARX, [1867] 2013) em solo japonês. No próximo subitem, tentaremos expor brevemente a análise da mobilidade do trabalho e o conceito de superpopulação relativa de Marx, para, posteriormente, realizar uma aproximação entre esse conceito e o fenômeno dekassegui.

## 1.2 Contexto social Brasil - Japão

Primeiramente, vale dizer que a relação entre Brasil – Japão estende-se por mais de um século, tendo como um dos seus marcos a chegada do navio *Kasato-Maru* (笠戸) no porto de Santos em 1908. À época, o Japão da era Meiji (1868-1912) passava por um processo de modernização, com uma população ainda predominantemente rural, mas vivendo os primórdios de sua Revolução Industrial.<sup>27</sup> Os reflexos do crescimento populacional (impulsionado pela lei que proibia o aborto, por exemplo)<sup>28</sup>, o surgimento da indústria pesada, a modernização seletiva e a substituição da produção artesanal pelas importações resultou em aumento do desemprego (WOORTMAN, 1995, p.5). O profundo impacto da Revolução Industrial, os altos impostos cobrados não mais em produtos, mas em moeda<sup>29</sup> ocasionaram a perda do patrimônio de 367 mil camponeses (CARNEIRO, 1990), alterando substancialmente a configuração da sociedade.

O processo de modernização passava também pela preocupação em criar laços econômicos e sociais com países do ocidente (principalmente na Europa), possibilitando a abertura de negócios e aumentando sua zona de influência (SAKURAI, 2000). O incentivo desse tipo intercâmbio e mesmo à imigração ocidental tinha como intuito, segundo Sakurai, diferenciar o Japão dos demais países asiáticos (principalmente a China), criando uma imagem de um país moderno perante os olhos do Ocidente (2000, p. 45).

---

<sup>27</sup> Não obstante, o surgimento gradual das indústrias e comércio começam já no séc. XVII.

<sup>28</sup> Somente em 1948 o aborto passa a ser legalizado.

<sup>29</sup> Com a Regulamentação para a Reforma dos Impostos Territoriais (*Chisokaisei* 地租改正), de 1873, o governo passa a reconhecer também o direito de posse da terra.

Não distante da realidade vivida em outros países, a Revolução Burguesa<sup>30</sup> trouxe a expulsão das camponesas das terras em que trabalhavam<sup>31</sup>, concentração latifundiária, aumento da população nas cidades, mudanças nos estilos de vida e crescimento da pobreza. Assim, apesar de haver o incentivo de intercâmbio de japonesas rumo a outros países ocidentais para modernização do país, muitos das que emigraram para os países periféricos do capitalismo eram trabalhadoras rurais, geralmente oriundas de áreas pobres e que se direcionavam majoritariamente para o trabalho rural nos países de destino.

Não somente no Brasil, mas nos EUA (e seu arquipélago Havaí) como em outros países, a entrada dessas japonesas não foi um assunto pacífico e desprovido de controvérsias. A chegada de uma população racialmente diferenciada, portadora de uma “língua incompreensível”, com hábitos “estranhos” e uma estética considerada feia<sup>32</sup> não se encaixava no perfil de branquitude almejada pela elite brasileira, ou seja, era considerada uma raça inferior à branca europeia.

Por não ser o escopo dessa pesquisa, não iremos nos aprofundar neste debate, porém vale dizer que inúmeras pesquisas já trataram do tema, demonstrando a história complexa e nada linear da comunidade japonesa no Brasil. Assim como todo o processo migratório, tal movimento é permeado por um amálgama de questões. Embora vindo na condição de trabalhadoras assalariadas livres (o que as difere substancialmente das pessoas trazidas em condições escravizadas), a condição da trabalhadora rural compreendia duras relações de trabalho.

Como iremos explicitar ao longo do texto, no caso das dekasseguis, as penosas condições de trabalho ficaram conhecidas a partir da caracterização dos 3K's: *kitanai*; sujo, *kitsui*: pesado, *kiken*: perigoso (OCADA, 2006; HOSOKAWA, 2011). Porém, ao direcionarmos o olhar para diversas migrações do século XX, tampouco podemos dizer que o trabalho das imigrantes que vieram ao Brasil era desprovido de tais condições.

---

<sup>30</sup> A Revolução Burguesa é precedida pela restauração do poder do imperador e toda uma construção de homogeneidade cultural tão necessária à ideia de nação. Esse processo, tal qual em países europeus, implica na construção das identidades nacionais e resulta em xenofobia e racialização do “outro”. Abordaremos esse assunto mais adiante, no cap. 3.

<sup>31</sup> Vale dizer que o êxodo rural propriamente dito teve seu pico somente em 1963 (MAEDA, 1986).

<sup>32</sup> Ver o debate de 1906 entre o Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, Luis Guimarães, e o Ministro das Relações Exteriores descrito por Sakurai (2000, p. 100). Neste debate, há a afirmação explícita do “sangue mongólico” e a “fealdade” desta raça como elementos prejudiciais para o projeto de embraquecimento do país. Alguns adjetivos para os japoneses eram: “feios, hipócritas, portadores do eterno sorriso, que obedeciam tão-somente às ordens de seus chefes” (TAKEUCHI, 2008).

Tanto o trabalho nas fazendas de café como nas indústrias brasileiras era intensamente explorado e esteve na base do desenvolvimento capitalista do Brasil.

Como se não bastasse a exploração, havia também as discriminações, segregações e as políticas assimilacionistas (SEYFERTH, 1997) como parte da tentativa de construção de uma suposta brasilidade em paralelo à herança escravocrata. Porém, para esta pesquisa, é importante ressaltar que nesse quase um século que separa a primeira vinda dos japoneses ao Brasil até o início do fenômeno de kassegui, a comunidade japonesa diversificou-se, comportando uma heterogeneidade de classe em seu interior.

Tal heterogeneidade – mas não somente ela – é um importante enfoque para análise da imigração de kassegui, uma vez que a situação de classe e a condição vivida antes do momento da migração tem um relevante peso na decisão de migrar. Sobre isso, discutiremos mais adiante ao abordarmos o perfil das entrevistadas dessa pesquisa.

Atualmente, o Brasil tem uma população de dois milhões de pessoas autodeclaradas “amarelas”<sup>33</sup> e, dessas, estima-se que mais de um milhão e meio sejam descendentes de japonesas. Chamamos essas pessoas de nikkeis (日系), que significa literalmente “pessoas de origem japonesa” e o Brasil é o local onde mais se concentra esse grupo. Essa população está espalhada por todo o território nacional, com especial destaque para os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará, entre outras localidades. Como veremos no perfil das nossas entrevistadas, o local de origem dessa população no Brasil também é bastante diversificado.

Conforme sugerem as estatísticas e como é amplamente difundido no imaginário social brasileiro, o rendimento médio do grupo autodeclarado amarelo é superior ao da população branca, negra e indígena.<sup>34</sup> Ainda que o rendimento seja apenas uma das manifestações do pertencimento de classe, tal evidência de desigualdade coaduna com o que muito já se constatou: a sociedade capitalista é dividida em classes, porém, estas não

---

<sup>33</sup>Trata-se de dados do Censo 2010/IBGE. É curioso o aumento de 177% da população autodeclarada da “cor” ou “raça” amarela. Por um lado, houve o aumento de imigrantes originários da Ásia, tais como chinesas e coreanas, por outro, conforme sugere Beltrão (2011), pode também ter havido uma maior identificação com suas origens de pessoas que antes se declaravam como brancas. Ver: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.censo-2010-populacao-asiatica-no-brasil-cresceu-177-em-dez-anos,748616>

<sup>34</sup> Fonte: <http://censo2010.ibge.gov.br/> Conforme esse último censo, as pessoas autodeclaradas amarelas tinham um rendimento mensal médio de R\$ 1.574, os brancos R\$ 1.538, negros R\$ 834, pardos R\$ 845 e indígenas recebendo R\$ 735.

são uma abstração e possuem transversalidades de raça/etnia, gênero<sup>35</sup>, entre outras clivagens.

O grupo das descendentes de japonesas no Brasil, de modo geral, se insere em estratos de classe mais altos que outros grupos étnicos ou raciais. Isso lhes garante condições de vida mais confortáveis, além de certos privilégios que grupos oprimidos não possuem. Ou seja, ainda que se possa ter estereótipos e preconceitos direcionados às nikkeis, de modo geral, isso não resulta em discriminações ou privação do acesso aos recursos existentes na sociedade. Pelo contrário, a ideia de uma minoria modelo, segundo especialistas, funciona justamente em contraponto ao racismo estrutural da sociedade, servindo como mecanismo que legitima a suposta igualdade de oportunidades e a ideia de meritocracia tão atrelada a esse grupo.

Porém, se é verdade que o grupo social reconhecido como “japoneses” no Brasil possui melhores rendimentos, para o nosso propósito de pesquisa, sentimos a necessidade de melhor precisar esse grupo. Isso porque, se por um lado a classe social não existe em abstrato (e este entendimento é central nessa tese), mas sim com sua feição de raça/etnia e gênero, por outro, o grupo social de “japoneses” no Brasil tampouco é homogêneo do

---

<sup>35</sup> Importante destacar as opções pelo uso das distintas formulações teórico-políticas entre as categorias de gênero, relações sociais de sexo, *sex/gender systems* (Cf. Gayle Rubin, 1975). Conforme sugere Nicole Claude Mathieu (2009, p. 227), o uso exclusivo do termo gênero, utilizado especialmente pelas feministas americanas, pode incorrer em um ocultamento da categoria sexo. Em caso de ocultamento (vale destacar que não necessariamente ele é realizado por todas as que recorrem a esta categoria), a nosso ver, acaba por operar por um raciocínio dicotomizante entre corpo/mente, natureza/sociedade ou razão/emoção, em uma visão cartesiana empobrecedora da realidade. Saffioti (2009), por sua vez, propõe a recusa do uso exclusivo de gênero, porém sem descartá-lo, e faz o uso deste em paralelo com o conceito de patriarcado. Para ela, a leitura exclusiva do gênero, tentando combater o essencialismo biológico, acaba por cair em um essencialismo social pouco profícuo por escamotear o corpo, sendo que este também desempenha uma função que, em suas palavras, “o ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível.”, ou seja, há que considerar o sexo e gênero como uma unidade (*ibidem*, p. 16). Podendo ser uma categoria demasiadamente “palatável”, gênero poder ser “a-histórico”, apolítico e excessivamente neutro (SAFFIOTI, 2009, p. 37), sendo que “patriarcado” ou “ordem patriarcal” de gênero se aplica a uma determinada fase histórica, sem apresentar uma conotação excessivamente genérica (*idem, ibidem*). Grande parte da corrente identificada com o feminismo materialista francês, por sua vez, opta pela utilização da noção de “relações sociais de sexo”, entendendo-a como um “princípio que atravessa o campo social”, indissociável da noção de divisão sexual do trabalho em que o grupo social das mulheres permanece em constante tensão em relação ao grupo social dos homens em torno do trabalho e suas divisões. São relações sociais antagonicas, hierárquicas (de poder e dominação), estruturantes da sociedade e que se sustentam através de uma base material (KERGOAT, 2009, p. 87). Não obstante, Saffioti também critica a noção de *relações sociais de sexo*, considerando que esta noção coloca “[...] as relações interpessoais fora da estrutura social”, segundo sua perspectiva, este seria um “não lugar” (2009, p. 19). Tal como Saffioti, optamos pela utilização do conceito de patriarcado em paralelo ao conceito de gênero, sem, contudo, entender este último pela chave de uma dicotomia cartesiana já mencionada aqui. Entendendo o gênero como uma categoria analítica e histórica, tal conceito (ao contrário do patriarcado), deixa em aberto o vetor da dominação-exploração, assim, possibilita a abertura para futuras transformações no sentido da abolição da exploração-dominação vigente (SAFFIOTI, 2009).

ponto de vista da classe. Por isso, se é verdade que a constatação da média dos rendimentos desse grupo serve para pensar seus privilégios, esse dado não pode invisibilizar sua heterogeneidade interna.

Como veremos ao longo desta tese, o ato de migrar, enfrentar as condições de trabalho no Japão e estar apartado de seu país de origem e familiares não são processos sociais isentos de custosas decisões. Ainda que existam diversas razões para migrarem (OCADA, 2006), de modo geral, o que mais motiva a ida ao Japão é a questão financeira. Como veremos, todas as nossas entrevistadas alegaram ter decidido migrar por quererem melhorar de vida. Razões como comprar um imóvel, ajudar a família e fazer uma poupança são os objetivos mais comuns. A penosa condição de trabalho como operária no Japão não parece ser uma escolha de indivíduos com grandes privilégios de classe.

O salário da dekasegui está em torno de US\$1.300 a US\$ 3.000<sup>36</sup>, valor elevado quando comparado à média salarial brasileira e muito superior ao salário mínimo vigente. Levando esse rendimento em consideração, a motivação para migrar (“*melhorar de vida*”) e as profissões elencadas por nossas entrevistadas, podemos inferir que as dekasseguis dificilmente fazem parte de uma fração de classe privilegiada. Essas imigrantes possivelmente fazem parte de uma fração de classe que possui rendimentos abaixo da média do grupo das descendentes de japonesas no Brasil. Ou seja, mesmo que possuam privilégios sociais<sup>37</sup> por seu pertencimento étnico, isto não as priva de possíveis constrangimentos de opressões de classe. Como ressaltamos, o grupo étnico “japonesas” no Brasil tem uma divisão interna de classe, onde a fração mais baixa é a que faz o caminho da emigração.

### **1.3 *Burajirujin*: as nikkeis rumo ao Japão**

*Burajirujin* significa “*brasileiras*” e é como as nikkeis são chamadas no Japão, por vezes de forma pejorativa. Trata-se da junção entre o nome do país Brasil: *burajiru* e

---

<sup>36</sup> Em nossa pesquisa de campo, não fizemos a pergunta sobre o rendimento mensal às pessoas entrevistadas (ver em anexo o Roteiro de Pesquisa). Em pesquisa anterior (RONCATO, 2013), percebemos certo desconforto com a pergunta, por isso, optamos por perguntar qual é o valor por hora recebido em seus respectivos trabalhos. O valor médio estipulado aqui se refere à média do cálculo do valor/hora com as respectivas jornadas de trabalho. Ao longo das entrevistas, naturalmente que muitas das pessoas entrevistadas nos informaram o seu rendimento mensal.

<sup>37</sup> Debate todavia carente na literatura brasileira.

o sufixo *jin* que diz respeito a nacionalidade. Apesar de muitas *dekasseguis* serem *nikkeis* e aparentarem ser “japonesas” no Brasil, no processo migratório a condição étnica se transforma.

Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart classificam a etnicidade como uma forma de “[...] organização social, baseada na atribuição categorial que se classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (2011, p. 141). Nesse sentido, temos acordo com os autores em considerar a *dekassegui* como etnicamente distinta (a despeito de possuir um fenótipo oriental), portadoras de diferentes signos culturais que são ativados na interação social através do contato com a japonesa, emergidos através do processo migratório. No caso do cônjuge da *nikkei*, há também a possibilidade de experiências de comportamento racista, pois estes sim são portadores de um fenótipo bastante diferente do estereótipo oriental. Ou seja, sua etnicidade constrói-se a partir do *contato com o outro*, portanto numa construção relacional, que teve origem no processo migratório.

Valendo-nos do argumento acima, ressaltamos que, de modo geral, *todas as dekasseguis* são vistas como imigrantes, a despeito de seu fenótipo. Modos de se expressar, de falar e vestimenta são códigos incorporados que, em sua totalidade, dão a identidade étnica e nacional às pessoas, diferindo da japonesa. Vale lembrar que no Japão, historicamente, habita apenas uma diminuta parcela de estrangeiros. Diferentemente do Brasil, onde há uma diversidade étnica muito grande, lá, a *dekassegui* sempre será visto como “a outra”.

Nesta seção iremos expor o perfil das *dekasseguis*. Para que nossa exposição ganhe melhores contornos, iremos instrumentalizar as informações disponíveis em órgãos governamentais japoneses, assim como os dados que conseguimos coletar em nossa pesquisa de campo. Recolhemos as informações que constam no *Ministry of Health, Labour and Welfare* (*Kousei Roudo-sho*: 厚生労働省), no *Ministry of Justice* (*Homu-sho*: 法務省), na *National Police Agency* (*Keisatsu-cho*: 警察) e em pesquisas japonesas.

Como ressalva, vale a cautela de que os órgãos governamentais japoneses elencados acima possuem dados limitados acerca da população estrangeira no Japão. Dados mais gerais, como os setores de inserção laboral, tipos de visto, criminalidade e local de residência, possuem um importante destaque e precisão. No entanto, informações

como rendimentos, condições de moradia, condições de trabalho, saúde, entre outros importantes dados carecem de informações suficientes. Grandes bancos de dados e relatórios anuais como o *White Paper*<sup>38</sup> (*hakusho*: 白書) realizado pelo *Ministry of Health, Labour and Welfare* e que abrange uma ampla variedade de informações (saúde, moradia, proteção social, educação, condições de vida etc) não conseguem captar as distintas realidades da população estrangeira. Para isso, pesquisas acadêmicas, informações coletadas por municípios de grande concentração de dekasseguis, bem como investigações independentes de organizações de ativistas que lidam com a temática nos auxiliaram no tratamento destas lacunas.

Como já mencionado anteriormente, o Japão possui características que fogem ao padrão das leis populacionais usuais dos países centrais. Historicamente não tem uma elevada taxa de imigrantes/estrangeiros, muito possivelmente por diversas razões: seu caráter insular; sua cultura e língua consideradas de difícil penetração; a ideia de homogeneidade cultural que limita a recepção de outras culturas; assim como as leis restritivas para entrada em seu território. No entanto, como iremos demonstrar ao logo desta tese, tal padrão permanece em disputa, e a despeito de enormes resistências, o número de estrangeiras que vivem no Japão vem crescendo a cada ano. No final de 2018, eram 2 milhões e 731 mil pessoas nascidas fora do Japão habitando seu território.<sup>39</sup> Assim como a quantidade de trabalhadoras cadastradas, esse número é um recorde histórico que vem aumentando a cada ano.

Mas o que poderíamos considerar como dekasseguis? Se a dekassegui é a pessoa que sai de seu local de origem para ganhar dinheiro em outro lugar, a princípio, qualquer deslocamento populacional poderia ser caracterizado como tal. Porém, como já desenvolvido aqui<sup>40</sup>, a dekassegui não se confunde com qualquer trabalhadora estrangeira, seja por suas condições materiais ou pelas opressões e experiências de vida. Seja no Japão, Brasil ou em qualquer sociedade capitalista, há uma polarização entre as próprias imigrantes (Cf. VILLEN, 2015), que remete às relações de classe. Portanto, pelo nosso critério, poderíamos denominar como dekasseguis as estrangeiras que vivem em solo

---

<sup>38</sup>

Fonte:

<https://www.e-stat.go.jp/stat-search/files?page=1&layout=datalist&toukei=00250012&tstat=000001018034&cycle=1&year=2018&month=24101212&tclass1=000001060399>

<sup>39</sup> Fonte: <http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=000001177523>

japonês, mas que se inserem em uma determinada fração da classe trabalhadora do país, assim como os indivíduos que sofrem determinadas opressões de raça/etnia e gênero que dizem respeito ao seu lugar de origem.

No Japão, as *dekasseguis* são as trabalhadoras que estão em polos não qualificados de trabalho, como a indústria, o serviço, a agricultura, o comércio, a construção civil, o trabalho de cuidado entre outros postos geralmente rejeitados pela população nativa. As nacionalidades das *dekasseguis* são as mais diversas, mas indiscutivelmente há uma estratificação referente ao trabalho não qualificado destinado às imigrantes oriundas de países de economia periférica, assim como o trabalho com qualificação para estrangeiras de origem de países de capitalismo central.

Para além dessas informações, realizamos uma pesquisa de campo com 43 entrevistas de caráter qualitativo e baseada em um roteiro semiestruturado. Este trabalho de campo foi o nosso ponto de partida para a compreensão da realidade concreta das *dekasseguis*.

Conforme iremos demonstrar mais adiante, a entrevista contou com a colaboração de 20 mulheres e 23 homens, sendo uma dessas mulheres de nacionalidade peruana. Em algumas poucas entrevistas, tivemos a presença de seus respectivos cônjuges (contando com a esposa peruana de um *dekassegui* brasileiro), como também a de seus filhos. Todas as entrevistas foram feitas no Japão, na província de Aichi, local onde estão 59 mil<sup>41</sup> das 180 mil brasileiras residentes no país em 2018. Por ser um dos principais polos industriais do Japão, sede da fábrica Toyota, Aichi é a província com maior número de brasileiras, seguida pelas províncias de Shizuoka e Gunma.

Em Aichi, as entrevistas foram realizadas na cidade de Toyota, em locais públicos (estabelecimento comercial de brasileiros), assim como na residência das pessoas entrevistadas. Porém, nem todas as entrevistadas residiam em Toyota, mas sim em cidades próximas ao local. Quase todas as pessoas entrevistadas trabalhavam em fábricas japonesas.

Não tivemos um enfoque geracional na escolha das entrevistadas, pelo contrário, o perfil abrange desde pessoas com menos de 20 anos até a faixa dos 60 anos de idade. Entrevistamos desde pessoas com cidadania japonesa (porém nascidas no Brasil) até a quarta geração. Chamamos a primeira geração de *isei* (一世), a segunda de *nisei* (二世),

---

<sup>41</sup> Fonte: [http://www.moj.go.jp/housei/toukei/toukei\\_ichiran\\_touroku.html](http://www.moj.go.jp/housei/toukei/toukei_ichiran_touroku.html)

a terceira de *sansei* (三世) e a quarta de *yonsei* (四世). No atual momento, a permissão de estadia por critérios de “consanguinidade”, de modo liberado, estende-se até a terceira geração (*sansei*), sendo que a quarta geração (*yonsei*) tem sua residência garantida quando os pais residem em solo japonês.

Um ponto comum mencionado por todas as entrevistadas foi a longa permanência no país. Quase todas vão na expectativa de ficar poucos anos, conseguir fazer uma poupança e retornar ao Brasil. No entanto, para todas, o ato de poupar dinheiro acaba tornando-se difícil, o acesso ao consumo é um atrativo e com o declínio do salário em anos recentes o retorno se posterga, configurando-se em uma situação permanentemente temporária (BELTRÃO e SUGAHARA, 2006). Nesse sentido, um dos nossos entrevistados de 42 anos afirma:

*Agora, o problema dos brasileiros que tá aqui, é que todo mundo acha que é temporário. Eu já tô há quase vinte anos. Tô nessa vida aqui desde noventa e sete, são vinte anos. Eu cheguei com vinte e um anos aqui e não fiz nenhum projeto de vida pra ficar aqui, mas tô aqui. Então, por isso, se tiver alguma dificuldade de vida, foi por culpa disso aí. Agora não por culpa minha, por culpa de organização total, do país, tudo. A proposta do país.*

A fala desse entrevistado é bem paradigmática e representa uma trajetória bastante comum para um *dekassegui*. Pessoas que estão há 10, 20 anos ou até mais tempo no Japão já estão se tornando a maioria entre eles, e, somando-se à longa permanência e a deterioração econômica brasileira, acreditamos que a situação não irá mudar. Vale ressaltar que muitas delas não contribuem com a aposentadoria<sup>42</sup> em nenhum dos países, o que certamente acarretará em futuras complicações.

Como será discutido mais adiante, o governo japonês vem gradativamente admitindo a entrada de descendentes de quarta geração, sem a necessidade do acompanhamento de parentes. Isso porque, naturalmente, a própria comunidade *dekassegui* começou a envelhecer e as trabalhadoras mais jovens (portanto fisicamente mais resistentes) na faixa etária dos 20 anos fazem parte dessa quarta geração. Todavia, a concessão de vistos pelo *Ministério da Justiça Japonesa* demanda novos critérios bastante exigentes, que não existiam para as gerações anteriores.

---

<sup>42</sup> Desde 2012, há um acordo entre Brasil e Japão sobre a Previdência Social, contabilizando a contribuição realizada no Japão.

A pesquisa também teve o intuito de entrevistar, de forma mais ou menos equilibrada, pessoas tanto do sexo feminino como masculino. Para as mulheres, elaboramos um conjunto de reflexões próprias às condições de existência do que é ser mulher de kassegui no Japão. Perguntas referentes às condições mais objetivas, como diferença salarial, desigualdade nas contratações de trabalho e percepções de opressões de gênero tiveram destaque nas entrevistas.

Para todas as entrevistadas, os questionamentos foram direcionados tanto para aspectos considerados mais objetivos sobre as condições de vida, como para percepções e experiências discriminatórias ao longo de suas estadias no Japão. De modo geral, a entrevista seguiu o Roteiro de Pesquisa, porém não se limitou a esse, deixando as entrevistadas livres para tratar também de outras temáticas. Tentamos, na medida do possível, “participar” do cotidiano desses sujeitos. Por participar, nos referimos à estadia em local onde a comunidade brasileira reside (conjunto habitacional Homidanchi), em suas casas e os locais que elas frequentam (restaurantes, escola, mercado brasileiro, etc.). Convém salientar que a pesquisadora desta tese viveu por 10 anos na cidade de Toyota (1991-2001), província de Aichi, tendo conhecimento e redes sociais na região.

Como perspectiva de método de análise, concordamos com a direção indicada por Ruth Berman:

a compreensão materialista da natureza vê toda existência como matéria em movimento (Engels, 1940). Não se preocupa com a *ideia* abstrata da natureza, nem com a natureza como *ser*, mas com fenômenos naturais reais, *específicos*, em lugar e tempo determinados, sob condições particulares de existência e em processo de mudança. Compreender esses fenômenos requer mais do que simples observação imparcial; requer interação, o que Marx chamou de “prática”. O “observador” e o “observado”, o sujeito e o objeto se influenciam mutuamente. A realidade não é percebida apenas pela observação “imparcial” isolada em contemplação, mas também “subjetivamente” através de envolvimento, conceptualização e ação. A verdade é comprovada na prática, não com uma abstração, mas através da “interação sensível” com o próprio fenômeno (Marx, 1978). Isso sugere que, quando se estudam sistemas vivos, deve-se estar sempre bem perto do material, do organismo que se está tentando compreender e estudá-lo, não de modo geral, mas com todos os seus detalhes. Sugere também que ao se tentar compreender a posição das mulheres na sociedade é necessário envolver-se primeiro com as relações de mulheres *determinadas*, num dado tempo e lugar e sob condições particulares de exploração (BERMAN, 1997, p. 261).

A perspectiva de Berman dialoga com as colocações sobre a pesquisa-ação, de Michel Thiollent (2005 [1980]), que também serão mobilizadas nessa tese:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (*ibidem*, p. 16).

Tais perspectivas não partem de uma análise neutra do ponto de vista de classe, tampouco de gênero e de raça. Entretanto, adotar esta postura não se confunde com um empiricismo, com um ativismo, ou com uma “fetichização dos aspectos técnicos” (THIOLLENT, 2005). A interação entre observadora e observada, entre sujeito e objeto pretende suplantar a mera observação dos dados. Conforme observou Berman (*ibidem*), o “olhar” não é imparcial, contemplativo, tendo uma influência mútua entre quem faz a pesquisa e os entrevistadas, portanto, consideramos não ser um ato estático, mas um momento privilegiado de reciprocidade e troca de percepções de mundo.

Além da pesquisa de campo, tivemos um contato próximo com a *Solidarity Network with Migrants of Japan*<sup>43</sup> (Ijuuren: 移住連), uma organização sem fins lucrativos que trabalha em favor dos direitos das imigrantes no Japão. Essa organização congrega diversos sindicatos que atuam com os imigrantes em todo o Japão, bem como movimentos sociais de imigrantes, além de reunir acadêmicas, advogadas e pesquisadoras da temática. Trabalho, direitos civis, violência de gênero, situação dos refugiados, encarceramento de estrangeiros são algumas das áreas de pesquisa e atuação dessa organização. Ela produz seminários, Fóruns Temáticos e confeccionam uma revista com publicação periódica. Atuam também pressionando os órgãos competentes como forma de lobby político, portanto, participando de rodadas de negociações com os respectivos representantes dos Ministérios (Justiça, Trabalho, Saúde etc...) responsáveis pelas legislações e tratamento dado às imigrantes no Japão.

Para além de saber como as imigrantes se inserem na sociedade de classes japonesa, acreditamos que saber como elas reagem, ou como a população nativa se solidariza ou rechaça a presença das estrangeiras é crucial. Tais ações, reações e opinião pública têm impacto direto nas medidas do governo, seja para melhoria das condições de

---

<sup>43</sup> Site da organização <http://migrants.jp/home/about/>.

vida das dekasseguis, ou mesmo para “abrir” ou “fechar” as portas das concessões de vistos.

#### 1.4 Composição da população *dekassegui* e suas transformações

Dando continuidade ao debate sobre o fenômeno dekassegui e as migrações internacionais, neste espaço discutiremos os seguintes pontos: mudança na composição das imigrantes não-qualificadas em anos recentes; breve caracterização do perfil da dekassegui brasileira hoje e a chamada “questão populacional” japonesa.

Até aqui, vimos que a população brasileira no Japão vem diminuindo ano após ano, desde a crise econômica de 2008, mas que o número de trabalhadoras empregadas, sobretudo na indústria de transformação, mantém-se estável. O que inferimos é que, cada vez mais, a proporção de brasileiras não ocupadas, porém residentes no Japão diminui, como a população de idosos, crianças, dependentes ou cônjuges que por ventura não estejam trabalhando.

Como ainda debateremos nesta tese, o salário da dekassegui parece sofrer um significativo recuo nos últimos anos, o que pode ser uma das razões para a diminuição dessa população não ocupada. Isso é, até anos recentes, o salário de uma trabalhadora dekassegui tinha a capacidade de manter de maneira satisfatória seus eventuais dependentes.<sup>44</sup> Hoje, com a queda do rendimento (em um patamar superior à contínua deflação dos anos recentes), seu salário não tem mais como suprir as necessidades de seus dependentes, que têm então de fazer o caminho do retorno. Assim, para as que ficam no Japão, há que se permanecer empregado.

Paralelamente, o número de estrangeiras trabalhando no Japão não para de crescer. Conforme o último relatório divulgado pelo *Ministry of Health, Labour and Welfare*<sup>45</sup>,

---

<sup>44</sup> Até então, conforme o resultado de pesquisa anterior, a brasileira dekassegui conseguia obter uma renda mensal satisfatória para suas necessidades (Cf. RONCATO, 2013). A despeito do aumento das chamadas “trabalhadoras pobres” (*working poor*), dificilmente a dekassegui se situa muito abaixo da linha da pobreza. Porém, como tentaremos demonstrar até o final desta tese, a noção de pobreza medida unicamente pelos rendimentos mensais parece insuficiente para evidenciar as condições de vida e o lugar da dekassegui na sociedade japonesa. Além desse dado, há outros fatores como menor proteção social, falta de mobilidade dentro do mercado de trabalho, moradias precárias, além de discriminações raciais e sexuais de caráter qualitativo que escapam desta medida. Para mensurar a exploração/dominação da mulher, a socióloga Danièle Kergoat aponta que somente as discriminações quantitativas não conseguem captar a realidade (2012).

<sup>45</sup> Fonte: [https://www.mhlw.go.jp/stf/newpage\\_03337.html](https://www.mhlw.go.jp/stf/newpage_03337.html).

no ano de 2018, existiam 1 milhão e 460 mil trabalhadoras estrangeiras oficialmente cadastradas, quebrando pelo sexto ano consecutivo o recorde do número de trabalhadoras imigrantes no Japão. Quando analisamos as nacionalidades mais representativas, temos os seguintes números: 389 mil chinesas, 164 mil vietnamitas, 164 mil filipinas e 127 mil brasileiras oficialmente empregadas.

Vale lembrar que tais números referem-se às trabalhadoras estrangeiras cadastradas e não à população estrangeira como um todo. Dentro dessas alterações recentes, é importante destacar o repentino crescimento das vietnamitas, inseridas nos mesmos nichos de trabalho que as *dekasseguis* brasileiras, isto é, na indústria de transformação. No entanto, diferentemente das brasileiras, que obtêm os vistos de *residência temporária* (*teiyu-sha* 定住者) ou *permanência* (*eijyu-sha* 永住者), elas adentram e residem em solo japonês mediante vistos de *intercâmbio* (*ryūgaku* 留学) e *estágio* (*ginōjishū* 技実習). Isto é, conforme a urgência do Estado japonês em recrutar e consumir determinada força de trabalho, há uma variedade de tipos de vistos, funcionais de acordo com cada nacionalidade.

Embora asiáticos, as vietnamitas não são as *nikkeis* brasileiras que supostamente reuniriam determinadas maneiras de ser comportamentais, portadoras de um *ethos* para o trabalho semelhante ao japonês. Conforme considerou Cornelius (1995), a *Mudança de Lei Migratória* ocorrida em 1990 teve o intuito de recrutar uma população semelhante à do Japão, recorrendo a uma suposta homogeneidade étnica e mítica inexistente na realidade.

Atualmente, podemos dizer que a diversidade das nacionalidades de imigrantes não qualificadas — igualmente *dekasseguis* — amplia-se, não se restringindo à população *nikkei*. Assim, cabe o questionamento: o que aconteceu para que houvesse uma ampliação das nacionalidades? Por qual razão a população brasileira como um todo diminui e o número de trabalhadoras cadastradas estagnou? Teceremos algumas hipóteses para tais questionamentos.

A percepção das *dekasseguis* é a de que a quantidade de vietnamitas não para de crescer nas fábricas onde as brasileiras já se inseriam, tendo a impressão de que as vietnamitas recebem um salário/hora inferior à *dekassegui* brasileira. De acordo com as entrevistadas, a produtividade das vietnamitas é semelhante à das brasileiras, porém elas

ainda não se constituem como uma comunidade<sup>46</sup> forte, tal como as nikkeis. Há que se analisar se as redes sociais informais, a diversidade de serviços direcionados a essa população e as organizações de ajuda mútua estão presentes para essas outras nacionalidades de entrada recente.

Com uma maior quantidade de nacionalidades presentes, pode-se observar uma maior diversificação salarial via etnia, estimulando o acirramento e a competição entre as trabalhadoras, condição favorável para o empresariado japonês. Christophe Dejours (2001) já observara que na França da década de 1980 a separação entre as nacionalidades dentro das fábricas, entre as seções e mesmo na linha de montagem – com uma concomitante diferenciação salarial e isolamento entre nacionalidades – eram benéficos para dificultar a organização das imigrantes e acirrar a competição entre as mesmas.

Quando perguntado sobre outras nacionalidades presentes em seu local de trabalho, um dos nossos entrevistados respondeu:

[Tem vietnamitas lá no seu kaisha?]

*Tailandês.*

[Tailandês?]

*É.*

[E como que é o jeito que eles recebem? É por hora que nem o brasileiro ou não?]

*Ah, com certeza é menos, né?*

[Ah, é menos que eles recebem?]

*Com certeza. Porque os chineses ganhavam bem menos que a gente, então até às vezes o chefe deixa falar assim "ah, não, eles ganham menos, faz aquele servicinho um pouquinho mais fácil". E diz eles que é pra evitar de... Como eles ganham menos, evitar de eles saberem que a gente. Pode ser que eles avacalhassem e fizessem de qualquer forma, porque os chineses faziam dessa forma. Tanto é que a nossa empresa tomou um baita fumo por causa dos chineses.*

A competição é estimulada onde há diversificação salarial (Cf. LINHART, 2007), quando todas se inserem no mesmo local, realizam trabalho idêntico, mas não têm o conhecimento de quanto a companheira de trabalho recebe. Nem mesmo a lógica

---

<sup>46</sup> Aqui, estamos utilizando o termo “comunidade” no sentido mais livre, tal como informada pelos relatos obtidos, todavia não se prendendo a noções ou categorias científicas.

meritocrática se sustenta, pois se ambas as trabalhadoras realizam a mesma tarefa, não haveria razão para receber salários diferentes. Não se trata, nesse caso, de salário por produção, mas apenas de individualização salarial diferenciada por nacionalidade, à qual soma-se ainda a desigualdade de gênero.

Abaixo, reproduzimos a fala de outro entrevistado sobre a questão. Perguntado quantas nacionalidades havia em sua fábrica, ele respondeu:

*São quatro nacionalidades na fábrica.*

[Quais?]

*Chinesa, peruana, brasileira e japonesa.*

[E todo mundo tem as mesmas condições ou não?]

*Óbvio que não.*

[Como que é diferente?]

*Primeiro são os japoneses, eles são shain [trabalhador formal]. Depois somos nós brasileiros e peruanos, né. Trabalham na mesma empreiteira então o tratamento é igual. Depois vem os chineses, salário mais baixo, não sei se eles têm cobertura de seguro. Tem, Takeuchi?<sup>47</sup> Eu não sei mesmo, chinês tem?*

*Takeuchi: Deve ter.*

[E fazendo a mesma coisa todo mundo? Ou não?]

*A mesma coisa.*

[Você pode tá do lado de uma pessoa, fazendo a mesma coisa e os três diferentes...]

*Ganho quatrocentos ienes a mais que eles por hora*

Segundo Danièle Linhart, a relação salarial e de trabalho individualizada acarreta na retração do sentimento de companheirismo, afeta a noção de coletividade e obstaculiza as ações de enfrentamento coletivo ao capital (*idem*). Trata-se da modernização capitalista em que a *qualidade total* é exigida e assegurada pela *Gestão de Qualidade Total (Total Quality Management)*, visando à produção pela demanda da cliente, eliminando poros ociosos e onerosos para o capital.

Porém, mais do que a competição entre elas, o que mais chama a atenção é a inegável separação e isolamento entre as nacionalidades. Exceto uma relativa proximidade entre as brasileiras e as pessoas oriundas da América Latina, de resto, não

---

<sup>47</sup> No local desta entrevista estava o colega deste entrevistado, por isso a referência ao mesmo (“Takeuchi”)

há contato algum entre as dekasseguis brasileiras e o restante das imigrantes. A relação entre elas se limita ao local de trabalho. Uma fala bastante sintomática de um homem de 60 anos, quando perguntado sobre sua relação com os vizinhos foi: “*que vizinhos? A gente só tem relação com o trabalho*”. Essa fala é muito ilustrativa, porém carregada de complexidades e nuances. Veremos, um pouco mais adiante, como o cotidiano da imigrante muda, considerando a ética do trabalho no Japão.

Em nossa pesquisa, das 43 pessoas entrevistadas, apenas um homem era casado com uma imigrante de nacionalidade peruana. No supermercado/lanchonete brasileiro onde realizamos algumas entrevistas havia uma relativa presença de dekasseguis oriundas da América Latina, assim como também se vendia naquele local algumas mercadorias peruanas, bolivianas, entre outras.

Quando olhamos para as nacionalidades mais representativas e seu crescimento, percebemos que são nacionalidades que se inserem sobretudo em trabalhos não qualificados. Assim, o crescimento recorde refere-se ao polo não qualificado, contingente que cada vez mais tende a crescer, uma vez que o problema demográfico no Japão persiste.

Algumas hipóteses para a queda no número de brasileiros e a elevação na quantidade de outras nacionalidades são: uma maior organização política entre as brasileiras, e portanto uma tendência a reivindicarem melhores salários e condições de vida<sup>48</sup>; maior qualificação das brasileiras que passam a não mais aceitarem o trabalho imigrante em fábricas; a queda do salário nominal via declínio do salário/hora bem como a diminuição das horas extras, entre outros fatores. Ademais, as transformações ocorridas no Brasil também são fatores que podem corroborar com este influxo, especialmente em períodos econômicos favoráveis.

As retornadas do Japão mencionaram frequentemente que “*com o salário que tá, não tá dando mais pra guardar*”<sup>49</sup>, ou “*ninguém mais tem dinheiro por lá*”<sup>50</sup>, referindo-se à queda do poder aquisitivo.<sup>51</sup> Portanto, há que se indagar melhor essa mudança no

---

<sup>48</sup> Tentaremos desenvolver esse ponto de maneira mais aprofundada no capítulo 3 desta tese. Por ora, adiantamos que a mobilização política das brasileiras difere-se da de outras nacionalidades presentes no Japão.

<sup>49</sup> Mulher *dekassegui* na faixa dos 50 anos.

<sup>50</sup> Senhora de 70 anos, com 26 anos de residência no Japão e atualmente morando com a família de sua filha, na região de Aichi (relato coletado em sua viagem ao Brasil).

<sup>51</sup> Outro ponto ressaltado foi a maior utilização de cartões de crédito pelas brasileiras, onde colhemos relatos de que as dekasseguis hoje “*estão todas endividadas*”, situação até o momento inédita em nossa pesquisa e literatura consultada.

perfil, levando em consideração que a razão desta também possa estar ligada aos países de origem, seja este Brasil ou mesmo outros países.

O debate de kassegui aqui realizado relaciona-se diretamente com a crise demográfica que o Japão vive. Em 2019, a população japonesa totalizou 126 milhões de pessoas, o que representou uma diminuição de 0,21% em relação ao ano anterior e o oitavo ano consecutivo de decréscimo populacional recorde.<sup>52</sup> A população economicamente ativa – 61% das japonesas – continua insuficiente para a demanda interna por força de trabalho. Pessoas com mais de 65 anos já somam 35 milhões, ou 28% da população, sendo a maior porcentagem histórica. Ademais, idosos acima de 75 anos correspondem a 14,4% da população, ou seja, uma em cada sete japonesas. A quantidade de crianças de zero a 14 anos não para de recuar – 12% da população –, com diminuição de 180 mil em relação ao ano anterior.<sup>53</sup>

A diminuição da população elencada acima, somada à baixa taxa de fecundidade de 1,4 por mulher leva cada vez mais ao envelhecimento populacional, gerando uma crise demográfica anunciada desde a década de 1990. O primeiro ministro Abe procura, através de estímulos econômicos, como incentivos fiscais e assistências monetárias, aumentar a taxa de fecundidade para ao menos 1,8 por mulher, tentativa que até o momento teve pouco sucesso. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas, caso o Japão persista com esse quadro de crise demográfica, em 2100 a população poderia cair para 83 milhões de pessoas, sendo 35% delas com mais de 65 anos.

Além do estímulo para que a taxa de fecundidade cresça, o incentivo para atrair mais imigrantes sempre foi a solução encontrada por países com carência de força de trabalho. A despeito da já mencionada diminuição de brasileiras, o aumento de 14,2%<sup>54</sup> no número de trabalhadoras estrangeiras (em relação a 2017), que representou o maior volume já registrado, ilustra a tentativa do governo nessa missão. Nos últimos quatro anos, a população estrangeira saltou de 787 mil para um milhão e 460 mil trabalhadoras estrangeiras.

---

<sup>52</sup> Fonte: *Ministry of Internal Affairs and Communications* <https://www.stat.go.jp/data/jinsui/new.html>.

<sup>53</sup> Fonte: <https://www.stat.go.jp/data/topics/topi1131.html>

<sup>54</sup> Fonte: <http://www.mhlw.go.jp/file/04-Houdouhappyou-11655000-Shokugyouanteikyokuhakenyukiroudoutaisakubu-Gaikokujinkoyoutaisakuka/0000110233.pdf>

Empresas que contratam estrangeiras somavam 216 mil em 2018, com um incremento exponencial nos últimos anos. Em 2014, por exemplo, esse número era de 137 mil, um aumento, portanto, de quase 80 mil, ou 57%, em quatro anos.

Mesmo com os dados acima, a população estrangeira no Japão continua baixa (1,7%), quando comparada a outros países de economias centrais. As políticas de atração de imigrantes por parte de um país sempre são motivos de controvérsia nacional, consideradas por muitos governos conservadores e por parte da população como possíveis geradoras de distúrbios. Por isso, mudanças no padrão migratório são gestadas de maneira conflituosa e nem sempre no ritmo desejado. Assim foi (ou continua sendo?) no Brasil (NABUCO, [1879], 2003) com a ideia do “perigo” da invasão estrangeira (no caso citado, os chineses), como também foi na Europa quando Sayad (1998) lembrou-nos que historicamente a existência da imigrante sempre foi tratada como uma “questão”, um “problema” a ser resolvido, seja esse relacionado à habitação, ao trabalho, à criminalidade, ou a outras adversidades. Dizemos: “a questão habitacional da imigrante”, “a questão do trabalho da imigrante”, “a questão da educação da imigrante”, isto é, sempre tratando-a como um obstáculo.

Neste raciocínio, ora na atração de seus semelhantes (CORNELIUS, 1995), como as nikkeis, ora na criação de novas modalidades de entrada (estagiárias ou intercambistas), o cenário é traçado com bastante cuidado para que não cause nenhum distúrbio nem rechaço por parte da população nacional. Do ponto de vista da força de trabalho, pela sua carência e pela baixa taxa de desemprego (2,4% em janeiro de 2020) o perigo de que as estrangeiras “irão roubar os empregos” da população local, tal como acontece na Europa e EUA, não procede. A inserção das imigrantes não qualificadas está justamente nos setores com maior déficit de força de trabalho, como na indústria, local onde um terço de todas as imigrantes trabalha, como é o caso das brasileiras.

Sabemos que – oficialmente – o Japão não adota a política de concessão de vistos para trabalhadoras não qualificadas, a despeito de todo o problema demográfico mencionado. No atual debate, a única exceção tem sido na construção civil, setor que acumula uma acentuada carência de força de trabalho e que precisará ser reforçado para os Jogos Olímpicos de 2020 que se aproximam. Nas reuniões<sup>55</sup> entre a Confederação das

---

<sup>55</sup> Esse debate pode ser encontrado no site do *Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo* 国土交通省, *Kokudo-kōtsū-shō*):

Indústrias e o Ministério da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo têm-se debatido a adoção de políticas de concessão de vistos especiais de até cinco anos para trabalhadoras estrangeiras não qualificadas. Os debates que se seguem ressaltam a necessidade do aumento da produtividade local devido à competitividade internacional, em uma conjuntura de recessão econômica e contínuo encolhimento do PIB. Cabe ressaltar que em 2010, o Japão foi ultrapassado pela China no posto de segunda economia mundial.

Outra solução para a carência de força de trabalho é o estímulo para maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Segundo dados de 2018<sup>56</sup>, das mulheres japonesas com idade entre 15 e 64 anos, 52,5% trabalhavam, em contraste com 81,8% dos homens. Esse é um número considerável, quando comparado a outros países<sup>57</sup>, além de ser um número que não para de crescer a cada ano, batendo seu recorde histórico de participação desde a coleta de dados iniciada em 1968. No entanto, como a trajetória ocupacional das mulheres é estruturada de maneira diferente em comparação aos homens (HIRATA, 1993), isso implica em maiores constrangimentos e barreiras para a melhor inserção no mercado de trabalho.

Tradicionalmente, a mulher japonesa que concluiu seus estudos (seja o secundário ou universitário) se insere no mercado de trabalho. No entanto, o nascimento dos filhos implica em seu afastamento para se dedicar ao cuidado da criança e da casa. Ou seja, a chamada curva M ainda persiste<sup>58</sup> no Japão, onde o nascimento do filho implica na saída do mercado de trabalho, ocorrendo o retorno na faixa entre os 40 aos 55 anos, permanecendo até a idade de sua aposentadoria. As novas gerações parecem contribuir para uma atenuação desse padrão, mas a constante divisão sexual do trabalho implica que a tarefa de cuidar dos filhos e da casa ainda seja dominada quase exclusivamente pela mulher. A falta de creches públicas em tempo integral e direcionadas para bebês recém-nascidos corroboram para a manutenção desse afastamento temporário das mulheres do mercado de trabalho.

Podemos dizer que historicamente o trabalho feminino sempre foi desvalorizado e as oportunidades nunca foram atrativas. A desproporcional taxa de informalidade é um exemplo. Em 2018, 37,4 % dos trabalhadores tinham algum tipo de contrato não efetivo

---

[http://www.mlit.go.jp/totikensangyo/const/totikensangyo\\_const\\_tk2\\_000084.html](http://www.mlit.go.jp/totikensangyo/const/totikensangyo_const_tk2_000084.html).

<sup>56</sup> Fonte: <https://www.stat.go.jp/data/roudou/rireki/nen/ft/pdf/2018.pdf>

<sup>57</sup> Fonte: [http://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2015\\_empl\\_outlook-2015-en](http://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2015_empl_outlook-2015-en)

<sup>58</sup> Fonte: [http://www.gender.go.jp/about\\_danjo/whitepaper/h25/zentai/html/zuhyo/zuhyo01-00-10.html](http://www.gender.go.jp/about_danjo/whitepaper/h25/zentai/html/zuhyo/zuhyo01-00-10.html)

(*hiseiki*), sendo que, desses, 68% eram mulheres e 32% homens<sup>59</sup>. Naquele ano, houve um aumento de 40 mil postos de trabalhos não efetivos para homens e 130 mil para mulheres em relação ao ano anterior. O trabalho mais estável, com relações de trabalho menos flexibilizadas e de maior prestígio social sempre foi destinado aos homens. Além disso, com a estagnação econômica e o aumento da informalidade do trabalho nas últimas duas décadas, a diferença na informalidade do trabalho entre mulheres e homens se acentua.

Ainda que o atual governo tente estimular a maior inserção das mulheres japonesas no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a crise econômica e a contínua escolha política que se faz diante desse cenário não parece caminhar para o aumento da fecundidade, como desejado. Isso porque para se ter mais filhos, há que se desenvolver uma maior rede pública de cuidado destinado às crianças e maiores incentivos fiscais. Para que a mulher fique no mercado de trabalho, por sua vez, há que se ter melhores oportunidades de emprego e estabilidade.

O debate sobre a carência de força de trabalho caminha com propostas de resolução explicitadas nessas frentes, tendo resultado pouco efeito até o momento. A opção de importar imigrantes continua sendo uma possibilidade viável e que caminha paralelamente com a precarização do trabalho, como veremos mais adiante.

### **1.5 *Kaisha*: a fábrica na cidade de Toyota**

A palavra “*kaisha*” significa “empresa” ou “companhia” em japonês. Ela é composta pela junção de dois ideogramas do *kanji*: *kai*= 会 e *sha* = 社, significando “encontro” e “sociedade”, respectivamente (encontro com a sociedade). O termo *kaisha* é frequentemente utilizado para se referir ao trabalho. Frases como “voltei do *kaisha*”, “ir ao *kaisha*” ou “o *kaisha* aceita brasileiras” são bastante comuns entre as *dekasseguis*, assim como na língua japonesa como um todo. Aqui, adotaremos a palavra “*kaisha*” para designar o trabalho, a fábrica e a empresa japonesa.

---

<sup>59</sup> Fonte: <http://www.stat.go.jp/data/roudou/sokuhou/nen/dt/pdf/index1.pdf>

Como identificado pelo antropólogo Roberson (2003), que realizou uma etnografia do trabalho no Japão, as japonesas costumam usar a palavra *uchi* (algo que nos pertence, que está dentro) para simbolizar a *sua casa*, no caso: “*uchi no ie*” sendo traduzido para *minha casa*, ou *minhas crianças* que seria “*uchi no kodomo*”. Não obstante, além de coisas que de fato fazem parte de seu núcleo familiar, a japonesa também designa o *kaisha* (*company*) como *uchi*, como se fora algo que lhe pertencesse, pois *uchi* está em oposição ao que está fora (*outside*). Uma hipótese para origem deste *ethos* rigoroso do trabalho<sup>60</sup> seria a tradição da moral confuciana oriunda do *ethos do gambare* (esforço abnegado) já citado nesta pesquisa (OCADA, 2006). Seja como for, a ideia da empresa como sua família (*firm as a family*) teve um peso significativo (FRUIN, 1980) no último século. As próprias *dekasseguis* alegam sentir essa diferença de sentidos para com o trabalho. Para um homem de 60 anos que entrevistamos:

*O trabalho é a primeira casa deles, eu penso assim. A primeira coisa mais importante na vida do japonês é o trabalho, depois é a família. Eu, modo meu de pensar. Aí que tá a minha inversão, primeira coisa mais importante na minha vida é minha família e depois o trabalho. É certo que se eu não trabalhar não vou ter como suprir a minha família. Mas se eu não tiver a minha família pra me dar apoio, pra me dar ânimo e ter ela ali no dia a dia.*

Marília, uma outra entrevistada, de 51 anos, contou-nos como enxerga o trabalho no Japão:

*Porque, por exemplo, os anos passam e não vive. Mas isso eu acho que não é culpa do Japão, isso daí é culpa da própria pessoa que faz isso. Fica só naquela "ai, tenho que ganhar dinheiro, tenho que ganhar dinheiro, tenho que ganhar dinheiro" e não vive, não participa dentro de casa com os filhos. Aí começa as coisas a acontecer, né? Então, quer dizer, o meu modo de ver, né? Então eu, se eu vejo que eu tô estressada eu largo tudo*

---

<sup>60</sup> Sobre esse *ethos* e a disciplina do trabalho, uma outra hipótese vem do clássico estudo de Ruth Benedict em *O crisântemo e a espada*, em que a autora alega que há um “[...] princípio bastante aceito de economia psíquica japonesa de que a vontade deve reinar suprema sobre o corpo infinitamente ensinável e que este não possui leis de bem-estar, desprezadas pelo homem por sua própria conta. Toda a teoria japonesa de “sentimentos humanos” repousa sobre esta pressuposição. Quando se trata das questões realmente sérias da vida, as exigências do corpo, por mais essenciais à saúde, por mais destacadamente aprovadas e cultivadas, deverão ser drasticamente subordinadas. Seja a que preço for de autodisciplina, é preciso evidenciar o Espírito Japonês.” (1946, p.195)

*mesmo, quero nem saber, porque é o seguinte, eu tenho um lema "eu trabalho para viver, eu não vivo para trabalhar".*

*[...] Ah, o brasileiro trabalha mas ele não deixa de viver, né? Tá sempre com férias, pega férias e isso e aquilo. E aqui o Japão não, a prioridade é o trabalho, depois o... depois o... Uma vez eu lembro que quando eu entrei, a primeira vez que eu fui trabalhar numa fábrica o chefe falou assim "olha, se der alarme de incêndio, você tem primeiro que salvar o trabalho, depois você corre". Eu olhei pra cara dele... Aí quando deu o alarme de incêndio, primeiro eu corri, né? Lógico, não sou besta. Aí quando chegou no outro dia ele falou "por que tu correu? Não falei que...". Falei assim "porque se eu não salvar a minha vida como é que eu vou salvar os outros?". Aí ele ficou parado olhando como quem diz "é, ela tem razão, né". Então...*

Apesar de Ocada (2006) identificar o *ethos do gambarê* entre os nikkeis, como vimos acima, nossas entrevistas mostraram que há uma diferença substantiva da relação que se estabelece com o trabalho quando se compara a população descendente com a japonesa. "Os japoneses" mencionados por nossas entrevistadas eram seus companheiros de fábrica, operários que certamente possuem um vínculo formal de trabalho. Isso porque na indústria, tal como no Brasil, o trabalho formal por tempo indeterminado ainda prevalece, mantendo um patamar superior a outros setores. Assim, "o japonês" indicado pelas entrevistadas refere-se ao trabalhador que possui contrato vitalício (*shuūshin koyou*), criado entre as décadas de 1920-1930 para boa parte da classe trabalhadora do Japão e símbolo do toyotismo (GOUNET, 1999). Fora da indústria a formalidade não se mantém, prevalecendo as relações flexíveis (como demonstrado na taxa de informalidade) de trabalho, o que nos leva a questionar até quando a noção de *firm as family* como *ethos* conseguirá se sustentar sem a sua base material (formalidade do trabalho). No caso da região que estudamos, de fato, o *Sistema Toyota de Produção* prevalece<sup>61</sup>, não à toa ser a cidade onde teve sua origem.

A cidade de Toyota situa-se na província de Aichi, localizada na região de Chubu (região central do Japão e cerca de 300 km da capital Tóquio), tendo uma população de mais de 400 mil habitantes. Desse contingente, cerca de 57 mil são brasileiras. Em comparação com outras regiões, podemos dizer que Toyota é uma cidade altamente

---

<sup>61</sup> Como já indicado, prevalece para os japoneses, mas especialmente entre os homens. No segundo capítulo desta tese iremos nos aprofundar na diferenciação entre os gêneros.

povoada por imigrantes, uma vez que a porcentagem de estrangeiras no Japão não chega a 2%. Ademais, Toyota sempre foi a cidade onde mais se concentraram brasileiras, seguida por Shizuoka (28 mil) e Mie (13 mil).

A principal característica da província de Aichi é a sua alta concentração industrial, sendo a mais elevada do país. Toyota é considerada a *cidade do carro* justamente por sediar a empresa *Toyota Motors*, não sendo coincidência ter o mesmo nome. Até 1959, a região era chamada de Koromo, porém, em razão da importância que a empresa Toyota adquiriu, passou-se a adotar o mesmo nome da companhia. É a única cidade japonesa a apadrinhar seu nome com a de uma empresa privada. Além da matriz *Toyota Motors* instalada na década de 1930, há cerca de 860 fábricas concentradas naquela mesma região, sendo 357<sup>62</sup> o número de indústrias ligadas ao setor automotivo.

A *Toyota Motors* foi criada na década de 30, porém, antes de ser uma montadora, seu fundador Kiichiro Toyoda a havia começado como fabricante de teares automáticos, acompanhando habilmente as tendências do capital. A indústria têxtil fora um dos pilares da revolução burguesa japonesa. Ainda que o Japão tenha tido uma inserção capitalista atrasada quando comparada a outros países, uma das razões de seu êxito na concorrência mundial foi o impulso de sua indústria têxtil, que, por sinal, usava a penosa força de trabalho feminina<sup>63</sup> (MIYAKE, 2001).

Somente entre os anos de 1950 e 1970 é que irá se consolidar o modelo japonês como atualmente o conhecemos, apoiando-se, sobretudo, em dois fatores: a intervenção estatal via *MITI (Ministry of International Trade and Industry)* em importantes setores da economia, impulsionando o crescimento econômico no chamado *milagre japonês* (1954-1973) e a posterior criação do *Sistema Toyota de Produção* pelo engenheiro Taichi Ohno (1997).

Apenas em Toyota são mais de 105 mil trabalhadoras da indústria, sendo mais de 90 mil somente no setor automotivo. Mesmo que a cidade tenha atraído trabalhadoras de regiões vizinhas, considerando o tamanho de sua população (400 mil), é bastante evidente

---

<sup>62</sup> Fonte: <https://www.city.toyota.aichi.jp/shisei/profile/1029019/1004591.html>

<sup>63</sup> Mais adiante, discorreremos sobre o lugar da mulher no mercado de trabalho japonês. Por ora, lembramos que, na industrialização japonesa, os pequenos trabalhadores rurais não tinham dinheiro para sequer comer “Gohan” (arroz japonês, base de sua culinária) e enviavam suas filhas para as fábricas têxteis com péssimas condições de trabalho. As questões suscitadas por autoras japonesas são: “por que foram as meninas as enviadas e não os meninos?”, ou “por que a historiografia do trabalho, incluindo autores marxistas japoneses invisibilizaram a enorme contribuição das meninas na expansão na indústria têxtil japonesa?” (MIYAKE, 2011).

o peso da indústria nesse local. As 12 fábricas da *Toyota Motors* localizam-se em Aichi e sete delas na cidade de Toyota. No entanto, para além da empresa mais famosa e lucrativa do Japão (e a maior montadora do mundo), as outras centenas de empresas também se conectam com a Toyota, uma vez que são, em sua maior parte, pequenas e médias empresas subcontratadas pela matriz.

A cidade do carro, no entanto, não se limita à empresa Toyota, mas igualmente produz peças para tantas outras montadoras japonesas. Das 43 entrevistas que realizamos, o *kaisha* onde parte considerável das entrevistadas trabalhavam era em uma conhecida empresa de parafusos que conta com mais de mil funcionários em seu quadro. Os parafusos fabricados nesta empresa, como nos contou Hiroshi, vai para “[...] Toyota, pra Nissan, pra Suzuki, pra várias. Fornece pro Japão, várias... assim... tipos de carro”. Não somente os parafusos, mas muitas das fábricas subcontratadas fornecem suas peças para diversas montadoras, mudando sua produção de acordo com a demanda do cliente (*just in time*).

Apesar de Toyota empregar 105 mil pessoas na indústria (em uma população de 400 mil), apenas 17% da força de trabalho japonesa está inserida nesse setor<sup>64</sup>. A província de Aichi, onde se localiza a Toyota, lidera a produção industrial há 41 anos consecutivos, por isso ela é considerada a maior “cidade fábrica” do Japão. Pelo Gráfico 1<sup>65</sup> onde é apresentado o volume (em ienes) das exportações da indústria, nota-se a projeção de Aichi — que produz 13% do total de volume nacional — em comparação com outros polos industriais e províncias.

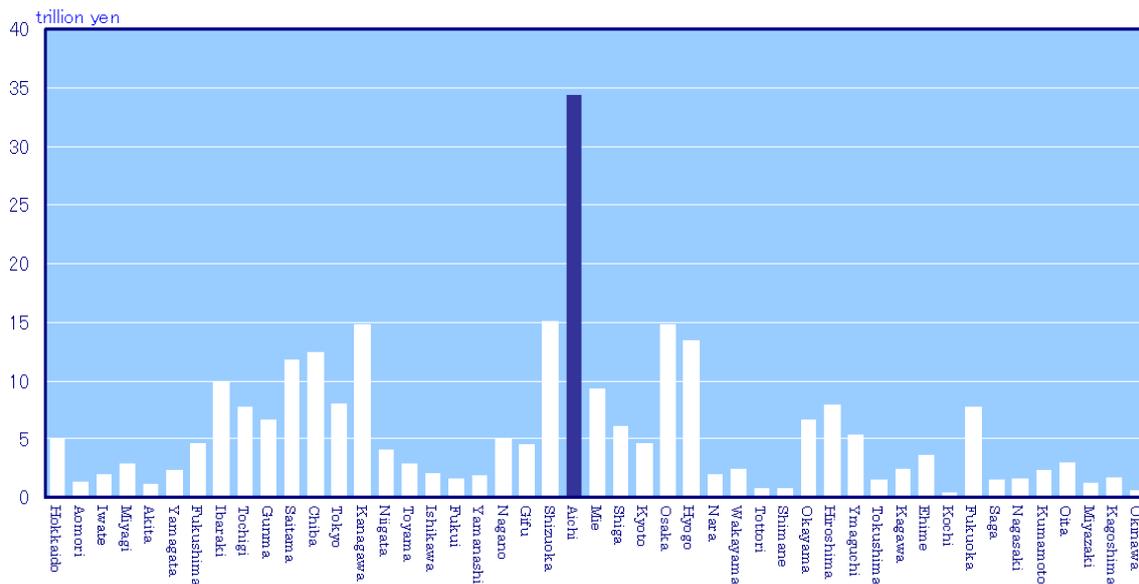
---

<sup>64</sup> Fonte: <https://www.jil.go.jp/kokunai/statistics/chart/html/g0005.html>

No Brasil, a indústria representa 20% do trabalho formal. Fonte: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria/>

<sup>65</sup> Fonte: Prefeitura de Aichi <https://www.aichi-brand.jp/create/index-e.html>

**Gráfico 1 – Exportações das Indústrias por Província – Japão 2009**

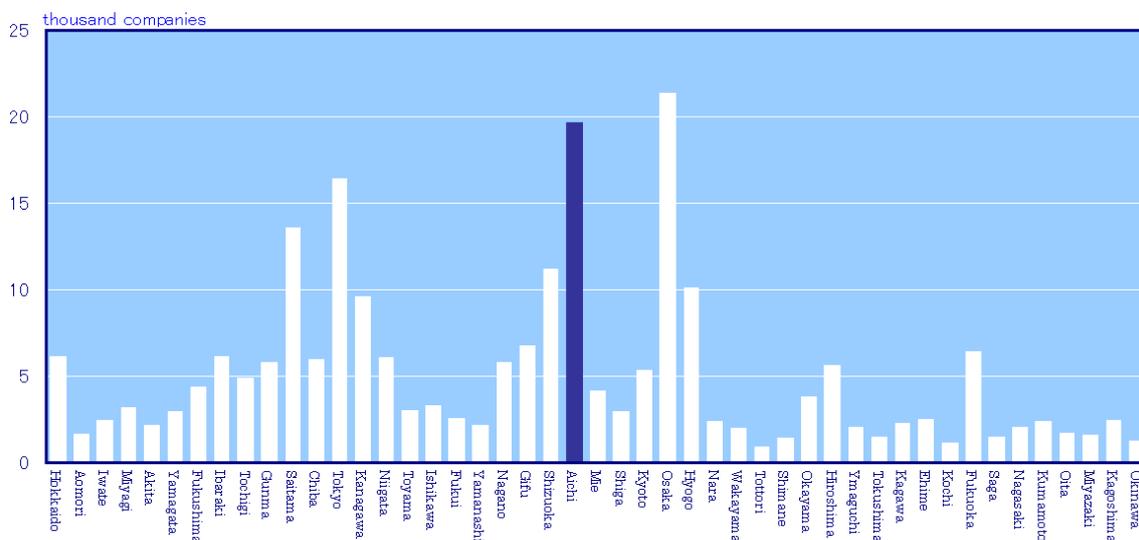


Fonte: Prefeitura de Aichi. Disponível em <https://www.aichi-brand.jp/create/index-e.html> 2009

A quantidade de empresas sediadas em Aichi também é elevada (ver Gráfico 2) e a província ocupa o segundo lugar nacional, com quase 20 mil empresas<sup>66</sup>, representando 8,4% do montante do país. A produção nacional voltada para a exportação de carros e eletroeletrônicos consegue escoar suas mercadorias através do grande porto de Nagoya, que também se localiza em Aichi.

<sup>66</sup> Trata-se de empresas que tenham pelo menos quatro funcionários em seu quadro.

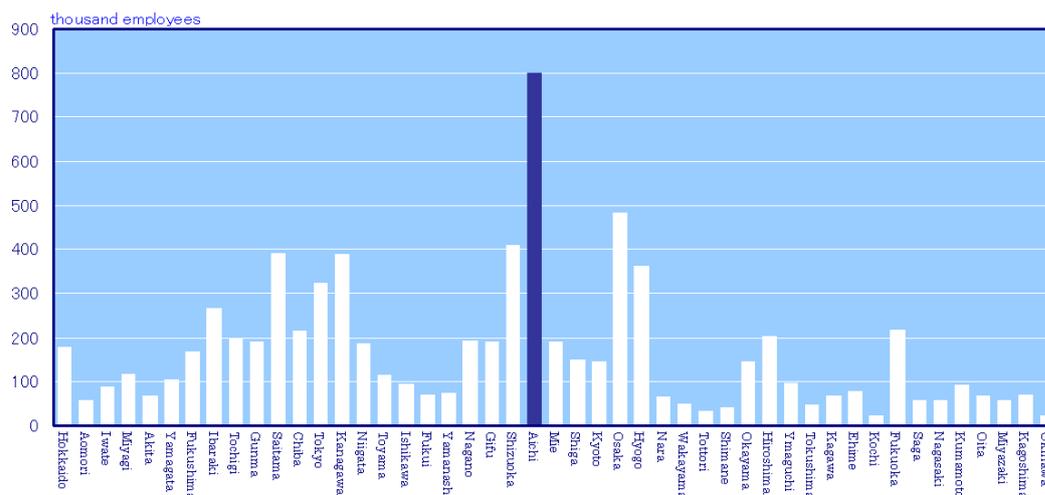
**Gráfico 2 – Empresas sediadas por Província – Japão 2009**



Fonte: Prefeitura de Aichi. Disponível em <https://www.aichi-brand.jp/create/index-e.html> 2009

Ainda sobre os números de Aichi, são mais de 800 mil trabalhadores somente na indústria manufatureira (Gráfico 3), representando 10,4% do total desse setor. O número absoluto desse montante é quase o dobro em comparação ao da segunda província onde mais se contratam em fábricas. Não à toa, os *dekasseguis* estão majoritariamente nesta província, mais especialmente na cidade de Toyota.

**Gráfico 3 – Trabalhadores na Indústria Manufatureira por Província – Japão, 2009**



Fonte: Prefeitura de Aichi. Disponível em <https://www.aichi-brand.jp/create/index-e.html> 2009

O *kaisha* que a dekassegui trabalha geralmente é de pequeno a médio porte e quase todos as nossas entrevistadas trabalhavam em empresas desse tipo, voltadas ao setor automotivo e de peças metalúrgicas (como o caso do parafuso) com diversas funcionalidades. Algumas outras produziam bancos para carros, monitores, vidros ou outras peças para automóveis.

Sobre as relações, condições e processos de trabalho<sup>67</sup>, podemos dizer que o trabalho em fábrica continua sendo extenuante, com longas jornadas, relações contratuais flexibilizadas e ascensão quase nula, a despeito desses 30 anos de fenômeno migratório. Sobre os tipos de trabalhos realizados, segue abaixo um quadro geral das entrevistadas de nossa pesquisa:

---

<sup>67</sup> Para mais detalhes, ver o trabalho de Roncato (2013).

**Tabela 2 – Trabalho no Brasil e no Japão por Entrevistado**

Entrevistado	Trabalho no Brasil	Trabalho no Japão
1	Xerox da Universidade	Fotógrafa
2	Vendedor no Brás/SP	Fábrica (torno)
3	Recepcionista Loja	Desempregada
4	Recepcionista Loja	Fábrica
5	Nasceu no Japão	Auxiliar dentista
6	Auxiliar financeira	Fábrica Shiroki
7	Atendente de gráfica	Fábrica (torno)(peça pra Toyota e Mitsubishi) m
8	Atendente em locadora	Fábrica e açougueiro no supermercado Bolão
9	Buffet infantil/Bar	Fábrica
10	Nasceu no Japão	Fábrica
11	Não trabalhava	Fábrica. Meidoh (parafuso)
12	Jornalista	Desempregado
13	Vendedor de móveis	Construção civil (trabalhador diarista)
14	Bancário	Motorista de caminhão (para Toyota).
15	Operário/ “Bico” de motorista em SP	Fábrica. <i>Tectei Carburador</i>
16	Professor	Jornalista
17	Operário (Fabrica de calçados)	Fábrica. Meidoh (parafuso)
18	Bóia fria/cerâmica/pedreiro/depósito de material	Açougue do Bolão
19	Pedagoga	Monitora de escola brasileira
20	Granja	Fábrica
21	Proprietário de loja	Fábrica/Remoção de rebarba Operário fundição.
22	Telefonista/secretária	Atendente de loja para brasileiros
23	Não trabalhava	Desempregado
24	Bancária	<i>Arbeit</i> na fábrica de “marmitex”
25	Agropecuária	Fábrica. Fujioka (metal) despacho
26	Cabelereira	Fábrica
27	Prof. de Ed. Física	Acabou de ficar desempregado
28	Feirante	Dono de oficina mecânica direcionado aos brasileiros
29	Lojista	Fábrica (chicote)
30	Prof. Artes marciais	Fábrica
31	Polícia civil	Fábrica (prensa)
32	Operário	Fábrica
33	Bancário	Fábrica (encarregado dos brasileiros)
34	Feirante	Fábrica (solda)/Líder da seção. Shain
35	Bancária/professora	Proprietária de loja de roupas para brasileiros
36	Atendente de loja	Fábrica de “marmitex”
37	Coordenadora de vendas	Fábrica/Solda (prensa)
38	Caminhoneiro	Fábrica (forno)
39	Empregada doméstica, supermercado, loja	Fábrica
40	Não trabalhava	Ajudante escolar. Auxilia as crianças brasileiras
41	Ajudava os pais na agricultura	Fábrica
42	Operário	Fábrica (Meidoh)
43	Lavoura	Fábrica (cinto de carro)/Arbeit no mercado

Fonte: Pesquisa de Campo, Toyota 2018. Elaborado pela autora.

Como podemos perceber no quadro acima, a maioria das nossas entrevistadas não realizava trabalhos qualificados antes de migrarem, tampouco tinham escolaridade avançada. Conforme já tratado em trabalho anterior (RONCATO, 2013), das nikkeis que migram, algumas são pertencentes a uma fração de classe média baixa, mas têm sobretudo uma origem de classe trabalhadora.<sup>68</sup>

Os trabalhos realizados no Japão são no chão de fábrica e embora algumas das dekasseguis já tenham sido operárias no Brasil, para a maioria delas essa é a sua primeira experiência como tal. Como elas trabalham em pequenas e médias empresas subcontratadas, geralmente, seja o que for que produzam, suas mercadorias abastecem diversas montadoras japonesas. Os trabalhos mais comuns são no torno, na prensa, na montagem, na solda, entre outras atividades comuns em fábricas metalúrgicas. Refletindo a polivalência do *Sistema Toyota de Produção*, quase todas as entrevistadas diziam que realizavam mais de um tipo de processo de trabalho. Quando perguntada sobre o que faziam no trabalho, um tipo de fala bastante comum era:

[Então é tipo uma fábrica subcontratada da Toyota?]

*É.*

[Dessas pequenas que fornecem pra Toyota?]

*Sim, sim. Daí a gente faz a peça do ar condicionado do Lexus. Mas é bem simples.*

[E fazia mais de uma coisa em cada vez? Precisava fazer?]

*Até hoje, quando falta pessoa lá na frente, de montar, daí o chefe me muda pra frente e depois eu venho pro kensa<sup>69</sup>, ou ao contrário. Então nunca tem "você vai fazer só isso", pelo menos eu, que consigo montar e fazer kensa.*

Como podemos notar na fala dessa jovem de 17 anos, é corriqueiro que uma dekassegui tenha que substituir outra trabalhadora ausente, por vezes ficando incumbida de realizar a tarefa de duas pessoas. Não sendo suficiente a atribuição de multitarefas, a jornada de trabalho segue sendo bastante longa.

---

<sup>68</sup> Segundo Patarra (2005), os estudos migratórios apontam que nunca são os “mais pobres” que emigram, pois o processo migratório requer um mínimo de investimento suficiente para se concretizar. Assim sendo, é importante salientar que há uma seleção dentro da classe trabalhadora para escolherem os “aptos” a migrarem.

<sup>69</sup> Inspeção

Em média, uma dekassegui trabalha seis dias por semana, com uma jornada diária de trabalho de 10, 12 horas, podendo chegar a mais horas dependendo da produção. Diferentemente das trabalhadoras com contratos por tempo indeterminado – as japonesas – a dekassegui recebe por hora, por isso a necessidade de fazer horas extras para assegurar sua subsistência e, se possível, fazer uma poupança. Entretanto, a exaustiva carga de trabalho cobra o preço em seus corpos. Perguntando para um trabalhador de 44 anos sobre doenças decorrentes do trabalho, ele respondeu:

*Anteontem eu tive um amigo que teve uma leve convulsão, que fala, a língua dele enrolou. Ele tava deitado assim, às quatro da manhã da madrugada. Eu tava assim, deitado também, um deitado pra um lado e outro pra outro. Aí ele começou (sons de gemidos), eu digo "mas rapaz, o Pikachu", o apelido dele é Pikachu, eu digo "o Pikachu tá passando mal, tá tendo pesadelo, vou até gravar pra depois dizer que não é mentira". Mas quando a gente viu que ele tava passando mal mesmo, a gente levantou ele. "Pikachu, o que você tem?", "a minha enrolou", ele falava. A língua dele enrolou, disse que tava faltando ar e por isso que ele tava pedindo ajuda.*

[Mas que tem a ver com o trabalho?]

*Não sei, porque ele faz um horário lá... Porque tem dois turnos e tem um que é três turnos, é um horário bem louco. **Ele tava no nono dia** trabalhando direto.*

[Seguido?]

*Seguido.*

A carga de trabalho descrita no depoimento acima não é incomum. Maurício, de 35 anos, relatou-nos que “*O meu máximo de horas de zangyo [hora-extra] que eu fiz [no mês], foi cento e sessenta horas de zangyo*”. No caso desse entrevistado, a hora-extra semanal seria de 40 horas, quantidade muito superior ao permitido e com altos riscos de adoecimento.

Muitas brasileiras optam por realizar longas jornadas em razão do tipo de relação de trabalho (horista), bem como por não poderem recusar a demanda. Mais uma vez, a situação de flexibilidade os acaba impelindo à pouca margem de negociação com os seus superiores. Elas relataram que caso se recusassem a fazer hora extra, acabariam ficando “marcadas” e em qualquer ocasião de baixa produção poderiam ser as primeiras a serem demitidas.

Reafirmamos que a situação da imigrante é convenientemente funcional à indústria japonesa, uma vez que ela consegue assegurar o seu núcleo “duro” com as trabalhadoras fixas (japonesas) em perfeita sintonia com as imigrantes situadas nas beiras, onde estas últimas podem ser “descartadas” quando convier (RONCATO, 2013). Se fossemos fazer uma analogia com a análise do Brasil em *Crítica à razão dualista* (1973), de Francisco de Oliveira, em que haveria a convivência entre modernização e atraso, ou mesmo onde o polo dinâmico se servia do atraso para benefício próprio ao seu desenvolvimento, podemos dizer que o *kaisha* japonês e seu “núcleo duro” só se sustenta e pode se desenvolver às custas das imigrantes, situadas aparentemente às margens do modelo japonês.

A seguir, veremos mais de perto o local onde tudo isso acontece.

### **1.6 O caso *Homidanchi*: espaço da (des) sociabilidade**

Situada na província de Aichi e na cidade de Toyota, o Homidanchi é um complexo habitacional altamente povoado por imigrantes. Cerca de sete mil pessoas vivem nesse conjunto habitacional, conhecido também como “COHAB brasileira” ou *Little Brazil*. Composto por 1624 lares de famílias japonesas e 1567 lares de famílias de origem estrangeira, o Homidanchi é majoritariamente habitado por brasileiras: 87% das estrangeiras são provenientes do Brasil, enquanto as outras nacionalidades – como a chinesa, peruana, boliviana, coreana, entre outras – são pouco representadas.

No intuito de suprir a demanda imobiliária das indústrias locais, o Homidanchi começou a ser construído em 1972 e habitado a partir do ano de 1978. Conforme descreve Nobuhiko Nibe (2016), sociólogo e especialista na cidade de Toyota, foi somente no final dos anos 1980 que imigrantes começaram a mudar-se para o conjunto habitacional. Nibe vem pesquisando a cidade de Toyota e a empresa de mesmo nome há décadas e relata que o Homidanchi é um caso paradigmático para diversos estudos sociológicos, pois nele se congrega um microcosmo de diversos fenômenos sociais, tais como conflitos étnicos, relações de trabalho, problemas com educação, problemas habitacionais etc. Ele o chama de “o conjunto habitacional de minoria étnica que sobrevive há quatro décadas” (2016).

Desde os anos 1990, a partir da *Reforma na Lei Migratória*, brasileiras começaram a mudar-se para esse local por ele comportar duas vantagens: a localização estratégica

*dentro* da cidade-indústria Toyota e o baixo valor dos apartamentos. O Homidanchi é um complexo extenso, com mais de 200 hectares, abrigando quase 70 edifícios, que se dividem em propriedades privadas e do governo de Aichi. Para alugar um apartamento particular via imobiliária o valor é relativamente alto, podendo custar de 50 a 70 mil ienes<sup>70</sup> mensais.

Por outro lado, as dezenas de propriedades do governo são direcionadas à população com baixos salários, que, mediante a comprovação de renda e de dependentes, têm o seu valor do aluguel calculado, podendo garantir um apartamento por 10 mil ienes mensais<sup>71</sup>, dependendo do caso. Vale ressaltar que esses valores são extremamente baixos, considerando que o Japão tem um dos mercados imobiliários mais valorizados do mundo. Para alugar um apartamento de tamanho similar em Nagoya ou em Tóquio, o aluguel pode ter um valor de três a quatro vezes maior.

Assim como é o caso de outros complexos habitacionais, esse também foi pensado para trabalhadoras de fábrica e de baixa renda, sendo um tipo de complexo que, à época, teve forte expansão no Japão. No caso do Homidanchi, a demanda era de operárias de empresas subsidiárias da *Toyota Motors*, o carro-chefe do Japão. A íntima relação entre Estado e Capital, naquela época ainda sob a égide do Estado de Bem-Estar, fazia com que o primeiro guiasse a economia nacional, especialmente via o *MITI* já mencionado.

Cabe apontar que, desde o pós-guerra, a forte presença do Estado em diversos setores-chaves foi fortemente assentida pelos EUA, especialmente pelo seu interesse em impedir que a China comunista se desenvolvesse na região do extremo Oriente (MORRIS- SUZUKI, 1996). Assim, desde sempre no capitalismo – e como Marx já havia enunciado na *Crítica ao Programa de Gotha* ([1875], s/d, p. 18) — as relações jurídicas surgem de relações econômicas e necessidades criadas pelo capital. Naquele contexto, a demanda era por um Estado forte, fomentando os patamares de desenvolvimento a que o Japão chegaria posteriormente. Desde o surgimento do neoliberalismo, o papel do Estado vem se modificando, não estando ele menos ativo, mas variando significativamente sua relação jurídica no que toca especialmente à proteção social, assunto que iremos tratar no segundo capítulo desta tese.

---

<sup>70</sup> Cerca de 500 a 700 dólares mensais.

<sup>71</sup> Cerca de 100 dólares mensais.

Retomando o contexto do Homidanchi, destarte, o papel do Estado japonês foi fundamental para sua construção, mas não somente. Ele auxiliou a própria Toyota a ter ao seu redor toda uma estrutura favorável à sua expansão, desde a infraestrutura até a atração das dekasseguis via mudança na lei migratória. Não obstante, cumpre dizer que esse tipo de moradia não é exclusividade da imigrante não qualificada, mas muito habitada por trabalhadoras operárias autóctones<sup>72</sup>.

O *Homi*, como é chamado pelas brasileiras, localiza-se na área central de Toyota, mas é cercado por vegetação e isolado de outros bairros residenciais, com pouco acesso aos grandes centros comerciais, estações de metrô ou trens, dos espaços de lazer e de cultura, bem como razoavelmente longe (10 km), para os padrões japoneses, do centro comercial de Toyota. Ter carro como alternativa de locomoção é considerado necessidade para muitas das entrevistadas. Por ser uma região industrial, as alternativas de transporte público rumo às empresas nem sempre são de fácil acesso, diferentemente do que acontece em capitais japonesas.

Até anos recentes, existiam os transportes de vans fornecidos pelas próprias empreiteiras (chamados de *souguei*), que faziam o deslocamento entre o Homidanchi e as fábricas. Porém, como parte de corte dos recursos, esse serviço é cada vez menos oferecido, fazendo com que algumas brasileiras que não possuem carros próprios tenham de retornar ao Brasil. Conforme nos contou Minoru:

[Compra-se mais (carro) do que antigamente?]

*Hoje em dia, antigamente tinha bastante as vans, os micro-ônibus pra levar pra fábrica.*

[E tem menos souguei hoje?]

*Hoje é menos, eu acho que é menos. Comparando com antigamente.*

A cada ano que passa, alguns serviços anteriormente existentes estão deixando de funcionar e o papel das empreiteiras acaba reduzindo-se apenas à mediação entre a empresa e a imigrante. Serviços como acompanhar trâmites para vistos, auxílio para alugar apartamento e obtenção de proteção social do governo vêm sendo transferidos para

---

<sup>72</sup> Na região de Aichi, mais de 38 % das trabalhadoras são pertencentes ao chamado “colarinho azul” (blue collar), volume muito maior que a média nacional: é uma cidade-fábrica e logicamente uma cidade de operárias (NIBE, 2014).

as próprias dekasseguis. Não obstante, elas continuam a lucrar com a subtração de parte do salário-hora de cada trabalhador.

Segue abaixo (Imagem 1) a placa de entrada do Homidanchi.

***Imagem 1 – Placa de Entrada do Homidanchi***



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017

Em mais de 40 anos de história, o Homidanchi passou por diversas transformações. Não obstante, certamente o que mais o diferenciou de complexos similares foi a chegada das brasileiras. Nesse processo, a relação entre a imigrante brasileira e sua vizinhança japonesa nem sempre foi harmoniosa. Em 1999, o número de dekasseguis ultrapassou os 1000 habitantes (NIBE, 2016) e naquele ano o conflito se instaurou.

Para melhor compreensão do que é ser uma imigrante com todas suas agruras, alguns acontecimentos merecem ser recontados, por isso, segue uma digressão de um dos momentos mais marcantes da história desse local.

À medida em que a comunidade foi crescendo, o número de dependentes também se avolumou, desse modo começando uma primeira geração de filhos das imigrantes que todavia não se inseriam no trabalho. O Homi conta com duas escolas fundamentais, todas públicas e de matrícula obrigatória para as crianças japonesas na faixa etária entre os 7

até os 12 anos de idade. Depois desse primeiro ciclo, saindo um pouco do Homidanchi, há uma escola de ensino intermediário<sup>73</sup>, pública e igualmente de matrícula mandatória para os adolescentes entre 13 e 15 anos de idade.

Porém, nem sempre a inserção na escola ocorreu de maneira tranquila, pois ali é ensinada uma língua diferente, com disciplinas altamente rigorosas e muito distantes da cultura brasileira. Diferentemente dos dias de hoje, em que há a presença de intérpretes para as estrangeiras, naquela época não havia preparo algum para a recepção de crianças com *background* diferente. Os filhos das dekasseguis tinham que se adaptar a todo custo, caso contrário acabavam saindo da escola e permanecendo sozinhos em casa.

Ainda no ano de 1999, alguns adolescentes filhos de dekasseguis começaram a entrar em conflito com as gangues japonesas locais (chamadas de *Bosozoku*<sup>74</sup>), culminando em um episódio de esfaqueamento de um membro da gangue japonesa. Com esse episódio como estopim, o conjunto habitacional começou a ser matéria de inúmeras reportagens por toda a mídia japonesa, quase sempre retratando pejorativamente as brasileiras.

A imagem apresentada pelos meios de comunicações caracterizava os brasileiros como arruaceiros que não sabiam respeitar as normas e cuja presença quebrava a harmonia local por serem barulhentos e, sobretudo, perigosos. Depois dessa repercussão, ainda em 1999, grupos organizados da extrema-direita nacionalista chamados *Uyoku Dantai* (右翼団体) passaram a fazer rondas em ônibus pelo Homidanchi. Segue abaixo, como ilustração (Imagem 2), a imagem de um típico carro desse grupo, presente até hoje em todos os estados do Japão.

---

<sup>73</sup> Equivalente a 7<sup>a</sup> – 9<sup>a</sup> série brasileira.

<sup>74</sup> Muitos membros destas gangues juvenis, posteriormente acabam se tornaram membros da Yakuza (máfia) japonesa.

*Imagem 2 – Ônibus de grupos organizados da extrema-direita nacionalista*



Fonte: <http://www.japan-photo.de/e-uyoku.htm>

Esse tipo de automóvel circulou diversas semanas pelas ruas do conjunto, com seu megafone em potência máxima ao ponto de poderem ser escutados a dezenas de metros adiante. Os letreiros desses carros sinalizam slogans de cunho nacionalistas, fascistas e referendando o império Japão. Através dele eram esbravejadas palavras de ordem nacionalistas e xingamentos direcionados aos brasileiros com frases do tipo “Vão embora do Japão!”, “Saíam de nosso país!”, “Viva o Japão e o imperador!”, entre outras obscenidades de cunho fascista. Naquele período, o ambiente era de absoluto temor para as brasileiras, fazendo com que muitas delas não pudessem sair de casa com medo de serem agredidas e violentadas por esse grupo.

Após grandes coberturas em jornais nacionais, foi apenas depois de algumas semanas que o clima se tranquilizou, apesar de nenhum membro desse grupo ter sido responsabilizado pelos atos de xenofobia e disseminação de ódio. Assim, por um bom tempo, o Homidanchi ficou com o estigma de “lugar não frequentável” e habitado por “persona non grata”. São por episódios como esses que sociólogos japoneses como Higuchi (2007) e Nibe (2016), autoridades no assunto, afirmam que esse conjunto habitacional é paradigmático para a análise de diversos fenômenos sociais. A partir desse período, o número de habitantes japoneses decresce e o local vem se tornando cada vez mais um nicho (gueto) específico de imigrantes brasileiras (HIGUCHI, 2005).

Na imagem 3, podemos ver alguns dos prédios desse conjunto. Em seguida, (Imagens 4, 5, 6 e 7) podemos notar as condições de manutenção dos mesmos. Os locais das imagens 4, 5 e 6 continuam com odor de urina 20 anos depois.

***Imagem 3 – Conjunto de prédios do Homidanchi***



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

***Imagem 4 – Saída de emergência de um dos prédios com maior densidade de brasileiros***



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

***Imagem 5 – Passagem de um dos prédios com maior densidade de brasileiros***



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

***Imagem 6 – Corredor de um dos prédios com maior densidade de brasileiros***



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

*Imagem 7 – Vista do Conjunto Habitacional Homidanchi*



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

Transcorridos 20 anos desse episódio, atualmente há um relativo apaziguamento entre brasileiras e japonesas. Por apaziguamento, em muitos casos, podemos também entender uma ausência de relações vicinais. Quando perguntado sobre a história do Homi, um de nossos entrevistados, de 60 anos, comentou:

[Mas você acha que o Homi mudou nesse tempo? Tinha mais japonês?]

*Ah, nós impusemos nosso modo de vida lá, né? Nós impusemos. Colocamos os nacionalistas pra correr!*<sup>75</sup>

Com uma posição um pouco diferente, quando questionada sobre a imagem dos brasileiros, uma entrevistada de 51 anos respondeu referindo-se aos crimes cometidos por brasileiros:

*Hoje até que não tá tanto, mas antigamente era muita coisa que eles faziam. Eu acho que eles sujaram um pouquinho o brasileiro em si,*

[Você já morou no Homi?]

---

<sup>75</sup> Aqui, o entrevistado se refere a um episódio em que os brasileiros colocaram fogo em um dos carros dos envolvidos nacionalistas.

*Eu já.*

[Já?]

*Morei nove anos.*

[E você acha que o Homi mudou? Você vê alguma diferença?]

*Olha, faz oito anos que eu tô fora, graças à Deus, então não posso te dizer.*

[Por que graças à Deus?]

*O Homi... Não posso dizer, não vou dizer, porque tipo assim, depois que eu mudei de lá o meu caminho, o meu rumo é outro. É de Miyoshi<sup>76</sup> pra cá e daqui pro Miyoshi. Ou então por trás, que eu vou pra fábrica.*

[E você gosta mais de morar em Miyoshi?]

*Com certeza. Desde que eu cheguei*

Na fala dessa senhora transparece um certo tipo de rejeição ao conjunto habitacional, querendo mostrar-se distante do lugar de conflito e da imagem negativamente associada à dekassegui. Muitos de nossas entrevistadas habitavam no *Homi*, todas elas descreveram a mudança “positiva” pela qual o lugar passou em anos recentes.

Do ponto de vista estatístico (NIBE, 2016), o que aconteceu foi o envelhecimento da população japonesa ali habitante, a saída e o não retorno de seus filhos e o baixíssimo interesse de entrada de novas moradoras japonesas. Sendo assim, proporcionalmente, o lugar vem ficando cada dia mais abasileirado, com menor taxa de habitantes nativos. A degradação e a falta de manutenção (principalmente para o padrão japonês) dos prédios fica evidente quando comparado com seu estado há 20 anos atrás.

Nesse cenário, a cada ano a paisagem vem se tornando mais “amigável” à brasileira, no que se refere aos serviços direcionados a elas. Atualmente, no centro do complexo há uma grande galeria com supermercado, academia de ginastica, lanchonete, restaurante e lojas direcionadas às brasileiras. Lá, todos os anúncios estão sinalizados em português e alguns em espanhol para as outras latino-americanas. Fora dessa galeria também há outras lojas de roupas, cabelereiros, sem mencionar as dezenas de serviços que são realizados dentro dos apartamentos de forma marginal à burocracia exigida para estabelecimentos comerciais. Uma de nossas entrevistadas, uma mulher de 46 anos, tinha

---

<sup>76</sup> Cidade vizinha com menor número de imigrantes.

como fonte de renda ser fotógrafa<sup>77</sup> de ensaios fotográficos e de festas da comunidade. Além desses serviços, há uma ampla variedade de outros como: manicure, salão de beleza, preparativos para festas temáticas, vendas de salgadinhos brasileiros, entregas de “marmitex”, vendas de produtos de segunda mão, entre os mais variados negócios.

Ademais, há na região do complexo atividades subsidiadas pelo município, com trabalhadoras japonesas contratadas e voluntárias, alguns projetos de ensino de japonês, intérpretes em escolas, ajudantes em creches e outros tipos de cuidado que, de fato, melhoram o cotidiano das dekasseguis do Homidanchi.

Além da pesquisa de campo em 2017, por ter sido a autora observadora e participe da história deste local por mais de 20 anos, constatamos diversas nuances, muito sutis e com um olhar que merece um pouco mais de atenção para conseguir capturar a riqueza e complexidade deste emaranhado de conflitos (mas não só, há certamente a solidariedade também) que, por ora, deixaremos para prosseguir quando nos adentrarmos no último capítulo, que dialoga mais com a relação entre etnia e classe.

***Imagem 8 – Igreja evangélica situada na entrada do Homidanchi***



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

---

<sup>77</sup> Vale ressaltar que o companheiro e o filho dessa mulher trabalham em fábricas, assim o sustento total da casa era a somatória das três rendas, nesse caso não podendo saber se apenas o seu rendimento era satisfatório para sua manutenção.

**Imagem 9 – Loja de roupa brasileira dentro do conjunto habitacional**



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017

**Imagem 10 – Aviso sobre regras de estacionamento**



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017

*Imagem 11 – Placa de consultório médico com tradução para o português*



Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017

### **1.7 Mobilidade do trabalho e a superpopulação relativa**

O conceito de exército industrial de reserva foi desenvolvido por Marx, n' *O Capital*, no capítulo sobre *A Lei Geral da Acumulação Capitalista* e pensamos ser pertinente retomá-lo para pensar a sua relação com o crescente fluxo migratório internacional. Concordamos com a conhecida compreensão de Marx em que ele afirma:

com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam população supranumerária. Essa lei população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas. ([1867] 2013, p. 706-707).

A partir desse pressuposto, entendemos que a população não é uma abstração sem mediações com outras categorias, por isso a necessidade de entendê-la inserida em um contexto histórico.

Quando olhamos para os fluxos migratórios internacionais, há um progressivo aumento de seu volume, especialmente após a década de 1990, já que a cada ano vem sendo superada a taxa de crescimento populacional do mundo. Em 2019, segundo dados da Organização Internacional para as Migrações, eram mais de 272 milhões de imigrantes, ou seja, pessoas que viviam fora de seu país de origem. Em 2010, esse volume era de 214 milhões, em 2005, de 191 milhões e em 2013 essa população somava 230 milhões. Segundo consta no *Informe sobre as Migrações no Mundo* da OIM<sup>78</sup>, a despeito da crise econômica de 2008 não se observou um drástico recuo no volume das migrações internacionais. Ocorreu, de fato, uma diminuição momentânea desse volume em alguns países; em outros, como o Canadá, no entanto, o volume de migrantes vem aumentando depois de 2008 (OIM, 2011, p.59).

É bastante evidente que o crescente volume de migrantes no mundo coincide com a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), particularmente depois de 1990. O caso de kassegui também se insere nesse mesmo período histórico do capital: neoliberalismo e reestruturações produtivas em consonância com a mobilidade do trabalho em escala cada vez mais global. Vale destacar que o montante que constitui os fluxos de mobilidade mundial não se limita unicamente aos diversos tipos de migrações. Além dessas, naturalmente, existem também as refugiadas das mais diversas naturezas. Mesmo assim, a mobilidade do trabalho torna-se cada vez mais frequente e representa dois terços desse montante<sup>79</sup>.

Os fluxos migratórios internacionais, com uma grande parcela de trabalhadoras oriundas de países de capitalismo periférico rumo aos países de capitalismo central não excluem o crescente volume de outros fluxos Sul-Sul, Norte-Norte e até mesmo Norte-Sul (Cf. VILLEN, 2015)<sup>80</sup>. De todo modo, independentemente de qual seja a direção desses fluxos, todos eles têm o trabalho como elemento central. Concordamos com Abdelmalek Sayad em entender a centralidade que o trabalho assume para o fenômeno migratório, onde, segundo ele:

---

<sup>78</sup> Fonte: Dados de 2013: [http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR2013\\_SP.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR2013_SP.pdf)  
2011: [http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR2011\\_Spanish.pdf](http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR2011_Spanish.pdf)

<sup>79</sup> Fonte: *WORLD MIGRATION REPORT 2020* [https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2019/11/OIM\\_-\\_World-report-2020.pdf](https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2019/11/OIM_-_World-report-2020.pdf)

<sup>80</sup> Para mais detalhes sobre esses fluxos, ver o *Informe sobre as Migrações no Mundo* da OIM (2019).

um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma) mesmo se nasce para a vida (e para imaginação) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração) como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz morrer o imigrante que decreta sua negação ou que empurra o não-ser. (1998, p.54-55).

Achamos pertinente esse entendimento de Sayad para pensar que, sejam quais forem os fluxos migratórios, mesmo os constituídos por trabalhadoras qualificadas, têm o trabalho como sustentáculo do movimento. Sem o trabalho não existe a imigrante. Por isso, entender os fluxos migratórios na atualidade é entender a concorrência das trabalhadoras em busca de postos de trabalho em escala cada vez mais mundializada (CHESNAIS, 2005).

Desse modo, uma nova divisão do trabalho (HUWS, 2012) produzida após a mundialização do capital cria e recria novas condições para mobilidade do trabalho e para o capital. Não obstante, o movimento que o capital realiza para expandir suas fronteiras parece ter diferentes ritmos quando comparado ao movimento das trabalhadoras. Para Ursula Huws,

embora elas não sejam simétricas, existem barreiras e pontes para os fluxos livres de investimento de capital, bens e serviços através das fronteiras, assim como existem barreiras e pontes para a livre circulação do trabalho. E o conceito de mobilidade não se aplica apenas em viajar através das fronteiras, mas também deve ser aplicado às crescentes exigências para os trabalhadores passarem de emprego a emprego, de ocupação à ocupação ao longo de um ciclo de vida cada vez mais instável. Em outras palavras, a mobilidade tem de ser vista em ambas as dimensões espaciais e temporais (2012, p. 2, tradução nossa).<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> *Although they are by no means symmetrical, there are both barriers to and bridges for the free flows of capital investment, goods and services across borders just as there are barriers to and bridges for the free movements of labour. And the concept of mobility does not just apply to travel across borders but must also be applied to the increasing requirements for workers to move from job to job and occupation to occupation along an increasingly unstable life-course. In other words, mobility has to be viewed in both spatial and temporal dimensions.*

Concordando com o raciocínio de Huws, essas *pontes e barreiras* manifestam-se de maneira diferenciada entre capital e trabalho. Tudo indica que o capital tem uma maior mobilidade para transferir suas empresas para países que sejam mais lucrativos, que tenham vantagens fiscais, ou para locais que tenham menor resistência da classe trabalhadora nativa (Cf. SILVER, 2005). A transferência de produção para a China, para outros países asiáticos ou latino-americanos já é uma realidade. Uma única mercadoria tem seus diferentes componentes produzidos em diferentes países, cada um com sua razão de existência de se situar em determinada localidade sem grandes restrições.

As *pontes* geralmente liberadas para o capital têm o seu paralelo em certas *barreiras* encontradas para a mobilidade das trabalhadoras. A mobilidade do trabalho parece oscilar entre essas *pontes e barreiras*: dependendo de *a qual* trabalhadora nos referimos, do *momento* da mobilidade, bem como da *direção* do fluxo. Se, por um lado, mencionamos o crescente fluxo de imigrantes no mundo, sabemos que tal crescimento não ocorre simplesmente sem entraves. Os Estados nacionais, principalmente dos países de capitalismo central, parecem igualmente oscilar entre a *necessidade* da utilização dessa força de trabalho e o *bloqueio* quando essa população torna-se excessiva e inconveniente para o seu país. Ou seja, a demanda do capital é também constrangida por questões mais subjetivas como a opinião pública, as culturas nacionais, entre outros entraves.

Em nosso entendimento, naturalmente não há apenas a *barreira* para a mobilidade do trabalho. Mesmo antes da mundialização do capital, por exemplo, a reconstrução da Europa pós-guerra dependeu fortemente da utilização do trabalho imigrante (MORRIS-SUZUKI, 2006, p. 120).

Isto é, mesmo com o discurso oficial em que o estatuto da imigrante é sempre tratado como “*problema*”, fato é que sem essa força de trabalho numerosa, barata e em situações precárias a Europa não teria se erguido da maneira como o fez. Ademais, nesse período, o consagrado Estado de Bem-Estar Social estendido para a classe trabalhadora tampouco fora garantido para essa população. Vivendo como indocumentadas, ou seja, “*invisíveis*” para esses Estados, situavam-se à margem da cidadania burguesa. Tal situação, apesar de carregar o estigma das “*imigrantes ilegais*” como uma população hostil aos interesses do velho continente, certamente foi funcional, uma vez que sem a proteção social garantida, a reprodução de sua força trabalho custava menos para o capital.

Paralelamente, as *pontes* da mobilidade do trabalho tampouco se manifestam de maneira igual a todas, pois existem também as leis migratórias restritivas, diferenciadas segundo a divisão internacional do trabalho e segundo a condição de classe de cada trabalhadora. Os países de capitalismo central adotam leis mais restritivas para entrada de trabalhadoras não qualificadas, como é o caso do Japão, não obstante a necessidade dessa força de trabalho. As trabalhadoras que possuem certa escolaridade e com qualificação profissional, do outro lado, também sofrem menores constrangimentos para migrar. Ou seja, há uma aparente contradição em que os Estados nacionais precisam da força de trabalho imigrante, ao mesmo tempo em que não podem abrir totalmente suas fronteiras.

Segundo nosso entendimento, a existência da força de trabalho imigrante constitui-se como funcional ao capital em diversos sentidos, tais como: rebaixar o preço da força de trabalho local; aumentar a concorrência entre as trabalhadoras; fragmentar a classe social; legitimar certas políticas repressivas e controladoras à população; suprir a carência de força de trabalho em alguns setores, entre outras finalidades.

O caso da *dekassegui* também parece se encaixar nas funcionalidades descritas acima. A carência de força de trabalho na indústria japonesa atraiu as *nikkeis* espalhadas pelo mundo, porém o mercado de força de trabalho japonês não pode absorver toda essa população, tampouco garantir a ela a estabilidade de trabalho. Isso é, há, por parte do capital, a constante necessidade de manter um contingente à margem dos direitos sociais auferidos para a população, subempregadas, em relações informais, com uma alta rotatividade do trabalho e que frequentemente encontram-se desempregadas. Para entendermos a utilidade da manutenção desse contingente, nos ancoramos em Marx, que entende que:

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, por tanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada. ([1867], 2013, p. 712- 713).

Ou seja, a população *dekassegui* cumpre o papel, em parte, de ser uma superpopulação flutuante, ora atraída e ora repelida dentro da indústria moderna (*ibidem*).

Ela tem o papel de comprimir os salários locais, assim como sentem as oscilações da economia de maneira antecipada ao restante da população (HASHIMOTO, 2009). Não por acaso, a totalidade dos rendimentos das dekasseguis é inferior à japonesa que exerce a mesma função na fábrica.

O salário, calculado em forma do preço pela hora trabalhada, aparentemente não está muito abaixo da média dos salários japoneses. No entanto, diferentemente da operária japonesa, que possui relações contratuais formalizadas e estáveis<sup>82</sup>, a dekassegui se insere em relações contratuais majoritariamente informalizadas. Desse modo, por não possuírem proteção social, a totalidade de seu salário é mais baixa quando comparada à operária japonesa. A dekassegui recebe unicamente o preço da somatória das horas trabalhadas. Para a operária japonesa, por serem trabalhadoras com contratos estáveis e por tempo indeterminado, há por parte do patronato diversos custos, tais como: *bônus*, seguros sociais obrigatórios, seguros sociais não obrigatórios, custos administrativos, seguro desemprego, entre outros encargos inexistentes para manutenção da força de trabalho dekassegui.

Sendo uma força de trabalho muito mais barata e com ausência de proteção social, sua funcionalidade está em sua descartabilidade e na manutenção de um contingente que sirva para suprir essa demanda por trabalho. No entanto, na atualidade, tal contingente é constituído também por imigrantes.

Segundo François Chesnais:

[...] claro que um dos aspectos mais decisivos da mundialização do capital, saída da liberalização, da desregulamentação e das privatizações, é permitir a prossecução a uma escala muito vasta de estratégias capitalistas de colocação em concorrência directa de país para país de assalariados, de proletários, no sentido de gente que é obrigada a vender a sua força de trabalho (a arranjar um emprego) para viver. O movimento do capital é enformado permanentemente pelas respostas que ele é obrigado a encontrar para contrariar a baixa da taxa de lucro, que é uma tendência contínua do capitalismo. (2006, n.p.)

Essa “concorrência direta”, agora potencializada pela mundialização, possibilita uma maior circulação das trabalhadoras no mundo, aumentando a sua concorrência pelos

---

<sup>82</sup> Quando formos nos aprofundar nas relações e condições de trabalho das dekasseguis, iremos detalhar e mapear um pouco mais o mercado de trabalho japonês a fim de melhor exemplificar esta questão. Por ora, importante destacar que a despeito do contínuo crescimento das relações informais de trabalho no Japão, a indústria é ainda um setor com relativa estabilidade contratual (unicamente para as japonesas).

escassos empregos. No entanto, como tentaremos demonstrar ao longo desta tese, tal mobilidade também é diferenciada por raça/etnia, gênero e classe, fazendo com que, a depender do modo como cada uma dessas categorias se inter cruzam, sejam criadas diferentes mobilidades do trabalho, dando sentidos próprios a cada fluxo migratório.

## CAPÍTULO 2 – O CAPITALISMO JAPONÊS: A DIALÉTICA ENTRE A NECESSIDADE E A RECUSA DA IMIGRANTE

- *Quando você chegou pela primeira vez no Japão?*  
- *Dia doze de novembro de mil novecentos e noventa e um.*  
- *Lembra o dia exato?*  
- *Jamais vou esquecer.*<sup>83</sup>

### 2.1 Paradigma da trabalhadora flexível: *precariato* vs. imigrante

Dada a similaridade das situações vividas por imigrantes e por trabalhadoras que se encontram às margens de uma determinada sociedade, é frequente que a busca pela compreensão da particularidade dos primeiros remeta à tentativa de os encaixarem em categorias utilizadas para a análise dos segundos. Esse é o caso, por exemplo, da mobilização do termo precariado (ou *precariato*<sup>84</sup>, como é chamado no Japão), enquanto classe social, para a compreensão da situação imigrante; ou a aplicação da ideia de trabalhadora flexível, enquanto figura adjetivada; ou ainda a categoria de superpopulação relativa, como fizemos no capítulo 1; além de outras possíveis associações.

No presente capítulo, tentaremos analisar as particularidades que circunscrevem as trabalhadoras imigrantes, nos remetendo, ademais, a outras transversalidades que as definem. Iniciaremos com uma exposição crítica da literatura existente sobre a precarização do trabalho e passaremos, então, às transversalidades de gênero para, posteriormente, nos remetermos às questões de raça/etnia. O intuito nesse momento é o de agregar, passo a passo, as complexidades que caracterizam o nosso objeto de estudo.

#### 2.1.1 Qual a particularidade da imigrante?

Se é certo que a imigrante nasce através do trabalho, como dizia Sayad (1998), também o é que esse trabalho tem uma multiplicidade de manifestações que dependem

---

<sup>83</sup> Fala de uma de nossas entrevistadas, quando questionada o ano que emigrou ao Japão.

<sup>84</sup> No Japão, empresta-se a nomenclatura italiana que se origina da junção entre precário e *proletariato*.

do lugar de destino migratório e de seu momento histórico. Ancorada em Sayad, Liliana Segnini (2018, p. 230) complexifica essa indicação teórico-metodológica afirmando que existem “duas dimensões do mesmo fenômeno que não podem ser separadas e muito menos compreendidas de forma autônoma”. Sobre tais dimensões, afirma a autora:

por um lado, é relevante compreender as condições vividas em seus países de origem, considerando que o trabalho é central nessa questão, bem como a consubstancialidade das relações sociais de classe, de gênero e nacionalidades. Por outro lado, é necessário analisar também as condições concretas de trabalho e suas implicações políticas, econômicas e sociais no país da chegada ou de acolhimento.” (ibidem, p. 230).

No esforço de concatenar as duas dimensões sugeridas por Segnini, nesse capítulo, focaremos no contexto de acolhimento do país de destino. Contudo, dada a importância atribuída ao trabalho para a compreensão da situação imigrante, achamos apropriado começar pela exposição da relação entre essa e a precarização do trabalho.

Como mencionamos anteriormente, a carência de força de trabalho no setor industrial e na construção civil está entre os principais motivos da abertura do Japão às *dekasseguis*. É importante salientar que tal carência se deve também ao fato de trabalhadoras autóctones, especialmente as jovens, rejeitarem trabalhos com baixo status social (HOSOKAWA, 2011). A baixa taxa de desemprego, assim como a chamada “melhoria no emprego”, condição apregoada pela alta razão entre oferta e demanda de emprego (*job offer ratio*) se deve à expansão de empregos precários assunto que se relaciona diretamente ao imigrante, mas não exclusivamente.

Se o baixo nível de desemprego se sustenta pela criação de empregos chamados atípicos (Cf. VASAPOLLO, 2006), tal conjuntura acaba por refletir na proliferação de diversos tipos de trabalho considerados precários. Assim, a atual literatura sobre a classe trabalhadora e/ou o precariado pode nos ajudar a pensar esse “novo” fenômeno, onde a imigrante é a figura paradigmática, mas cuja situação, no entanto, não coincide com aquela da japonesa precária.

O economista inglês Guy Standing (2015) apresenta um debate pertinente sobre o “precariado” – a “nova classe perigosa”, segundo suas palavras. Tentaremos apresentar aqui esse debate, a fim de que ele possa contribuir para a compreensão do caso japonês.

Surgido na França da década de 1980, o termo “precariado” pode assumir diversas conotações, a depender da localização geográfica ou da visão de mundo de quem o utiliza

(*ibidem*, p. 26-27). Standing entende que desde a década de 1970, especialmente em um contexto de crise, economistas neoliberais, apoiados em governos como os de Thatcher e Reagan, apostavam na necessidade de flexibilizar as relações de trabalho vigentes. Para eles, era preciso “domar os sindicatos”, reduzir os títulos de créditos, diminuir o desemprego a fim de retomar um patamar de competitividade global e recuperar o crescimento econômico (*ibidem*, p. 21).

Na prática, tais necessidades significavam o aumento da flexibilidade das relações de trabalho, o que, na realidade, equivalia em transferir os riscos da insegurança para a classe trabalhadora (*ibidem*, p. 22). Desde então, essa “nova classe em formação”, segundo o autor citado, não para de crescer, estimando-se que um quarto de todos adultos no mundo faz parte do precariado. Trata-se de um fenômeno complexo, que não se reduz, por exemplo, à “*working poor*” (trabalhadora pobre) japonesa, ou às trabalhadoras temporárias sem esperança de integração social na Alemanha, e nem mesmo à perspectiva ampla de uma normalizada existência precária do “precariado” italiano (*ibidem*, p. 26-27).

A pobreza material representada pelo declínio dos rendimentos das trabalhadoras – manifestada, no Japão, no fenômeno do “*working poor*”, já discutido em trabalho anterior (RONCATO, 2013) – é apenas uma determinação do que Standing entende como precariado. Para além dessa, a “nova classe” por ele descrita comporta também a falta de identidade baseada no trabalho (STANDING, 2015, p. 27). Uma trabalhadora pobre eventualmente pode possuir uma identidade forte, baseada no seu trabalho, assim como pode ter certa estabilidade – o que não o incluiria no precariado, segundo a definição avançada por Standing. Para o autor (*ibidem*, p. 28), o precariado carece fundamentalmente das sete garantias abaixo:

- 1) Garantia de mercado de trabalho: mediante políticas de pleno emprego e outras atuações governamentais.
- 2) Garantia de vínculo empregatício: estabilidade e segurança contra a “dispensa arbitrária”.
- 3) Segurança no emprego: manutenção de um nicho no emprego, contenção da diluição de habilidades, oportunidades de ascender na carreira.

- 4) Segurança do trabalho: proteção contra acidentes, segurança, etc.
- 5) Garantia de reprodução de habilidades: oportunidades para que o trabalhador adquira habilidades (estágios, treinamentos, etc.) necessárias.
- 6) Segurança de renda: estabilidade de renda, manifestadas, por exemplo, em garantia de salário mínimo, indexação salarial, previdência social abrangente, tributação progressiva para diminuir a desigualdade etc.
- 7) Garantia de representação: garantia de sindicalização, etc.

Ou seja, trata-se de um conjunto de perdas de garantias conquistadas durante o século XX, especialmente quando se compara com o paradigma fordista adotado por parte de países de capitalismo central. Das mudanças nas relações de trabalho, surge o que Standing entende como uma *classe em formação*, em contraste com a *classe-para-si* no sentido marxista (*ibidem*, p. 23). Assim, para ele, o precariado não faz parte da “classe trabalhadora” tradicional ou do “proletariado”, pois

estes termos sugerem uma sociedade composta, em sua maioria, de trabalhadores de longo prazo, em empregos estáveis de horas fixas, com rotas de promoção estabelecidas, sujeitos a acordos de sindicalização e coletivos, com cargos que seus pais e mães teriam entendido, defrontando-se com empregadores locais com cujos nomes e características eles estavam familiarizados (*ibidem*, p. 22-23).

O encontro entre a globalização e o neoliberalismo, para esse autor, resultou em uma estrutura de classes mais fragmentada que outrora, que precisa ser compreendida para que a “política do inferno” não se concretize, condição que pode emergir se essa “nova classe perigosa” não for compreendida (*ibidem*). O precariado não teria confiança nem no Estado nem no capital, tendendo a sofrer de raiva, alienação, ansiedade e anomia de forma especial, quando comparado às outras classes (*ibidem*, p. 42). Por não ter uma identidade assegurada no trabalho, por estar sujeito aos sentimentos elencados acima e ter a “mente precarizada” e passiva, eles também estariam mais propícios a serem atraídos por políticas neofascistas ou populistas (*ibidem*, p. 222-230).

Para essa pesquisa, nos é pertinente a compreensão sobre as novas relações de trabalho, seus reflexos nos sujeitos afetados por elas e os posicionamentos políticos que esses assumem. O contexto socioeconômico no qual a dekassegui se insere no Japão tem relação com o debate do precariado exposto acima. Entretanto, com um olhar desde o sul do mundo, vale nossa ressalva acerca da contraposição feita por Standing entre “classe trabalhadora” tradicional e precariado. No Brasil, por exemplo, a nosso ver, não existiu efetivamente a “classe trabalhadora” com todas as garantias elencadas anteriormente. Em países de capitalismo central, tal realidade tampouco abrangia toda a classe trabalhadora, mesmo no auge do Estado de Bem-estar Social.

Nesse sentido, em diálogo com a noção de precariado de Standing, Ruy Braga afirmou que:

em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Conseqüentemente, o precariado não deve ser interpretado como antípoda do salariado, seu “outro”, bastardo ou recalçado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e migrante. (2012, p. 17)

No Japão não foi diferente do que Braga indicou. Kamata Satoshi (1991, p. 151), jornalista que estudou o *Sistema Toyota de Produção*, já dizia que “o sistema de emprego ‘vitalício’ nunca existiu de fato”, quando levamos em consideração as condições das mulheres, das imigrantes e das trabalhadoras temporárias. Havia um núcleo duro que possuía diversas garantias, tal como o emprego vitalício, a promoção progressiva devido ao tempo de trabalho e a proteção social. Porém, tradicionalmente, como veremos ao longo dessa tese, a mulher japonesa sempre esteve à margem de tais garantias.

A despeito dessas considerações, as transformações descritas por Standing – sobretudo a partir da década de 1990 – nos são relevantes, pois essas têm impactos direto em toda classe trabalhadora, mesmo nas frações que nunca experienciaram aquelas garantias. A dekassegui que estudamos aqui adentra a sociedade japonesa justamente nesse período de transformações. Desde então, sua precária existência convive com outras

frações da classe trabalhadora local que, cada vez mais, encontram-se em condições similares.

As sete garantias elencadas por Standing não são oferecidas à imigrante. A política de pleno emprego, assegurando um baixo desemprego japonês pôde oferecer certa estabilidade para a dekassegui. Porém, constatamos que em épocas de crises econômica, como a que ocorreu em 2008-2009, as imigrantes são as primeiras a serem dispensadas justamente pela carência de vínculo empregatício (Cf. RONCATO, 2013). Desse modo, do ponto de vista da caracterização de Standing, podemos dizer que a dekassegui se encaixa perfeitamente nesse perfil.

Um critério interessante que Standing (2015, p. 29) aponta como traço do precariado se refere à renda social. Tradicionalmente, a trabalhadora detém um conjunto de rendas que podem ser: a autoprodução; o salário nominal (renda de dinheiro recebido pelo trabalho); o valor do apoio recebido pela família ou pela comunidade local; os benefícios corporativos (fornecidos a muitos grupos de empregadas); os benefícios estatais (seguro social, assistência social, transferências discricionárias, subsídios, serviços sociais subsidiados); os benefícios privados de economias ou investimentos (*ibidem*, p. 29-30). No caso do precariado, há uma “vulnerabilidade” dessa renda social, diferentemente de trabalhadoras “tradicionais” que teriam diversos auxílios da comunidade e da família, por exemplo.

Podemos dizer que o caso dekassegui se encaixa nesse padrão, porém com maior vulnerabilidade pela ausência de auxílio do Estado e das empresas, mas com mais probabilidades de ajudas advindas da comunidade e da família. Durante o processo migratório, as redes sociais informais formadas entre a comunidade imigrante exercem um papel fundamental nos auxílios mútuos de informações, troca de favores, assim como a família também reforça a solidariedade e o apoio financeiro (Cf. SHISHITO, 2012). No auge da crise econômica de 2008, organizações não governamentais que já trabalhavam com as dekasseguis exerceram importante função na ajuda de brasileiras em situações vulneráveis, como no caso dos moradores de rua (*ibidem*, p. 72). Destarte, a descrição de Standing sobre a composição da renda social merece ser melhor aprofundada no quesito auxílio de familiares e comunidades locais.

A nova classe em formação, para Standing, tem como característica a dificuldade em criar laços de solidariedade, carregando a ideia do individualismo como marca

(*ibidem*). Assim, para entender o neoliberalismo, certamente não podemos prescindir da análise de nossas atuais características, do *ethos* do trabalho e dos valores culturais nascidos dessa conjuntura.

David Harvey (2012, p. 161), discorrendo sobre a transição para a pós-modernidade já afirmava que “[...] o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível”, onde a cultura empreendedora acentua o fugidio, o efêmero, o fugaz e contingente, em contraste com as ações coletivas mais sólidas.

Apesar das constatações apontadas acima, não nos parece que esse novo *ethos* seja algo intransponível, ou exclusivo do precariado. O próprio Harvey menciona que (em consonância com as ideias de Simmel):

[...] é também nesses períodos de fragmentação e de insegurança econômica que o desejo de valores estáveis faz surgir uma ênfase intensificada na autoridade das instituições básicas – a família, a religião, o Estado. E há abundantes provas de um renascimento do apoio a essas instituições e aos valores por elas representados em todo o mundo ocidental desde mais ou menos 1970. (2012, p. 161-162)

Assim, no caso das *dekasseguis*, certamente ocorre uma vulnerabilidade da renda social auferida via Estado e empresa, pois a proteção social que o núcleo duro da classe trabalhadora possui não lhes pertence, tampouco participam das variedades de bonificações dentro das empresas japonesas. Porém, tudo indica que a experiência migratória pode potencializar os laços de solidariedade familiar e comunitário, justamente pela sua condição vulnerável como imigrante.

Ademais, contrastando com a análise política que Guy Standing faz do precariado, Ruy Braga (2012) consegue identificar nesses sujeitos, diversas resistências e organizações coletivas de lutas como aquelas existentes entre os trabalhadores de *Call Centers*, que contrariam a ideia de passividade.

A definição de Ruy Braga do precariado afirma que

o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o lupemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘superpopulação relativa’. Por três razões principais, essa definição parece-nos mais acertada do que aquela adiantada por Castel [Robert Castel, 1998] e Standing. Em primeiro lugar, ela permite-nos localizar o precariado no coração do próprio modo de produção capitalista e não como um subproduto da

crise e do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa nossa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho (*ibidem*, p. 18).

Ao nosso ver a definição de Ruy Braga – e sua análise fundo – nos é pertinente, por mais que as contribuições de Standing apontem importantes e nuançadas descrições do precariado para entender as novas relações de trabalho em um país de capitalismo central como o Japão. Concordamos com Braga em não entender o precariado “[...] como um subproduto da crise e do modo de desenvolvimento fordista” (*ibidem*, p. 18), pois como já mencionamos aqui e em trabalho anterior (RONCATO, 2013), a mulher e a imigrante sempre estiveram à margem do modelo japonês. Não obstante, é igualmente verdade que as relações de trabalho flexibilizadas parecem ser o momento predominante para compreensão da dekassegui hoje.

Tal como constatou Braga no Brasil, já pudemos verificar as incipientes, porém importantes organizações de dekasseguis reivindicando seus direitos através de mobilizações políticas, como ocorreu na crise econômica de 2008 (*ibidem*). Isso demonstra que a vulnerabilidade enquanto imigrante não se traduz apenas em passividade ou medo que tendencialmente leva a sua atração por políticas populistas ou neofascistas.

Ainda no caso de Standing, apesar das adjetivações que esse faz do precariado, ele também menciona as primeiras manifestações desses sujeitos ocorridas na Europa. O *Euro May Day*, como data comemorativa do primeiro de maio, passou a ser palco de reivindicações do precariado global mediante demandas por livre migração, renda básica, entre outras pautas que pareciam distintas do modelo trabalhista vigente (*ibidem*, p. 15-19). As imigrantes como sujeitos de destaque dessas manifestações indicam uma possível unidade entre classe trabalhadora local e a imigrante.

Além do caso relatado por Standing, o movimento que acontece na Europa a favor dos refugiados, o movimento *Nuit Debout* e as manifestações dos *coletes amarelos* (*gilet jaunes*), na França, além de outras contestações coletivas recentes que incorporaram a pauta das imigrantes, parecem ser o lócus privilegiado para observarmos as possíveis unidades entre trabalhadora nacional e imigrante. Vale dizer que no Japão, todavia, não

se pode afirmar que há demonstrações de grande porte semelhantes aos casos europeus, porém, conforme cresce a heterogeneidade de nacionalidades e o volume de imigrantes, configura-se um cenário mais favorável a tais manifestações. Voltaremos a essa questão, de forma mais aprofundada, no próximo capítulo.

Atualmente, o debate sobre a questão migratória que envolve a sociedade civil no Japão se concentra em torno do “discurso de ódio” (*hate speech*) proferido, com maior frequência desde 2013, por grupos da extrema-direita japonesa – mas, ressaltamos, não apenas por ela. Direcionados especialmente às residentes sul-coreanas, tais práticas se traduzem em manifestações de rua, sites, revistas e livros concentrados em pronunciar discursos de ódio (MIYAGI, 2015), além de placas fixadas em estabelecimentos comerciais com a menção de “*japanese only*” (“somente japoneses”), indicando a proibição da entrada de estrangeiras (imagem 1). Segundo Miyagi (2015, p. 33), após a Guerra Fria, nasce o que ele chama de “nova mídia conservadora” (*shin, hoshu media*, 新保守メディア), direcionada a propagar tais discursos através de diversos meios de comunicação. Essa nova mídia, reivindicando uma suposta liberdade de expressão, assume novas diretrizes em relação aos discursos de ódio, com o intuito de difundi-los.

Em maio de 2016, frente às inúmeras cobranças da sociedade civil e de membros da comunidade internacional, como a Organização das Nações Unidas, a Dieta japonesa aprovou a lei que visa erradicar o discurso de ódio. Por ser membro da Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, da ONU, a pressão internacional para que o Japão tomasse medidas para o problema da xenofobia era grande. No entanto, essa nova lei nasce com controvérsias relativas às liberdades de expressão, em contraposição ao combate à xenofobia. Conforme a lei, os discursos de ódio passaram a ser vistos como “imperdoáveis”, porém, sem que fossem proibidos ou penalizados. A lei igualmente menciona a *legalidade de status* da residente, podendo assim excluir as imigrantes sem documentos e refugiadas.

*Imagem 12 – Placa “japanese only” em estabelecimento comercial*



*Fonte: BBC Brasil, 2014.* <sup>85</sup>

Com a implementação dessa nova legislação, a Dieta japonesa visa erradicar o discurso de ódio, assim como direcionar recursos suplementares para o apoio às vítimas desses tipos de discriminações. Vale o nosso questionamento se esta lei terá, de fato, uma efetividade no combate aos diversos tipos de discriminações que lesam os direitos humanos.

Através dessas breves considerações, podemos dizer que a imigrante dekassegui aqui estudada faz parte da precariada, desde que não a entendamos como uma nova classe social. Concordando com a definição de Ruy Braga e conforme debatido no capítulo anterior, para nós, a dekassegui faz parte da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva. Não obstante, as caracterizações apresentadas por Standing, particularmente relativas às relações flexibilizadas de trabalho e ausência de garantias nos são pertinentes.

Ademais, outro aspecto relevante que Standing aponta são as diversas formas de entender o precariado, para além da renda e do salário, referindo-se justamente ao Japão, como exemplo de um contexto onde o baixo nível de desigualdade salarial do país, não

---

<sup>85</sup> Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/09/japao-recebe-criticas-da-onu-apos-onda-de-xenofobia-nas-ruas.html>

significa a ausência de outras formas de desigualdade, muito menos a inexistência do precariado (*ibidem*, p. 26). Standing utiliza a abordagem weberiana para apontar que no caso japonês a desigualdade é profunda quando se pensa na hierarquia de status dentro do mercado de trabalho, aspecto subestimado quando se observa apenas as estatísticas oficiais em termos de renda da população (*ibidem*, p. 26).

Essa constatação parece de extrema importância para pensar o caso de kassegui. E aqui, para além do ponto elencado por Standing, podemos dizer que a hierarquia de status se faz presente inclusive entre os sujeitos que Standing ou Braga designariam como pertencentes ao precariado. Apesar do contínuo crescimento do *working poor*, é verdade que a desigualdade salarial japonesa é bem menos acentuada quando comparada a de outros países de capitalismo central.

No caso do de kassegui, isso procede, pois historicamente o salário tem se mantido ligeiramente abaixo da renda média japonesa (RONCATO, 2013). O que a difere substancialmente é a falta de proteção social, quando comparado a sua companheira de fábrica japonês (*ibidem*). No entanto, a desigualdade e hierarquia de status, tal como coloca Standing, parece ser um elemento importante que difere a de kassegui da classe trabalhadora nacional, inclusive do próprio precariado japonês.

Como já mencionado, os empregos das de kasseguis estão quase exclusivamente no setor industrial; no comércio, sua presença está limitada aos estabelecimentos voltados à comunidade imigrante.

Em comparação, o precariado japonês tem uma mobilidade maior, ainda que dentro de nichos de trabalhos considerados precários. No país, o debate sobre o precariado permanece sobretudo nas novas relações de trabalhos emergidas nas últimas décadas. Os japoneses *cyber refugiados*<sup>86</sup> (MIZUSHIMA, 2007)<sup>87</sup>, os *freeters*<sup>88</sup> (AMAMIYA, 2007), os precariados altamente escolarizados (MIZUKI, 2007) e as *working poors* se inserem nos mais variados setores. Essas trabalhadoras, através de contratos zero hora, como as

---

<sup>86</sup>Modernos *homeless* (moradores de rua) que perderam suas casas e se refugiam em internet-cafés para pernoite e utilização da internet a fim de poder conseguir o trabalho do dia seguinte. Geralmente são trabalhadores de tipo *hiyatoi* (日雇い) isto é trabalhadores que possuem contratos diários na forma de terceirizados. Para mais detalhes, ver Roncato (2013).

<sup>87</sup> Em seu livro sobre os cyber-refugiados, Mizushima (2007) faz uma extensa reportagem sobre a condição desses novos moradores de rua e sua relação com o trabalho, cotidiano, bem como a visão política deles.

<sup>88</sup> Junção de *freelance* e *arbeiter* (trabalhadora em alemão), se referindo às jovens que vivem anos realizando somente trabalhos temporários e informais. Para mais detalhes, ver Roncato (2013). No Japão, a escritora Karin Amamiya fez uma extensa reportagem crítica sobre jovens *freeters* e os *workig poor* (Cf. AMAMIYA, 2007).

*one call workers*, cumprem a função de preencherem postos de trabalho através de uma demanda *just in time*. Ou seja, diante de lacunas, faltas, aumento da produção e déficit de trabalhadoras em um determinado lugar, os empregadores acionam as agências de recursos humanos a fim de manterem o nível de produtividade desejado.

Os postos de trabalho que esse precariado japonês pode assumir, portanto, não se restringem ao setor industrial. Elas são empregadas no comércio, no transporte, na manutenção de estabelecimentos, entre outras funções diversas. Assim, a despeito do trabalho sob os ditames dos 3Ks (*kitanai*: sujo; *kitsui*: pesado; *kiken*: perigoso) parecer ser hegemônico entre as *dekasseguis* e historicamente rejeitado pelas japonesas, elas não são exclusividade das trabalhadoras imigrantes, uma vez que muitas das precariadas japonesas igualmente têm de se sujeitar a árduas tarefas (HOSOKAWA, 2011).

Dessas considerações, podemos concluir que o precariado é muito mais diverso e amplo, incorporando também as dimensões étnico-raciais para sua diferenciação e hierarquização interna. De modo geral, a *dekassegui* está sujeita a trabalhos de baixo status social, sem acesso a outros tipos de empregos que igualmente não exigem qualificação. A precariada autóctone, ainda que constrangida por sua condição precária, não necessariamente se limita ao trabalho na fábrica, com menos status social que o do comércio, por exemplo. Assim, o que os distingue é a diferenciação étnica que coloca a *dekassegui* em uma condição mais desfavorável e vulnerável que a própria precariada japonesa.

Ainda segundo as formulações de Standing (2015, p. 34), uma outra maneira de compreender o precariado seria através da noção de “habitantes”, que se refere a um conjunto de pessoas que teriam direitos mais limitados que os “cidadãos”. Por direitos, podemos compreender: os civis (igualdade perante a lei), os culturais (igualdade de direito de usufruir a cultura), os sociais (como proteção social), os econômicos (realização da atividade de gerar renda) e os políticos (*ibidem*, p. 34). Nessa compreensão ainda, a imigrante *dekassegui* estaria igualmente em uma condição de vulnerabilidade, pois possui menos direitos que os nativos, como o caso do direito político sempre bastante limitado. O direito ao voto, por exemplo, uma das manifestações do direito político, é assunto controverso e sempre foi negado aos imigrantes não apenas no Japão, mas em quase todas as partes do mundo.

Algumas das qualidades que Standing atribui ao precariado nos parecem equivocadas, sobretudo quando designadas como sendo exclusivas desse grupo. Parece-nos correto afirmar que, tendencialmente, a imigrante possa ter mais barreiras que a trabalhadora nacional para a organização política. Todavia, Standing atribui a passividade ao “medo”, afirmando que “a mente precarizada é alimentada pelo medo e é motivada pelo medo” (*ibidem*, p. 42). Diferentemente, pensamos que é mais profícua a análise que Dejours (2001) faz acerca do “medo”, calcada nas relações e organização do trabalho.

Para Christophe Dejours (2001, p. 146- 147), o medo é um instrumento de controle social dentro da empresa, utilizado como alavanca para aumentar a produtividade. Para ele, numa atmosfera de trabalho onde esse tipo de mecanismo é acionado, as trabalhadoras ficam especialmente sensíveis, ativas, bem como atentas, criando “uma verdadeira solidariedade na eficiência” (*ibidem*, p.146) em prol do trabalho.

Por tanto, em nosso entendimento, o medo parece estar mais diretamente relacionado com as relações e organização do trabalho vigente, sendo mais espreado por diversos setores, frações de classe do que relacionado às perdas de garantias sociais em comparação ao paradigma fordista. Mais uma vez, o caso da imigrante parece acompanhar uma maior vulnerabilidade nesse ponto, pois sua condição estrangeira faz acoplar uma maior insegurança, que pode resultar no medo, podendo – mas não necessariamente – resultar em barreiras para contestações. É evidente que o cenário está em aberto, não sendo estanque. Tampouco as qualidades atribuídas por Standing são determinações absolutas desses sujeitos. Não obstante, a compreensão da contradição no modo de ser da imigrante é importante para pensar as possibilidades e barreiras a serem enfrentadas para sua ação política.

Delineadas as aproximações e distanciamentos entre a precariada e as dekasseguis, passemos agora às transversalidades que complexificam ainda mais nosso objeto. Já as perpassamos brevemente no capítulo anterior e nessa seção. Agora, todavia, nos focaremos ainda mais nos problemas teóricos, históricos e empíricos em torno das dekasseguis a partir, primeiro, das dimensões de gênero e, depois, das de raça/etnia<sup>89</sup>.

---

<sup>89</sup> Cabe ressaltar que trata-se de uma separação das categorias para fins analíticos.

## 2.2 As batalhas da reprodução

A reprodução da família nada tem de natural, tampouco é um reflexo direto das necessidades econômicas vigentes. Se assim o fosse, o Japão atual estaria com taxas elevadas de fecundidade para manutenção de sua força de trabalho. Como vimos no capítulo anterior, as autoridades japonesas custam em dar respostas eficazes ao declínio populacional. A importância da produção da força de trabalho, essencial à reprodução do capitalismo passa pela tentativa de controle do número de filhos das pessoas aptas a parirem. Naturalmente, esse controle então diz respeito à gestão estatal, que ora incentiva, ora desencoraja a gestação das mulheres. Reivindicamos aqui o raciocínio de Silvia Federici que diz que

[...] a reprodução geracional dos trabalhadores e a regeneração cotidiana de sua capacidade de trabalho se converteram em um “trabalho de mulheres”, embora mistificado, pela sua condição de não assalariado, como serviço pessoal e até mesmo como recurso natural.

[...] o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres. (FEDERICI, 2017, p. 26; p. 178)

A naturalização tanto da condição da mulher de criar uma nova força de trabalho, assim como o trabalho doméstico têm um estatuto central para essa autora. Federici e outras pesquisadoras como Vogel (2013), Ferguson e McNally (2017), Arruzza (2015), Bhattacharya (2017), defendem a íntima relação entre trabalho produtivo e reprodutivo para análise do capitalismo, criticando também a invisibilização dessa conexão. A família como núcleo central da reprodução social, segundo Federici, torna-se altamente funcional à acumulação do capital, na medida em que produz a mercadoria força de trabalho e oculta o trabalho doméstico realizado majoritariamente por mulheres. Para essa autora o

complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres. (FEDERICI, 2017, p. 193).

Nesse sentido, continua Federici explicando que

as mudanças históricas — que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral — redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado (*ibidem*, p. 146).

Por essa via, o corpo feminino foi transformado em máquina para a reprodução da mercadoria mais valiosa da sociedade e, ao mesmo tempo, essa sua função é naturalizada e invisibilizada. Nas palavras de Federici,

a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres” (*ibidem*, p. 145).

Longe de haver uma dicotomia entre gênero e classe, a forma social da família nuclear como a conhecemos – e o papel da mulher nele – está intimamente conectada com a formação de classes típicas do modo de produção capitalista. Seguimos mais um pouco com Federici, que argumenta que

se é verdade que na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe. Desse ponto de vista, os debates que tiveram lugar entre as feministas pós-modernas acerca da necessidade de desfazer-se do termo “mulher” como categoria de análise e definir o feminismo em termos puramente posicionais foram mal orientados. Para reformular o argumento que apresentei: se na sociedade capitalista a “feminilidade” foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história das classes, e a pergunta que devemos nos fazer e se foi transcendida a divisão sexual do trabalho que produziu esse conceito em particular. (*ibidem*, p. 31)

Nem a identidade sexual, nem o gênero e tampouco a feminilidade foram transcendidas, muito pelo contrário, elas até podem se metamorfosear em diferentes facetas, mas o fundamento básico da divisão, hierarquização e separação entre mulheres e homens se mantém. O papel da mulher nessa sociedade escamoteia uma miríade de trabalhos invisíveis. A família como centro da reprodução da força de trabalho igualmente continua sendo o princípio da sociedade e no Japão não é diferente.

Analisando a passagem do feudalismo para o capitalismo, Silvia Federici conclui que:

[...] a estudar aquilo que, apenas eufemisticamente, pode ser descrito como a “transição para o capitalismo”, e a procurar por uma história que não nos fora ensinada na escola, mas que se mostrou decisiva para nossa educação. Essa história não apenas oferecia uma explicação teórica da gênese do trabalho doméstico em seus principais componentes estruturais (a separação entre produção e reprodução, o uso especificamente capitalista do salário para comandar o trabalho dos não assalariados e a desvalorização da posição social das mulheres com o advento do capitalismo); fornecia também uma genealogia dos conceitos modernos de feminilidade e masculinidade que questionava o pressuposto pós-moderno da existência, na “cultura ocidental”, de uma predisposição quase ontológica para enfocar o gênero a partir de oposições binárias. Descobrimos que as hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar. (*ibidem*, p. 18)

A autora faz a conexão bem-sucedida entre a gênese do capitalismo e a opressão da mulher, sem com isso abandonar o materialismo histórico e a filiação marxista com a qual se vincula. Para Federici, a moderna ideia de feminilidade nada tem de resquício do passado nem seria algo que viria a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo. A separação entre produção e reprodução, típica do modo de produção capitalista empurrou as mulheres para o domínio do lar, as deixou dependentes do salário masculino e com isso seu valor social ficou ainda mais diminuto. Em relação a mulher no feudalismo, ela aponta que

[...] as servas eram menos dependentes de seus parentes de sexo masculino, se diferenciavam menos deles física, social e psicologicamente e estavam menos subordinadas a suas necessidades do que logo estariam as mulheres “livres” na sociedade capitalista. (*ibidem*, p. 51)

Uma vez que não havia a separação entre produção e reprodução, as mulheres da idade média participavam da produção de seus bens de consumo, além do excedente apropriado pelos senhores feudais. Esse papel relativamente mais ativo na produção, segundo Federici, conferia a elas um lugar menos passivo dentro da sociedade, diferentemente da mulher sob o capitalismo.<sup>90</sup> Vejamos mais de perto como ocorreram algumas transformações na família japonesa.

### **2.2.1 Família vs. trabalho: um caso de casamento perfeito?**

Segundo as colocações da socióloga Emiko Ochiai (1994), em seu livro *21-seiki kazoku e (Towards 21st century Family)*, a família japonesa, mas mais especificamente a típica dona de casa, só se consolidou na era Taisho (1912-1926), principalmente após o êxodo rural e no período de crescimento econômico do pós-Primeira Guerra. Diferentemente de outros países de capitalismo desenvolvido, o crescimento econômico japonês não foi acompanhado por uma estrutura familiar ao modo ocidental. A consolidação da família nuclear japonesa, tão emblemática no imaginário popular daquele país hoje, na verdade foi lentamente gestada. Há uma nítida diferença na composição da família entre os períodos que antecedem e sucedem as duas Grandes Guerras.

Antes da Primeira Guerra Mundial predominava a família extensa, marcada pela coabitação de diversos casais e gerações em uma mesma casa. Para uma família que vivia no campo, no começo do século XX, por exemplo, havia a distribuição dos afazeres domésticos entre as mulheres da mesma família, o que não resultava na sobrecarga de uma única pessoa, e tampouco no isolamento dela. Por outro lado, quando olhamos para o mercado de trabalho, no mesmo período, a mulher japonesa tinha uma inserção bastante superior àquela que ocorria em outros países – como a Suécia, os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, entre outros – com mais de 60% das mulheres trabalhando fora de casa. Ademais, elas não saíam do mercado de trabalho após a gravidez. Assim, a curva

---

<sup>90</sup>“ Se também levarmos em consideração que, na sociedade medieval, as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares e que a maioria das tarefas realizadas pelas servas (lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais nos campos comunais) era realizada em cooperação com outras mulheres, nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 53)

M do mercado de trabalho, mencionada no capítulo 1, nem sempre fora uma realidade na sociedade japonesa. O modelo reprodutivo de coabitação da família extensiva fazia com que as mulheres mais velhas da casa se encarregassem do cuidado dos idosos e das crianças, o que possibilitava que as mulheres mais novas trabalhassem fora do lar (*ibidem*).

De modo geral, conforme sugere Ochiai (*ibidem*), os período pós-guerras são marcados por um crescimento na taxa de fecundidade. No caso japonês, não foi diferente. Até a Primeira Guerra Mundial, a mulher japonesa tinha, em média, entre quatro e cinco filhos. Logo depois das duas grandes guerras, houve um aumento momentâneo na taxa de fecundidade<sup>91</sup>. No entanto, diversas mudanças ocorridas depois da Segunda Guerra fizeram com que a taxa começasse a declinar e se iniciasse um novo período nos padrões reprodutivos.

Ochiai analisa que a fase de alto crescimento econômico japonês (1954-1973) necessitou de um tipo específico de família nuclear, até então pouco expressiva (*ibidem*). A socióloga avalia que diversos fatores contribuíram para a consolidação de um novo padrão e para o surgimento da personagem dona de casa. Primeiramente, a autora questiona o imaginário popular que diz que depois da Segunda Guerra houve uma modernização da mulher japonesa através da entrada no mercado de trabalho. Para ela, na verdade, houve o retorno da mulher à casa, uma *standardização* (画一化) do que é considerada uma “família desejável”, número de filhos adequados e até uma mudança dos significados atribuídos ao ser criança. Nas palavras de da autora,

por que modernizar significou tornar-se dona de casa? A resposta para essa pergunta está nas mudanças da estrutura industrial. De fato, dessa vez não poderia ser diferente. Quando passamos de uma sociedade agrícola para uma sociedade assalariada, o valor das crianças mudou. (*ibidem*, p. 56, tradução nossa).<sup>92</sup>

A autora retoma o pensamento de Philippe Ariès (1981) sobre a construção social da ideia de criança, afirmando que também no Japão a concepção da infância foi gestada no pós-Guerra. Segundo Ochiai (*ibidem*, p. 60-61), dada a unidade entre produção e

<sup>91</sup> O Japão teve o seu *baby boom* pós-Guerra entre os anos de 1947-1949, se antecipando ao fenômeno similar em países como Inglaterra e Estados Unidos, onde isso só ocorreu entre os anos de 1950 e 1960 (OCHIAI, 1994).

<sup>92</sup> 近代化するとどうして主婦化するの。という問いのタネあかしは産業構造の変化ということでした。実はこんかいもそうなのです。農業社会からサラリーマン社会に転換するときに、子供の価値というものが変わったのです。 (*Ibidem*, p. 56)

reprodução das famílias rurais – que predominaram até o começo do século XX –, o nascimento de uma filha significava uma pessoa a mais para ajudar na plantação, ou seja, era concebido como mais uma força produtiva. Após a industrialização, do ponto de vista da família, a criança passa de produtora para consumidora, gerando apenas gastos, sem dar um retorno material à unidade familiar.<sup>93</sup>

A industrialização japonesa levou as famílias à cidade, desintegrou a família extensiva, fez nascer o moderno trabalhador assalariado (*sallyman*) e a ideia de que é desejável ter entre dois ou três filhos para a reposição populacional. Aqui, a concepção da criança é parida em conjunto à figura da mãe<sup>94</sup> através da construção social do amor materno. Não estando inscrito na natureza feminina, o amor materno varia de acordo com as situações socioeconômicas de cada época e no Japão não foi diferente. Por isso, Ochiai acredita que apenas as necessidades econômicas da industrialização não respondem o surgimento dessa nova família. Para além disso, houve toda uma mudança na mentalidade do que é uma família nuclear, a exaltação da importância da infância, assim como a emergência da figura da mãe e toda a simbologia que ela acarreta (*ibidem*).

As mudanças nos padrões de reprodução, conforme pudemos perceber, ocorrem lentamente, em constante diálogo com as condições materiais vigentes, mesmo que esse diálogo seja na forma do conflito. Das formas de contracepção do pós-Guerra, o aborto sobressaía ao uso de preservativos, pois muitos homens desconheciam os mesmos e suas esposas alegavam constrangimento em solicitar o uso ao cônjuge (*ibidem*).

Nasce a mãe, a dona de casa e com isso a própria ideia de trabalho doméstico, outrora não segmentado. Daquela época em diante, todas as tarefas domésticas ficaram destinadas à mulher. Pode-se dizer que toda a era Showa (1926-1989) se manteve com o salário familiar que abrangia uma gama muito ampla de trabalhadores, desde executivos de empresa, trabalhadores do serviço até os operários de fábrica.

Ainda que com suas particularidades próprias, percebemos como o desenvolvimento do capitalismo japonês, tal qual em outros países, é também um processo de divisão sexual do trabalho. Silvia Federici descreve esse acúmulo de diferenças a seguir:

---

<sup>93</sup> Segundo Ariès (1981), o nascimento da criança também é anterior para o sexo masculino, pois, entre o século 17 e 18, somente os filhos homens da classe média passaram a frequentar a escola.

<sup>94</sup> Sobre a construção social da ideia de maternidade, ver *Um amor conquistado, o mito do amor materno*, de Elisabeth Badinter (1985).

a acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (FEDERICI, 2017, p. 119).

No caso japonês, a construção da identidade de gênero, tal como a conhecemos hoje é fruto dessa divisão sexual do trabalho, atribuindo às mulheres a função do cuidado dos filhos e realização das tarefas domésticas necessárias à reprodução do capitalismo japonês. Mais ainda, toda a ideia de feminilidade japonesa também deriva do lugar social atribuído às mulheres: a casa. O período de alto crescimento econômico japonês, que colocou o país como segunda potência mundial coincide com o surgimento do *Sistema Toyota de Produção*, compreendendo o sistema de emprego vitalício (終身雇用 *shuūshin koyou*), a baixa rotatividade, o pleno emprego e a promoção progressiva por tempo de trabalho (年功序列 *nenkou jyoretsu*) para os homens japoneses.

Contudo, como já expusemos nesse capítulo, o emprego vitalício não era estendido a toda população, uma vez que as mulheres quase sempre estiveram fora dele. Nesse sentido, a propaganda do Toyotismo, apoiada no padrão do homem japonês, invisibilizava a condição de metade da população. Ademais, os empregos vitalícios também não contemplavam as migrantes. A fábrica da Toyota estudada por Kamata Satoshi, na década de 1970, já fazia a diferenciação entre a trabalhadora estável e as *dekasseguis* internas. Isto é, o que era chamado *dekassegui* naquela época, se referia às migrantes internas, trabalhadoras temporárias (期間工 *kikankou*) que vinham do campo. Como bem descreveu Kamata (2011 [1973]), para esses *dekasseguis* japonesas, nos anos 1970, não havia emprego vitalício, tampouco a estabilidade de contratação, portanto, a diferenciação entre a própria classe trabalhadora nacional já se fazia presente.

Assim, o que parece ser uma sociedade relativamente homogênea do ponto de vista da estratificação social, na verdade camufla uma gama de novos marcadores já presentes desde os primórdios da industrialização japonesa. O crescimento econômico no Japão foi sustentado assim por uma ampla classe trabalhadora que estava à margem da estabilidade propagada pelo modelo japonês. A mulher, confinada em casa e a migrante

interna que possui menos proteção social acabam tendo um lugar diferenciado, de menor valor social e com menos recursos dentro da sociedade de classes.

Esse modelo familiar predominante da cidade – com o homem trabalhando fora de casa, a mulher compelida ao espaço doméstico e mais dois ou três filhos – conseguiu se reproduzir durante algumas décadas. Comparativamente aos países desenvolvidos, o Japão começou a ter um declínio populacional precoce. Já em meados da década de 1970, a taxa de fecundidade fica abaixo de duas filhas por mulher, começando o declínio populacional. Na década de 1980 há também uma maior entrada no mercado de trabalho por parte das mulheres (OCHIAI, 1994, p. 222), embora a curva M, em que as mulheres voltam ao lar quando do nascimento de suas filhas, tenha permanecido.

Nesse contexto, posto que a sexualidade é uma questão de Estado (FEDERICI, 2017), o que pôde garantir o modelo de família do pós-Guerra foi o salário familiar extensivo, o que se mostrou, no entanto, uma condição historicamente pouco duradoura. Ora, sem uma base material em que se possa garantir o sustento de toda a família, coloca-se a necessidade de estar no mercado de trabalho. O declínio do salário familiar japonês e a desvalorização do trabalho doméstico feminino corroboram para a queda no número de filhos e a diminuição populacional.

Susan Ferguson e David McNally analisam que

durante a industrialização do século XIX, as mulheres da classe trabalhadora da Europa e da América do Norte cada vez mais afirmavam controlar a reprodução biológica, precipitando um declínio acentuado e contínuo da gravidez, do parto e do tamanho da família. Esse dramático desenvolvimento, que reduziu pela metade o número médio de crianças nascidas de mulheres casadas na Europa (uma vez apelidado por Seccombe como "*O Grande Declínio da Fertilidade Proletária*") demonstra que a renovação geracional da classe operária é um processo sócio-histórico, poderosamente influenciado por escolhas reprodutivas das mulheres. Em vez de deixar esse processo "para os impulsos de autopreservação e propagação do trabalhador", como Marx sugeriu, o capital voltou-se cada vez mais para o Estado, promovendo leis que regulavam rigorosamente o controle de natalidade e o aborto, ao mesmo tempo avançando políticas de imigração que refletiam a necessidade do capital de uma reserva substancial do exército de trabalho (2015, p. 4, tradução nossa).<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> *Throughout nineteenth-century industrialization, working-class women in Europe and North America increasingly asserted control over biological reproduction, precipitating a sharp and continuous decline in pregnancies, childbirth and household size. This dramatic development, which halved the average number of children borne by married women in Europe, (once dubbed by Seccombe 'The Great Proletarian Fertility Decline') demonstrates that the generational renewal of the working class is a socio-historical process, powerfully influenced by women's reproductive choices.11 Instead of leaving this process 'to the*

Os autores salientam que a reprodução geracional da força de trabalho nada tem de natural (*ibidem*). Pelo contrário, na verdade, sendo “poderosamente” interferida pela ação das mulheres, trata-se igualmente de um território em disputa. A ideia naturalista da reprodução de outros seres humanos ou algum instinto de autopreservação geracional carece de fundamentação social explicativa. Por essa razão, o Estado constantemente empenha-se em interferir na escolha reprodutiva das mulheres, seja promovendo a procriação através de incentivos e benefícios fiscais, ou mesmo legislando contra ou a favor do aborto.

No caso japonês, em consonância com tendências mundiais, é sintomática a queda da taxa de fecundidade nas últimas décadas. O número de casamentos também recuou 20% somente no último decênio, enquanto a idade do primeiro casamento aumentou para ambos os sexos. A reprodução como terreno de disputa se manifesta na recusa das mulheres em terem mais filhos. A desvalorização e a invisibilização do trabalho reprodutivo, o isolamento social da dona de casa, a falta de creches e a maior entrada no mercado de trabalho fazem com que elas, cada vez mais, optem por adiar a gravidez e reduzir o número de filhos.

Se a família nuclear japonesa, heterossexual, com média de dois a três filhos por mulher/dona de casa foi o sustentáculo do milagre japonês, findado esse período, o padrão reprodutivo também se transforma. Ochiai (1994, p. 243) afirma que o modelo japonês precisou da dona de casa em tempo integral, pois a longa jornada de trabalho e o excesso de horas extras necessitava da garantia da reprodução do trabalho doméstico. Isto é, a dona de casa, ao lado da migrante interna ressaltada no trabalho de Kamata (1991) foi um dos principais pilares que garantiu o sucesso econômico japonês.

Não obstante, como veremos na próxima seção, as mudanças ocorridas tanto no âmbito do mercado de trabalho como na mentalidade da mulher japonesa, contribuíram para o início de uma nova fase no padrão de reprodução.

Atualmente, pesquisas (NIBE, 2016) destacam que o número de filhos em lares imigrantes é maior que o dos japoneses. No caso do Homidanchi, por exemplo, Nibe afirma que a taxa de fecundidade das imigrantes supera a das japonesas, o que, no fim,

---

*worker's drives for selfpreservation and propagation', as Marx suggested, capital increasingly turned to the state, promoting laws that strictly regulated birth control and abortion, while also advancing immigration policies that reflected capital's need for a substantial reserve army of labour.*

acaba por elevar o número naquela região. As dekasseguis que entrevistamos tinham, em média, duas filhas, o que se aproxima um pouco mais do padrão reprodutivo do Brasil, onde a taxa de fecundidade é de 1,73 filhos por mulher.

A reprodução, destarte, apresenta-se como um campo de batalha onde, por um lado, o capital tenta controlar o número adequado para reposição geracional<sup>96</sup>, o que naturalmente inclui a superpopulação relativa. Por outro, as mulheres aptas a gerarem outros seres se fazem partícipes nessa relação: não obstante serem pressionadas pelo Estado, agem para ter o controle de seus corpos, influenciando, assim, a cultura reprodutiva de cada momento histórico.

A articulação entre a esfera reprodutiva e produtiva, no raciocínio que fizemos até aqui, demonstra sua íntima relação: uma intrinsecamente dependente da outra, sem exceção. Para a efetivação da lei do valor e a criação desse no âmbito produtivo, há que se produzir a única figura criadora de valor, a força de trabalho que é gestada, amamentada, alimentada, cuidada e permanentemente sustentada na esfera reprodutiva.

Em outra passagem de sua obra, em debate com Malthus, Marx tem uma posição um pouco distinta daquela citada por Ferguson e McNally (2014), em que ele afirma que se poderia deixar a reprodução da força de trabalho “para os impulsos de autopreservação e propagação do trabalhador”. Contra a ideia de ser humano abstrato e a conexão entre lei populacional e natureza de Malthus, Marx afirma:

É Malthus quem abstrai dessas leis históricas determinadas dos movimentos da população, leis que, entretanto, porque são a História da natureza do ser humano, porque são leis *naturais*, somente são leis naturais do ser humano sobre a base de um desenvolvimento histórico determinado, com um determinado desenvolvimento das forças produtivas, [condicionado] por seu próprio processo histórico. O ser humano malthusiano, abstraído do ser humano historicamente determinado, existe apenas em seu cérebro; é também por essa razão que, a esse ser humano natural malthusiano, corresponde o método de reprodução geométrico. A história real se apresenta para ele, por conseguinte, não de forma que a reprodução de seu ser humano natural é uma abstração do processo histórico, da reprodução real, mas, ao contrário, que a reprodução real é uma aplicação da teoria malthusiana (MARX, 2011, p. 505).

---

<sup>96</sup> Por reposição geracional, nesse caso, entendemos a reposição para manutenção da quantidade de força de trabalho adequadas para reprodução do capital.

Nessa passagem, vemos em Marx, o movimento de articulação entre as leis populacionais com o processo historicamente determinado. Contudo, vale dizer que em tal articulação está também o papel das mulheres como partícipes ativas dessa história. A compreensão de Ferguson e McNally (2014) sobre a relação entre reprodução e produção, tenta dialogar com a totalidade. Assim, eles analisam que

Uma teorização adequada da reprodução social total da relação capital-trabalho exige, portanto, uma análise multidimensional que, embora reconhecendo o papel decisivo de trabalho remunerado e outras práticas monetizadas, as situam em um nexo através das quais a vida da classe trabalhadora é produzida e reproduzida (FERGUSON e MCNALLY, 2014, p. 2, tradução nossa).<sup>97</sup>

A ideia por detrás da passagem acima é a de que, na compreensão da totalidade social, ainda que a produção tenha um papel decisivo na criação de valor, a ela está intimamente conectada, em uma reciprocidade dialética, a reprodução social. Ora, vimos até aqui que a influência do capital sobre o modelo familiar e a decisão das mulheres, mesmo que de forma não intencional, regem a dinâmica da reprodução da força de trabalho, como é o caso da atual baixa fecundidade japonesa. E é nesse movimento que a força de trabalho imigrante se torna necessária.

Através das considerações acima, entendemos que os atuais fluxos migratórios são centrais às leis populacionais (FERGUSON e MCNALLY, 2014, p. 8), uma vez que a atual etapa do desenvolvimento capitalista compreende sua mundialização. A superpopulação relativa é expandida em escala global, desempenhando transformações significativas na composição de classe, gênero e raça em cada país. O Japão é um caso emblemático. Veremos a seguir a relação das mulheres no mercado de trabalho japonês.

---

<sup>97</sup> *An adequate theorization of the total social reproduction of the capital-labour relation thus requires a multi-dimensional analysis which, while acknowledging the decisive role of waged-work and other monetized practices, situates these within a nexus of practices through which working-class life is produced and reproduced.*

## 2.3 Mulheres e mercado de trabalho

### 2.3.1 Sistema patriarcal japonês – *Kafuchōsei* (家父長制)

No mercado de trabalho japonês há uma divisão social do trabalho bastante acentuada, porém, o que mais se destaca, podemos dizer, é a divisão sexual do trabalho. O peso da recente história em confinar a mulher ao âmbito doméstico se sobressai, principalmente para a mãe. Entretanto, essa atual situação tem sua origem na constituição do sistema patriarcal japonês, conhecido como *kafuchōsei* (家父長制), numa junção dos ideogramas casa (*ie* 家), pai (*chichi* 父) e sistema (*chōsei* 長制).

Para a classe média japonesa, ainda prevalece o salário familiar, permitindo a manutenção da cōnjuge e de outros dependentes somente com o salário do trabalhador homem. Não obstante, essa realidade não se verifica no caso das imigrantes, que têm um padrão reprodutivo completamente diferente da família japonesa.

Antes de entrarmos na exposição das condições da mulher no mercado de trabalho japonês, acreditamos ser pertinente questionar a origem dessa hierarquização. E, diferentemente do que se poderia presumir, a distância geográfica entre oriente e ocidente mostram muitas similitudes. Sobre a moderna divisão sexual do trabalho e sua possível gênese, Federici mais uma vez mira a transição do feudalismo para o capitalismo e analisa que

no novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho (FEDERICI, 2017, p. 145).

Não criando mais valor, de baixa valoração social e não remunerado, o trabalho de reprodução é associado à mulher, não por acaso, às seres humanas aptas a reproduzirem novas seres humanas. Assim, se esse trabalho tampouco é considerado digno de ser creditado como trabalho, não nos parece estranho que o trabalho da mulher, quando assalariado, tenha menor valor social. O que dissemos sobre o precarizado na seção acima, manifesta-se, sobretudo, no caso da mulher, seja ela “do lar” ou assalariada.

Por outra linha, a socióloga alemã Maria Mies cria uma análise do surgimento e desenvolvimento histórico da divisão sexual do trabalho. Em comum com Federici e tantas outras pensadoras feministas (HIRATA, 2002; FALQUET, 2010; KERGOAT, 2010; DAVIS, 2011, 2016 [1981], entre outras), ela indica a desvalorização e a naturalização do trabalho reprodutivo. Por naturalização, Mies sinaliza uma importante distinção entre as partes do corpo humano. Diz ela:

os instrumentos de trabalho, os meios de produção corporais, compreendidos no distorcido conceito biologista e androcêntrico de trabalho, são sempre apenas a mão e a cabeça, mas nunca o útero e o seio da mulher. Percebemos assim, que não apenas o homem e a mulher são definidos de maneiras distintas na sua interação com a natureza, mas também que o próprio corpo humano é dividido (MIES, 2016, p. 841).

Os sentidos atribuídos à relação ser humano e natureza mudam conforme o gênero. Nas transformações indicadas por Mies, além da reprodução de novos seres humanos não ser considerada trabalho, toda a atividade realizada pelas mulheres tem seu valor rebaixado na sociedade. Para esta autora o “determinismo biológico latente não é encontrado somente nos evolucionistas, behavioristas, positivistas, funcionalistas e estruturalistas, mas também em parte nos marxistas – ao menos onde falam sobre mulheres”.<sup>98</sup> (*ibidem*, p. 840)

Para Mies, é justamente a diferença entre mulher e homem na relação com a natureza e sua forma de apropriação que constitui o ponto de partida para a gênese da divisão sexual do trabalho. A dominação masculina se deu, não pelo surgimento de um excedente, tampouco pelo modelo caçadora-coletora em que homens teriam sua superioridade atestada pelo fato de estarem associados com a caça de carnes. Essa última suposição, na verdade, se mostra falaciosa pois, em todo o período histórico dos caçadoras-coletoras, a subsistência da humanidade se deu graças à colheita realizada pelas mulheres, que, segundo mostram diversas pesquisas, representava até 80% da alimentação diária.<sup>99</sup> (*ibidem*)

---

<sup>98</sup> Nessa mesma obra Mies afirma que “Marx tinha em mente o humano masculino, que com ‘braços, pernas, cabeça e mão’, age sobre a natureza externa” (*ibidem*, p. 844).

<sup>99</sup> Sobre este ponto, a autora continua “a humanidade provavelmente não sobreviveria caso a produtividade dos caçadores fosse a base da subsistência cotidiana das primeiras sociedades de seres humanos. Não obstante, livros e filmes científicos populares, mas também cientistas renomados, difundem a visão de que o homem-caçador foi o grande transmissor cultural da humanidade.” (*ibidem*, p. 854)

A autora segue analisando que não foi a relação caçadora-coletora, mas primeiro, as armas desenvolvidas no processo de caça e a observação do comportamento reprodutivo dos animais que possibilitou o controle da fertilidade feminina. Nesse sentido, ela diz que

apesar de homens fornecerem sua contribuição para essa produção, o controle sobre esse processo está em última instância nas mãos das mulheres. Como vimos, as mulheres têm decidido desde o início da história, se querem ou não ter filhos. Os homens construíram instituições violentas como família, Estado, religião e direito para arrancar essa decisão das mulheres por meio de real constrangimento e doutrinação ideológica. (*ibidem*, p. 852)

Mies, assim como Ferguson e McNally (2014), também compreende o conflito entre as mulheres e homens na perspectiva da dominação para fins de controle da fertilidade feminina. Ela segue afirmando que

em última análise, podemos atribuir a divisão assimétrica, desigual e exploratória de trabalho entre homens e mulheres a essa relação de produção predatória, que é condicionada ao monopólio dos homens sobre meios de coerção, armas e violência direta, pelo qual relações de dominação permanentes entre os gêneros podem ser construídas e mantidas. (MIES, 2016, p. 858)

Ancorados nas perspectivas acima, entendemos que o disciplinamento da classe trabalhadora perpassa também o disciplinamento das mulheres. Em *Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici, há uma crítica à perspectiva foucaultiana, que afirma que ao apontar as “técnicas de poder e as disciplinas a que o corpo se sujeitou”, Foucault “ignora o processo de reprodução, funde as histórias feminina e masculina num todo indiferenciado e se desinteressa pelo ‘disciplinamento’ das mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 19). Nos parece, assim, que as pesquisas que se debruçaram sobre a investigação das mudanças ocorridas na ascensão da classe trabalhadora, assim como as que analisaram os padrões de acumulação dentro do capitalismo frequentemente têm um olhar androcêntrico.<sup>100</sup>

No Japão não foi diferente. Segundo a socióloga japonesa Yoshiko Miyake, o crescimento econômico e a expansão imperial japonesa na região ocorreram, como

---

<sup>100</sup> A obra *A nova razão do mundo* (2016) dos franceses Pierre Dardot e Christian Laval é um exemplo de teóricos que analisaram profundamente as transformações que o neoliberalismo engendrou objetiva e subjetivamente na classe trabalhadora, sem, no entanto, voltar suas reflexões para diferenciações que este novo modelo implicou para os diferentes sexos.

mencionado brevemente no primeiro capítulo, graças ao êxito da indústria têxtil (MIYAKE, 2001, p. 24). Conforme essa autora, guerras como a Sino-Japonesa (1894-1895) e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) só tiveram vitórias devido ao capital acumulado nesse setor (*ibidem*). Porém, Miyake critica diversos autores japoneses<sup>101</sup>, entre eles Shigemi Yamamoto (1986) que com sua influente obra *Aa nomugi tōge* (あゝ野麦峠) retratou o penoso trabalho da indústria têxtil do começo do século XX e Moritaro Yamada, com seu clássico *Nihon shihon shugi bunseki* (日本資本主義分析, 1934) que analisou a especificidade do capitalismo japonês, tendo a obra *O Capital* (1867) de Marx como referência.

Para Miyake (2001), muitos autores, influenciados pela recepção das obras de Karl Marx via União Soviética, consolidaram a sociologia japonesa de forma crítica, mas, ao nosso ver, invisibilizaram o trabalho feminino e tiveram certo olhar etapista na interpretação do desenvolvimento do capitalismo no Japão. As análises desses autores, segundo Miyake, acabaram assumindo uma perspectiva que caracterizava a situação vivenciada pelas mulheres na indústria como algo passageira, interpretando, ademais, o salário delas como “subsidiário” ao do homem (*ibidem*). O capitalismo tardio japonês necessitava de um impulso para se consolidar na divisão internacional do trabalho e foi a indústria têxtil do começo do século XX que cumpriu esse papel decisivo. Camponeses enviavam suas filhas às cidades onde a jornada de trabalho nessas fábricas era extremamente longa, com muitos turnos noturnos, salários baixos e condições de vida “semi-escravas”, segundo Miyake (*ibidem*). O que designamos como trabalhos de tipo 3Ks (sujo, pesado e perigoso), referindo-nos aos trabalhos das dekasseguis não é algo exclusivo da atualidade. Veremos que, na realidade, esse tipo de trabalho hiperprecarizado nunca deixou de existir.

O posterior sucesso do desenvolvimento econômico japonês, desse modo, acaba por ocultar o trabalho que estava em sua base. Não por acaso, esse era o trabalho das mulheres, que Miyake reconhece que nada mais seria do que o trabalho *part time* da atualidade (*ibidem*). Sendo assim, podemos dizer que desde a *Restauração Meiji* (1868), conhecida como a Revolução Burguesa japonesa, sempre houve o trabalho precarizado, mas, o ponto que destacamos é que estes trabalhos são *frequentemente invisibilizados*,

---

<sup>101</sup> No capítulo 3 desta tese, retomaremos este ponto a fim de articular a crítica de gênero, raça e classe.

inclusive por estudiosos do assunto. Não por menos, uma das especialistas da história do Japão pós-Guerra, Tessa Morris-Suzuki, em uma pesquisa denominada *Invisible Immigrants: Undocumented Migration and Border Controls in Early Postwar Japan* (2006) constata o mesmo descuido por parte de especialistas, defendendo a ideia de que a despeito do Japão ter tido, no passado, uma baixa taxa de estrangeiras, não se pode desconsiderar o fato de que elas também foram partícipes ativas na reconstrução do Pós-Guerra japonês.<sup>102</sup>

Através das considerações acima, ao nosso ver, podemos afirmar que há uma contínua secundarização, ou podemos dizer, uma desmemoria no que diz respeito a cancelar a existência e a importância do trabalho realizado pelas mulheres ao longo da história. Mais ainda, o suposto trabalhador padrão de cada época histórica, frequentemente representado pelo trabalhador homem, heterossexual e autóctone, oculta uma miríade de pessoas sob a qual esse primeiro se assenta. O trabalho precário, discutido anteriormente, longe de se configurar enquanto uma nova classe social, foi e continua sendo a base sustentadora sobre a qual o capitalismo se erige. No caso japonês, formaram essa base a trabalhadora têxtil do início do século XX, as mulheres que trabalhavam em casa em tempo integral para os seus cônjuges, os migrantes internos retratados por Kamata (1991), os imigrantes asiáticos que vieram no Pós-Guerra (MORRIS-SUZUKI, 2006), as dekasseguis da atualidade, entre outras novas formas de trabalhos precários. Uma constância em todos os tempos é o trabalho reprodutivo, que ainda que tenha sofrido algumas alterações<sup>103</sup>, é considerado um trabalho tipicamente feminino.

A classe trabalhadora se apresenta de maneira diversa em cada momento. Relações contratuais que eram consideradas típicas de um período deixam de o ser em outro, bem como gênero e raça transitam nesse espaço assumindo múltiplas facetas. Não obstante, há a permanência na fragmentação da classe trabalhadora e certa constância em hierarquizar grupos sociais. Essa subordinação tem sua funcionalidade própria dentro do capitalismo, que, para além de extrair mais valor, serve igualmente para “encobrir os

---

<sup>102</sup> Morris-Suzuki afirma ainda que essa lacuna coletiva que invisibiliza a presença desse contingente de imigrantes, criou o que ela chama de espaço vazio (*blank space*) de todo um período histórico japonês. Não por acaso, as nacionalidades mais presentes nesse Pós-Guerra eram a coreana, a chinesa e a taiwanesa (2006, p. 3), que são, nada mais que pessoas de países com histórico de grande conflito com o Japão e, desde sempre, alvo de muitas discriminações.

<sup>103</sup> Angela Davis (2016, p. 226) afirma que a “economia capitalista é estruturalmente hostil à industrialização das tarefas domésticas”, o que explica a prevalência de condições técnicas primitivas em tal trabalho.

antagonismos entre as classes” (SAFFIOTI, 2014, p. 123). Ou seja, a fragmentação e a hierarquia dentro da classe embaralham as análises, fazendo com que essas diferenças se mostrem como apartadas e descoladas do todo, ou as categorizando como trabalhos marginais, acessórios, transitórios, ou até mesmo como empecilhos ao modo de produção vigente. O conflito entre capital e trabalho, nesse movimento, acaba sendo ocultado em proveito do capital.

### 2.3.2 Mulheres: o uno e o diverso

Sob as relações capitalistas de produção, nunca houve, e não há, um único país em que as condições de vida de mulheres e homens fossem iguais. A extração do mais valor, a princípio indiferente ao sexo, não logrou nem ao menos a equidade salarial entre os sexos. A teórica britânica Juliet Mitchell observa que o trabalho assalariado não foi uma salvação para as mulheres e que a igualdade formal e jurídica do capitalismo acaba por mascarar a exploração e a desigualdade (2006).<sup>104</sup> Isto é, se por um lado as diferenças entre gênero e raça escamoteiam a exploração de classe, como vimos acima, por outro, a igualdade formal, típica do capitalismo oculta tanto a exploração como as opressões.

Novamente, no Japão não é diferente. O país acompanha a tendência mundial em que a mulher, ocupando o mesmo cargo que um homem no ano de 2018, recebia em média 27% a menos que seu compatriota.<sup>105</sup> No ano de 2000 a diferença era de 33%, ou seja, em quase duas décadas teve uma ligeira melhora, mantendo-se ainda muito elevada

---

<sup>104</sup> István Mészáros é outro autor que teceu uma crítica nessa linha ao fazer a distinção entre “igualdade formal” em contraponto à “igualdade substantiva”. Para ele, “os limites da igualdade formal no sistema do capital são sempre subordinados – estruturalmente, pela mudança das relações de poder material impostas – às exigências de uma desigualdade substantiva” (MÉSZÁROS, 2002, p. 209). Isto é, a real emancipação – no caso das mulheres – tem seu limite dentro do capitalismo, onde mesmo conquistas do passado são facilmente reversíveis em épocas de crise, a depender dos entraves para a acumulação do capital. Mészáros segue argumentando que “é preciso enfrentar a questão do tipo de igualdade viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam redistribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem. Os limites estruturais de qualquer sistema de reprodução geralmente também determinam seus princípios e seu modo de distribuição” (ibidem, p. 273). Esta passagem, a nosso ver, serve também para a crítica ao feminismo de cunho liberal, cujo horizonte político não pretende romper com o modo de produção vigente, pois, seguindo a linha de raciocínio do autor, as demandas por igualdade dentro desse modelo necessariamente estariam subordinadas aos limites da própria reprodução do capital.

<sup>105</sup> Fonte: <https://www.mhlw.go.jp/toukei/itiran/roudou/chingin/kouzou/z2018/dl/13.pdf>

– uma discrepância, ademais, que persiste em todas as faixas etárias e graus de qualificações profissionais.

Entretanto, assim como a classe não existe em abstrato, visto que ela carrega a dimensão de raça e gênero, a categoria gênero tampouco existe em abstrato. Sobre isso, Angela Davis relata:

claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida.” (DAVIS, 2011)

Se gênero informa a classe, não há como tratar a condição de trabalho “da mulher” posta no singular, uma vez que a categoria tem sua transversalidade de classe (ANTUNES, 2009, p. 256-257). Consequentemente, nosso objeto de pesquisa aqui, as mulheres de kasseguis carregam sua dimensão de classe (trabalhadora), mas não menos a de ser imigrante, ou seja, uma mulher racializada.

Das 43 pessoas que entrevistamos, 20 eram mulheres e, exceto as que trabalhavam em uma grande fábrica de parafusos, praticamente todas elas diziam receber cerca de 30% a menos que o de kassegui brasileiro. A prática de diferenciação salarial é explícita, como podemos ver na foto abaixo (Imagem 13), onde à mulher é oferecido um salário/hora de ¥ 1.000, ao passo que para o homem é de ¥ 1.250. Anúncios como esses se encontram espalhados por todos os lugares onde os de kasseguis circulam. Neles, reiteradamente encontramos salários com essa média de desigualdade. Nota-se, nesse caso, que sequer há uma designação de possíveis tipos de trabalhos distintos entre mulheres e homens, o que poderia ser argumento para justificar a hierarquia. Pelo contrário, o gênero atribuído à pessoa é o que determina sua entrada no mercado de trabalho, preconizado por alguns, como o lugar de igual oportunidades.

*Imagem 13 – Anúncio de oferta de emprego em criadouro de porcos*

**Contratamos!**  
URGENTE

**CHIBA-ken**

**CRIADOURO DE PORCOS**

HOMENS ¥1,250/h  
MULHERES ¥1,000/h

Necessário Nihongo básico.

TEMOS MORADIA PERTO DO LOCAL DE TRABALHO (2LDK) ¥30,000/mês

Atendimento em Português  
PEDRO  
LEONARDO

*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

Vale a ressalva sobre essa conhecida fábrica de parafusos, que já nos referimos no primeiro capítulo. Diferentemente de todas as outras fábricas em que as imigrantes estão, ela tem adotado uma política de equiparação salarial entre os sexos, desde que eles estejam trabalhando na mesma seção. Porém, cabe dizer que há a distinção salarial entre as seções, o que acaba por camuflar a desigualdade existente de outrora. Explicando melhor, em todas as fábricas, há seções em que se manuseiam grandes equipamentos, torno, prensa, lixadeira, carregam-se mercadorias pesadas, alguns operam empilhadeiras, outros trabalhos são realizados em temperatura elevada, além do trabalho de inspeção conhecido como “kensa”. Os sujeitos de nossas pesquisas invariavelmente repetiram que haviam os trabalhos “pesados” e os “leves”. Alguns exemplos:

Para Alberto:

*O serviço de quem ganha novecentos é um serviço bem leve. E o serviço de quem ganha mil e quatrocentos é um serviço mais pesado.*

Com Georgia a conversa foi a seguinte:

[Não, não. A mulher e o homem, faz o mesmo trabalho?]

*Não.*

[Não faz o mesmo trabalho?]

*De homem é um pouco mais pesado. Mas é o mesmo tipo de serviço, é despacho.*

Perguntada sobre a diferença dos trabalhos, outra entrevistada nos respondeu de modo similar:

*É. Porque eu acho que já é errada essa parte do salário ser menor, sendo que às vezes mulher e homem faz o mesmo serviço. Eu acho que é certo quando o homem faz trabalho mais pesado, exige mais esforço físico é uma coisa. Agora quando faz a mesma coisa eu acho muito errado*

Outro entrevistado, sobre o trabalho em fábrica de marmitex (*bentouya*), onde geralmente só trabalham mulheres.

[Porque ganha menos, bentouya, né?]

*Ganha menos. É um serviço mais leve também, um serviço um pouco mais limpo.*

Essas passagens nos mostraram basicamente a diferença entre trabalhos considerados “leves” e “pesados”. Os primeiros são geralmente atribuídos às mulheres, tem um menor valor salarial e estão atrelados majoritariamente à inspeção ou em linhas de montagem que manuseiam menor peso. Já os trabalhos pesados, em sentido oposto, ganham consideravelmente mais por hora trabalhada e são destinados aos homens. Assim, nessa fábrica de parafusos, o resultado permanece similar àquele onde não há políticas de equiparação salarial. Mulheres estão em seções consideradas “mais leves” e, portanto, ganham menos; enquanto os homens estão na seção dos “trabalhos pesados” e recebem

30% a mais por sua hora/trabalho. Obviamente, nesse caso, existem exceções em que algumas mulheres estão na seção “pesada”, ganhando, de fato, o mesmo que os homens. O contrário, no entanto, é praticamente inexistente, isto é, homens fazendo “inspeção” e, portanto, recebendo menos.

Porém, em nossa concepção, aqui reside o problema: como e, mais especificamente, “quem” atribuiu essas qualidades e valorações a cada tipo de trabalho? De forma mais detalhada, veremos no próximo capítulo a teorização sobre os princípios que regem a divisão sexual do trabalho. Por ora, adiantamos que há uma nítida hierarquização que não se baseia em fatos concretos do ponto de vista do processo produtivo.

Tomemos a fábrica de parafusos como exemplo. Algumas dekasseguis relataram que não havia problema em assumir trabalhos pesados caso precisassem – algumas delas, de fato, trabalhavam em seções com atividades desse tipo. Porém, o que frequentemente nos escapa de reflexão crítica é a própria valoração, hierarquização e o significado atribuído ao trabalho “pesado”, em contraposição ao “leve”. Como fica evidente, “pesado” se refere às tarefas que requerem uma maior força corporal, enquanto “leves” seriam as atividades que não demandariam tal “qualidade” da trabalhadora.

Aqui, nos chamam a atenção pelo menos três questões. Primeiro, por qual razão a suposta maior força muscular é reconhecida como superior e merecedora de um salário que chega a ser 30% maior para os dekasseguis homens? Sabemos que muitas mulheres são perfeitamente aptas a realizarem tais tarefas.<sup>106</sup> Segundo, se o funcionamento da fábrica depende da articulação de todos os processos produtivos em sua totalidade, não existe uma seção que valeria menos para o processo de fabricação das mercadorias, nesse caso, os parafusos. Importante salientar que toda a população dekassegui, a qual estamos nos referindo, executam trabalhos considerados não qualificados, ou seja, o trabalho da “seção pesada” não requer nenhuma capacitação prévia que poderia ser argumento em uma sociedade que considera a educação formal como agregadora de valor. Em suma, todos as seções contribuem de maneira igualmente necessária para a fabricação do parafuso.

---

<sup>106</sup> Cláudia Mazzei Nogueira exemplifica essa apropriação de trabalhos antes considerados masculinos, portanto pesados, pelas mulheres no Porto de Santos (2014). <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13093>.

Por fim, a socialização diferenciada entre mulheres e homens fez com que a educação da mulher se voltasse para obter aptidões classificadas como “minuciosas”, “com maior atenção” e “cuidadosas”. Não à toa são elas as direcionadas à seção de inspeção final e acabamento das mercadorias. A ideia de que só a mulher possui isso que é chamado de “dom”, ainda que esconda toda a construção social por detrás, ainda não nos responde o por que isso é menos valorado. Aliás, na realidade responde, pois evidencia que a ideia de mérito é falaciosa. Mesmo que pareça trivial, o raciocínio lógico seria de que se elas têm esse “dom” de serem mais “aptas” a realizarem trabalhos de inspeção, os homens supostamente seriam menos capazes, portanto, havendo aqui uma contradição. Mulheres não seriam capazes de realizar trabalho pesado, homens não seriam capazes de tarefas de inspeção, todas são necessárias ao acabamento da mercadoria, destarte, aqui, até a ideia de uma suposta “meritocracia” não se sustenta.

### 2.3.3 Informalidade do trabalho: típico ou atípico?

Outra diferença saliente entre os sexos está em suas respectivas relações contratuais. Entendemos como informalidade do trabalho no Japão, todos os tipos de trabalhos que não possuem vínculos empregatícios, isto é, que não são efetivos, chamados de *hiseiki koyou* (非正規雇用). Do outro lado, estão as assalariadas regulares, efetivas e com contratos de trabalho por tempo indeterminado, denominados *seiki koyou* (正規雇用). Fora desse montante há as trabalhadoras desempregadas, o trabalho doméstico não remunerado, as empregadoras e as autônomas. Tomamos esse critério de análise, pois, uma vez que não há a distinção entre o registro ou não em carteira de trabalho, como é o caso da *Consolidação das Leis do Trabalho* brasileira, o que ocorre é proliferação de diferentes relações contratuais. Tais nomenclaturas foram extraídas dos relatórios governamentais, especificamente oriundos do *Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social* do Japão (*kouseiroudoushou*, 厚生労働省).

Essas nomenclaturas chamam a atenção, pois o trabalho que consideramos informal, *hiseiki koyou* (非正規雇用) deriva da junção do ideograma *hi-* 非, que indica a negação de algo, com o ideograma *seiki* - 正規 que pode ser traduzido por normal/regular e *koyou*- 雇用 como emprego. Ou seja, a tradução literal é emprego não regular/normal.

Porém, se olharmos para o trabalho realizado pelas mulheres, desde sua posição social, o que poderíamos classificar como normal? Seguem alguns dados que servirão de base para nossa argumentação.

Em 2018, havia 3 milhões e 140 mil trabalhadoras ativas no Japão. Homens trabalhadores ativos eram 3 milhões e 180 mil no mesmo ano. Do montante total, as mulheres representam 44,1% da força de trabalho empregada. 52,5% das mulheres em idade ativas estão empregadas, ao passo que para os homens, esse número sobe para 71.2%.

Da população não empregada no mercado de trabalho, 48% das mulheres realizavam trabalho doméstico, ao passo que esse número cai para apenas 4% dos homens.

Em 2018, dentre as mulheres empregadas, 44% tinham trabalhos regulares e 56% trabalhos não regulares, ou seja, eram informais, com contratos de trabalho por tempo determinado, flexibilizados e proteção social reduzida. Desses trabalhos informais, 44% eram *part time* e *arubaito*<sup>107</sup>, seguidos por trabalho de empreitada (7%) e terceirizados (3%).

Do lado dos homens, no mesmo ano, 78% deles tinham trabalhos considerados regulares, estáveis e com tempo de contrato indeterminado. Apenas 22% da força de trabalho masculina estava no que estamos considerando aqui como informais. Essas taxas, quando agregadas em sua totalidade, resultam em 37.8% de toda a força de trabalho japonesa afetada pela informalidade. Essas breves exposições das taxas de informalidade, diferenciadas por sexo, nos fazem questionar: o que é e a quem se destina o trabalho regular?

Somente no ano de 2018, a maior parte das mulheres realizava trabalhos informais, ou seja, tal condição era o “normal” para elas. Historicamente essa realidade persiste, como atestam os anos recentes. Em 1985, a taxa de informalidade entre as mulheres era de 32%, subindo para 46% em 2000 e 53% no ano de 2010. Ao passo que entre os homens, ainda que também estejam sujeitos à informalidade, as taxas se manifestam de maneira bem diferenciada. No ano de 1985, 93% dos homens tinham trabalhos efetivos e apenas 7% deles estavam na informalidade. Esse último número sobe para 12% no ano de 2000

---

<sup>107</sup> Tem origem na palavra *arbeit* do alemão e designa trabalhos esporádicos, como o chamado “bico” no Brasil.

e, em 2010, salta para 19% de informais, em contraste com 81% que ainda tinham trabalhos efetivos.

Considerando que em ambos os sexos, o trabalho informal, ao longo da maior parte da história do capitalismo japonês, tenha sido numericamente maior, podemos caracterizar a informalidade como não-regular, ou não normal? Quando direcionamos o olhar para as mulheres, que representa metade da população ativa, a informalidade não só vem aumentando como é numericamente superior ao trabalho formal, regular e considerado normal. Nos perguntamos, não seria o papel da sociologia crítica atualizar e ressignificar essas nomenclaturas? Naturalmente, sabemos que essas terminologias são oriundas de órgãos governamentais que, por sua vez, estão articulados às próprias empresas. Nos perguntamos se o que Vasapollo (2006) caracterizava como atípico outrora, não seria o trabalho “típico” e normal da atualidade?

Na realidade, conforme vimos até o momento, não foi o neoliberalismo que introduziu as formas de relações de trabalho flexíveis, informais e precárias. Apesar de sabermos que em cada nova etapa do capitalismo há um novo rearranjo nas conquistas ou perdas materiais da classe trabalhadora, temos como pressuposto que, certamente, a fase neoliberal do capital reduziu a abrangência da proteção social. Entretanto, em uma análise mais minuciosa, já vimos que desde o começo do século XX, ficando somente no caso japonês, condições precárias estavam colocadas às trabalhadoras da indústria têxtil, que ergueram toda a indústria base para revolução burguesa japonesa. Por outro lado, as trabalhadoras migrantes internas e sazonais estavam no chão de fábrica em condições precárias, justamente quando surgia o modelo japonês que apregoava o trabalho estável e vitalício. Também eram precárias as condições das imigrantes asiáticas que ajudaram na reconstrução do Pós-Guerra. E não menos importante, todas as trabalhadoras domésticas não remuneradas que sustentavam toda a reprodução que estava na base do sucesso e milagre econômico japonês. O caso das dekasseguis nada mais é do que a continuidade desse mesmo movimento histórico.

Nesse cenário, como podemos classificar o trabalho efetivo e estável como normal, sugerindo que ele é a regra? Onde estão a miríade de trabalhadoras e trabalhadores que estavam à margem do que era considerado o efetivo/normal, sendo que o conjunto desses precarizados é nada mais do que a “norma” do desenvolvimento capitalista japonês? A invisibilização do trabalho das mulheres, muito debatido por intelectuais feministas

(HIRATA e KERGOAT, 2009), na realidade se estende a outros grupos sociais, sejam eles migrantes internos (geralmente oriundos do meio rural), imigrantes, entre outros agrupamentos de despossuídos.

A escolha por essas classificações de trabalho, típico ou atípico, normal ou não-normal origina-se, naturalmente, da articulação entre governo e empresas. Sobre isso, Kurumi Sugita afirma que

é a construção social das formas de emprego – integrando as relações de gênero, de idade, o papel da instituição familiar e a divisão sexual do trabalho –, que dá coerência a esse sistema de classificação. O fato de que a classificação se baseie numa prática corrente nas firmas nos dá uma boa pista para entendermos o lugar da empresa na sociedade japonesa, ao lado do Estado e de outras instituições públicas. (2009, p. 210).

O salário médio de uma mulher empregada em um estabelecimento com mais de 10 empregadas, era de ¥ 285 mil mensais<sup>108</sup> para as trabalhadora regulares (*seiki*), e de ¥ 199 mil mensais<sup>109</sup> para trabalhadoras informais (*hiseiki*), o que representa 31% a menos que sua companheira com contrato regular. O trabalhador homem tem o salário médio de ¥ 389 mil<sup>110</sup> mensais caso ele seja regular e ¥ 227 mil<sup>111</sup> no caso de ser informal. A diferença é brutal não somente entre os sexos, mas muito também em função da relação contratual. Porém, além da mulher estar mais na informalidade, ela tem o rendimento mensal consideravelmente menor que seu compatriota e, sendo ela a principal pessoa que realiza o trabalho doméstico não remunerado, a conclusão que se chega é a de que a mulher no Japão trabalha mais para ganhar menos e ser menos valorizada socialmente.

Os setores que mais empregam mulheres são o da saúde e bem-estar, representando 23% da força de trabalho feminina, pequenos estabelecimentos com 19%, tendo aumentado também no setor de hotelaria e restaurante com 8%. Para os homens, o setor que mais emprega é o da indústria, representando 21% da força de trabalho masculina, seguido por pequenos estabelecimentos com 14% e pela indústria da construção civil com 10%.

As funções que cada sexo realiza também são diferentes. 28% das mulheres estão em funções administrativas, seguida pelos serviços com 19% e por trabalhos qualificados

---

<sup>108</sup> Equivalente a US\$ 2.850,00

<sup>109</sup> Equivalente a US\$ 1.990,00

<sup>110</sup> Equivalente a US\$ 3.890,00

<sup>111</sup> Equivalente a US\$ 2.270,00

e técnicos, com 18% da força de trabalho feminina. As funções mais exercidas pelos homens são processos industriais<sup>112</sup>, representando 18% da força de trabalho masculina, seguida por trabalhos qualificados e técnicos com 16% e por funções administrativas com 15%.

## 2.4 Mulheres, trabalhadoras e imigrantes

Os dados quantitativos do trabalho das mulheres dekasseguis são problemáticos porque os órgãos governamentais japoneses não conseguem captar a diferença entre os sexos. Até o ano de 2008 sequer havia distinção entre nacionalidades. Para as estrangeiras, não há dados com um maior detalhamento, como os expostos acima sobre as trabalhadoras japonesas. Não há, por exemplo, nenhuma informação oficial sobre o rendimento das imigrantes.

Por essas razões, nosso intuito aqui não foi o de fornecer dados estatísticos sobre essa população, mas tão somente analisar as condições de trabalho mediante a pesquisa de cunho qualitativo que realizamos.

Das 20 mulheres que entrevistamos duas se encontravam desempregadas e procurando emprego; uma era dona de uma loja de roupas direcionada à comunidade brasileira; uma trabalhava nessa loja; uma era fotógrafa autônoma para a comunidade dekassegui; uma era auxiliar de dentista direcionado para os dekasseguis; uma era proprietária de escola para filhos de dekasseguis; uma trabalhava como auxiliar de professora para as crianças dekasseguis e 12 trabalhavam em fábrica. Todas as mulheres, em algum momento da trajetória migratória, tiveram experiência de trabalho no *kaisha*. Outro aspecto relevante é que nenhuma delas está inserida em trabalhos que fogem do “nicho dekassegui”, visto que mesmo as que não estão na fábrica, realizam trabalhos que prestam serviços exclusivamente para os dekasseguis que trabalham em fábricas.

Conforme demonstrado por Higuchi (2011, p. 21), de todas as nacionalidades, incluindo a japonesa, as brasileiras são as que mais se mantêm no mercado de trabalho depois de casadas, com a taxa de mais de 70%, seguida pelas filipinas com um pouco

---

<sup>112</sup> Manufacturing process 生産工程従事者

mais de 60%. No caso das japonesas, esse número desce para um pouco menos de 50%. A respeito do último exemplo, a diferença está no elevado salário masculino auferido aos trabalhadores autóctones.

Aqui, cabe fazer uma pequena digressão, não menos relevante, sobre o salário familiar. É importante salientar que mesmo esse salário familiar obtido pelos japoneses tem tido uma contração, o que significará mais mulheres casadas saindo para o mercado de trabalho. O cenário contemporâneo é distinto daquele dos anos dourados do *Milagre Japonês* (1954-1973), analisados por Ochiai (1994), época em que o salário familiar era estendido para uma ampla gama de trabalhadores (inclusive para os sem-qualificações). Atualmente, a situação onde ambos os cônjuges trabalham fora de casa possui até uma nomenclatura própria, denominada de *tomobataraki* (*casal onde ambos trabalham*: 共働キ), por ser justamente um fenômeno novo, que cresceu, principalmente, depois da década de 1990.

Com o recuo do salário médio, esse modelo familiar crescentemente se limita a uma classe média, verificando-se cada vez menos entre trabalhadoras não qualificadas ou informais, que outrora podiam ter uma renda que sustentasse seus dependentes. Essa questão, a nosso ver, carrega uma ambiguidade. Pois se por um lado o declínio do salário familiar significa a diminuição do salário real para o homem trabalhador japonês, inevitavelmente, isso resulta que sua companheira precise entrar no mercado de trabalho. Na prática, trata-se do rebaixamento do salário da classe trabalhadora como um todo, ou seja, diminuição de sua capacidade de subsistência, poder aquisitivo e condições de vida.

Por outro lado, é indiscutível que a entrada da mulher no mercado de trabalho de forma contínua (sem se ausentar da criação de seus filhos, como ainda ocorre para parte da população), representa objetiva e simbolicamente uma maior autonomia enquanto ser social. Para além de sair do confinamento do lar e se enriquecer com outros tipos de sociabilidades que o aprisionamento no lar não permitia, a obtenção de um salário concede a elas a independência financeira de seus companheiros. E essa questão nunca foi trivial para as mulheres, carregando também em seu bojo diversas contradições muito debatidas por intelectuais feministas <sup>113</sup>. Por fim, essa autonomia financeira resulta em

---

<sup>113</sup> Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira argumentam sobre a contradição presente nesse duplo movimento: autonomia financeira concomitantemente à sobrecarga de trabalho. Aqui elas se referem ao caso brasileiro, entretanto, acreditamos que é perfeitamente apropriado ao Japão, como em todas as sociedades de classe e patriarcais. As autoras afirmam que “no contexto atual, as mulheres estão cada vez

casos muito significativos e concretos de mulheres que antes sofriam violências domésticas e agora podem se separar de seus companheiros, situação praticamente impossível sem um trabalho remunerado.<sup>114</sup>

Retomando aos dados que pudemos coletar em nossa pesquisa, a idade das mulheres entrevistadas variou de 17 até 69 anos de idade. 12 tinham ascendência japonesa e as outras oito pessoas eram casadas com nikkeis. Dessas oito imigrantes, naturalmente nenhuma tinha o fenótipo oriental, sendo três delas mulheres negras e uma com fenótipo indígena. Sobre a escolaridade, duas tinham curso superior completo, uma tinha feito um curso de comissária de bordo e as outras 17 se dividiram entre ensino médio completo ou incompleto. Mesmo as quatro jovens mulheres que cresceram no Japão, nenhuma delas cursou o ensino superior e, exceto a que trabalha como auxiliar de dentista, todas as outras seguiram o trabalho em fábrica de seus pais.

Nenhuma das nossas entrevistadas tinha cônjuge japonês, o que se repetiu no caso dos homens que entrevistamos que, ou eram casados com brasileiras, ou com uma peruana. Expusemos acima que muitas imigrantes filipinas se casam com homens japoneses. Segundo Inaba e Takaya (2011), os casamentos entre pessoas de nacionalidade japonesa

---

mais inseridas no mercado de trabalho, sem que isso signifique uma transformação na sua relação com o trabalho doméstico. Temos aí uma contradição entre autonomia financeira e sobrecarga de trabalho e de tempo de trabalho em decorrência de uma jornada que compreende trabalho assalariado e trabalho doméstico não assalariado. Para as mulheres que estão exclusivamente no trabalho doméstico não remunerado, a contradição se coloca em outros termos, pois, nesse caso, a falta de uma renda própria é um impedimento à autonomia das mulheres”. (ÁVILA e FERREIRA, 2014, p. 18). Aqui, nos permitiremos acrescentar uma outra contradição. Do ponto de vista do conjunto da classe trabalhadora, esse processo resultou na perda significativa do salário masculino, uma vez que ele não mais permite a manutenção de sua família. E isso, conseqüentemente é o resultado de uma maior exploração do trabalho para o conjunto da classe trabalhadora. Naturalmente que a sobrecarga se direciona às mulheres, mas não menos importante é esse rebaixamento nas condições materiais de vida.

<sup>114</sup> Sobre essa questão, as sociólogas japonesas Nanako Inaba e Sachi Nakaya exemplificam o caso das imigrantes filipinas no Japão. A população de filipinas naquele país era de 160 mil, sendo a maior parte delas inseridas na indústria do entretenimento e do sexo. Muitas dessas mulheres, no decorrer desse fenômeno migratório acabaram se casando com cônjuges japoneses. Nesse processo, diversas delas acabaram abandonando seu antigo trabalho e conseqüentemente ficando dependentes de seus companheiros japoneses. Na pesquisa realizada por essas autoras, elas constataram um grande número de violência doméstica sofrida por essas mulheres. O que agrava ainda mais a situação dessas filipinas, reside em sua condição de ser estrangeira, estar longe de sua família e rede de apoio e, algumas vezes, não dominarem o idioma e as leis que as respaldariam. Elas acabam ficando completamente isoladas e restritas ao âmbito doméstico, sofrendo diversos tipos de violências e ameaças. Outro ponto bastante relevante analisado por Inaba e Takaya é a de que, em caso do país receptor ser de tradição mais conservadora e patriarcal, acentuaria as pressões para que elas reproduzissem padrões de subordinação da mulher, potencializando a coerção para exercer o que seria considerado a tarefa e o lugar destinado às mulheres – ou seja, inferior. Elas alegam que o caso das filipinas se encaixa nesse padrão (2011, p. 33). Em anos recentes, algumas dessas mulheres, em união com organizações japonesas vêm fazendo parcerias para suporte a essa população. Sobre essas iniciativas, veremos com mais detalhes no capítulo 3 desta tese.

e estrangeira vêm aumentando a cada ano. Não obstante, o padrão da combinação entre os casais é bastante diferente entre as nacionalidades. No caso de brasileiras e japonesas, há muito mais mulheres japonesas casadas com homens brasileiros do que o inverso. Como já mencionado, no caso da nacionalidade filipina, o contrário (matrimônio entre um filipino e uma japonesa) é quase inexistente. No geral há mais mulheres japonesas casadas com homens estrangeiros do que o inverso. O motivo desse descompasso deve-se à particularidade do conservadorismo e tradição patriarcal japonesa. A especificidade desse tipo patriarcal coloca dificuldades para as mulheres ocidentais se adaptarem ao relacionamento com o companheiro japonês. O inverso encontra menos entraves.

Importante frisar que não pudemos constatar como é o padrão de casamentos e uniões entre casais homoafetivos por inexistirem dados a esse respeito. A legislação japonesa referente à união homoafetiva experimenta relativo progresso nos últimos anos e o padrão adotado para a aceitação da união se diferencia por províncias e cidades de forma autônoma e diferenciada para cada localidade.

Das mulheres que entrevistamos, quatro eram solteiras, quatro já tinham sido casadas com cônjuges brasileiros e se divorciaram e 12 estavam casadas. Dentre as mulheres que se divorciaram, todas se separaram no Japão e ficaram como responsáveis pela guarda das filhas. Acompanhando a tendência japonesa, nossas entrevistadas mães chefes de famílias monoparentais são as que tinham menor renda. Dados de 2018 mostraram que 51% das famílias monoparentais de mãe solo estavam em situação de pobreza e 13% dessas se encaixavam na linha de extrema pobreza (*deep poor*).<sup>115</sup>

Marlene de 52 anos nos contou parte de sua trajetória. Atualmente, ela mora no conjunto habitacional Homidanchi, com seu filho do segundo casamento – que tem pouco mais de 20 anos de idade e, à época da entrevista, encontrava-se desempregado. Marlene migrou para o Japão há 25 anos atrás e, desde então, reside no mesmo lugar. É de Pernambuco e não é descendente de japoneses. Sua história de vida abarca tanto a migração interna no Brasil, quanto a internacional para o Japão. Ela nos contou que conheceu seu segundo marido, nikkei, em São Paulo e com ele foi ao Japão, em 1995. Segue parte de seu relato:

---

<sup>115</sup> A relação entre pobreza, trabalho e gênero será tratada de maneira mais aprofundada no próximo subitem. Fonte: Japan Institute for Labour Policy and Training - JILPT 労働政策研究・研修機構, Rōdō seisaku kenkyū kenshū kikō ) <https://www.jil.go.jp/institute/research/2019/192.html>

*Eu comecei a trabalhar no Brasil muito nova. Eu comecei a trabalhar com dez anos, de faxineira, de babá.*

[Isso em Pernambuco? ]

*No Brasil, em São Paulo. Com onze anos eu estudava meio período e meio período eu trabalhava. Eu morava na Vila Alpina, então eu trabalhava meio período e meio período eu estudava... Até a quarta série. Porque na quarta série aconteceu de eu ficar grávida, aí mudou minha vida. Aí com quinze anos eu comecei a trabalhar pra sustentar meu filho e ajudar em casa. Parei a escola, aí eu trabalhei no supermercado. Fui caixa, trabalhei na Levis, fui balconista e só. Ah, trabalhei também na indústria, lá no Brasil.*

[...]

*Eu vim atrás do meu marido. Meu marido morava aqui, então eu vim trazer o filho pra ele conhecer. Aí quando chegou aqui eu não sabia o que era nada, eu não sabia nem o que era hashi, eu não sabia nada. Nada, nada, nada desse país. Aí quando eu cheguei aqui, mesmo sem saber nada, eu mesmo sozinha tirei o meu apartamento, porque conversa aqui, conversa ali, né? Aí eu estudei no gakko [escola], pra aprender um pouco de japonês. Eu queria continuar estudando, mas não deu. Estudei um pouquinho de Kumon.*

Sobre como avaliava as condições materiais de vida no Japão, ela nos contou:

*Tá, pois então vou te dar um exemplo. Eu ganho cento e trinta mil por mês.<sup>116</sup> Eu tô sustentando a casa sozinha, tô pagando minhas contas sozinha, tô comendo sozinha, tudo com esse dinheiro.*

Segundo o *Japan Institute for Labour Policy and Training – JILPT* (労働政策研究・研修機構), no ano de 2018, a renda média anual de uma família monoparental em que a chefe de família era uma mulher foi de ¥ 2.990.000 anuais<sup>117</sup>, cerca de ¥ 249.000 mensais. No caso de ser família monoparental, com o homem como chefe de família,

<sup>116</sup> Equivalente a US\$ 1.300,00 mensais

<sup>117</sup> Equivalente a US\$ 29.900,00 anuais

essa renda sobe para ¥ 6.235.000 anuais<sup>118</sup>, representando mais que o dobro do salário da mulher. A linha da pobreza foi calculada pelo *Ministry of Health, Labour and Welfare* e se refere a uma renda menor que ¥ 122.000 mensais<sup>119</sup> para uma pessoa e ¥ 173.000 para uma família com duas pessoas.<sup>120</sup> Assim, a renda mensal que situaria uma família monoparental na linha da pobreza era de ¥ 101.000.

A renda de Marlene era de ¥ 130.000 mensais. Devido ao desemprego de seu filho à época da entrevista, esse montante era destinado à manutenção de dois adultos. Ou seja, situação bastante precária para ambos. Tal condição não é novidade para ela, uma vez que criou seu filho somente com o seu salário por boa parte da vida. Questionada sobre o processo de separação com o pai de seu filho e o papel do Estado japonês, ela comenta

*O Japão ajuda bastante a mulher solteira. Ajuda. Eu acho que no Japão, uma mãe solteira ela sobrevive bem, em vista do Brasil. Tem várias ajudas, né? Porque o filho você não paga até dezoito anos. Depois, porque quando eu cheguei aqui o meu filho já tinha nascido. Quando eu me separei ele tinha nove anos, né. Então falo assim, mas o país em si ajuda bastante. Você não paga médico. Você não paga nenhum tratamento nem pra você e nem pra ele. Bom, pro meu ex [marido] tanto faz ser obrigado ou não, porque ele nunca ajudou com nada mesmo. Como sempre.*

A ausência da figura paterna após o divórcio, negligenciando o provimento dos filhos se mostrou constante nas mulheres que entrevistamos. Na legislação brasileira, a pensão alimentícia para as filhas após o divórcio é coercitiva, sob pena de prisão quando descumprida. A legislação japonesa, diferentemente, não sanciona coercitivamente o pai que não paga a pensão, tampouco havendo penalização para tal. Assim, apesar de prever uma indenização no momento do divórcio, é bastante frequente as situações em que pais (homens) abandonem por completo o sustento de seus filhos. Muitas vezes, a relação entre pai e filho também desaparece. Sobre essa última questão, a socióloga Yumi Garcia dos Santos afirma que

---

<sup>118</sup> Equivalente a US\$ 62.350,00 anuais

<sup>119</sup> Equivalente a US\$ 12.200,00 anuais

<sup>120</sup> Equivalente a US\$ 17.300,00 anuais

em oposição à ênfase da presença da mãe no desenvolvimento dos filhos, a função paterna aparece como algo abstrato e incerto. Enquanto, no ocidente, experimenta-se uma nova afirmação do papel paterno, o pai japonês aparenta apegar-se a função formal da paternidade. A rígida divisão sexual do trabalho, segundo a qual espaços femininos e masculinos se separam nitidamente, faz com que a relação pai-filho seja escassa; a tendência é que tal dinâmica relacional permaneça após a ruptura conjugal, principalmente pelo fato de que é a mãe que tem, na maioria dos casos, a guarda da criança. (SANTOS, 2008 p. 60)

Não obstante, no caso de nossas entrevistadas, seus cônjuges eram brasileiros. Porém, tanto o abandono paterno como a interrupção de provimento dos filhos se mostraram constante. Por isso, mesmo que nossa pesquisa abarque um número pequeno de histórias de vida, vale a questão: o fenômeno migratório introduz novos padrões culturais nas famílias de kasseguis? Inaba e Nakaya (2011)<sup>121</sup> argumentam que, pelo Japão ser um país tradicionalmente conservador e de forte orientação patriarcal, os padrões de comportamentos de imigrantes podem replicar os valores do país receptor. Sabemos que no caso brasileiro, muitas vezes, o pagamento da pensão alimentícia ocorre somente quando a mãe aciona a justiça, e, mesmo assim, o conflito em torno dessa questão não é trivial.

Ao migrarem para o Japão, é possível que muitos homens de kasseguis – oriundos de um país também patriarcal como o Brasil – se sintam mais confortáveis em reproduzir a estrutura patriarcal e deixar a cargo da mãe toda a responsabilidade da criação dos filhos, mimetizando o modelo cultural japonês. Como nos relatou Adriana, outra brasileira *“Então no caso, depois eu fiquei sabendo através dele mesmo, que no caso, como ele saiu de casa, ele teria que me pagar uma pensão e também pro meu filho. Mas só que a gente não vai atrás, porque não tem nem condições, como que é? Informação. Falta muita informação aqui, muita coisa”*. Adriana também sustentou sozinha seu filho, sem suporte de seu ex-companheiro.

Em compensação, como relatou Marlene, é verdade que existe amparo legal para mulheres divorciadas que não recebem pensão e tenham uma renda baixa. Chamada de *jidou fuyou teate* (児童扶養手当), trata-se de um subsídio para o sustento infantil na forma de uma quantia em espécie, assim como a isenção de diversos custos como seguro

---

<sup>121</sup> Ver nota de rodapé n. 114.

saúde, benefícios para locação de residências do estado, entre outros auxílios. Tanto Marlene como Adriana recorreram a esses mecanismos para conseguir criar seus filhos.

Na prática, é uma situação onde o Estado se responsabiliza por obrigações convencionalmente vinculadas aos pais. Trata-se de um posicionamento, a nosso ver, atípico por parte de um estado neoliberal. Isso porque muitas das lutas que movimentos sociais travam para com o Estado se referem à obtenção de proteção social que, via de regra, é empurrada ao indivíduo. Arriscamos dizer que nesse caso, o padrão cultural que favorece o patriarcado tenha se sobressaído ao modelo neoliberal, pois, do ponto de vista econômico, o homem japonês seria totalmente capacitado para poder arcar com as despesas de seus próprios filhos, mesmo depois do divórcio.

O que muitas vezes ocorre é que os homens voltam a se casar, formando uma nova família, mas sem se responsabilizar por sua família precedente. A mãe divorciada fica sobrecarregada em todos os sentidos: maior jornada de trabalho, salário inferior e até mesmo barreiras para poder construir uma nova família.

No caso das mulheres imigrantes, elas sequer cogitaram interromper seus trabalhos. Todas continuaram os trabalhos em fábricas, recebendo, como vimos, salários menores que os dos trabalhadores e trabalhadoras japonesas, assim como o dos dekasseguis homens. Sobre o subsídio aos filhos, convém dizer que eles vêm sendo impactados pelos cortes no orçamento estatal. Sobre isso, Santos analisa que

para compensar o desmonte de políticas assistenciais, o governo japonês instaurou, desde 2003, políticas de apoio à conquista de autonomia das famílias monoparentais femininas (*Boshikatei jiritsu shien saku*), que recebem alocação de educação dos filhos (*jidou fuyou teate*). O programa visa instaurar uma série de dispositivos para incentivar e intermediar a inserção das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. O Estado pretende, assim, limitar os gastos sociais contando com a capacidade de trabalho das mães. (SANTOS, 2008 p. 240)

Isso significa que nem o pai (por ser na maior parte das vezes ele quem abandona os filhos), nem o Estado têm interesse em apoiar de forma significativa essas mulheres. Não é necessário intuir também que foram essas iniciativas que interferiram no expressivo aumento da pobreza de mães solas. Essas mulheres mães solas – e especialmente as trabalhadoras mães solo imigrantes – constituem o *elo mais fraco e prejudicado pela tríade do neoliberalismo patriarcal racializado*.

É verdade que a condição precária que discutimos anteriormente (Cf. STANDING 2015, BRAGA, 2012) tende-se alastrar para a maior parte da classe trabalhadora, inclusive a de países de economia central. Porém, afirmamos que destacar a particularidade de cada fração se mostra crucial para não cairmos, mais uma vez, em tipos ideais do estereótipo do trabalhador precário padrão. Concatenar gênero e raça com o precariado é imprescindível.

#### **2.4.1 *Working poor*, saúde e relações interpessoais**

Nesse espaço, continuaremos tratando das condições de vida das *dekasseguis*, procurando cada vez mais agregar outros elementos que corroborarão para capturar as múltiplas dimensões dessa pesquisa, qual seja, a articulação entre gênero, raça/etnia e classe social. Para tanto, é preciso recordar que a investigação de seus modos de vida necessariamente se vincula à interferência do país receptor. No entanto, esse país tampouco existe em sua abstração, sendo ele moldado e remoldado por categorias de classe, gênero e raça a partir da própria particularidade japonesa. Por essa razão, em algumas passagens, escolhemos fazer uma exposição que não se limite unicamente aos aspectos que tocam às *dekasseguis*. Pelo contrário, concordando com a posição de Ferguson e McNally de recorrer a uma “análise multidimensional” (2015, p. 2), acreditamos que o exercício de se chegar a uma compreensão das categorias referidas, requer o olhar não estático e fragmentado da imigrante *versus* o nacional, mas sim, compreender as similitudes e diferenças, que são o que compõem a totalidade desses fenômenos. Nesse debate, classe social é uma categoria chave e que atravessa – de diferentes maneiras – a vida de todos os sujeitos aqui retratados, bem como dos trabalhadores japoneses.

Do ponto de vista do capital, uma das vantagens da entrada de trabalhadoras imigrantes em seu país, advém da debilitada relação que eles estabelecem com a legislação local. Normalmente há o desconhecimento de seus direitos (além da barreira linguística), alinhado a certos receios intrínsecos de quem é considerado “cidadã de

segunda classe”, o que torna a execução efetiva de tais direitos consideravelmente baixa.<sup>122</sup>

Perguntamos às nossas entrevistadas sobre questões relativas à saúde. Muitas delas tiveram episódios de pequenos acidentes de trabalho, algumas doenças aparentemente causadas pelo trabalho no *kaisha* e quase todas já presenciaram acidentes de trabalho de colegas, sejam elas brasileiras ou japonesas. Das 43 pessoas dessa pesquisa, apenas uma relatou ter tido contato com um colega de fábrica japonês que havia se suicidado. E, como ocorre em muitos casos, não se pôde comprovar algum tipo denexo causal entre essa morte e o trabalho.

Algumas das entrevistadas alegaram fazer uso de ansiolíticos, antidepressivos ou soníferos. No caso do trabalho ser em turno noturno (*yakin*) ou em turnos trocados semanalmente, onde se alterna entre um período diurno e outro noturno, verifica-se problemas de sono desregulado, distúrbios do sono e insônia – o que explica a medicação mencionada nas entrevistadas. Nenhuma afirmou consultar psicólogos, resolvendo os sintomas de origem psicológicas mediante uso de medicamentos. É bastante comum dekasseguis solicitarem analgésicos do Brasil, na ocasião da ida de conhecidos para lá, pois descrevem os medicamentos japoneses vendidos em farmácia sem prescrição médica como “*fracos*”.

Todas as pessoas que entrevistamos estavam incluídas no *Seguro de Saúde Japonês* (*kokumin kenkou hoken* 国民健康保険), aderido compulsoriamente por toda população residente no país.<sup>123</sup> Ele cobre 70% de todos os gastos médicos (incluindo os medicamentos) e o valor da mensalidade é calculado pelo imposto de renda de cada

---

<sup>122</sup> Sobre isso, atribuímos um peso decisivo ao racismo institucional japonês, obstáculo não menos presente em todos os cantos. Um exemplo geograficamente distante, mas que tem uma lógica similar é a relação entre a população negra brasileira e o atendimento no SUS (Sistema Único de Saúde). Em uma pesquisa realizada sobre a procura da população negra comparada à branca em relação ao atendimento de saúde, Silva constatou que “denota-se o maior percentual de pretos e pardos procurando o sistema de saúde com finalidades curativas e de brancos procurando-o com finalidades preventivas.” (2017, p. 9) Segundo ela “o racismo institucional ocorre de maneira silenciosa, não de forma aberta, e produz não só a falta de acesso aos serviços e direitos, como também fragiliza a qualidade da assistência prestada, ao diferenciar o atendimento aos negros e aos brancos, privilegiando uma classe à medida que discrimina outra, perpetuando a desigualdade racial.” (p. 10). Nota-se nessa análise, a constatação do racismo institucional brasileiro e seus impactos na saúde da população negra. Nesse caso, as discriminações sofridas por essa população retardam a procura por um atendimento. Por isso prevalece para ela a busca por finalidades curativas ao invés de preventivas. A população obesa é outro grupo que adia a busca por tratamento a fim de evitar o constrangimento da gordofobia. Ainda que pareçam episódios distintos, são todos eles ocasionados por opressões sociais que prejudicam a vida dessas pessoas.

<sup>123</sup> O trâmite para adesão é feito na prefeitura local. Apesar de obrigatório, algumas pessoas nos contaram que já souberam de imigrantes que não tinham o plano de saúde.

trabalhadora pensada enquanto unidade familiar. Como a população de kassegui possui a renda relativamente baixa, somado ao fato de muitos terem mais de uma filha, o valor da mensalidade é baixo.

As mães que criam seus filhos sem a ajuda dos pais possuem diversas isenções. Por essa razão, não há nenhuma crítica referente ao sistema de saúde no que toca a acessibilidade. Não somente elas, mas todas as pessoas que entrevistamos alegaram estar muito satisfeitas com tal sistema e nenhuma delas relatou ter sido privada do atendimento à saúde. Essa questão, longe de um detalhe, aparece como um dos indicadores mais importantes para consideração da qualidade de vida para as imigrantes.

Ainda sobre relação trabalho e saúde, conversamos com Adriana de 51 anos, chefe de família monoparental que migrou para o Japão há 27 anos atrás com seu ex-companheiro nikkei. Atualmente divorciada e morando com seu filho no *Homidanchi*, trabalha na fábrica de parafusos que já mencionamos. Ela aguarda completar a idade apta para se aposentar e voltar ao Brasil. Sobre seu trabalho e a saúde nos contou

*[...] tenho vergonha de falar que eu não sei nihongo. Mas eu não sei fluente, eu me viro, falo errado, mas a gente sofre preconceito por causa disso. Às vezes com a minha estatura, porque eu sou pequena. Não é qualquer tipo de serviço, eu me esforço muito, mas não é qualquer tipo de serviço que a gente consegue fazer. Mas por eu ser estrangeira, brasileira pura também.*

Sobre problemas de saúde, fizemos a pergunta “*Você já teve alguma doença ou acidente em relação ao trabalho?*”. Em um primeiro momento ela respondeu “*nunca*”, mas quando repetimos “*nunca teve nenhum problema que te adoeceu?*”, ela respondeu “*Não, eu já tive estresse*”. E continuou:

*Eu fazia, eu trabalhava em Miyoshi<sup>124</sup>. São três filiais e eu trabalhava em Miyoshi, só que eu fazia yakin [turno noturno], hirukin [turno diurno] e **três a quatro horas de zangyo [hora extra]**.<sup>125</sup> Em três anos o corpo não aguentou. O sistema nervoso. É o sistema nervoso. Assim, eu dormia muito bem durante o dia. Quando eu*

<sup>124</sup> Nome da cidade japonesa.

<sup>125</sup> Com a jornada de trabalho regular de oito horas, somada três ou quatro horas de hora extra, significa que esta entrevistada trabalhava cerca de 11 a 12 horas por dia.

*mudava de turno, nos três primeiros dias à noite, mas por que... Durante o dia eu chegava oito horas, não, nove horas em casa, eu tomava um banho e cama. Desmaiava. Aí o que acontecia? Lá pra umas duas horas da tarde eu acordava, mas aí eu podia sair, fazer uma compra, tava de dia. Lavar uma louça, fazer alguma coisa. Isso cansava meu corpo de novo e eu voltava a dormir, até umas cinco horas, porque eu entrava às sete. Então eu voltava a dormir, agora quando mudava o turno eu queria fazer a mesma coisa, só que era de noite. Pra onde que eu vou sair à noite? Como que eu vou passar um aspirador, lavar uma roupa meia noite? Não dá, incomoda os vizinhos. [...] Porque eu acordava e ficava com aquilo na cabeça, "ai meu Deus, eu preciso dormir". Em nenhum dos turnos eu conseguia dormir direto. [...] Aí chegou uma hora que eu não conseguia assim... Eu deixava o carro ligado, eu ia trabalhar... Você fica assim e você não sabe... Eu ficava três dias sem dormir às vezes. Eu ficava com aquele pensamento "eu preciso dormir, eu preciso dormir". É horrível e aí você não dorme mesmo. Gente... E aí foi afetando o meu sistema nervoso mesmo [...]. Deprimida, nossa. Aí foi por isso que eu parei de fazer os dois turnos. Aí eu fui... [...]. Então, aí eu comecei a procurar. Eu fui no clínico geral, mas aí ele não conseguia me entender. Porque o que eu sentia era assim, parecia que tinha um chumbo na minha cabeça e eu não conseguia falar pra ele, porque eu também não sabia a causa. Nossa e ele ficava sem saber. Mas a cabeça, eu não consigo, eu não conseguia dormir, eu falava pra ele. Aí eu tive que ir no psiquiatra. Um dia eu fui trabalhar, me deu uma crise de choro. Eu já tinha ido em todos os médicos, já tinha feito ressonância magnética na minha cabeça, porque eu reclamava da cabeça. Sabe, o problema tava... Aí me deu uma crise de choro. Era o sistema nervoso totalmente abalado. Aí eu falei "já procurei tanto médico, eu vou no psiquiatra mesmo". E lá que ele me deu antidepressivo, me afastou do yakin [turno noturno], falou que o meu problema...*

*Ele foi o único que me entendeu, um psiquiatra. Porque os clínicos gerais fizeram um monte de exames.*

[Mas hoje você tá melhor? Como conseguiu resolver isso?]

*Então eles queriam me afastar. Eu tive recentemente, o meu chefe de hoje teve o mesmo problema que eu, mas por excesso de trabalho. A pressão era muito*

*grande, ele ficou deprimido e afastou um mês. Mas aí eu não quis. Com o remédio eu dormi. Mas é antidepressivo o remédio. [...] Olha, eu não sei o que me deu crise de choro, depressão mesmo. Por isso que eu busquei [tratamento]. Eu fui atrás, né? Mas é difícil você ir num médico, se sentindo muito mal e ele te falar "você tá bem, você não tem nada, vai pra casa". Às vezes, igual, eu tive esse problema, mas como eu te falei, como eu nunca tinha tido eu não sabia que era devido ao sistema nervoso. Sabe, tudo isso? Olha, vou te contar, nessa mesma empresa que eu trabalhei tinha um rapaz, ele trabalhava numa outra seção. Aparentemente tudo bem com ele, jovem, devia ter uns vinte e oito, vinte e sete anos. Mas só que tinha vezes que ele sumia. Aí um dos chefes chegou pra mim, a gente conversava, brasileiro o chefe. Eu mesmo trabalhava eu e um japonês só, e a gente não conversava. Então talvez isso também ajudou. Aí ele falou pra mim que ia mandar esse rapaz embora porque ele não dava satisfação, não ligava, simplesmente ficava dois, três dias sem ir e não dava satisfação nenhuma. Mandou ele embora. Duas semanas depois a gente ficou sabendo que ele se suicidou. Quer dizer, era um problema de depressão e ele não se deu... Ou ele não se deu conta...*

O suicídio relatado acima foi o de um trabalhador japonês. A expressão *morte por excesso de trabalho* denominada *karoshi* (過労死) e o *suicídio por excesso de trabalho* chamado de *karojisatsu* (過労自殺) são nomenclaturas japonesas que se internacionalizaram. Não por acaso, o destaque e o pioneirismo desse termo é sinal de que a classe trabalhadora japonesa vem sofrendo cada vez mais com esse tipo de morte. O governo japonês estabeleceu uma “linha de risco”, onde trabalhadoras que fazem mais de 80 horas-extras mensais estariam mais propensas a esse tipo de falecimento. Segundo o *Ministry of Health, Labour and Welfare*<sup>126</sup>, em 2019, mais de 3 milhões e 970 mil trabalhadores (6.9% dos trabalhadores) estariam nessa linha, representando uma jornada de trabalho semanal que excedia 60 horas. O número oficial de *karoshi* e *karojisatsu* em 2019 foi de 158 pessoas<sup>127</sup>, embora os dados oficiais sejam sempre subestimados em

<sup>126</sup> Fonte: Desde o ano de 2016 o governo vem realizando essa série de relatórios chamados de *Karoshi White Paper* (過労死等防止対策白書) <https://www.mhlw.go.jp/wp/hakusyo/karoushi/19/index.html>

<sup>127</sup> Os trabalhos que mais foram acometidos por essa morte estavam no setor de transporte e correios.

casos como esse. No mesmo ano, 2018 pessoas se suicidaram por motivos relacionados ao trabalho – a nosso ver, número igualmente subestimado.

As profissões em que a jornada de trabalho é mais longa estavam na indústria da construção e da mídia e entretenimento. Aqui, o recorte de classe se apresenta de forma distinta das trabalhadoras sobre as quais discorreremos até agora. Nesses dois setores, segundo o relatório, estão trabalhadores e trabalhadoras qualificados, pertencentes a estratos sociais médios e altos da sociedade. A população masculina é a que realiza jornadas de trabalho mais longas fora de casa.<sup>128</sup> Essa longa jornada destinada aos homens tampouco foge do princípio do patriarcado e da especificidade da divisão sexual do trabalho no Japão, penalizando, nesse caso, os homens.

A sobrecarga de trabalho destinada à população masculina é uma realidade há décadas e sinal da gestão da “mão de obra [...] diferenciada de acordo com os sexos” (HIRATA, 2002, p. 141) em que desde o início de suas carreiras, mulheres e homens já se adentram em tipos de contratos de trabalho diferenciados nas empresas. Em sua maior parte, homens se estabelecem em regimes de trabalho em que a jornada é mais flexível, realizam mais horas extras, ganham mais, bem como tem ascensão na carreira. Mulheres, por sua vez, são levadas a contratos com jornada de trabalho fixa, salários consideravelmente menores e sem possibilidade de ascensão. Embora tenha transcorrido quase duas décadas desde o lançamento do livro *Nova divisão sexual do trabalho?* (2002) de Helena Hirata, sua análise continua válida para o Japão atual. Discorre a autora que

para os homens que trabalham nas empresas em que o tempo de serviço domina a atividade produtiva, todas as pressões da reprodução são retiradas. Para as modalidades de trabalho das mulheres, é a idade que determina o emprego; jovens, elas trabalham período integral até o casamento, mais velhas, após a educação dos filhos. Elas se reintegram à esfera produtiva como trabalhadoras em tempo parcial. [...] Aqui, a olhos vistos, patriarcado e capitalismo se combinam para reproduzir o assalariamento, tirando partido da diferença de sexo e da idade da mão-de-obra. (2001, p. 141).

Essa realidade demonstra que, muito embora a divisão sexual do trabalho tenha como pilar a subordinação da mulher e todos os fardos que dela acarretam, o modelo

---

<sup>128</sup> Não obstante, Ochiai recorda que “trabalho doméstico também mata.” (1994, p. 224). Achamos pertinente esse destaque, pois, se as mortes por excesso de trabalho assalariado são difíceis de identificar, aquelas por trabalho doméstico são ainda mais nebulosas.

patriarcal não poupa diversos entraves para com a saúde, a autonomia e o exercício da liberdade plena do homem, pois, a nosso ver, a função social destinada aos homens em um sistema desigual, não é sinônimo de liberdade substantiva e emancipação do gênero humano. A masculinidade decorrente desse modelo pressupõe modos de ser e se comportar – ligados à ideia de virilidade – que prejudicam a subjetividade do homem, principalmente os que não se encaixam nesse padrão. No caso japonês, os danos à saúde do trabalhador assalariado padrão (*sallyman*) é um explícito exemplo desse arquétipo de masculinidade. Por fim, o que se verifica com essa questão, a nosso ver, é a de que a categoria classe social atravessa a própria divisão sexual do trabalho, em que, ao fim e ao cabo, subjuga ambos os sexos de maneira desigual, mas combinada.

Todavia sobre as doenças no caso das fábricas, concluímos que depois de dores nas articulações e em diversos locais do corpo, os problemas de sono e stress foram os mais relatados nas entrevistas, como no caso de Adriana. A ocorrência de doenças laborais que atacam o corpo do trabalhador associadas às enfermidades de cunho psicológico é bastante comum. A pesquisa realizada por Luci Praun na *General Motors* brasileira se assemelha às condições de nossas entrevistadas no que se refere a esse assunto. Para Praun (2016, p. 147),

se antes esse sofrimento é resultante do ambiente de pressão para produtividade, pela acentuada intensificação do trabalho e, entre outros fatores, pela atividade monótona e repetitiva que estes trabalhadores desenvolvem, a aparição dos primeiros sintomas das lesões físicas é acompanhada de uma série de outras manifestações de sofrimento psíquico.

A constatação de Praun demonstra a indissociabilidade entre corpo e mente, aspecto tradicionalmente ignorado por vertentes da medicina ocidental de matriz cartesiana. Em anos recentes, a importância de dar ênfase a essa correlação tem ganhando força e evidências científicas. O trabalho sob os ditames do capital adoce o corpo e a mente da classe trabalhadora. Um de nossos entrevistados, Jerônimo de 60 anos nos relatou sua experiência. No momento da entrevista se encontrava desempregado. Sobre sua condição física, nos contou,

*Você já ouviu falar em LER [Lesões por Esforços Repetitivos]? Tô cheio dela. Sinto dor, não consigo parar de sentir dor nos dois braços. Com sessenta anos, agora que surgiu. Era professor de educação física, menina, até os cinquenta e*

*poucos, até os quarenta e poucos eu fazia exercício e tudo. Eu ganhei um gatilho nesse dedo. Sabe o que é gatilho, né? O dedo dobra e não volta. Olha, tá vendo? É. Os médicos daqui, os nossos médicos nossos do SUS lá no Brasil tratam a gente melhor do que os médicos daqui. Porque eles não têm aquela afinidade de chegar e explicar, detalhadamente, pra você. Só quando o negócio é sério. Mas aqui não, ele olhou, eu fiz uma ultrassonografia, ele olhou "vai ter que operar, mas mesmo você operando você vai continuar sentindo dor". Opera, vai diminuir a dor? "Vai". Uhum. Eu não durmo direito. A dor no braço esquerdo aqui é tanta que eu não durmo. Porque eu tenho o hábito de dormir do lado esquerdo, então eu durmo comprimindo o braço, né? Eu acordo duas, três horas da manhã com isso aqui, é insuportável a dor."*

Ainda sobre a saúde, mas agora acerca da relação que se tece nos jogos de negociações entre trabalhadora, empresa e o sistema de saúde japonês, uma de nossas entrevistadas relatou o seu caso:

[Você já teve alguma doença decorrente do trabalho?]

*O joelho.*

[O joelho? Mas você acha que tem a ver [com o trabalho]?]

*Teve, tudo a ver. Porque o meu trabalho era assim, vou te falar. Aqui era uma máquina, tá? Era uma máquina, né? Uma máquina. Aqui era a máquina. Então eu tinha que pegar o [inaudível]. Você sabe o que é [inaudível]? Aqui era a prensa, eu ficava desse lado e a outra menina ficava do lado direito. Uma do lado direito e outra do lado esquerdo. A prensa abria, aqui era um ferro na máquina. Então eu pegava o joelho, eu tinha que encostar no ferro e fazer isso pra colocar. Então forçou muito o joelho pra trás, aí criou um cisto aqui. [...] Sentia muita dor. Comecei a sentir muita dor depois de muitos anos. É, muito claro [que era ocasionado por isso], porque se fosse na outra perna não tinha, era só nessa. Era só nessa que eu encostava, só nessa. Aí foi por isso que eu operei, né?*

[E no caso, você teve essa doença recorrente do teu trabalho, o kaisha te deu alguma ajuda?]

*Não. Ah, eu saí porque eu não quis voltar pro mesmo trabalho. Porque eu ia fazer a mesma coisa. Mas se eu quisesse voltar lá até hoje, eu voltava.*

[Mas a empresa não te deu nenhum dinheiro, não te ressarciu?]

*Não, a única coisa que eles fizeram... Eu fiquei dois anos no shakai [seguro social], recebendo o shakai em casa. Aí depois quando eu já não tinha mais direito no shakai então eu tinha que voltar a trabalhar. Como eu ainda sentia dor na perna, então eles fizeram acordo comigo. Eles me mandaram embora com a data bem antes, pra eu poder pegar o seguro desemprego. Falaram que quando eu quisesse voltar eu poderia voltar, a hora que eu quisesse.*

[E a fábrica não pagou nada?]

*Não. Mas também eu não acusei, também eu não fui atrás pra falar. Eu não quis ferrar a fábrica, porque a fábrica foi muito boa pra mim. **A fábrica ajudou a cuidar do meu filho**, na escola podia me chamar três horas da tarde e eu ia. Se eu ligasse pra eles hoje e falasse que eu não ia trabalhar, tinha negócio de escola. Eu precisei ir pro Brasil quando a minha mãe ficou doente, eles pagaram a passagem, depois descontaram do meu salário. Meu shaken [seguro] do meu carro venceu, eles fizeram e depois foram descontando aos pouquinhos do meu salário. **Então eu não quis prejudicar a fábrica. A fábrica foi muito boa pra mim.** Então eu falei assim que eu não ia mexer com isso, não achei justo, sabe? Porque eles eram muito legais pra mim. [grifo nosso]*

A relação estabelecida entre trabalhadora – empresa revela contornos delicados em que ora se manifesta em conflitos, ora se assemelha a uma relação familiar (o “*firm as a family*” analisado por Fruin, 1980), obnubilando a contradição capital e trabalho. No caso dessa nossa entrevistada, ela disse sentir solidão no Japão, pois após a separação de seu ex-companheiro nikkei, só restou seu filho como família. Não tendo descendência japonesa, diferentemente de outros entrevistados, Marlene passa os feriados e festas de fim de ano com amigos que diz serem sua segunda família. O “lar dos sem-família”, como descreveria Sayad (1998, p. 73), nasce por laços afetivos que não envolvem parentesco, como é o caso dessa nossa dekassegui.

Apesar de não ter ascendência japonesa, poderíamos supor que a entrevistada compartilhasse de um *ethos* do trabalho (OCADA, 2006) do nikkei. Talvez a longa estadia no Japão, ou mesmo a condição de uma cidadania precária faça com que muitas imigrantes tenham um vínculo forte com as empresas. Por vínculo, não nos referimos aos

contratos de trabalhos, pois esses são bastante fracos e instáveis. Porém, como já mencionado, o vínculo entre empresa e a trabalhadora, que vê a empresa como sua família, tem bases materiais. Apesar da imigrante não possuir o contrato vitalício típico do Toyotismo, o que simbolizaria uma maior conexão com ela, diversos aspectos essenciais para reprodução da vida passam pela empresa, para além da própria necessidade de vender sua força de trabalho para viver. Muitas vezes é a empresa, junto com a empreiteira que auxilia na locação da residência no conjunto habitacional; o seguro social (*Shakai Hoken* 社会保険)<sup>129</sup> tem sua adesão mediada pela empresa; além dos sindicatos-casa<sup>130</sup> que, em teoria, servem para atender suas reivindicações.

A gestão paternalista da empresa japonesa é analisada por Helena Hirata da seguinte maneira:

de fato, o paternalismo japonês transforma em princípio hierárquico a relação de lealdade que se deve aos mais velhos e aos mais antigos, e que as crianças devem aos pais. Esse princípio manifesta-se, no plano da gestão da empresa, nos critérios de promoção – as qualidades pessoais de fidelidade e de obediência contam tanto ou mais que o desempenho profissional –, mas formas de aprendizagem em que os velhos instruem os mais jovens, no sistema de salário em que as necessidades familiares são levadas em conta mais do que o desempenho profissional. [...] Assim, todo o sistema de comando é atenuado por esse relativo desaparecimento dos limites entre empresa e família, podendo as relações em vigor dentro da unidade familiar modelar a prática dos chefes. O chefe de grupo, o contramestre, o chefe da família dispõem, de fato, do subordinado como um pai dispõe de seu filho: como *pessoa* e não só como força de trabalho. O chefe é claramente não só o superior hierárquico, mas também o *pai*, ou seja, ele tem o poder de comandar, educar, ordenar, com seus respectivos corolários: a obediência, a aceitação de seu papel de educador, a boa vontade na aprendizagem por parte do subordinado. [...] Quando se trata de mulheres, a relação paternalista é, muitas vezes, sinônimo de infantilização. É uma relação *pai/criança*, mais do que uma relação *pai/filho-filha*. (2001, p. 148-149)

<sup>129</sup> Esse seguro integra o seguro de saúde e de acidentes, a aposentadoria, despesas funerárias, etc.

<sup>130</sup> A criação desse tipo de sindicato se remete a uma longa história de sucessivos conflitos entre a classe trabalhadora japonesa e o patronato. Até a década de 1950, a presença de sindicatos classistas era bastante forte nas indústrias, tendo diversos embates com a implementação do *Sistema Toyota de Produção* (LIMA, 2006), como foi o caso da resistência à polivalência. A derrocada desses sindicatos e a criação do sindicato-casa (企業別労働組合- *Kigyō-betsu Rōdō Kumiai*) na década de 1960 foram fundamentais para o sucesso do Toyotismo. Para mais detalhes, ver Roncato (2013).

A relação que Marlene estabelecia com o *kaisha* expressava certa gratidão devido às situações em que considerava ter sido auxiliada pela empresa. Assim como Hirata descreveu, faz parte da gestão paternalista o “desaparecimento dos limites entre empresa e família”. Por Marlene ter recebido suporte da empresa, descrevendo que a “fábrica ajudou a cuidar do meu filho”, é esperado, da parte dela, fidelidade e retribuição. Em japonês há a expressão *ongaeshi* (恩返し) que significa *devolver* ou *retribuir* o favor recebido, constituindo uma estrutura de afetos fortemente presente em todos os tipos de relações interpessoais. Sendo mãe sola, mulher negra não nikkei e sem familiares no Japão, trabalhadoras imigrantes como essa entrevistada são as que menos possuem suportes para estruturar suas vidas. A informalidade do trabalho, o menor rendimento, a condição estrangeira, a ausência de laços de parentesco, o desconhecimento da língua entre outras formas precárias de viver refletem em maior necessidade de proteger seu emprego.<sup>131</sup>

O sistema patriarcal japonês (*kafuchousei*), orientado para o capitalismo do século XX, teve seu corolário na gestão paternalista das empresas, estrutura organizativa que mobiliza a produção e reprodução social de forma integrada às demandas produtivas de cada momento histórico. A sociedade como um todo é convocada a contribuir para que a empresa – *kaisha*, locus gerador de mais valor, seja o núcleo duro com o qual a família irá contribuir. Como recompensa, para parte da população haveria certos benefícios como vínculo empregatício estável e progressão de carreira. Porém, a dinâmica do capitalismo não pode conceder esses benefícios a toda população, pois ela necessita – ou tem como consequência lógica, como afirma Cinzia Arruzza (2017) – da divisão de gênero para garantir sua reprodução. O constrangimento que a força capitalista precisa exercer para

---

<sup>131</sup> Praticamente todas as entrevistadas relataram que havia brasileiros que “aprontam” e que querem fugir desse estereótipo. Jorge, de 50 anos, não nikkei, relatou que “[...] um brasileiro apronta lá na fábrica né. Aprontou, roubou alguma coisa lá dentro, um exemplo. Eles vão olhar torto pros outros também, só porque aquele lá aprontou eles pensam que todos vão aprontar.” Outro entrevistado, Marcelo, de 58 anos, nikkey, nos descreveu que na fábrica onde trabalhava pararam de contratar brasileiros e disse “Porque teve muita gente fazendo anarquia, bagunça, briga. Brasileiro chegou lá quebrando máquina.” A imagem que eles têm da comunidade brasileira contrasta entre ser a nacionalidade que “melhor trabalha”, ou entre os que “aprontam”, nesse caso, todos os entrevistados aludiram à existência desse perfil, porém, nenhum deles se reconheceu como tal. Quando questionado “você acha que brasileiro trabalha mais?” Maurício de 35 anos afirmou “lógico que trabalha! Serviço mais pesado fica pra nós. Porque, ó... Porque a gente é brasileiro. Brasileiro tá acostumado já. Se um japonês se machuca dentro de uma fábrica o custo dele é muito caro. Nós não, nós trabalha por empreiteira, entendeu? Se a gente se machucar a gente vai ficar em casa mas a gente não ganha. Eu já me machuquei na [fábrica de parafusos] fiquei oito dias...”

reprodução biológica da força de trabalho adequada ao seu funcionamento, dá origem à divisão sexual do trabalho, mas não somente.

A divisão sexual do trabalho, produto do capitalismo, tem como parceira outra divisão: a étnica e racial que, desde o surgimento deste modo de produção estava presente. Essas forças sociais não atuam como coadjuvantes do movimento do capital. Pelo contrário, elas são partícipes da lógica da acumulação e altamente funcionais à extração de mais valor.

No quadro do capitalismo japonês, a gestão paternalista beneficiou grande parte de homens trabalhadores, mas sempre excluiu tais regalias a uma considerável parte da população. Formam esse contingente as mulheres, as migrantes internas e atualmente as *dekasseguis* que, em seu conjunto, foram, na realidade, o sustentáculo do milagre japonês. Entretanto, se os benefícios oferecidos solicitam a contrapartida da fidelidade das trabalhadoras, paralelamente, às excluídas desses benefícios, a fidelidade é acionada via mobilização do medo, ou mesmo através da concessão de pequenas proteções, sempre a conta gotas. Como diria Maquiavel, “quando fizer o bem, faça-o aos poucos”. As *dekasseguis* não têm estabilidade contratual, tampouco progressão de carreira e o salário é muito inferior ao trabalhador japonês. Como parece elucidativo no caso de Marlene, a ela coube o risco do desemprego e desproteção que favorecem um maior empenho de sua parte em sustentar seu trabalho. As reivindicações trabalhistas tendem a serem feitas com muito mais zelo em seu caso. Em contrapartida, os pequenos auxílios como a ajuda recebida para criação de seu filho, ainda que seja condição mínima para reprodução da vida da trabalhadora, é fundamental para sua permanência no Japão.

Para a compreensão da ambiguidade entre conflito e adesão presente na relação imigrante e fábrica japonesa, todavia, precisamos nos aprofundar em outras categorias analíticas da articulação entre classe, gênero e raça. É o que faremos no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3 – DIVISÃO ÉTNICO-SEXUAL DO TRABALHO: ENTRE A OPRESSÃO E A EXPLORAÇÃO**

Para pensarmos o trabalho realizado pela população de kassegui, consequentemente originando a construção e a ideia de uma população racializada/eticizada e diferenciada pelo gênero, a instrumentalização das categorias analíticas de raça/etnia e gênero, juntamente com a classe social nos parece crucial. Nesse espaço, iremos expor as teorias sociais que julgamos mais pertinentes para o debate que elucidem o nosso objeto de pesquisa. Advertimos que, naturalmente, não seria possível, em uma tese, expor o estado da arte de toda a bibliografia concernente à temática, e, muito menos, temos a intenção de reproduzir as discussões meramente por razões ilustrativas, sem que haja uma conexão com o objeto desta pesquisa. Assim, não seguiremos uma ordem cronológica na exposição das principais correntes teóricas, mas as apresentaremos na medida em que problematizam e complexificam a compreensão de nosso objeto.

### **3.1 Disputa de ideias: gênero, raça/etnia e classe**

Mesmo que em alguma medida a classe trabalhadora local possa experienciar opressões, para a imigrante de kassegui, as dimensões sexuadas e etnicizadas tornam-se suas marcas, por isso, ela é objeto de pesquisa privilegiado para análise de tais questões.

Veremos como a chamada epistemologia feminista – em contraponto à epistemologia androcêntrica – parte de um pressuposto de ordem diferente para análise da relação entre mulher e sociedade. Temos acordo com o postulado da feminista indiana Uma Narayan que diz que

a tese fundamental da epistemologia feminista é que nossa posição no mundo, como mulheres, nos torna possível perceber e compreender diferentes aspectos do ambiente e das atividades humanas de forma que desafia o viés masculino das perspectivas aceitas. A epistemologia feminista é uma manifestação particular da percepção geral de que a natureza das experiências das mulheres como indivíduos e seres sociais, nossas contribuições ao trabalho, à cultura e ao conhecimento, nossa história e nossos interesses políticos, têm sido sistematicamente

ignorados ou mal representados pelos discursos dominantes em diferentes campos. (1997, p. 276)

Não obstante, tal posição pura e simplesmente não é condição única e critério de acesso à verdade, pois, se assim o fosse, “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente [...]”, como disse Marx (2013, p. 271). Considerando a natureza contextual do conhecimento, a epistemologia feminista parte do entendimento de que os seres sociais – no caso as mulheres – inseridas e situadas em um determinado contexto, têm maiores chances de acessarem determinados conhecimentos por vezes invisibilizados ou não percebidos pelos homens (NARAYAN, 1997). Isso é o que certas feministas chamam de “consciência das oprimidas” (MATHIEU, 1985), “privilégio epistemológico” (JAGGAR, 1997), “ponto de observação” (SAFFIOTI, 1991), “vantagem epistêmica” (NARAYAN, 1997) ou o “ponto de vista situado” (HARDING, 1991).

Saffioti (1991, p. 148) aborda essa questão afirmando que existe nos sujeitos oprimidos uma maior facilidade de acesso a certos pontos de vista que permitem vislumbrar um novo tipo de sociedade. Ao contrário do positivismo que descontextualiza a ciência do caráter social dos agentes inseridos nas relações de gênero, classe e raça, o feminismo aqui reivindicado, postula um “olhar político-científico bem menos parcial que o androcêntrico” (SAFFIOTI, 1991, p. 148). Assim, compreende-se que

a cisão introduzida nos agentes sociais é mais profunda nos dominantes-exploradores do que nos dominados explorados. Este mais alto grau de esquizofrenização parece constituir-se em requisito para o exercício da dominação exploração (SAFFIOTI, 1987). Para não perder de vista as relações dialéticas permanentes atualizadas pelos diferentes atores sociais, ressalta-se que a reificação do dominado-explorado deriva-reflete-se, de forma potenciada, no dominador-explorador. Nesta linha de raciocínio, as mulheres, objetos do processo de coisificação desencadeado pelos homens, apresentam-se mais inteiras, menos cindidas, portanto, menos alienadas que seus “senhores”. (SAFFIOTI, 1991, p. 148-149).

Nessa perspectiva, o processo de apreensão da realidade ganha novos contornos justamente pelo ponto de observação da mulher, da imigrante racializada, etc. permitir um “privilégio” epistemológico capaz de ter uma percepção crítica mais apurada que a do dominador-explorador. Importante salientar que, do ponto de vista aqui adotado, tal

perspectiva se situa como uma “potencialidade”. Ou seja, o “privilegio epistemológico” é uma possibilidade – mas não um critério de verdade – a ser acessada e que, naturalmente, concordando com Saffioti, é passível que sujeitos que se situam fora desse contexto venham a ocupar o mesmo ponto de observação (1991, p. 151).

Ruth Berman nos mostra que

a perspectiva materialista exige também que a análise de todo o processo humano se inicie com a compreensão de nossa própria natureza e nossas circunstâncias físicas. Isso significa que as condições físicas particulares da vida de uma pessoa e sua maneira de construir a vida são os reguladores primários das relações políticas e sociais dela e do seu ponto de vista. Significa que as circunstâncias físicas específicas da vida da mulher são a influência primária que controla seu gênero e sua perspectiva social. Mas o ponto de vista é mediado através de construções mentais. As percepções dos fenômenos são determinadas não apenas pelas coisas em si, mas também por nossa disposição mental, nossa consciência individual e nossa compreensão. O que, por sua vez, depende de nossa interação social com os fenômenos e da história única de nosso corpo-cérebro-psiquismo. Nosso ponto de vista é, portanto, derivado não só de nossas condições e relações materiais específicas, mas também de nossa compreensão delas, nossa consciência. (1997, p.261- 262).

Desse modo, a literatura produzida a partir da perspectiva de gênero, classe e raça, bem como a pesquisa empírica em que os sujeitos inseridos em seu contexto possam reproduzir seu local de fala se mostram como a metodologia mais adequada para o propósito dessa pesquisa. O ponto de vista aqui adotado é o dos sujeitos dominados-explorados, cujo “local de fala” evidencia uma possibilidade, uma potencialidade maior de apreensão de suas condições de vida, mas que essa percepção passa igualmente pelas “construções mentais” oriundas do conhecimento historicamente acumulado, bem como pela instrumentalização da ciência, especialmente a comprometida com a emancipação da humanidade. Ou seja, essa possibilidade tampouco é sinônima de uma proposição necessariamente verdadeira. Experiência torna-se ponto de partida –privilegiado – para que através da mediação com o conhecimento científico se possa conhecer a realidade.

Juliet Mitchell observa que, até então, a “[...] literatura clássica sobre o problema da condição da mulher tem uma ênfase predominantemente econômica, acentuando sua simples subordinação às instituições de propriedade privada.” (MITCHELL, [1967] 2006, p. 208). Segundo a autora,

isto significará a rejeição da idéia [sic] de que a condição da mulher pode ser deduzida derivativamente da economia ou equacionada simbolicamente à sociedade. Antes, deve ser vista como uma estrutura “específica”, que é uma unidade de diferentes elementos. As variações da condição da mulher através da história serão resultado de diferentes combinações destes elementos – tal como a análise de Marx da economia em “Formações econômicas pré-capitalistas” é um conjunto de diferentes combinações dos fatores de produção, não uma narrativa linear do desenvolvimento econômico. Porque a unidade da condição da mulher, em qualquer tempo, é produto de inúmeras estruturas, ela é sempre “superdeterminada” (MITCHELL, [1967] 2006, p. 208).

Muitas vezes, o “ideal normativo” em que aparece a libertação das mulheres se apresenta como um “acessório da teoria socialista”, sem que esteja estruturalmente conectado a ela (*ibidem*, p. 207). Certo economicismo ainda presente em algumas das análises materialistas podem reduzir a análise da condição da mulher e da pessoa negra unicamente em termos de diferenças quantitativas. O conceito de superexploração é um deles em que somente sua instrumentalização para o estudo da mulher e do negro em certos trabalhos é insuficiente, uma vez que não há somente discriminações quantitativas, mas há as qualitativas (KERGOAT, 2012) que escapam dessa categoria.

Rejeitando a perspectiva de que a análise da mulher e da população racializada (no caso, a imigrante de kassegui) seja “acoplada” – somada ou como acessória – às teorias até então consagradas, como a sociologia, as teorias migratórias, entre outras, partimos da compreensão de que as relações de classe – raça e gênero são partes constitutivas, integradas e momentos concretos de uma totalidade articulada (ARRUZA, 2017, p. 53).

Nessa seção, tentaremos apresentar algumas das análises dedicadas ao imbricamento das relações de classe, raça e gênero. Veremos que há diferenças substantivas entre elas, porém, de alguma maneira, todas partem da tentativa de integrar tais relações sociais conflituosas de forma una.

### **3.1.1 Do feminismo francês ao feminismo negro norte-americano: interseccionalidade e consubstancialidade em debate.**

Sabemos que o debate do imbricamento das categorias referidas está se tornando um *hit concept* (DORLIN, 2012) que mobiliza diferentes perspectivas teóricas e visões de mundo por detrás. Em anos recentes proliferaram inúmeros estudos sobre a temática.

A sociologia do trabalho, preocupada com questões referentes às relações de trabalho, aos processos de trabalho, à proteção social, às condições de trabalho, entre outras questões, muitas vezes tem invisibilizado as categorias de raça/etnia e de gênero. Nesse espaço, tentaremos expor algumas reflexões realizadas até o momento acerca do debate teórico das categorias mencionadas, bem como da incorporação das mesmas dentro da sociologia do trabalho.

Sobre a dimensão sexuada na sociologia do trabalho, destaca Hirata e Kergoat que:

se a sociologia do trabalho tomou parte do desafio teórico e incorporou as categorias de sexo à teoria social, esta integração resta dolorida e conflituosa na medida em que os paradigmas universalistas sempre dominantes no campo do trabalho, atravessaram os métodos, os enfoques, os instrumentos e as instituições constitutivas desta disciplina. (2008, p. 40)

Para essas autoras, estudando especialmente o caso francês, é possível dizer que a incorporação das categorias carrega conflitos próprios ao campo de estudos do trabalho, tradicionalmente calcados em um objeto supostamente neutro e no arquétipo do operário homem (e branco) (*ibidem*). No caso francês, foi somente no ano de 1971, com o artigo de Nicole-Claude Mathieu: *Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe* que a dimensão sexuada começa a ser incorporada, embora, segundo Hirata e Kergoat, até os anos 70, a introdução das categorias de sexo tinha uma função apenas classificatória (*ibidem*). Por outro lado, os movimentos das mulheres davam um grande salto nas reflexões sobre as opressões e sobre as relações entre os sexos, a despeito de não se integrarem no debate sobre as categorias (*ibidem*).

Para Hirata e Kergoat, nas referidas pesquisas, embora as hierarquias e a classificação entre os sexos estivessem presentes, faltavam a “relação social que uniria essas categorias” (*ibidem*, p. 43). Segundo as autoras, foi somente com a noção das *relações sociais de sexo*<sup>132</sup> que tal união se tornou possível, formando assim, epistemologicamente, um sistema.

---

<sup>132</sup> Vale lembrar que essa noção, oriunda do idioma francês carrega um significado bastante particular e passível de confusões quando traduzido para o português. Em francês existem o *rappor*t social e as *relations* sociais, ambos traduzidos por “relação” para o português. Para Kergoat, *rappor*t social se refere às tensões antagônicas oriundas da divisão sexual do trabalho e que se desdobram em interesses contrários, ao passo que *relations* sociais teria mais relação com as relações concretas que “indivíduos” ou “grupos” possuem (2009).

Por relações sociais de sexo, entende-se o sistema conceitual nascido na França, cujo “ponto mais importante”, conforme entende Devreux,

reside na acentuação do fato de que as relações entre os homens e as mulheres constituem uma relação social. O gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que, para mim, é o resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação (2005, p.562).<sup>133</sup>

Sendo a relação social um princípio e uma tensão que atravessa a sociedade, segundo Danièle Kergoat (2009), ela não seria passível de reificação e, ademais, ao produzir fenômenos sociais, a relação social se constituiria em grupos de interesses antagônicos – no caso das relações sociais de sexo, o grupo social das mulheres que se constitui junto e em oposição ao grupo social dos homens. Para a autora, assim como para outras feministas materialistas situadas especialmente na França (tais como Anne-Marie Devreux, Jules Falquet, Christine Delphy, Helena Hirata, entre outras), ao assumirem uma posição materialista que reconhece a centralidade do trabalho, reconhece-se a existência de uma tensão permanente nessa relação social que se situa no trabalho e suas divisões (*ibidem*).

Para esta pesquisa, o entendimento de relações sociais antagônicas nos parece pertinente para a compreensão da sociedade japonesa, que, a despeito de suas particularidades, é permeada pelas relações sociais conflituosas de gênero, classe e raça e portadora de uma estrutura patriarcal. É preciso, portanto, apreender as determinações e as tensões que atravessam a sociedade japonesa. Ademais, também pensamos ser relevante questionarmos como podemos operacionalizar as relações sociais de raça/etnia, do ponto de vista epistemológico, assim como o caso empírico japonês, com suas similitudes e diferenças em relação ao patriarcado local.

A vertente do feminismo materialista francês, assim, não apenas reconhece a centralidade do trabalho, a noção de relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho, como insiste em sua indissociabilidade, o que forma epistemologicamente um sistema marcado pelo status de “*enjeu*”<sup>134</sup> das relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009).

---

<sup>133</sup> Devreux afirma também que nos “[...] estudos franceses em torno da dominação dos homens sobre as mulheres, gênero e relações sociais de sexo não são conceitos opostos”, inclusive, muitas vezes sendo usados como sinônimos. (2005, p.562).

<sup>134</sup> O que está em jogo, em disputa (N.T. apud KERGOAT, 2009)

No segundo capítulo já demonstramos como se manifesta empiricamente a divisão sexual do trabalho. Os pressupostos base de *separação e hierarquização*, presentes em tal divisão, são passíveis de observação em diferentes sociedades e tempos históricos, ainda que não sejam princípios e categorias ontológicas do ser social. Segundo Kergoat, em *Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo* (2009), a primeira instrumentalização da divisão sexual do trabalho foi realizada pelos antropólogos e teve Lévi-Strauss como um de seus pioneiros, fazendo dessa noção um mecanismo para classificar e descrever a estruturação das sociedades em torno da família. No entanto, foram as antropólogas feministas que deram pela primeira vez um novo significado, indicando não somente uma complementaridade das tarefas, mas sim uma relação social de poder entre mulheres e homens (MATHIEU, 1991; TABET, apud KERGOAT, 2009). Assim, entender a divisão sexual do trabalho consubstanciada com as relações sociais de sexo é pensar que ambas, segundo essa visão, se referem às relações sociais antagônicas com distintas relações de poder.

O princípio de separação próprio à divisão sexual do trabalho se refere à realidade de que existem trabalhos destinados às mulheres que se diferem dos trabalhos destinados aos homens (*ibidem*). Os tipos de trabalhos podem variar de localidade, bem como temporalmente, entretanto, tal princípio organizador se mantém. Quanto ao princípio de hierarquização, trata-se do maior valor socialmente atribuído ao trabalho do homem em relação ao trabalho da mulher (*ibidem*) – o que já observamos, anteriormente, em relação às condições das imigrantes dekasseguis.

Ainda que tenham suas particularidades, pudemos evidenciar como os princípios da divisão sexual do trabalho se manifestam no Japão. Vimos a separação e hierarquização através do salário da mulher dekassegui, que era entre 20 e 30 % inferior ao de seu companheiro brasileiro<sup>135</sup>; vimos também como dentro da fábrica havia uma divisão bastante clara nas tarefas destinada a cada um dos sexos. No Japão, assim como no Brasil, o trabalho destinado aos homens tem um maior valor social, quando comparado ao das mulheres, corroborando para a distinção dos papéis sociais sexuados.

Kergoat, por outro lado, enfatiza que em muitas análises que instrumentalizam a divisão sexual do trabalho, aborda-se a questão de maneira apenas descritiva, apenas

---

<sup>135</sup> A desigualdade salarial entre a classe trabalhadora japonesa também acompanha outros países e é de 30% inferior para a remuneração da mulher. Fonte: *Ministry of Health, Labour and Welfare* <http://www.mhlw.go.jp/toukei/itiran/roudou/chingin/kouzou/z2013/dl/13.pdf>

constatando as desigualdades, sem, no entanto, organizar os dados de maneira coerente, o que resulta em perspectivas despojadas “de toda conotação conceitual” (*ibidem*, p. 70).

Quando a autora formula o conceito da *consustancialidade das relações sociais* ela destaca que “nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias” (*ibidem*, p. 99). Para ela não haveria a hierarquização, tampouco a sobreposição entre as relações sociais de classe, sexo e raça/etnia. Tal observação é bastante relevante para esse estudo, na medida em que temos como hipótese que, sob as relações sociais capitalistas de produção, as relações de classe antagônicas assumem uma maior preponderância – na maior parte das vezes— em relação às outras categorias. Não obstante, importa-nos destacar que isso não se traduz, do ponto de vista político, em uma secundarização das lutas em torno das questões de gênero e de raça.

Em relação ao conceito de interseccionalidade, pode-se dizer que a primeira e a mais conhecida instrumentalização foi realizada no ano de 1989, pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, em um contexto de preocupação com as questões raciais e de gênero. O debate realizado à época, especialmente através das feministas norte-americanas negras (como as pertencentes ao *Combahee River Collective*), era de que as opressões se sobrepunham: uma americana negra, por exemplo, não sofreria as discriminações apenas por ser mulher, mas por ser mulher e negra de forma integrada.

No caso de Crenshaw, um dos exemplos utilizados para ilustrar a interseccionalidade foi a discriminação das contratações feitas pela *General Motors*. À época, um tribunal norte-americano negou a acusação de discriminação racial por parte das trabalhadoras afro-americanas alegando que a *GM* contrata trabalhadores afro-americanos e que também emprega mulheres (CRENSHAW, 2010). Entretanto, como argumenta Crenshaw, “o problema era que os afro-americanos que a *GM* contratou não eram mulheres e as mulheres que a *GM* contratou não eram negras. Assim, embora a *GM* tenha contratado negros e mulheres, ela certamente não contratou mulheres negras”<sup>136</sup> (*ibidem*, p. 91). Para a justiça americana, as discriminações de gênero e de raça sofridas pelas trabalhadoras afro-americanas eram vistas de forma separadas, não sobrepostas, invisibilizando o cruzamento das discriminações de certos grupos sociais.

---

<sup>136</sup> *The problem was that African Americans that GM hired weren't women and the women that GM hired weren't black. So, although GM hired blacks and women, it certainly did not hire black women.*

Ainda no caso da GM, para Crenshaw, “racismo não é o que acontece com os negros que por acaso são mulheres, e sexismo não é o que acontece com as mulheres que por acaso são negras”.<sup>137</sup> (*ibidem*, p. 92). Nesse raciocínio, a instrumentalização da noção de interseccionalidade tem como intenção dar visibilidade ao cruzamento das discriminações. Desde tal perspectiva, o prejuízo decorrente da discriminação não é causado por uma variante (raça, sexo ou classe), mas *pela intersecção* dessas, que, mediante tal enfoque “podem contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor)” (CRENSHAW apud HIRATA, 2014, p. 54), com um olhar para as “múltiplas formas de identidade” (*ibidem*). Segundo Crenshaw (2002, p. 177),

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos no desempoderamento.

A nosso ver, Crenshaw atribui um maior peso para as contradições oriundas das discriminações de gênero em cruzamento com a de raça, em detrimento à classe social. Cabe dizer que, mesmo quando ela faz referência à classe, ainda valeria o questionamento sobre sua definição de classe social.

Autoras que mobilizam o conceito de interseccionalidade frequentemente não desenvolvem de maneira aprofundada e objetiva sua compreensão de classe social, ou, por vezes é pouco precisa. As interpretações das relações sociais de sexo ou gênero, geralmente caracterizadas pela divisão sexual entre mulheres e homens não parecem ter muito conflito. A questão racial, vinculada à estrutura racista da sociedade e entendida enquanto uma construção social do fenótipo, lugar ou cultura de origem de uma pessoa com fins de inferiorizar uma raça em detrimento da outra, também parece ponto pacífico nas análises.

As correntes até agora citadas, no que tange a classe social, não necessariamente passam pelas relações de produção, compreensão oriunda de uma vertente marxista. A

---

<sup>137</sup> *Racism is not what happens to blacks who happen to be women, and sexism is not what happens to women who happen to be black.*

classe social mobilizada em estudos interseccionais pode se referir a uma estratificação social baseada na renda ou em uma divisão socioprofissional. Consideramos pertinente questionar como as distintas compreensões sobre cada categoria analítica podem incorrer em diferentes interpretações e práxis políticas a depender do cruzamento das mesmas. Nesse sentido, as questões que se colocam são: ainda que algumas autoras instrumentalizem a noção de intersecção em referência à classe, gênero e raça, como as distintas compreensões de cada um desses termos influenciam a própria noção de interseccionalidade? E como essas diversas interpretações resultam em distintas práticas políticas?

Ainda sobre Crenshaw (2002), ela nos alerta que nem sempre temos facilidade e clareza sobre as hierarquias étnico-raciais a depender da sociedade em que nos situamos, assim como podemos ter dificuldade em conceituá-las. Em algumas sociedades, a divisão étnico-racial é bastante acentuada, como no caso das sociedades onde houve o *apartheid*, ou onde a estratificação racial é bastante explícita como no caso dos Estados Unidos ou África do Sul, não obstante, tal situação não se manifesta com nitidez em todos os lugares (*ibidem*). Alguns aspectos da estratificação racial são exclusivos de cada sociedade, ainda que “[...] a história e as práticas de diferenciação entre grupos estão suficientemente disseminadas para que se possa perceber que as diferenças entre países são mais de grau do que natureza” (*ibidem*, p. 184). Para essa autora, nenhuma sociedade está imune ao racismo ou às “intolerâncias correlatas”, destarte, o imperativo de instrumentalizar a interação do racismo ou de outras intolerâncias em conjunto com o sexismo é relevante (*ibidem*, p. 184).

Conforme sugere a filósofa francesa Elsa Dorlin, na “Europa atlântica” as categorias de sexo e raça não têm metodologicamente o mesmo estatuto que a classe (2012), categoria até então bastante mobilizada pela sociologia francesa. Paralelamente, existe a questão do entrelaçamento das “relações de poder – de gênero, de sexualidade, de cor, de “raça”, de classe, mas também de religião, de nação e de geração que, por sua vez, tem sido umas das questões mais controversas e mais urgentes para os estudos feministas e de gênero.”<sup>138</sup> (*ibidem*, p. 2, tradução nossa). Como tentaremos discorrer mais adiante, a instrumentalização de diversas categorias para pensar a

---

<sup>138</sup> *rappports de pouvoir – de genre, de sexualité, de couleur, de “race”, de classe, mais aussi de religion, de nation, de génération... – est devenue l'une des questions les plus controversées et les plus urgentes pour les études féministes et de genre.*

intersecção/consubstancialidade não é ponto pacífico para todas as autoras. Para Danièle Kergoat, por exemplo, a substancialidade das relações sociais é composta apenas pelas relações sociais de sexo, raça e classe.

Dorlin ressalta que no caso francês e, mais amplamente, na Europa (com exceção da Inglaterra), a categoria gênero só começa a ser introduzida a partir de 1972 – através da socióloga Ann Oakley –, transformando-se em apenas uma década em uma categoria basilar de análise (VARIKAS apud DORLIN, 2012). O gênero abre portas para as pesquisas relativas aos mecanismos de exploração relativos à divisão sexual do trabalho, bem como para as questões concernentes ao processo de naturalização das identidades sexuais e às maneiras com as quais as identidades e identificações sociais (de sexualidade e de gênero) orientam outras relações de poder e vice-versa (*ibidem*, p. 6). Importante lembrar também que o gênero tem uma sexualidade, uma idade, uma cor, uma nação e uma classe (*ibidem*).

Nesse contexto o debate da intersecção ganha notoriedade (torna-se um *hit concept*, como mencionado) e se refere – grosso modo – a uma expressão através da qual podemos designar a apreensão “cruzada ou imbricada” (*croisée* ou *imbriquée*) das relações de poder (*ibidem*). Assim, para Dorlin, a intersecção se origina da ideia de que a lógica da discriminação é por natureza interseccional (*ibidem*, p. 10). Em sua concepção, portanto, não se trata da apreensão dessas discriminações mediante uma abordagem adicional ou setorial, como a classe + o sexo + a raça, pois a “dominação é sempre ao mesmo tempo uma relação de classe, de gênero e de sexualidade, de racialização [...]”<sup>139</sup> (*ibidem*, p. 10, tradução nossa).

A problemática em construir a politização por meio de uma única base das relações de poder (como a classe, ou o gênero ou a raça) invisibiliza o fato de que o sexismo, por exemplo, é intrinsecamente dependente da classe, da sexualidade ou da cor de quem experiencia a discriminação (*ibidem*, p. 13). Por essas razões, para a autora, a noção de interseccionalidade é relevante, assim como, a princípio, possui certa “neutralidade semântica e uma formalidade crítica” para enxergar o engendramento das relações de poder (*ibidem*, p. 12).

---

<sup>139</sup> *la domination est toujours et en même temps un rapport de classe, de genre et de sexualité, de racialisation...*

No caso de Dorlin, sua análise parece se circunscrever às “relações de poder” e à natureza interseccional da discriminação. Temos acordo com a autora quando ela sinaliza que as discriminações raramente se orientam por uma única relação social. Como observamos, a mulher imigrante, por exemplo, não pode ser separada da origem de sua discriminação. Não há uma cisão para designar se a opressão à dekassegui é exclusivamente por sua condição de imigrante (eticamente marcada), ou se é por sua condição em ser mulher, ou mesmo ainda se é por ela ser trabalhadora.

A imigrante não está fragmentada, ela é a síntese que condensa todas as três formas de opressões. Seu lugar na sociedade de classes e seu cotidiano estão marcados por todas estas transversalidades, que juntas, resultam nas relações de dominação e exploração. Além do mais, para Dorlin (*ibidem*) uma abordagem setorial, adicional, ou outra que seja a somatória dessas relações sociais não são capazes de apreensão da interseccionalidade e temos acordo com isso.

Contudo, ainda restam alguns questionamentos acerca da análise de Dorlin (*ibidem*). Ao limitar sua perspectiva às “relações de poder” ela parece dar pouca relevância para a exploração capitalista. Ou seja, desvia-se da compreensão de como as discriminações, inseridas no capitalismo, se interconectam mutuamente, o que, muitas vezes, pode resultar em sua potencialização. A título de exemplo, vimos que a mulher dekassegui, ao se inserir como trabalhadora não qualificada na sociedade japonesa constatou que sua condição de mulher eticamente marcada se potencializa justamente pela questão da classe social. O lugar na sociedade de classes onde ela se insere é fundamental para sua opressão e destaque enquanto mulher e pessoa racializada. Caso sua inserção no mercado de trabalho tivesse sido de outra maneira que não se vinculasse à classe trabalhadora, certamente não haveria as discriminações que nos foram relatadas, pelo menos não com as mesmas características.

Dorlin parece também utilizar a noção de interseccionalidade como instrumento analítico, mas, a nosso ver, é preciso pensá-lo também como ferramenta para emancipação social.

Por fim, uma importante autora que também faz o uso da interseccionalidade, porém, com uma perspectiva que, para além de explicativa, busca tecer as conexões entre raça, gênero e classe é Patricia Hill Collins com sua obra *Pensamento feminista negro* (*Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*)

lançado em 1990. A autora analisa como as três categorias acima prescrevem a vida das mulheres negras no contexto estadunidense e expõe o modo como essa articulação reflete na vida política e institucional, reconceitualizando, assim, as formas de poder e resistência.

Retornando ao lado francês do pensamento social, Danièle Kergoat propõe, desde os anos 1970/1980, outra abordagem para pensar as relações sociais de classe, gênero e raça, elaborando a noção de consubstancialidade e a coextensividade das relações sociais (2010). Em suas palavras,

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se co-produzem mutuamente. [...] Quanto à coextensividade, ela aponta para o dinamismo das relações sociais. O conceito procura dar conta do fato de que as elas se produzem mutuamente. (*ibidem*, p. 94 e p. 100).

Para Kergoat, as noções de interseccionalidade, imbricação, adição ou multiposicionalidade são categorias geométricas que incorrem em ambiguidades, ambivalências, que nos remetem a pensar em termos geográficos, o que, por sua vez, “nos leva a naturalizar as categorias analíticas”. Ela entende que

[...] a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. Ora, não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência. A noção de multiposicionalidade apresenta, portanto, um problema, pois não há propriamente "posições" ou, mais especificamente, estas não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação. (*ibidem*, p. 98).

Desse modo, como nos sugere Hirata acerca da crítica de Kergoat à noção de interseccionalidade, essa formulação poderia incorrer em considerar como determinante a “multiplicidade de pontos de entrada”, tais como a religião, a região, a etnia e não somente as três relações sociais estruturantes (classe, gênero e raça), o que poderia incorrer em uma “fragmentação das práticas sociais e [na] dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução” (HIRATA, 2014, p. 65). Ou

seja, justamente por tais categorias não necessariamente serem relações sociais, não seria correto inseri-las em um mesmo conjunto; ademais, Kergoat compreende que os adeptos da teoria da interseccionalidade pensam em termos de “categorias” e não em relações sociais, bem como não historicizam e tampouco observam as dimensões materiais da dominação (*ibidem*, 2014, p. 65).

Sobre essa controvérsia, Hirata (2014, p. 66), seguindo a crítica de Kergoat, refere-se a uma “interseccionalidade de geometria variável”. Ou seja, ao passo que a consubstancialidade diz respeito apenas às três relações sociais fundamentais (gênero, classe e raça), as teóricas da interseccionalidade por vezes mobilizam outras categorias analíticas, como sexualidade, religião, idade, etc.

Ademais, a perspectiva materialista de Kergoat entende as três relações sociais referidas como relações de produção, entrecruzando assim exploração, dominação e opressão. Para ela, há que se compreender o mecanismo de apropriação do trabalho de um grupo pelo outro, o que envolve disputas ideológicas e materiais constantes. Vale destacar que Kergoat não compreende as relações de classe circunscritas unicamente na instância econômica, como tampouco entende que o patriarcado se relaciona apenas no domínio da ideologia. Para ela, cada um desses “sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem. Essas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica.” (KERGOAT, 2010, p. 99).

Paralelamente, Kergoat destaca a coextensividade das relações sociais, ou seja, seu caráter dinâmico que precisa ser “historicizado”. Mesmo que essas relações possuam estruturas que permitam sua conservação, elas também são passíveis de transformações que correspondem aos períodos históricos que as influenciam (*ibidem*). Porém, a autora afirma que “[...] não se deve jamais historicizar uma relação social em detrimento de outras.” (*ibidem*, p. 100). Como já mencionado, Kergoat acredita que não há uma relação social que se sobreponha à outra, característica que tentaremos dialogar com os debates que se seguem.

### **3.1.2 O feminismo marxista brasileiro de Heleieth Saffioti**

No Brasil, a socióloga Heleieth Saffioti (2009) é a autora que entende a dominação e a exploração como faces do mesmo processo, tendo destacado que prefere a alternância

na utilização dos termos entre dominação-exploração e exploração-dominação. Nesse sentido, ela nos diz

quando consta apenas o termo dominação, suspeita-se de que a visão da sociedade seja tripartite – política, econômica e social, isto é, de filiação weberiana. Talvez esta tenha sido a razão pela qual outras feministas atacaram, e ainda o fazem, o conceito de patriarcado, pensando sempre na formulação weberiana, cujo contexto histórico inspirador foi a sociedade sem Estado. Tratava-se, portanto, de um conceito referido à economia de oikos, ou, simplificando, à economia doméstica. (*ibidem*, p. 3).

Concordamos com Saffioti em rejeitar a ideia de dominação situada apenas no campo da política e a exploração acoplada apenas ao econômico. A condição da mulher da classe trabalhadora não distingue dominação de exploração, sua ocorrência se dá de forma simultânea:

O nó (Saffioti, 1985, 1996), formado por estas três contradições, apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. Como afirma KERGOAT [sic] (1978), o conceito de superexploração não dá conta da realidade, uma vez que não existem apenas discriminações quantitativas, mas também qualitativas. Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2009, p. 19).

Para entender a condição da dekassegui inserida na sociedade de classes japonesa, a nosso ver, a noção de nó nos parece pertinente, quando entendemos que exploração-dominação são partes constitutivas da sociedade capitalista. A proposta de uma “qualidade distinta” que nasce no cruzamento das categorias também nos parece acertada.

Retrocedendo ao período anterior à formulação da ideia de *nó*, em sua obra *A mulher na sociedade de classes* (2013 [1969]), Saffioti entendia que, no capitalismo, a determinação sexo assumiria uma relação subordinada e em sua “[...] operação não se inscreve[ria] a explicação do funcionamento do sistema social [...]” (*ibidem*, p. 124). Pelo contrário, é a partir das determinações essenciais do sistema social que se explicaria a

maneira pela qual a categoria sexo, e a dominação a ela relacionada, se manifestam (*ibidem*).

Conforme Saffioti, o sexo e outros fatores de “ordem natural”

[...] serviriam muito mais para encobrir o antagonismo entre as classes do que para aguçá-la. Quando o domínio se exerce em várias categorias sociais que se cruzam, as contradições mais agudas da sociedade podem enfraquecer-se momentaneamente. [...] o domínio masculino sobre as mulheres, não diretamente vinculado à estrutura econômica da sociedade, acaba por servir aos interesses daqueles que detêm o poder econômico. (*ibidem*, p. 123)

No caso das dekasseguis, e no das migrações internacionais em geral, a imputação das diferenciações sociais como mecanismo que oculta os antagonismos de classe parece muito acertada<sup>140</sup>. É bem verdade que muitas vezes, as causas das mazelas sociais, da crise econômica e do desemprego recaem na culpabilização das imigrantes como alvos privilegiados dessas precariedades, ocultando os antagonismos de classe. Por outro lado, concordamos com o raciocínio de Saffioti que afirma que

destruir a camuflagem da estrutura de classes, representada, em parte, pela discriminação social da mulher, implica expor as contradições nucleares daquela estrutura à percepção de grupos e camadas então parcial ou totalmente mistificados, contribuindo assim, para o acirramento do conflito entre as classes sociais. E na medida em que a agudização das lutas de classe pode levar à destruição das sociedades capitalistas, é a própria persistência do tipo estrutural em questão que sofre uma ameaça com a atenuação das diferenças sociais entre os sexos (2013 [1969], p. 192).

A afirmação de Saffioti de que com o fim dos antagonismos de classe pode haver a “atenuação” das diferenças sexuais, no sentido de uma “potencialidade” (e não uma necessidade) nos parece pertinente. Igualmente concordamos com a ideia de que a contestação das hierarquias de gênero e raça/etnia pode potencializar o descortinar dos conflitos de classe – o que nos parece ser ilustrado, atualmente, pela crítica à xenofobia sofrida por imigrantes na Europa e pelos conflitos raciais nos EUA.

Ainda assim, restam alguns questionamentos para compreensão da intersecção entre as três categorias: como as diferentes autoras as articulam e quais seriam as

---

<sup>140</sup> Para o debate em torno das diferenças étnicas como mecanismo “dissimulador” dos antagonismos de classe, ver o livro de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, especialmente o diálogo com a obra de Balibar e Wallerstein (*Race, Class, Nation*) (2011, p. 108).

diferenças de tais articulações? Existe, para essas autoras, uma hierarquização (ou o privilégio de uma) das categorias, ainda que isso não apareça de forma explícita? Qual a implicação política de suas abordagens? Como pensar a centralidade do trabalho na articulação com essas categorias?

Além dos questionamentos acima, alguns problemas cruciais para pensar a relação entre opressão e exploração no capitalismo são: como explicar a gênese da opressão de gênero e raça/etnia? Essas opressões são intrínsecas ao capitalismo ou apenas contingenciais e funcionais à estrutura de classe? Nos parece que responder a essas perguntas são condições basilares para o entendimento da imbricação das categorias, porém nem todas as correntes teóricas se voltam a tais problemas.

### **3.1.3 Alguns debates do último quartel do século XX**

Até a década de 1970 e 1980, o debate em torno do patriarcado relacionado ao marxismo era bastante frequente. Questionamentos como contradições primárias e secundárias, momento predominante e não predominante, a relação entre exploração e dominação e/ou opressão eram acalorados. Com a ascensão das discussões pós-modernas, em uma conjuntura neoliberal, tais controvérsias sofreram um encolhimento, ou como afirma Cinzia Arruzza (2015, p. 35), tornaram-se “fora de moda”.

Em um texto de 1995, Nancy Fraser (2002a) menciona que a luta por reconhecimento, naquela época, parecia ter suplantado os debates e conflitos em torno de questões econômicas e de classe, ou seja, de cunho mais redistributivo. Segundo a filósofa norte-americana, os movimentos sociais por ela identificados, tinham reivindicações onde prevaleciam pautas relacionadas à identidade e ao reconhecimento, isto é, centrados nas lutas que buscavam a igualdade de *status* social oriundo da ordem cultural (*ibidem*). O resultado da evidente retração do debate da classe foi à época a “proeminência da cultura sobre a política” e o “declínio correspondente da política de classe” (*ibidem*, p. 8).

Como resposta, nasce a proposta de articulação entre redistribuição e reconhecimento feita por Fraser. Partindo da Teoria Crítica, essa perspectiva não instrumentaliza as categorias de classe, raça e gênero, tal como os estudos interseccionais

o fazem. No entanto, sua proposta de perseguir simultaneamente a luta por redistribuição e reconhecimento se mostra bastante eficaz contra o recuo ou priorização das pautas de exploração ou opressão. A ideia de justiça social de Fraser afirma que não podemos sucumbir à escolha entre redistribuição “ou” reconhecimento, sendo o objetivo da Teoria Crítica a compreensão entre as “[...] complexas relações entre economia e cultura, classe e *status* na sociedade contemporânea” (*idem*, 2002b).

Apesar dessa perspectiva ter sido criticada por Iris Young (2009) como marcada por um pensamento “dualista” e “polarizador da realidade”, Fraser argumenta que não foi ela, mas a

[...] cultura política “pós-socialista”, que trouxe à tona essas divisões. Eu não imaginei uma marcha sobre Washington de um milhão de negros, na qual nem uma única demanda socioeconômica foi levantada. [...] O que fiz foi construir um arcabouço para analisar as cisões existentes entre política de classe e política de identidade, política socialista ou social-democrática e política multiculturalista. Meu propósito foi o de mostrar que essas divisões se baseiam em falsas antíteses. Apesar da ideologia “pós-socialista”, não estamos, na realidade, em face de uma escolha entre uma coisa ou outra, entre política social e política cultural. (2009, p. 215-216)

Fraser enfatiza o contexto social da década de 1990 e o destaque para lutas de cunho identitários, a descrença com as ideias socialistas após a queda do muro de Berlim e a cisão entre uma esquerda social e uma esquerda cultural (*ibidem*). Apesar dos movimentos sociais apresentarem suas demandas, identitárias ou sociais, de maneira aparentemente excludente, a autora argumenta que não há uma antinomia genuína entre eles, daí seu diagnóstico e a proposta de combinar as reivindicações.

Em relação perspectiva de Fraser, achamos pertinente uma observação de um texto de Heleieth Saffioti (1997) em que a autora, trabalhando o conceito de violência, critica a compartimentalização das categorias realizada por Marilena Chauí (1984), que atribui a exploração ao econômico, a dominação ao plano político e a exclusão à cultura, como “[...] se a vida social se constituísse de esferas” (SAFFIOTI, 1997, p. 74). Para nosso propósito, tampouco pensamos ser profícua esta compartimentalização, pois, como Saffioti, pensamos a dominação-exploração como duas faces do mesmo fenômeno, onde ser dominada e explorada significa apenas uma única realidade (*ibidem*, 2009). A situação concreta dos sujeitos inseridos na sociedade capitalista, racista e patriarcal é atravessada, simultaneamente, por mecanismos de exploração e dominação. Para Saffioti, pensar a

relação mulher-homem, por exemplo, apenas em termos de dominação significa ver a sociedade como “tripartite”, dividindo o político, o econômico e o social – o que resultaria na abordagem weberiana que a autora diz rejeitar (*ibidem*).

Em uma fase posterior ao texto de 1995 sobre redistribuição e reconhecimento, Nancy Fraser reformula sua tese e passa a indicar um esgotamento do “modelo bidimensional”, sugerindo a abertura desse paradigma a uma terceira dimensão voltada à política, ausente em seus escritos anteriores (2002b). A existência de uma injustiça social de cunho político, para Fraser, seria o impedimento para paridade participativa, marginalizando cada vez mais os setores oprimidos da sociedade. Nesse caso, uma injustiça que não necessariamente se vincularia a má redistribuição ou a um reconhecimento inapropriado, mas que apontaria para a “democratização” da participação política (FRASER, 2002b, p. 28).

Ainda que Fraser afirme que a preocupação acerca de suas categorias analíticas seja a compreensão da realidade social e mencione que “[..] longe de ontologizar a distinção, eu a *historicizei*, buscando suas ligações com desenvolvimentos históricos na organização social” (2002b, p. 27), pensamos ser importante analisar se essa separação nos é profícua. Se o desenvolvimento histórico se mostra de maneira fragmentada, via compartimentalização das lutas, nos parece que é importante destacar a imbricação entre dominação-exploração sem que haja uma dissociação delas.

Recorrendo a uma situação concreta, o caso da mulher dekassegui que engravida mostra-se como exemplo ilustrativo da necessidade de não fragmentar as categorias. Uemura et al (2012), da Faculdade de Medicina de Mie, realizaram uma pesquisa acompanhando por dois anos o cotidiano da maternidade de imigrantes brasileiras. As autoras chegaram à conclusão de que a mulher dekassegui, por possuir relações de trabalho informais, muitas vezes acabava não relatando a gravidez em seu trabalho por medo de perder o mesmo. Continuava, assim, exercendo tarefas desgastantes para o corpo, como ficar muitas horas em pé ou trabalhar no período noturno. Por fim, pediam demissão dado seu esgotamento físico. Nos questionamos como poderíamos separar o econômico do político e o social em situações como essa.

Por ser simultaneamente dominada e explorada, o trabalho da dekassegui tem menor valor. Criam-se justificativas “biologizantes” para maior extração de valor – como vimos no segundo capítulo na diferenciação feita entre “trabalhos pesados” (que valem

mais) e “trabalhos leves” (que valem menos). Além disso, a dekassegui tem maiores chances de possuir contrato não formal, o que faz com que ela se submeta as mais degradantes condições, como a relatada acima, mesmo quando comparada ao seu companheiro brasileiro.

Na contramão de algumas correntes que partem de “sistemas autônomos” para pensar a dominação e a exploração, a italiana Cinzia Arruzza tenta apontar os limites do que ela chama de pensamento fragmentado (2015). Arruzza tece críticas às vertentes do feminismo que caracteriza como “teorias dos sistemas duplos ou triplos” e à perspectiva do “capitalismo indiferente”, para propor uma “tese unitária” (*ibidem*). A autora propõe responder uma questão que considera ter saído de moda depois da década de 1980: podemos dizer que o patriarcado se constitui como um sistema autônomo dentro do capitalismo?

Por *teorias dos sistemas duplos* ou *triplos* ela entende as correntes em que veem o gênero ou as relações sociais de sexo (e de raça) como sistemas autônomos, que, por sua vez, se entrelaçariam com o capitalismo (*ibidem*, p. 36). Arruzza alega que essas correntes compreendem classe em termos apenas econômicos e que somente através da interação com o patriarcado (e com a dominação) que ela apresentaria um caráter extra-econômico (*ibidem*).

Desde tal perspectiva crítica, algumas representantes dessas abordagens não unitárias seriam: Christine Delphy (em seu panfleto o *The main enemy* de 1970) que reconhece o modo patriarcado como modo de produção e aponta as donas de casa como sendo uma classe; Heidi Hartmann (*The unhappy marriage of marxism and feminism* de 1979) que discorre sobre um sistema duplo, colocando o patriarcado e o capitalismo como sistemas autônomos, porém, conectados; Sylvia Walby (Em *Theorizing Patriarchy* de 1990) que identifica relações sociais compostas por seis estruturas.

Em relação à Daniele Kergoat (2010), Arruzza afirma que a noção de consubstancialidade traz o mérito de historicizar e dar dinâmica às relações sociais que formariam um sistema. Porém, ela alega que

essa abordagem leva em conta e analisa a exploração de classe e atribui a ela um papel crucial. Mas a insistência na co-formação e consubstancialidade dessas relações sociais, animadas pela recusa a atribuir um papel determinante à exploração de classe, em um olhar mais detido, acaba reproduzindo um jogo incessante de relações. O que

ela deixa de explicar é a lógica determinante de tal interação entre esses elementos químicos, isto é, o porquê, antes de tudo, esse tipo de interação ocorre (2017, p. 45).

Para a autora italiana, em todas essas correntes haveria uma descrição dos sistemas que se interconectam, refletindo, de forma intuitiva, a realidade social tal como ela se manifesta, sem, no entanto, contemplar as explicações a respeito do princípio lógico e/ou organizativo de cada sistema (2015, p. 12).

Uma vez que o patriarcado é anterior ao capitalismo, Arruzza diz compreender a objeção feita às perspectivas que afirmam a dependência do primeiro ao segundo. No entanto, observa que tal dependência se justifica pela mudança da forma família na transição do feudalismo para o capitalismo <sup>141</sup>. No decorrer desse processo, o desaparecimento da família enquanto unidade de produção transformou radicalmente a relação entre produção e reprodução, ou melhor, essas duas esferas se separaram. Assim, segue a autora

[...] embora as relações de dominação de gênero tenham permanecido, elas deixaram de ser um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta desta transformação da família de uma unidade de produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado (2015, p. 46).

A opressão de gênero, pelo contrário, perde a independência no capitalismo, se desloca do âmago do âmbito familiar e se espalha para toda a sociedade.

Por outro lado, entender que as opressões das mulheres são “consequências necessárias ao capitalismo” e que mesmo assim o patriarcado não se constitui enquanto sistema autônomo, naturalmente não significa que ele tenha nascido com esse modo de produção (2015, p. 45). As formas que as relações de opressões se manifestam se diferem e a separação entre família *versus* local da produção promove a ruptura da autonomia do patriarcado.

---

<sup>141</sup> A transição do feudalismo para o capitalismo e a desintegração da família enquanto unidade produtiva é analisada de forma bastante acurada em *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* ([2004] 2017) de Silvia Federici. Uma das principais teses deste livro foi demonstrar como se desenvolveu a separação entre as esferas da produção e reprodução com o advento do capitalismo, e assim, como que o uso exclusivamente capitalista do salário a fins de comandar o trabalho da população não assalariada culminou na posição social (subordinada) das mulheres na atualidade .

Em relação às acusações imputadas ao feminismo marxista, caracterizando-o como um pensamento economicista ou reducionista da realidade, ela afirma que

[...] faria sentido sob duas condições: a primeira é se o capitalismo fosse compreendido aqui apenas como um processo estritamente econômico de extração de mais-valia, e portanto um conjunto de regras econômicas que determina este processo; a segunda se encarasse as relações de poder como resultados mecanicistas e automáticos do processo de extração de mais-valia (2015, p.47).

Porém, nas relações sociais capitalistas,

[...] encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, e religião, **e todas estão a serviço da acumulação de capital** e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias (2015, p.48, grifo nosso).

Na pesquisa aqui desenvolvida sobre a imigrante dekassegui, nos parece que a recusa em separar o econômico, o político e o social se mostrou o caminho mais correto para compreensão da realidade. Também temos o acordo em postular que o patriarcado não se constitui como um sistema autônomo e independente do capitalismo, como no caso das imigrantes que residem no Japão.

A título de exemplo, faremos aqui uma breve digressão no debate teórico e reproduziremos duas conversas que tivemos: uma com Elsa e outra com o Maurício. Elsa é uma dekassegui não nikkei de 43 anos. No Brasil ela trabalhava como cabeleireira, se casou com um descendente de japonês e emigrou para o Japão há 19 anos. Lá, trabalha em uma metalúrgica no setor de inspeção de chicote de automóvel. A respeito da remuneração por hora, ela nos contou que

[Quanto que é a mulher e quanto é homem mais ou menos?]

*Lá nesse que eu tô, começa com oitocentos<sup>142</sup> [ienes]*

[Homem e mulher?]

*Mulher. Mulher sempre ganha menos que homem, mesmo trabalhando igual. Um homem ganha mil e cem<sup>143</sup> [ienes].*

---

<sup>142</sup> Cerca de US\$ 8,00/hora

<sup>143</sup> Cerca de US\$ 11,00/hora

[Faz a mesma coisa e a mulher ganha menos?]

*Ganha menos a mulher, incrível, né? Mas a mulher agora tá ganhando novecentos e cinquenta<sup>144</sup>. Lá entra com oitocentos, aí trabalha até três meses e com três meses ela ganha novecentos e cinquenta.*

[Existe situação de uma mulher e um homem estarem no mesmo shigoto [trabalho] e ganhar diferente?]

*Já trabalhei. Eu trabalho com homem na mesma linha, fazendo a mesma coisa que ele e ele ganha mais do que eu.*

[E o que eles falam? Eles falam porque acontece isso?]

*Geralmente fala porque é homem, homem ganha mais. Infelizmente mulher...*

[Mas você produz menos que o homem?]

*Lógico que não. Produzo bem mais, trabalho bem mais, carrego o mesmo peso mas ganho menos que eles.*

Em entrevista com Maurício de 35 anos (já mencionado no capítulo 1), sobre a diferença de contrato entre brasileiros e japoneses ele nos contou que:

[Tem? Você acha que tem diferença do que nihonjin faz e do que brasileiro faz?]

*Isso é absoluto.*

[Ah, é? Me explica.]

*Ah, porque às vezes tem... Os japoneses eles, tipo assim, têm um... Como que eu digo? Tipo assim, superioridade. [...] Então às vezes no serviço, tipo assim, tem uns que, às vezes eles podem até fazer o mesmo serviço que a gente faz, só que tipo assim, não faz na mesma determinação do que a gente faz.*

[Você acha que brasileiro faz mais?]

*Com certeza.*

[Você acha que é bom pro kaisha contratar brasileiro?]

*Ah, com certeza, né? É lógico. A gente, eu ganho mil e quinhentos, né? Mulher ganha mil e duzentos mas ela tem a possibilidade de ter aumento de salário. Tem mulher lá que ganha mil e quatrocentos.*

[Mas tem mulher que faz o mesmo trabalho que você e ganha menos?]

---

<sup>144</sup> Cerca de US\$ 9,50/hora

*Sim. É que tipo assim, tem avaliação, né? Aí pela avaliação daí vai, tipo assim, conforme ela for fazendo, tipo assim, tem serviços que são específicos pra homem, então aquele lá é pra homem. Às vezes tem uma mulher, inclusive tem uma mulher lá que ela fala assim "não, eu quero fazer", por quê? Porque ela quer...*

[E nihonjin [japonês] é por hora que ganha?]

*Não. São todos shain [trabalhador efetivo].*

[Shain? E brasileiro? Shain?]

*Brasileiros, alguns são shokutakko [empreitada], mas a maioria é tudo kikankou [trabalhador temporário, sazonal]*

[Pro kaisha é melhor contratar vocês ou nihonjin?]

*Aí é uma pergunta que cabe ao kaisha [empresa], mas eu acho que, tipo assim, eu acho que compensa. Porque se não eles não iam estar colocando tanta mulher, como no setor que a gente trabalha, homem eles já não pegam mais. Antes pegava, mas no nosso setor homem não pega mais, agora só pega mulher.*

Relatos como esses foram bastante frequentes, como já expusemos no capítulo 2. Praticamente todas as imigrantes entrevistadas disseram que não havia remuneração equitativa entre os sexos. Ademais, demonstramos também que o trabalho realizado pela população dekassegui tem remuneração inferior à do companheiro de fábrica operário japonês, uma vez que os contratos de trabalhos são diferenciados por nacionalidade. Para a empresa japonesa, o custo do trabalho japonês é maior devido aos encargos sociais, assim como seu contrato efetivo lhes confere diversos auxílios como a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e bônus a cada seis meses, no valor de um salário mensal.

Analisando os relatos das dekasseguis e seu contexto, como poderíamos separar o econômico, o político e o social? Conforme já mencionado em mais de uma ocasião e como nossa pesquisa de campo demonstrou, é o trabalho – em todas as suas dimensões – que fez nascer a imigrante e é ele a condição de sua existência. O fenômeno dekassegui foi gestado a serviço da extração de mais valor. Entretanto, o cálculo para sua gestação não é exclusivamente racional, no sentido em que seja determinado puramente através de leis econômicas de forma reducionista e automática. Conforme mencionado no capítulo 1, há discussões relativas ao impacto da entrada de imigrantes no Japão e a preocupação em relação à população japonesa referente aos conflitos culturais. Ou seja, o governo japonês

e a burguesia nacional não podem desconsiderar aspectos inerentes da mentalidade japonesa que fogem de determinações econômicas, como no caso da confecção de leis migratórias.

Uma outra forma de encarar o problema da articulação das categorias, ainda segundo Arruzza, estaria na tese do “capitalismo indiferente” (*ibidem*). O exemplo desse tipo de pensamento estaria em algumas vertentes do marxismo que se apoiam na ideia de que a opressão de gênero ou de raça seriam desnecessárias e/ou contingenciais ao funcionamento do capitalismo. A abordagem de Ellen Wood, em *Democracia contra o capitalismo*, compartilharia dessa perspectiva, uma vez que partiria do pressuposto de que o capitalismo teria uma “indiferença estrutural em relação a essa desigualdade extraeconômica” (2003, p. 231), como no caso das identidades de gênero ou raça. É verdade que Wood reconhece que o capitalismo possui um “oportunismo sistemático” que utiliza das opressões pré-capitalistas para seu proveito a fim de aumentar a produtividade do trabalho. Não obstante, para ela, do ponto de vista estrutural da sociedade, as relações de produção não se organizam de maneira a estarem dispostas a criar as opressões. Assim como algumas vertentes de pensamento, ela relega as opressões de gênero como algo pretérito, que se manteriam no capitalismo, mas não como necessidade para o mesmo.

Pelo contrário, Wood afirma que no capitalismo, como a organização da produção e exploração do excedente não está ligada de forma próxima à organização da família, e não se realiza de maneira extraeconômica (como no feudalismo), haveria uma tendência de enfraquecimento dos princípios do patriarcado (*ibidem*, p. 238). Os principais motivos que o feudalismo necessitava para a dominação masculina desapareceriam sob o capitalismo, assumindo agora uma “identidade abstrata do trabalho” em suas palavras (*ibidem*, p. 239).

Contra o raciocínio de Wood, Arruzza defende que ela estabelece uma nítida separação entre estrutura lógica do capital e suas dimensões históricas (2015). Confundindo estes dois níveis, Wood não seria capaz de entender que em vista da história concreta, jamais existiu um capitalismo que prescindisse da opressão de gênero.

Perry Anderson (1984, p. 105), que também parte do pressuposto de que o capitalismo seria “cego ao sexo” é criticado, junto com Wood, por Renata Gonçalves (2013, p. 20), que observa que o “[...] excesso de abstração de ambos os autores pode

reintroduzir no marxismo o que há de mais ideológico no universalismo da ilustração, sem faltar, inclusive, o ingrediente naturalizante das relações sociais”<sup>145</sup>.

---

<sup>145</sup> Em seu livro *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo* (1985) Perry Anderson discorre sobre a relação entre capitalismo, socialismo e opressão de gênero. Segue o trecho: “Qual a conexão entre a abolição da desigualdade sexual e o advento de uma sociedade sem classes? A dificuldade de qualquer simples identificação entre ambos não reside tanto na manutenção do privilégio masculino, em amplos setores da vida social, nas sociedades pós-revolucionárias atuais: pois essas ordens transitórias não são ainda, em larga medida, caracterizáveis como socialistas em termos marxistas – enquanto ao mesmo tempo revelam claramente avanços em direção à igualdade, cada vez mais significativos e maiores do que nas sociedades pré-revolucionárias, recentemente industrializadas ou ainda agrárias, em estágios comparáveis de desenvolvimento econômico. O problema real para qualquer integração direta entre as perspectivas socialista e feminista *deve ser buscado preferencialmente na natureza e na estrutura do capitalismo*. Pois é perfeitamente claro que *a dominação social dos homens sobre as mulheres antecede de muito o capitalismo* – na verdade, *ela é praticamente coextensiva à história, não apenas registrada, mas mesmo inferida, das espécies. Em nenhuma sociedade primitiva conhecida hoje está ausente a assimetria na sua distribuição de poder e posição entre os sexos*. O nascente modo de produção capitalista herdou e retrabalhou essa desigualdade milenar, com sua miríade de opressões, ao mesmo tempo utilizando-a extensivamente e transformando-a profundamente. Porém, no decorrer de sua evolução subsequente, não há dúvida de que, no conjunto, ele mais diminuiu do que aumentou o peso das limitações e perdas sofridas pelo segundo sexo nas mãos do primeiro. Os índices elementares de emprego, alfabetização e legalidade – trabalho, cultura e cidadania –, todos moveram-se numa única direção. Há algum ponto final necessário deste processo, dentro dos limites do capital? A persistência de discriminação maciça, na vida diária e pública, arraigada nas estruturas familiares, ocupacionais e educativas, não é um argumento conclusivo contra a compatibilidade entre igualdade sexual e propriedade privada dos meios de produção: afinal, também vem se realizando um progresso perceptível sob o capitalismo avançado, e ele ainda continua. *Economicamente, os simples mecanismos do processo de valorização do capital, e a expansão da forma-mercadoria são cegos ao sexo. A lógica do lucro é indiferente à diversidade sexual*. Ainda que existam sociedades burguesas que, para sua estabilidade política e cultural, dependem em um grau considerável da manutenção da família tradicional, e, com isso, da feminilidade, pode-se em princípio conceber o capitalismo como modo de produção ao lado da equalização – e até inversão – dos papéis masculinos e femininos correntes, a um nível de abundância mais elevado. *As classes podem ainda subsistir, relacionadas diversamente com os meios de produção, sem famílias nucleares ou barreiras sexuais em seu interior*. Mas é esse um programa praticável? Não, por uma razão fundamental e inalterável. Como padrão de desigualdade, a dominação sexual é muito mais antiga historicamente, e muito mais profundamente arraigada na cultura, do que a exploração capitalista. Detonar suas estruturas requer uma carga igualitária muitíssimo maior de esperanças e energias psíquicas, do que a necessária para eliminar a diferença entre classes. Mas, se essa carga explodisse no capitalismo, é inconcebível que ela deixasse inalteradas as estruturas de desigualdade de classes – mais recentes e relativamente mais expostas. A explosão de uma inevitavelmente arrastaria consigo a outra. *Qualquer movimento que encarne valores capazes de realizar uma sociedade sem hierarquia de gêneros seria constitutivamente incapaz de aceitar uma sociedade fundada na divisão em classes. Neste sentido, o governo do capital e a emancipação das mulheres são – histórica e praticamente – irreconciliáveis*. Esse cenário poderia se produzir algum dia? Ou seja, a luta contra a dominação sexual poderia algum dia fornecer o ímpeto principal para uma liberação humana mais ampla, arrastando consigo, como uma maré, a luta de classes para uma vitória conjunta? A resposta é simplesmente não. As razões de tal impossibilidade nos levam diretamente aos paradoxos da relação entre socialismo e feminismo. Pois, se as estruturas da dominação sexual recuam muito mais no passado e penetram mais profundamente na cultura do que as da exploração classista, elas também geram caracteristicamente menor resistência coletiva na política. *A divisão entre sexos é um fato da natureza*: não pode ser abolida, como pode a divisão entre classes, um fato da história. Muito tempo depois de desaparecerem o capitalista e o operário, mulheres e homens permanecerão. As diferenças biológicas que definem os dois sexos, além do mais, tornam-nos interdependentes, enquanto exista a espécie: se a abolição dos sexos é impossível, a sua separação também o é. Essas necessidades recíprocas que compõem uma constante na história da humanidade, dentro e através da extensa diversidade de aparências sociais que elas assumiram, sempre asseguraram que os papéis e mecanismos da dominação masculina se fizessem acompanhar de formas e graus de compensação feminina, sem nenhum equivalente estrito nas relações

Arruza, novamente, contrapondo-se a Wood, afirma que

é verdade que a competição capitalista continuamente criou diferenças e desigualdades, mas estas desigualdades, de um ponto de vista abstrato, não são relacionadas ao gênero. Se pensarmos no capitalismo “puro”, ou seja, analisar com base em seus mecanismos essenciais, então talvez Wood possa estar certa. No entanto, isso não prova que o capitalismo não produz necessariamente, como resultado de seu funcionamento concreto, a reprodução constante e diversificada da opressão de gênero (2015, p. 51).

Ou seja, há a importância em distinguir entre o nível lógico e o nível histórico da análise, e, somente no nível da análise da história concreta que poderemos saber a possibilidade de emancipação sob o capitalismo (*ibidem*, p. 52). A perspectiva de teóricos marxistas que todavia trabalham com a hierarquia entre exploração (principal) e opressão (secundária), para esta autora, erram ao não colocarem a concepção histórica em relevo, isto é, dar ênfase no aspecto político e entender o que é capitalismo hoje (*ibidem*).

A teoria unitária proposta por Arruza tenta compreender as relações de poder no que se refere ao gênero ou orientação sexual como “momentos concretos” de uma totalidade capitalista articulada, complexa e ao mesmo tempo contraditória, marcada por múltiplas relações de poder (*ibidem*). A autora considera que, ao tentar dissociar leis econômicas supostamente puras da dominação e da alienação, a crítica da economia política marxiana ocasionalmente falha.

Marx entendia que o processo com o qual se “produz” o trabalhador ocorre na mesma extensão em que se “reproduz” a relação de trabalho, sendo esse processo sempre uma relação concreta, isto é historicamente determinada. Assim, pode-se entender “[...] cada processo produtivo como conectado ao processo disciplinar, que parcialmente constrói o tipo de sujeito que o trabalhador se torna” (ARRUZZA, 2015, p. 53). A partir de tal reflexão, entender a produção e reprodução como partes de um todo combinado

---

econômicas entre os produtores imediatos e os que se apropriam dos seus produtos. Sem essa dialética, a maior parte da história dos afetos humanos seria inimaginável. Os laços de sentimento e apoio assim formados, em muitos de nossos próprios costumes e práticas de desigualdade, geralmente têm sido também sustentados pela grosseira igualdade comum das condições materiais que muito frequentemente (não sempre) prevaleceram entre os parceiros sexuais dentro de qualquer classe dada. (p. 104-106, grifo nosso). Em nossa perspectiva, essa passagem reproduz a naturalização do caráter socialmente construído entre os sexos, não separa a abstração lógica do capital com o movimento histórico e concreto, assim como possui uma visão demasiadamente otimista da melhoria das condições de vida das mulheres, focada sobretudo no aspecto econômico.

(com suas próprias características), porém sem que haja uma relação de reflexo mecânico entre elas é o que permite fugir do economicismo vulgar.

Nessa linha de raciocínio, ao entender a reprodução social<sup>146</sup> como algo que extrapola as paredes do lar e inserida na “teoria unitária”, Arruzza entende que as relações de classe, de gênero e raça não podem ser interpretadas como “intersecções acidentais e contingentes” (*ibidem*, p. 56), sendo a reprodução igualmente determinante da formação da “subjetividade e, portanto, das relações de poder” (*ibidem*, p. 56). Opressão de gênero e a opressão racial não se configuram como dois sistemas autônomos, com suas causas particulares (*ibidem*). Por essas razões seria igualmente um equívoco ver essas formas de poder como “resíduos” de períodos pré-capitalistas (*ibidem*). Por fim, essa mesma autora discorre que

este recorte social é a lógica da acumulação capitalista, que impõe limites e restrições fundamentais às nossas experiências vividas e a forma como as interpretamos. O fato de que um número grande de correntes teóricas feministas das últimas décadas tenham evitado analisar esse processo e o papel crucial desempenhado pelo capital na opressão de gênero em suas várias formas, atesta sua capacidade de cooptar nossas ideias e influenciar nossas formas de pensar (*ibidem*, p. 57).

Longe de permanecer apenas no plano teórico, as análises aqui expostas servem para compreensão das dekasseguis, não somente em suas dimensões de gênero, mas também étnica e racial. Mais do que isso, elas são úteis para a pesquisa das dekasseguis na medida em que articulam as categorias de forma integrada. Por mais que saibamos que essa tese não pretende ser uma pesquisa estritamente teórica, elucidar as distinções sobre a articulação dessas categorias nos é de extrema importância. Perguntas como: podemos pensar as relações de sexo, raça e classe como sistemas autônomos e independentes? Entendemos que existe uma relação primária e outra secundária para pensar tais categorias? Qual a distinção entre opressão e/ou dominação de raça e gênero? Como a

---

<sup>146</sup> Arruzza menciona que o termo “[...] reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade, como já mencionado. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade...” (2015, p. 55).

articulação dessas se manifesta para a imigrante? Qual a atual validade política desse debate que parecia ter saído de moda? Os questionamentos acima serão igualmente melhor apreendidos na medida em que a comparação das teorias referentes a essa imbricação prossiga.

### 3.1.4 Novos ares na tradição marxista

Na tradição marxista, desde *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* ([1884], 2010) é sabido que Engels identificou o surgimento da propriedade privada com a posição de inferioridade da mulher, assim como jogou luz para o fato de que nossa produção material da vida, bem como a produção de novos seres humanos são socialmente determinadas. Entretanto, apesar do mérito em relacionar economia política com as distintas opressões, tal análise não foi devidamente aprofundada nem pelo próprio Engels, nem por Marx, e tampouco pela tradição por eles inaugurada – ficando sem uma resposta adequada, portanto, a crítica feminista, feita desde sempre, que diz que as categorias marxistas seriam cegas ao sexo (ARRUZZA, 2011). Arruzza afirma que esta herança

teria contribuído para a natureza sex-blind (assexuada) das categorias marxistas, o que teve consequências não somente do ponto de vista da subestimação da condição de opressão das mulheres, mas também da capacidade de compreender a realidade complexa do capitalismo. Categorias como “classe”, “força de trabalho”, “exército de reserva” seriam, portanto, sex-blind, por reproduzirem a natureza sex-blind das leis de desenvolvimento do capitalismo. (2011, p. 161).

Em seu famoso texto, *The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union* Heidi Hartmann (1982), de filiação marxista, critica a subordinação das pautas feministas feita pelo marxismo. Para Hartmann, muito dos marxistas enxergaram a posição da mulher na sociedade de classes unicamente pela sua “posição econômica”, sem, no entanto, remetê-la à relação entre mulher e homem (*ibidem*). A autora também avalia que Marx, Lenin e Kautsky entendiam que o trabalho assalariado, ao incorporar as mulheres, naturalmente acabaria com a divisão sexual do

trabalho, bem como supunham que todos os aspectos da vida da mulher reproduziriam o sistema capitalista (*ibidem*).

Concordamos com a crítica de Hartmann<sup>147</sup> e não desenvolveremos nesse espaço todo seu conteúdo, no entanto, pudemos avaliar que no caso japonês, há uma crítica semelhante a uma certa tradição marxista que se assemelha com o ocidente.

No livro *Nihon shakai to gender* (sociedade japonesa e o gênero), a socióloga Yoshiko Miyake (2001) descreve que a tradição marxista japonesa, em posição semelhante à grande parte do marxismo ocidental, analisava a questão da mulher e do patriarcado japonês como um resquício do feudalismo. Nesse sentido, a maior exploração da mulher seria decorrente de um capitalismo incipiente e resolvida, portanto, com o desenvolvimento desse. A análise de Moritaro Yamada, por exemplo, um dos principais marxistas japoneses, caminhou nessa direção. Em 1955, ele afirmou, em *Nihon shihon shugi bunseki* (*Analysis of Japanese capitalism* 日本資本主義分析), uma das obras mais famosas sobre o capitalismo japonês, que a *Restauração Meiji* resultou em uma abertura para um *novo tipo de família* (*kindai kazoku* 近代家族), mais igualitária.

Essa tese não se comprovou nos desdobramentos da história japonesa. Pelo contrário, como analisamos no segundo capítulo, na *Restauração Meiji* e no começo do século XX, ao passo em que o capitalismo japonês se desenvolvia, a família nuclear se consolidava e os cônjuges se apartavam da família extensiva. Formou-se, assim, um *novo tipo de família*, mas não um no qual a opressão da mulher – supostamente intrínseca apenas ao mundo feudal – desapareceria. Na realidade, a família moderna japonesa rearranjou as opressões à mulher e atribuiu a ela o âmbito doméstico, voltado unicamente para produção e reprodução gratuita da força de trabalho.

Para Miyake (*ibidem*), portanto, os intelectuais marxistas japoneses – em linha com parte do marxismo ocidental – colocavam a opressão da mulher em segundo plano em relação ao conflito de classe e acreditavam no desenvolvimento de um “capitalismo puro”. Contudo, diferentemente do que previram marxistas ocidentais e japoneses, ao avanço capitalista seguiu-se uma renovação histórica do patriarcado. A crítica de Miyake, assim, assemelha-se à posição já apresentada anteriormente contra o economicismo ou

---

<sup>147</sup> Vale lembrar que este texto de Hartmann também foi alvo de importantes críticas, principalmente no diálogo travado com Iris Young (1992) e sua crítica ao “sistema dual” de Hartmann.

contra o excesso de abstração das relações sociais capitalistas feitas por importantes teóricos.

Além dos posicionamentos críticos de Miyake, a análise japonesa sobre as múltiplas formas de opressões e discriminações, conta com o pioneirismo de Ueno Tizuko (1996) e Risa Kumamoto (2003), que avançaram a ideia de “discriminações combinadas” (*fukugou sabetsu*). Atualmente, no entanto, há uma evidente lacuna nos estudos sobre a “interseccionalidade”, tão em voga no ocidente. Da mesma forma, teorizações de enfoque marxista que, ao mesmo tempo, concatenam as categorias (de classe, gênero e raça) são praticamente inexistentes.

Essa situação se reflete nas análises japonesas do trabalho imigrante. Higuchi (2007), por exemplo, aponta que a despeito da substantiva diferença da inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho, há uma escassez de estudos que enfoquem o gênero nos estudos sobre o trabalho imigrante no Japão – com a exceção da pesquisa pioneira de Ruri Ito (1992). Nesse sentido, Higuchi critica seu próprio trabalho “*Kao no mieinai teijuka*” (*Residentes invisíveis*, tradução nossa, 顔の見えない定住化) (2005) – considerado um clássico dos estudos de kasseguis –, pela quase ausência do termo “gênero” na obra. De nossa parte, igualmente verificamos que apesar dos dados – tanto o que constatamos em órgãos governamentais, quanto os de nossa pesquisa de campo – mostrarem a clara divisão sexual do trabalho no Japão, ainda há uma acentuada defasagem nos estudos sobre a articulação de tais categorias.

No Japão, naturalmente, há muitos estudos que articulam classe social e etnia/raça (WATANABE, 2004; HIGUCHI et al, 2005; YASUDA, 2010; IJUUREN, 2011; NIBE, 2016; entre outros) e tantos outros que relacionam gênero e trabalho (ITO, 1992; OSAWA, 2005; OOMAGARI et al, 2011; IDA, 2015, entre outras). Não obstante, sentimos que a utilização simultânea das categorias gênero, classe e raça/etnia ainda é pouco explorada, além de haver uma escassa utilização de teorias oriundas do ocidente (especialmente a “interseccionalidade”) para a análise dessa articulação.

Constatamos nas pesquisas referidas acima os problemas observados por Kergoat (2009) em relação aos estudos interseccionais. Isto é, análises minuciosas das opressões e explorações direcionadas à população imigrante, porém, particularmente descritivas. Assim como a própria categoria intersecção não era utilizada, tampouco havia a análise da articulação das relações sociais de classe, gênero e raça. Arriscamos dizer que as razões

dessa lacuna se encontram na diminuta quantidade e inserção tardia da população imigrante no país. Daí as poucas pesquisas sobre as relações raciais de estrangeiros, do relativo atraso nos estudos de gênero (quando comparado com o ocidente), assim como uma fraca tradição de movimentos sociais de massa de cunho mais identitário, como o das mulheres e de pessoas racializadas.

Do outro lado, no ocidente, em épocas não muito distantes, surgiram o feminismo materialista, assim como a corrente do feminismo da reprodução social associada a nomes como Lise Vogel (2013 [1983]), Cinzia Arruzza (2015) e Susan Ferguson (2016), entre outras. O feminismo da reprodução social, fruto do trabalho de teóricas anglófonas e marxistas, tenta articular classe social, gênero e raça (em menor grau) através de uma perspectiva integrativa. Na tentativa de fugir de um binarismo, de um modelo aditivo (como o de CRENSHAW; 1986), ou de teorias que fragmentam e/ou apenas descrevem a totalidade social, o feminismo da reprodução social opta por uma noção expansiva do trabalho. Segundo Ferguson (2016, p. 50), há a necessidade do capital em manter a

[...] instituição altamente eficaz – a família privatizada – [que] é proclamada e reforçada (por exemplo, legislação sexista, sistemas educacionais, práticas de bem-estar social, por exemplo) e, portanto, entrincheirada nas sociedades capitalistas (tanto quanto herdadas das sociedades pré-capitalistas e remodeladas através do tempo). É essa relação essencial entre as necessidades produtivas e reprodutivas de uma formação social capitalista, e não um impulso patriarcal trans-histórico, que constitui a condição sócio-material crítica que torna possível a opressão feminina sob o capitalismo.

Não obstante o reconhecimento da importância das obras de Karl Marx, essas feministas apontam a pouca atenção dada ao trabalho reprodutivo n’*O Capital* (2013 [1867]). Para elas, há que demonstrar como o Estado, a casa e o mercado estão integralmente conectados – a despeito de todas as suas contradições – e como a reprodução social se mostra mais propícia para analisar (e não meramente descrever) a articulação das distintas opressões (*ibidem*, p. 50).

Ademais, as autoras dessa vertente tecem críticas às análises marxistas que tentam “enxertar” na exploração de classe as opressões de raça e gênero, resultando em um ecletismo metodológico (FERGUSON e MCNALLY, 2017). Ferguson e David McNally, de filiação marxista, reivindicam o pioneirismo de Lise Vogel e compactuam a perspectiva dessa que diz que é preciso “[...] expandir o alcance conceitual das principais

categorias do *Capital* a fim de explicar com rigor as raízes da opressão às mulheres”<sup>148</sup>(2013, p. 23, tradução nossa).

O livro *Marxism and oppression of Women, Toward Unitary Theory* da estadunidense Lise Vogel, lançado em 1983 é considerado o precursor da Teoria da Reprodução Social (TRS) por desvendar, de forma integrativa, o nexos entre reprodução e produção social e a particularidade do papel da família no modo de produção capitalista. Até então, como já exposto, permaneciam as teorias de sistemas duplos, triplos ou aditivos que buscavam vincular patriarcado e capitalismo. Importante ressaltar que toda a análise de Vogel tem como ponto de partida a obra *O Capital* ([1867], 2013) de Marx e o autor como sua referência e interlocutor, o que a difere de outras correntes feministas marxistas que dão maior ênfase a obras anteriores ao livro de maturidade do autor.

Quando do lançamento do livro de Vogel, na década de 1980, atravessava-se um contexto político e social desfavorável para o feminismo marxista, pois havia a ascensão do neoliberalismo e a forte presença de perspectivas influenciadas pela virada linguística. Teorias sociais anticapitalistas eram substituídas por inúmeros estudos pós-modernos e pós-estruturalistas, refletindo muito no debate feminista.<sup>149</sup>

Uma década antes, ainda no calor dos círculos marxistas, socialistas e autonomistas, autoras como Mariarosa Dalla Costa (1972), Selma James (1972) e Silvia Federici (1975) participaram ativamente do debate sobre o trabalho doméstico e sua conexão com o capital. Muitas dessas análises culminaram em questões como: o trabalho doméstico criaria valor? É ele um modo de produção próprio? Na contramão desse pensamento, porém, dando continuidade a ele, uma década depois, Vogel inicia sua reflexão a partir da mercadoria que Marx estudara. Não obstante, ao invés da análise do valor da mercadoria força de trabalho, ela efetua um recuo na observação e se pergunta quais são as condições sociais específicas para produção da “mercadoria especial”

---

<sup>148</sup> *expand the conceptual reach of key categories of Capital so as rigorously explain the roots of women's oppression.*

<sup>149</sup> Sobre esse período, Ferguson e McNally analisam: “Publicado pela primeira vez em 1983, o trabalho de Vogel surgiu em um momento de profundo desarranjo para o movimento feminista socialista que havia moldado os próprios termos de referência do livro. Cambaleando sob as marteladas do neoliberalismo na esfera política e da teoria pós-moderna no âmbito intelectual, e profundamente desorientado pelo recuo dos movimentos socialista, da classe trabalhadora e de mulheres, o feminismo socialista se agarrou a uma existência desesperada às margens da vida intelectual e política. Uma década antes, um livro como o de Vogel teria se tornado um para-raios de discussões e debates enérgicos. Em meados dos anos 1980, ele quase na figurou no radar cultural. Mas a originalidade do texto de Vogel ajudou a nutrir sua sobrevivência discreta, garantindo que ele não desaparecesse completamente.” (2017, p.24)

chamada força de trabalho, única capaz de produzir o mais valor necessário à reprodução do capital. Para ela, essas condições estariam fincadas na forma família, através de laços de parentescos próprios e assume um papel central para a lógica da acumulação de valor (*ibidem*). A forma como a classe trabalhadora se organiza enquanto família, se reproduz e sua relação com a reprodução do capital tem destaque central na análise da autora.

Para Vogel,

dos três aspectos do trabalho necessário – manutenção de produtores diretos, manutenção de membros não-trabalhadores da classe subordinada e processos de substituição geracional – apenas o último exige, em sentido absoluto, que exista um mínimo de divisão sexual do trabalho. Se os filhos nascerem, serão as mulheres que os carregarão e disponibilizarão. As mulheres pertencentes à classe subordinada têm, portanto, um papel especial no que diz respeito à substituição geracional da força de trabalho. Embora elas também possam ser produtoras diretas, é o seu papel diferencial na reprodução da força de trabalho que está na raiz de sua opressão na sociedade de classes. (2013, [1983], p. 150, tradução nossa)<sup>150</sup>

A produção da mercadoria especial é realizada somente pelo corpo sexuado-feminino e é tão somente ele que garante a renovação geracional. A originalidade do pensamento de Vogel está em compreender a gênese da opressão da mulher via relação entre a estrutura doméstica do lar e a forma como ela se reproduz em *articulação* com a reprodução do capital. Como já exposto, a separação entre local de produção do excedente e reprodução da força de trabalho no capitalismo implica que o capital, manifestado na forma de Estado, necessite regular os corpos femininos a fim de garantir a quantidade de força de trabalho necessária para exploração.

Nesse raciocínio, a divisão sexual do trabalho não é a causa da opressão, mas sua consequência.<sup>151</sup> Vogel argumenta que a forma família e o trabalho doméstico realizado

---

<sup>150</sup> *Of the three aspects of necessary labor – maintenance of direct producers, maintenance of non laboring members of the subordinate class, and generational replacement processes – only the last requires, in an absolute sense, that there be a sex division of labor of at least a minimal kind. If children are to be born, it is women who will carry and deliver them. Women belonging to the subordinate class have, therefore, a special role with respect to the generational replacement of labor power. While they may also be direct producers, it is their differential role in the reproduction of labor power that lies at the root of their oppression in class society.* (2013 [1983], p. 150).

<sup>151</sup> Hipoteticamente, se tomamos a divisão sexual do trabalho como princípio da opressão da mulher, ainda assim, há que explicitar a origem e surgimento desta divisão e sua relação com a estrutura material da sociedade. O trabalho de Mies (2016) recupera essa gênese, como já exposto no capítulo 2, porém, ela se situa em uma longínqua época de caçadores e coletores, que embora possa responder sobre aquele momento histórico, há que se questionar a verificabilidade e/ou aplicabilidade para o modo de produção capitalista.

pelas mulheres são fundamentais e funcionais ao capital, porém, essas não são as origens da opressão. O princípio que norteia a opressão está na condição em que a força de trabalho é produzida e reproduzida e sua necessidade *sine qua non* para o modo de produção capitalista. O trabalho doméstico é o responsável pela produção e reprodução da força de trabalho, por isso sua importância e daí a resultante divisão sexual do trabalho. Segue a autora:

nesse ambiente de tensão crônica em lares familiares particulares, a opressão das mulheres pode parecer ser apenas uma opressão dos homens, enraizada em uma divisão sexual do trabalho trans-histórica-antagonista de trabalho e incorporada na família. No entanto, é a responsabilidade pelo trabalho doméstico necessário para reprodução social do capitalismo – e não a divisão sexual do trabalho da família em si que sustenta materialmente a perpetuação da opressão e da desigualdade das mulheres na sociedade capitalista. (2013 [1983], p. 177, tradução nossa).<sup>152</sup>

Com isso, Vogel fornece o arcabouço teórico de base material para a explicação da opressão das mulheres no capitalismo, contrastando com análises descritivas, funcionalistas ou economicistas.

À exceção da resposta de Johanna Brenner (2000), o livro careceu de debates que dessem continuidade à perspectiva inovadora de Vogel, decorrente do ambiente inóspito para as discussões marxistas daquele momento. A questão racial, praticamente ausente na obra, não foi colocada em pauta. Foi somente em meados dos anos 2000 que novas gerações de autoras resgataram a Teoria da Reprodução Social, em um novo contexto político e social de crise econômica e ebulição de novos movimentos sociais, que tinham reivindicações, ao mesmo tempo, anticapitalistas e de combate às opressões.

Atualmente, segue o florescimento dessa teoria, todavia em elaboração permanente para captar novos elementos ausentes até então. Sua aplicação em estudos

---

Convém salientar que muitas correntes que fazem o uso da noção de divisão sexual do trabalho não demonstram a sua razão de ser.

<sup>152</sup> *In this atmosphere of chronic tension within private family households, women's oppression may appear to be solely an oppression by men, rooted in a transhistorical- antagonist sex-division of labour and embodied in the family. Nonetheless, it is responsibility for the domestic labour necessary to capital social production – and not the sex division of labour of the family per se – that materially underpins the perpetuation of women's oppression and inequality in capitalist society. These comments provide, it must be emphasized, only a sketch of the material foundation for the working class family.* (VOGEL, 2013 [1983], p. 177).

empíricos igualmente encontra-se em curso. A notável crítica a ela se refere à abstração da questão racial, tão fortemente elaborada por estudos que instrumentalizam a interseccionalidade.

Na passagem em que expusemos a crítica à compreensão da realidade mediada unicamente em nível da abstração pura e apartada do desenvolvimento histórico, argumentamos que a despeito da lei do valor de Marx não possuir a distinção de sexo em seu cerne, o capitalismo incessantemente perpetua a opressão de gênero. Por essa razão, haveria que encontrar as ausências explicativas *no interior* da teoria marxiana da lógica da acumulação do capital para apreensão das dinâmicas sociais hierárquicas de opressão.

A questão do racismo, a nosso ver, não parece ser diferente. Se o desenvolvimento capitalista e a acumulação de capital ocorreram pela desapropriação das proprietárias dos meios de produção, também é verdade que o período se fez valer de outras tantas expropriações e atrocidades fundantes para o atual modo de produção. A separação entre produção e reprodução social resultou em um maior confinamento da mulher (sobretudo a europeia) ao lar e a conversão de seus corpos em máquinas para reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2017 e 2019). Não é preciso recapitular o desfecho desse processo para a posição das mulheres na atualidade.

Não menos importante, a pilhagem, a transformação de um imensurável contingente de seres humanos arrancados de suas terras em diversas regiões do continente africano, transformados em “coisas” aquém do estatuto de ser humano, foi um dos componentes basilares para tal acumulação. Notadamente a questão racial, melhor dito, a construção social de uma raça inferior, subalterna, transformada em objetos destituídos de humanidade não só deixou as suas marcas na atualidade, mas continua sendo elemento estruturante e funcional para a reprodução do capital do século XXI.

Assim, como indicamos sobre as condições da mulher na atualidade: através de salários inferiores; de menor prestígio; com maior propensão de sofrer violência de cunho sexista; restrição da liberdade, entre tantas outras mazelas que poderíamos enumerar aqui, o real se mostra contrário à equidade tendencial do capitalismo apregoado por alguns autores.

A reprodução das condições de vida opressivas às populações racializadas é similar às das mulheres. A *história concreta de todo o capitalismo* nunca aboliu nenhuma discriminação racial, tampouco prescindiu de maior violência destinada à população

negra, dos trabalhos subalternizados e de tantas outras discriminações que repercutem, objetiva e subjetivamente, por toda a vida dessa população. Acompanhando o raciocínio feito no caso das mulheres acima, seria incauto considerarmos essas questões como marginais, contingenciais ou apenas funcionais ao modo de produção capitalista, sem que analisemos de modo estruturante e integrado a lógica da acumulação do capital.

A população de kassegui analisada nessa tese é um exemplo paradigmático dessa inter-relação. Grosso modo, o Japão enfrenta uma crise demográfica e necessita importar força de trabalho imigrante. Porém, essa decisão não ocorre de forma exclusivamente econômica e isenta de ponderações de cunho culturais da população local. Ou seja, o conflito étnico, tendo suas origens particulares na história japonesa, faz com que parte da população mais conservadora exerça pressão para barrar a entrada dessa população. A questão demográfica, por sua vez, também se choca entre o conflito no qual o Estado tenta controlar o declínio da taxa de fertilidade, ao mesmo tempo em que se defronta com as escolhas reprodutivas das mulheres japonesas em, cada vez mais, optarem por procriarem menos.

Nesse contexto, a chegada da população de kassegui se insere em um cenário de disputas entre capital, trabalho e o conjunto de múltiplas formas de opressões, naturalmente todas em seu prejuízo.

A nossa posição aqui adotada é a análise dessa miríade de questões, que grosso modo poderia se resumir novamente em categorias de classe, gênero e raça/etnia de forma integrativa, da totalidade social que a compõe e respeitando as especificidades do objeto.

David McNally (2017) realiza a discussão sobre como a *Teoria da Reprodução Social* poderia recorrer aos “insights” da interseccionalidade, especialmente a contribuição oriunda do feminismo negro, para elaboração de uma teoria mais sofisticada. Ele recusa a proposição da interseccionalidade em sua metodologia descritiva e aditiva, em que os eixos e vetores de opressões estariam posicionados em campos distintos e apenas eventualmente se interconectariam. McNally avalia que

o racismo tem características específicas que nos permitem distingui-lo em primeira instância do sexismo. Mas essas distinções não fornecem definições exaustivas. Elas oferecem um ponto de partida a partir do qual o pensamento desdobra as relações internas das partes com outras partes e com o sistema como um todo. O racismo, em outras palavras, pode ser entendido como uma totalidade parcial com características únicas que, em última análise, devem ser compreendidas em relação às

demais totalidades parciais que compõem o todo social em seu processo de vir a ser. Cada totalidade parcial, cada sistema parcial dentro do todo, possui características únicas (e uma certa “autonomia relativa” ou, melhor dizendo, autonomia relacional). (2017, p. 105, tradução nossa)<sup>153</sup>

O raciocínio acima acerta ao enfatizar a importância em demarcar a particularidade – do sexismo, do racismo e da questão de classe – sem no entanto conceder autonomia à eles, entendendo-os como “uma totalidade parcial com características únicas que, em última análise, devem ser compreendidas em relação às demais totalidades parciais que compõem o todo social”.

No próximo subitem, tentaremos ver mais de perto como as questões étnicas e raciais se manifestam no Japão para compreensão do caso das dekasseguis e para tentativa de articulação com a teoria da reprodução social, a qual nos parece mais apropriada para explicação da realidade.

### 3.2 Cultura e a construção da homogeneidade mítica

Nessa seção faremos algumas considerações sobre a cultura japonesa com o intuito de compreender como nasce a ideia de nação e como as categorias etnia e raça se manifestam naquele país. Analisaremos as características da sociedade japonesa para melhor entender a relação entre ocidente e Japão e situar o lugar desse “outro” interno (o imigrante). Com isso, teremos ainda mais subsídios para apreender a particularidade da articulação das categorias de classe, raça/etnia e gênero em seu contexto social.

---

<sup>153</sup> *Racism has specific characteristics that allow us to distinguish it in the first instance from sexism. But these distinctions do not provide exhaustive definitions. They afford a starting point from which thought unfolds the internal relations of parts to other parts and to the organic system as a whole. Racism, in other words, can be understood as a partial totality with unique features that must ultimately be grasped in relation to the other partial totalities that comprise the social whole in its process of becoming. Each partial totality, each partial system within the whole, has unique characteristics (and a certain “relative autonomy”, or, better put, relational autonomy).* (MCNALLY, 2017, p. 105).

### 3.2.1 A modernidade chega ao Japão

A interpretação de que o Japão seria uma nação “homogênea”, imutável e exótica predominou não apenas no imaginário social brasileiro, mas também no de outros países ocidentais e até mesmo em pesquisas acadêmicas que reproduziram leituras essencialistas da sociedade japonesa (ODA, 2011, p. 104). Ernani Oda, pesquisador do nacionalismo japonês, ilustra esse último caso citando o trabalho de Masato Ninomiya (2008) no contexto da visita do imperador do Japão ao Brasil, em 2008. Em tal contexto, Ninomiya ressaltou, positivamente, o alto nível de escolaridade dos brasileiros descendentes de japoneses. A explicação para tal fenômeno estaria em uma suposta tradição do Japão de valorização da educação, herdada das tradições confucionistas e das escolas do período Edo (1603-1867), frequentadas por todas as classes sociais (*ibidem*, p. 113). Essa tradição teria continuado na era Meiji e, posteriormente, teria sido trazida ao Brasil pelos imigrantes japoneses (*ibidem*).

Para Oda, leituras do Japão como a de Ninomiya pressupõem uma ideia de “cultura japonesa única”, imutável, que perduraria por séculos, sem o contato ou contaminação com o Ocidente (*ibidem*). No entanto, uma interpretação mais cuidadosa do período Edo demonstra, segundo Oda, que

as escolas nos templos budistas do período Edo de fato recebiam crianças das classes populares, mas eram apenas locais em que elas aprendiam noções básicas de escrita e matemática para fins instrumentais, ou seja, para poder lidar com o trabalho do dia a dia. Diferentemente das escolas voltadas para a nobreza e as classes guerreiras, não havia uma conotação propriamente ética, e a verdadeira educação era tida como aquela que a criança aprendia trabalhando, para mais tarde continuar o ofício dos pais (Dore, 1965, p. 252; Koyama, 2002, pp. 69-70). No período Meiji, verifica-se uma clara ruptura com este modelo. Surge uma filosofia de valorização da educação para fins de modernização e unificação nacional, e a escola torna-se o principal espaço para difundir esse tipo de ideologia. No entanto, muitos pais recusavam-se a mandar seus filhos para as novas escolas impostas pelo governo, onde se ensinavam matérias consideradas inúteis na vida cotidiana, tais como ciências ou educação moral. Várias escolas chegaram inclusive a ser queimadas em protesto, o que deixa claro que a política escolar do período Meiji era vista como uma afronta ao modo como as classes populares vinham tradicionalmente educando seus filhos (Koyama, 2002, pp. 67-68; Platt, 2004, pp. 185-213) (2011, p.113).

A questão educacional é somente um dos exemplos das leituras homogêneas da cultura japonesa que iremos analisar criticamente. Tais interpretações, a nosso ver, ocultam convenientemente os conflitos, interesses de classe e diversidade cultural do Japão. Conforme Oda sugere, na era Meiji, a organização da escola era fortemente pautada pelo modelo ocidental e considerada um alicerce para a consolidação do Estado-nação, por isso sua necessária imposição às crianças (*ibidem*).

Oda afirma que, apesar da compreensão da cultura japonesa que temos na atualidade, sua raiz não é uma sociedade una, homogênea nem ideologicamente, tampouco etnicamente. A construção da ideia de homogeneidade foi dotada de conflitos e contradições, e, mesmo que ela tenha prevalecido, há que se recorrer às forças por detrás delas e mapear as correntes que disputaram essa construção. Assim, o questionamento de Ninomiya (2008) a respeito do por que certos costumes, como a da valorização da educação existe em determinados grupos nos é pertinente.

Sobre o olhar que se tem para com o Japão, Oda considera que

[...] os brasileiros mais propensos a apresentar uma perspectiva mais crítica são justamente aqueles que a partir da década de 1990 passaram a viver e trabalhar no Japão como *dekasseguis*. Por vivenciarem de perto os conflitos e as contradições da sociedade japonesa, e sendo eles próprios o alvo de preconceito e discriminação por parte dos japoneses, esses brasileiros acabam desenvolvendo uma imagem muito mais crítica com relação à ideia de cultura japonesa (Tsuda, 2003). Da mesma forma, são pesquisadores voltados para este tema que tendem a mostrar maior consciência dos problemas em torno da noção de cultura japonesa, desde o peso do passado colonialista até o neonacionalismo conservador atual (Sasaki Pinheiro, 2009) (*ibidem*, p. 114).

Próximo às reflexões de Oda, consideramos que as *dekasseguis* podem assumir um olhar privilegiado, enquanto classe explorada e oprimida, pela sua condição étnica, o que dá a elas a possibilidade de melhor compreensão das contradições da sociedade japonesa, nem sempre notáveis à primeira vista. O “privilegio epistemológico”, debatido na seção anterior, pôde transformar e/ou contribuir para romper com o discurso hegemônico, por vezes mistificador da realidade. Ele tem a potencialidade de desencadear

situações como a ocorrida na Itália – relatada no prólogo de um livro organizado pela feminista estadunidense bell hooks<sup>154</sup> –, onde

[...] el empuje de las inmigrantes en algunas regiones como la Toscana está empezando atrastocar los presupuestos y formas de acción del feminismo blanco autóctono en asuntos tan importantes como la representación, la encarnación del liderazgo y las demandas centrales – por ejemplo en lo que se refiere a la división étnica del trabajo y las relaciones de poder – de um movimiento de mujeres cada vez más consciente de los flujos transnacionales y del privilegio epistémico, sin garantías, de las posiciones de las migrantes. (2004, p. 24)

A tomada de posição desde a perspectiva dos sujeitos dominados e explorados, com suas próprias vozes, pode contribuir para a transformação dos discursos dominantes. O caso apresentado mostrou que o contato com a “outra” imigrante, no exemplo da Itália, obrigou pela primeira vez as feministas brancas a considerarem a condição das outras mulheres, no caso as imigrantes em situações mais vulneráveis, a partir de problemas antes invisíveis ao feminismo branco local. O olhar essa “outra”, ao fim, acaba por desnudar a própria condição da mulher nativa e seus privilégios.

No caso japonês, podemos afirmar que os diversos estudos realizados sobre a temática de kassegui, sejam pelas brasileiras ou pelas próprias japonesas, têm contribuído para desmistificação de diversas narrativas presentes no senso comum. A denúncia de problemas relativos às discriminações raciais, étnicas e de gênero contradizem o imaginário social que caracteriza a sociedade japonesa como pacífica – entendendo violência, aqui, para além da noção restrita de criminalidade ou de agressão física. O conflito com os grupos nacionalistas ocorrido no *Homidanchi* no ano de 1999, apresentado no primeiro capítulo, ilustra esse tipo de violência.

---

<sup>154</sup> A diferença de narrativa a partir do ponto de vista de feministas que se autodeclaram situar-se à margem das pesquisas hegemônicas da temática (sobretudo concentradas na academia) é ilustrada pelo prólogo desse livro que parte de iniciativas de caráter mais orgânico com as mulheres imigrantes em questão. “Este prólogo ha sido escrito colectivamente por algunas de las mujeres que participamos en el proyecto de la Eskalera Karakola. La Eskalera Karakola es un centro social autogestionado feminista que fue okupado allá por el año 1996 en el barrio de Lavapiés en Madrid. En todos estos años, muchísimas iniciativas han sido posibles y han sido impulsadas desde y más allá de la casa: espacios para reuniones, grupos de mujeres, actividades, talleres, escuelas de feminismos, encuentros, jornadas, acciones, intervenciones públicas, rehabilitaciones varias, pero sobre todo la inquietud, la necesidad y el deseo de experimentar los límites y las aperturas de nuevos espacios de colectividad atravesados por la práctica y el pensamiento feminista. Que lo personal sea político nos há invitado desde la Karakola a una revisión constante de los modos de vida normalizados y a una política de la sospecha que nos empuja a pensar, proponer y experimentar nuevas y otras formas de habitar cotidianamente el espacio público, a reformularlo y sobre todo, a practicar su reapropiación constante” (2004, p. 9).

No Japão, em um contexto similar à entrada de imigrantes na Itália, organizações como a *Kalakasan*<sup>155</sup> (força em tagalog), por exemplo, foi criada por coletivos de feministas japonesas em parceria com imigrantes para dar apoio às mulheres imigrantes em situação de vulnerabilidade. É no contato com a “outra” imigrante, no ato de escutar suas vozes e seus problemas que o próprio feminismo japonês precisou ser renovado, abrindo-se para as diferenças e desigualdades que sua própria sociedade criou. A *Kalakasan* dá suporte ao combate à violência doméstica, ao divórcio, ao status de permanência; realiza seminários; cria grupos de trabalho e faz pesquisas relativas à mulher e à criança imigrante residente no Japão. Tal como o caso da Itália citado, foi somente quando a perspectiva da oprimida começou a ganhar voz que tais trabalhos conjuntos puderam se desenvolver. Vemos aqui o que enunciávamos como “consciência das oprimidas” (MATHIEU, 1985) ou “ponto de observação” (SAFFIOTI, 1991) que possibilitou ao movimento feminista japonês, no caso, ampliar sua capacidade analítica acerca da multiplicidade de mulheres existentes em seu país.

Complementando a ideia contrária ao ideário de um Japão homogêneo, as identidades presentes naquele país tampouco são unas. Muito se fala sobre a “cultura milenar” japonesa, porém a ideia de uma “base cultural comum” é algo recente na história do país (ODA, 2011), e, portanto, falaciosa. Foi somente com a transição para era Meiji que uma noção de cultura nacional emergiu (*ibidem*), de maneira similar à consolidação dos Estados nacionais na Europa, formados mediante a força e a imposição.

Oda pondera sobre a criação do simbolismo atrelado à figura do imperador na modernidade, concebida através de uma imagem remodelada, em um exemplo japonês de “tradição inventada” (HOBSBAWM e RANGER, 2008). Na era Edo (1603-1867), o poder se manifestava na relação entre o imperador e o xogun (líder militar), sendo esse último abolido pelas elites locais na era Meiji e restando ao primeiro, poderes apenas simbólicos (ODA, 2011). Essa tradição inventada passa pela consolidação de uma política oficial eficaz, inserida nos meios de comunicação e nos currículos escolares que começaram a propagar a imagem que

[...] por existir desde tempos remotos, a instituição imperial deveria ser cultuada como expressão máxima do espírito japonês (Gluck, 1985, pp. 73-101; Yoshimi, 2000). Como toda tradição inventada, **o culto ao**

---

<sup>155</sup> Site da organização: <http://kalakasan.com/jp/>

**imperador utilizava uma visão idealizada da história não para simplesmente resgatar o passado, mas para justificar uma série de inovações e mudanças** (Mita, 1992, pp. 247-254; Kang, 2001, pp. 54-73). Assim, quando as elites começaram a implantar, nos moldes europeus, um sistema social “moderno” baseado em Estado centralizado, economia industrial e sistema colonial em regiões asiáticas como Okinawa, Hokkaido, Coreia, Taiwan e Manchúria, todas essas novas políticas eram legitimadas em nome do imperador, símbolo da tradição japonesa (ODA, 2011, p. 104-105, grifos nossos).

Nessa perspectiva, a figura do imperador e a da família real mais do que um resquício do passado a ser abolido, teve como função simbólica a unificação da nação, necessária ao moderno Estado burguês. Essa modernização passou pela criação de novas cidades e províncias, por um sistema educacional dominado por valores burgueses e por estilos de vida ocidentalizados. O próprio imaginário social de seu passado se remodela, atualizado por valores e ideários hodiernos que, para tal empreitada, teve apoio de diversos intelectuais e políticos.

Paralelamente, é importante ressaltar que essas narrativas não foram isentas de disputas internas, tampouco de resistências à ocidentalização japonesa. As sucessivas guerras e o projeto colonialista avançado pelo Japão no século XX também impunham novas formas de dominação a seus vizinhos, que perpassava pela difusão de uma ideia da cultura japonesa que fosse passível de assimilação pelos povos dominados (*ibidem*).

Em relação aos países vizinhos colonizados, pode-se dizer que a permanência de minorias étnicas como a dos chineses e coreanos em solo japonês sempre foi motivo de grandes controvérsias. O exemplo é ilustrado pelo caso da oficialização da bandeira japonesa, que ocorreu somente no ano de 1999. O *hinomaru*<sup>156</sup> (日の丸), nome pelo qual a bandeira é popularmente conhecida, é associado diretamente às atrocidades cometidas pelo Japão colonizador, motivo do grande rechaço à sua oficialização por parte das minorias étnicas residentes há décadas no país. Atualmente, chinesas e coreanas são as nacionalidades quantitativamente mais presentes. Entretanto, diferentemente das brasileiras e outras de kasseguis, é uma população de residência já antiga, com fenótipo mais similar ao japonês, e que sofre distintas formas de discriminação que não passam necessariamente por características fenotípicas.

---

<sup>156</sup> A palavra *hinomaru* (日の丸) é composto pelo ideograma *hi*: 日 que significa *sol* ou *dia* e o *maru*: 丸 que significa círculo. Em tradução literal *círculo de sol*. É também conhecida como bandeira do sol nascente.

A tentativa de criação de uma ideia mítica de um nacionalismo japonês não significou, entretanto, o abandono do globalismo. No curso do desenvolvimento capitalista japonês, percebemos uma aparente ambiguidade e tensão entre a exaltação de um nacionalismo – via incorporação de valores propícios à construção de um Estado-nação centralizado (com a figura do imperador) – e a permanência do globalismo (ODA, 2011). De certo modo, essa ambiguidade é funcional para a reprodução do capitalismo japonês, na medida em que o chamado neonacionalismo mantém a preocupação em disseminar a ideia de um orgulho nacional, sem necessariamente explicitar quais são as características específicas dessa cultura, podendo sustentar, assim, qualquer tipo de vínculo que seja conveniente com o globalismo (*ibidem*).

Oda afirma que esse tipo de neonacionalismo funcionaria como um “signo aberto” (*ibidem*, p. 112), mediante um rótulo que pode ser estampado pelos mais variados signos e narrativas. É justamente essa abertura e flexibilidade que permitiu tamanho alcance da popularidade japonesa pelo mundo, através da propagação de uma cultura nacional que pudesse ser identificada como japonesa, porém palatável e passível de ser consumida pelo ocidente. Essa empreitada foi muito bem sucedida na década de 1990 com a influência cultural que o país exerceu no ocidente, e isso, naturalmente, servindo para extração de mais valor e consolidação de seu poderio econômico, que, naquele momento, colocava o país como segunda potência mundial.

Identificamos aqui a instrumentalização da questão étnica e racial articulada com a lógica de acumulação capitalista. Como descrevera McNally (2017), na passagem que já reproduzimos, “*o racismo tem características específicas que nos permitem distingui-lo em primeira instância do sexismo. [...] Eles oferecem um ponto de partida a partir do qual o pensamento desdobra as relações internas das partes com outras partes e com o sistema como um todo*” (2017, p. 105). Ou seja, nessa concepção, o racismo e o sexismo, enquanto totalidades parciais com características únicas, articulam-se necessariamente à totalidade social. A posição de McNally, similar à de Ferguson, propõe elucidar como o imperativo capitalista para o lucro exerce pressões com as conexões parciais da sociedade. Opressões de gênero e de raça<sup>157</sup> seriam explicadas sem recorrer às categorias externas,

---

<sup>157</sup> Para Ferguson, contudo, não há um funcionalismo nessas articulações. Comenta a autora: “o argumento aqui não é apenas que o racismo simplesmente responde diretamente à necessidade do capital de uma diferenciação do mercado de trabalho. Assim como no caso das relações de gênero, as lutas das pessoas para controlar as condições de sua própria reprodução podem alterar, e de fato o fazem, as relações raciais. Comunidades imigrantes ou racializadas podem conquistar melhor iluminação, moradia e transporte, e os

mas explicadas em conjunto com a classe social inseridas dentro de uma totalidade social. A homogeneidade que aqui nos referimos serve para alimentar o seu oposto: o diferente, o externo e o “outro” não nacional.

Por ora, seguiremos a exposição acerca da idealização da homogeneidade japonesa, para em seguida, articularmos com o caso da comunidade de kassegui.

Até a *Restauração Meiji* (1868) a sociedade japonesa era dividida por feudos relativamente autônomos denominados *han* (藩), que mantinham relações de fidelidade com o xogum (*shogun* 将軍, general e comandante do exército), portador do maior poder político. Em termos gerais, a população era composta por: estamentos divididos por ofícios<sup>158</sup>, classes guerreiras e suas hierarquias, pelos *daimyo* (equivalentes aos senhores feudais 大名), sacerdotes xintoístas, monges budistas, alto clero e pela família imperial (que possuía um poder apenas simbólico). Abaixo de todos estavam os párias: os *burakumin* (部落民), conhecidos como *hinin* (非人) ou *eta* (穢多), considerados como a casta mais baixa, à qual eram designados serviços considerados sujos e impuros, como o manuseio de cadáveres e animais.

Os ideogramas que compõem a palavra *hinin* são o *hi* 非 que expressa *negação e nin* 人 que significa pessoa, em uma tradução literal *não pessoa*, ou seja, eram considerados *sub-humanos*. As origens da discriminação a essa população divergem na historiografia japonesa. É bastante utilizada a tese de que ela provém da noção de impureza presente no xintoísmo e a associação aos seus ofícios. Outra tese afirma que a discriminação teria sua origem nas sociedades onde predominavam a produção agrícola e associação à impureza oriunda do manuseio de animais por parte dos *burakumin*. Há também a vertente que defende que a gênese da discriminação remeteria ao grupo de povos originários que não foram assimilados à etnia Yamato, considerada a etnia originária dominante do arquipélago.

---

protestos nas ruas podem levar a tais mudanças nas políticas. [...] Mas o fato de que nossos meios de reprodução social são organizados de maneira capitalista – que os trabalhadores não possuem acesso direto e comunal à moradia, subsistência, assistência médica, e assim por diante – colocam limites definitivos a essas mudanças” (2017, p. 29).

<sup>158</sup> “Ao longo do período Edo [1603-1868], a tese corrente é a de que a sociedade era dividida em quatro estamentos, *shi* (de *bushi*), *nô* (de *nômin*, camponeses), *kô* (de *shukô*, artesãos), e *shô* (de *shômin*, comerciantes), embora, na realidade, apresentasse uma complexidade suficiente para refutar esta tese simplista.” (KIKUCHI, 2012, p. 74). *Bushi* se refere ao samurai.

A configuração social anterior à *Restauração Meiji*, descrita acima, com todos os seus rearranjos e conflitos, durou por três séculos. Trata-se de um período de autoisolamento, entre os anos 1639 e 1854, chamado de *sakoku* (鎖国), em que o Japão cessou relações de todos os tipos de natureza com outros países.<sup>159</sup> A devolução do poder à família imperial em 1868 marca a *Restauração Meiji*, dissolvendo o poder militar do xogunato e extinguindo a classe dos samurais, bem como a relação senhor e suserano (KIKUCHI, 2012). No advento da modernidade, como é conhecido esse momento, a

[...] ameaça da colonização do Japão por parte das grandes potências do Ocidente foi um fator que muito contribuiu para a mudança no regime, seja pela ineficiência do xogunato de reagir a essa situação, seja pela necessidade de modernizar o país, sobretudo belicamente, para dar conta dos novos desafios que ficaram evidentes a partir da chegada dos americanos em 1853. (KIKUCHI, 2012, p. 75).

A nova era foi marcada pela centralização política via democracia representativa, aos moldes de países ocidentais, assim como a elaboração da *Constituição Meiji*<sup>160</sup> inspirada no modelo Prussiano. A casta dos *hinin* foi oficialmente abolida por uma lei em 1871 e somente nessa ocasião eles tiveram a liberdade para morar fora dos guetos. A despeito da nova legislação, a discriminação dos *burakumin* permanece até hoje, apesar de não existir marcador social fenotípico que os diferencie.<sup>161</sup> A segregação imposta na era feudal, separando-os em guetos e em profissões conservou-se relativamente em diversas localidades. Isso se deu, em grande medida, pelo *registro da família – Kosei Tohon* (戸籍謄本) –, documento oficial bastante utilizado para regular o registro dos

<sup>159</sup> Na realidade, durante esse período, houve uma abertura parcial voltada ao comércio com a Holanda, Coréia e China.

<sup>160</sup> Conforme analisa Kikuchi (2012, p. 78-79), a Restauração “tinha como elemento principal o imperador que, além de chefe de Estado, tinha soberania sobre as três forças militares, poder de nomear os cargos do Executivo, de convocar e dissolver o Congresso, de promulgar as leis, etc., ou seja, o poder estava concentrado em suas mãos, embora o artigo 4º o sujeitasse ao conteúdo da Constituição”.

<sup>161</sup> Mesmo sem nenhuma fundamentação científica, Norbert Elias (2000, p. 35) cita um episódio curioso sobre a construção social do imaginário do *outsider* “[...] de acordo com a tradição de fofocas da maioria dos japoneses, os *burakumin* carregam no corpo um sinal físico hereditário da sua inclusão no grupo de párias — um sinal de nascença azulado, abaixo das axilas. Isso ilustra muito vividamente a operação e a função das crenças do establishment a respeito de seus grupos outsiders: o estigma social que seus membros atribuem ao grupo dos outsiders transforma-se, em sua imaginação, num estigma material — é coisificado. Surge como uma coisa objetiva, implantada nos outsiders pela natureza ou pelos deuses. Dessa maneira, o grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade: não fomos *nós*, implica essa fantasia, que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo — elas é que colocaram um sinal nelas, para marcá-las como inferiores ou ruins”.

cidadãos agregados na forma de parentesco. Esse documento revela toda a linhagem de seus antecedentes e seus locais de residência nos antigos guetos, sendo, portanto, um vetor para a continuidade da discriminação.

A despeito da casta ter sido oficialmente abolida, a permanência dessa discriminação e/ou preconceito resulta em um contínuo confinamento de muitos dos *burakumin* aos tipos de trabalhos exercidos por seus antepassados e aos antigos guetos em que esses viveram, locais estigmatizados até os dias de hoje.<sup>162</sup> O estigma é bastante conhecido e o resultado de diversas sondagens apontou que muitas famílias japonesas se oporiam e não se sentiriam confortáveis caso seus filhos se relacionassem com alguém considerado *burakumin*. Do outro lado, na resistência, há também organizações e coletivos desse grupo estigmatizado que lutam para eliminar as discriminações e pelo reconhecimento de uma efetiva igualdade enquanto cidadãos japoneses.

Enquanto produto do desenvolvimento histórico, o moderno Estado-nação nasce como instrumento de poder necessário para “amortecer o choque” (ENGELS, [1884] 2010) das classes sociais antagônicas e como imperativo para garantir a exploração do trabalho. A ideia de homogeneidade, que emerge com o Estado moderno japonês, teve como consequência a aparição de seu oposto na figura do estrangeiro e imigrante. Ao mesmo tempo, o período coincide com a abertura do Japão para as relações diplomáticas e comerciais com outros países, visando também o aumento de seu poder militar sobre seus vizinhos da Ásia.

A socióloga Hideko Asada apresenta uma perspectiva crítica à internacionalização japonesa, que teria se realizado sem o *contato* com o *outro estrangeiro* – no sentido a tudo que excederia as relações comerciais<sup>163</sup> – como também afirma que a suposta homogeneidade étnica japonesa é um mito e nada mais que um construto ideológico (2001, p. 37) que mascara as diversidades de etnias presentes e unificadas através do ideário de nação. Ela afirma ainda que episódios de preconceito e discriminações étnicas são bastante recorrentes. Nos chamados estudos do “feminismo das minorias” japonês, segundo ela, a análise da junção entre as relações sociais de sexo

---

<sup>162</sup> Na década de 1970, houve um escândalo pela descoberta de que estariam circulando, de forma secreta, uma lista de pessoas consideradas *burakimin* em grandes empresas japonesas afim de prejudicarem seus ingressos nas mesmas. Outros estudos demonstram também que a Yakuza (máfia japonesa) tem uma parte significativa de pessoas consideradas descendentes de *burakumin* em seus quadros. A falta de oportunidade para ingressarem em melhores empregos parece os direcionar a essa condição (FISHER, 2012).

<sup>163</sup> Ou seja, os contatos interpessoais.

e as discriminações direcionadas às coreanas residentes no Japão, às mulheres oriundas da ilha Okinawa, às da etnia *Ainu*<sup>164</sup>, assim como o problema da mulher *burakumin* apontam para essas problemáticas não resolvidas até os dias de hoje (ASADA, 2001).

A entrada de imigrantes, cada vez mais volumosa no país, aguça a relação entre nacional e não nacional, tensionando as opressões por um lado, porém, cumprindo a função cada vez mais indispensável à manutenção da força de trabalho requerida pelo Japão.

Na próxima seção, veremos mais de perto como a questão étnica se manifesta no contexto japonês atual. No entanto, antes de passarmos a ela, vale destacar o depoimento de um jornalista brasileiro<sup>165</sup> residente no Japão, que, comentando sobre a complexidade do debate político contemporâneo, remete ao impacto histórico da construção da ideia de homogeneidade japonesa e a sua relação com a política migratória.

*[...] o partido que tá no poder, do primeiro ministro, é o partido do patronato. E o patronato pressiona [a entrada de imigrantes], porque pra eles, se é imigrante ou se não é não faz a menor diferença, tem que fazer a máquina rodar. E eu acredito que por essa pressão do patronato o partido tem que ceder em algumas coisas. Só que é um partido, não diria um partido ultranacionalista, se a facção, entre aspas, que o Abe faz parte é uma facção nacionalista que tem muito receio da presença de imigrantes no Japão.*

*[...] É. São mais velhos, são as pessoas que votam. Então é uma relação complicada que eles têm. Eles têm que agradar o patronato que eles representam mas, ao mesmo tempo precisam do voto dessa classe, principalmente dos mais velhos, que são trabalhadores mas numa situação bem melhor do que os*

---

<sup>164</sup> Povos originários habitantes da região de Hokkaido, arquipélago situado no extremo norte do Japão. A disputa para o reconhecimento dessa população enquanto grupos originários indígenas foi motivo de grandes conflitos que perdurou por séculos. Os ainus possuem fenótipos, costumes e língua própria, ainda assim, depois da *Restauração Meiji*, o governo japonês tentou expropriar suas terras, converte-los em cidadãos japoneses e, portanto, forçando sua assimilação. A ilha de Hokkaido, por sua grande extensão territorial e natureza propícia, atualmente é bastante apropriada para a agroindústria. No começo do século XX, a intenção de roubar-lhes suas identidades acompanhava também com o intuito de utilizar essas terras para a crescente indústria e fazenda para exportação. Somente no ano de 2008 que o governo japonês concedeu o reconhecimento da população enquanto minoria étnica.

<sup>165</sup> Ronaldo reside no Japão desde 2005 e é jornalista especializado em cobrir matérias direcionadas à comunidade brasileira, assim como reportagens do Japão para o público no Brasil. É o único entrevistado que emigrou com bolsa de estudo para realizar seu Mestrado em universidade japonesa. Tem ensino superior em Geografia por uma Universidade Federal no Brasil. Após o Mestrado decidiu residir no país e atuar como jornalista. Foi o único entrevistado que nunca havia trabalhado em fábrica japonesa.

*trabalhadores jovens de hoje e que veem o Japão ainda com aquela visão de que é um país uniforme, de que é um país homogêneo. Acreditam naquele Japão que foi construído na Era Meiji, que mesmo com a guerra eles não conseguiram desconstruir isso da cabeça deles. E aí existe, eles sabem que existe uma necessidade de mão de obra, eles sabem que não vão conseguir fazer isso com tecnologia. Porque eu me lembro que a discussão, durante um tempo, logo no começo que eu cheguei aqui era bem assim "a gente não precisa de mão de obra estrangeira, a gente bota robôs e vai funcionar". E não é bem assim, apesar de o Japão ter tecnologia de ponta na área de robótica e principalmente de robótica humanoide, de substituição de mão de obra humana, o Japão é ponta mundial, por conta de toda a história do país, não existe isso ainda. Houve, o Japão é um país extremamente mecanizado, é um país intensivo em tecnologia, mas não dá conta, precisa de mão de obra física, pessoas, seres humanos. Então eles sabem que isto existe, eles sentam pra discutir isso, discutir e montar um projeto de imigração pro país mas ele não existe. A verdade é que não existe. O projeto de imigração do Japão é não ter imigração.*

### **3.2.2 Raça e etnia em debate**

A discussão sobre etnicidade e raça têm distintas interpretações e correntes de pensamento. Para o proposto nessa tese, instrumentalizamos a diferença étnica e racial exclusivamente na relação entre japonesas *versus* brasileiras, ou seja, referindo tanto às características fenotípicas, bem como à nacionalidade. Por brasileiras entendemos as mulheres e os homens de kasseguis, em sua maioria nikkeis, isto é, descendentes de japonesas, e seus cônjuges que por ventura não tenham ascendência japonesa. Dentro do grupo de kassegui, algumas nikkeis têm o fenótipo mais parecido com a japonesa, outros, por serem mestiços, têm menos semelhanças. Os cônjuges sem ascendência se dividem entre pessoas negras, caucasianas e indígenas.

Partindo de certo entendimento comum sobre etnia, reproduzimos sua caracterização (brevemente citada no cap. 1) como:

[...] uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que se classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha *validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores*. Esta definição mínima é suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de *etnicidade*: aquele do estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomizações Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais. Se tal definição não apresenta a resposta a priori para a questão da gênese e da persistência dos grupos étnicos, ela permite que se identifiquem os problemas-chaves que, qualquer que seja o tipo de abordagem utilizado, encontram-se de modo recorrente nas problemáticas da etnicidade. (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 2011, p.141-142, grifo nosso).

Apesar de muitas serem consideradas japonesas no Brasil, quando em solo japonês elas são entendidas enquanto imigrantes. É justamente através do fenômeno migratório, ou seja, via *interação social* com a outra japonesa que foram, nesse caso, ativados os signos culturais socialmente diferenciadores. A linguagem, o modo de se expressar, de se vestir e de se portar notadamente os difere da população japonesa. O local de residência, em sua maioria conjuntos habitacionais com grande concentração da população brasileira, como o *Homidanchi*, é igualmente um marcador. As não descendentes são naturalmente vistas como imigrantes, portanto, racializadas pelo contexto migratório. Esses signos, por serem mais bem demarcados via fenômeno migratório, são mais facilmente apreendidos do que, por exemplo, os marcadores da questão racial brasileira.<sup>166</sup>

Ainda assim, como sugere o antropólogo Kabengele Munanga (2015, p. 11) sobre o contexto brasileiro, o grau de consciência e a construção da identidade de um grupo nunca estará em sintonia, pois os contextos socioculturais dos sujeitos são diferentes. No caso da população de kassegui, a consciência de ser uma imigrante não está sujeita a dúvidas, pois todas as pessoas entrevistadas tinham essa percepção. A construção da identidade enquanto grupo imigrante, racializado e pertencente a uma determinada fração de classe dentro da classe trabalhadora japonesa, por sua vez, é bastante heterogênea. Explicando melhor, a população de kassegui tem a consciência de ser diferente do japonês,

---

<sup>166</sup> Analisando o contexto brasileiro, Munanga discorre sobre como se apreende a questão entre identidade e a questão racial. Essa identidade (no caso a negritude) seria um conceito de tamanha complexidade que envolveria fatores históricos, linguísticos, culturais, político, ideológicos e raciais. (2015, p.14) A depender da perspectiva pode-se adotar uma em detrimento da outra, sempre correndo o risco de ocultar certos aspectos. Evidentemente esses fatores não são estanques e cada um dialoga com o outro.

porém, a percepção de unidade enquanto grupo imigrante<sup>167</sup> é mais tênue. A maioria das pessoas disse não se perceber enquanto comunidade unida.<sup>168</sup>

No começo dessa tese, mencionamos que a *Mudança da Lei Migratória* de 1990 tinha como intuito a atração de uma comunidade imigrante culturalmente semelhante à população nacional, por isso a abertura jurídica para os nikkeis. Porém, conforme observamos em nossa pesquisa, assim como apontam estudos sobre a temática, a realidade se mostrou diferente. A comunidade brasileira não se percebeu e não foi percebida enquanto semelhante. O fenótipo japonês não se revelou suficiente para apagar a demarcação étnica-racial. Sobre tal situação, Oda comenta,

a maioria dos pesquisadores acredita que, ao conceder um status de visto especial aos descendentes de japoneses, o Japão tentava proteger o caráter supostamente homogêneo da sociedade japonesa, aceitando apenas trabalhadores estrangeiros que, como os japoneses brasileiros, deviam estar familiarizados com a cultura japonesa (Yamanaka 1996, 2000; Skrentny et al., 2007, p. 806). Essa imagem oficial dos brasileiros japoneses, no entanto, logo começou a ser questionada pela maioria dos observadores. Os brasileiros japoneses afirmariam que os japoneses os discriminavam por terem vindo de um país do terceiro mundo, e a mídia japonesa relataria o envolvimento de japoneses brasileiros em distúrbios públicos e crimes. (2009, p.518, tradução nossa)<sup>169</sup>.

A percepção do preconceito e/ou discriminação direcionados à comunidade brasileira difere muito para cada pessoa. Aqui, cabe retomar a fala de Marília (apontada

---

<sup>167</sup> Para efeito de comparação de uma situação semelhante, Sayad, em seu clássico *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade* (1998) trata da temática da comunidade e os imigrantes (no caso, a magrebina da França) em relação a sua percepção nos capítulos “*O alojamento, uma comunidade impossível*” e “*A impossível comunidade*”. É curiosa a observação do autor sobre a “[...] percepção global que se tem deles como formando uma categoria homogênea [...]” (p. 83).

<sup>168</sup> Segue a reprodução de algumas falas das entrevistadas, quando perguntadas sobre como percebiam a relação entre os brasileiros: “*se tiver oportunidade de puxar seu tapete ele vai*” (Maurício); “*acho que cada um tem o seu grupinho, entendeu?*”, “*não é bem unido, unido*” (Hiroshi); “*não existe, não existe. Nem união e nem desunião. Caímos de paraquedas aqui. Mesma coisa do japonês, nós estamos tudo cada um no seu próprio interesse*” (Euclides); “*no geral acho que são unidos mais entre famílias, né?*” (Elsa); “*eu também não tenho muito envolvimento com brasileiro*” (Wellington); “*Não. Cada um por si.*” (Roberta); “*eu prefiro não ter relação porque eu vejo que as pessoas não apoiam uns aos outros. Então eu também fico na minha, quieto né. Não quero ter problema nem me intrometer na vida dos outros*” (Sandro).

<sup>169</sup> “*Most researchers believe that, in granting a special visa status to Japanese descendants, Japan was trying to protect the supposedly homogeneous character of Japanese society by accepting only foreignworkers who, like the Japanese Brazilians, were expected to be familiar with Japanese culture (Yamanaka 1996, 2000; Skrentny et al. 2007, p. 806). This official image of Japanese Brazilians, however, soon began to be questioned by most observers. Japanese Brazilians would assert that the Japanese discriminated against them for coming from a third world country, and the Japanese media would report on the involvement of Japanese Brazilians in public disturbance and crime*”.

no cap. 1), de 51 anos, ao ser questionada como ela avaliava sua condição de imigrante e a recepção do país ela nos respondeu:

*Eu achei que eu fui muito bem recebida por ser mulher, por ser da cor, por não ter descendência. [A prefeitura] colocou tradutor em todos os lugares, nas creches, deu sempre assistência, nunca falhou. Então eu acho assim, quem falar que aqui é isso ou aquilo, vou falar uma coisa, é que não conhece nada, né? Eu tenho vinte e seis anos aqui, então eu posso falar mesmo. E eu defendo mesmo. Então tipo assim, eu acho que o país em si tem muita tolerância com os brasileiros, viu? Porque a partir do momento que eles abriram a porta aqui pra todo mundo, eles não são racistas, como o povo fala.*

[O que o povo fala?]

*Tem muita gente que fala que eles discriminam por ser brasileiro. Eles passaram a discriminar a partir do momento que os brasileiros, ou os estrangeiros, qualquer tipo de estrangeiro, que não é só brasileiro aqui, é chinês, é tudo, passaram a desobedecer as ordens. Eu acredito.*

[Mas você acha que brasileiro comete mais crime do que os japoneses?]

*Ah, eu acho. Só perde pra China. Muito roubo, né? Droga, brasileiro se meteu muito em roubada nesse sentido. Agora, atualmente mesmo, tem duas brasileiras presas por causa de droga. [...] porque ficam estressados, meio doidos. Então acho que comete os erros porque não sabe... acho que tem sim. Ah sim, tem coisa que muitos... Hoje até que não tá tanto, mas antigamente era muita coisa que eles faziam. Eu acho que eles sujaram um pouquinho o brasileiro em si, né.*

[Você já morou no Homi, como enxerga o Homi? [Homidanchi]]

*Eu já. Morei nove anos. [...] faz oito anos que eu tô fora, graças à Deus, então não posso te dizer.*

[Por que graças à Deus?]

*O Homi... Não posso dizer, não vou dizer, porque tipo assim, depois que eu mudei de lá o meu caminho, o meu rumo é outro. É de Miyoshi [nome da cidade vizinha a Toyota] pra cá e daqui pro Miyoshi. Ou então por trás, que eu vou pra fábrica. Desde que eu cheguei no Japão a primeira coisa que eu falei "um dia ainda moro nessa cidade".*

A fala dessa entrevistada foi bastante significativa por reproduzir a opinião de parte considerável das pessoas que entrevistamos. A percepção de muitas dekasseguis era de que os brasileiros “aprontam”, como já analisamos no segundo capítulo. Nos discursos, o *Homidanchi* constantemente aparece como lugar de má fama devido à suposta criminalidade dos brasileiros. A repercussão negativa do conjunto habitacional teve, especialmente no passado, grande impacto no imaginário social da própria comunidade e se converteu em certo rechaço que Marília descreveu. Há uma frequente associação entre imigrante e criminalidade representada pela mídia japonesa, por parte da opinião pública e reforçada pela própria população imigrante. Há a tentativa de querer se desassociar dessa imagem negativa evidenciada por falas como “*brasileiro se meteu muito em roubada nesse sentido*” ou “*eles aprontam*” (ver nota 131) desse modo, se distanciando da comunidade dekassegui.<sup>170</sup>

Em um primeiro momento, quando conversamos sobre preconceito e discriminações com as dekasseguis, muitas falas repercutiram a ausência de tais episódios, como também de intolerância ou hostilidade. Não obstante, como no caso de Marília que expusemos, no decorrer do diálogo, muitas entrevistadas começaram a relatar e recordar ocasiões em que presenciaram, ou souberam de acontecimentos constrangedores, porém, nem sempre nomeado como discriminação.

Cláudio<sup>171</sup>, de 44 anos, salientou que

---

<sup>170</sup> Sobre a percepção da discriminação e especialmente o distanciamento da sensação de pertencimento ao grupo brasileiro, a noção de assimilação nos seja útil. Talvez poderíamos ensaiar um paralelo com o contexto brasileiro retratado por Munanga em um capítulo de seu livro intitulado *Tentativas de assimilação dos valores culturais do branco* em que ela analisa: “No cotidiano, o negro vai enfrentar o seu inverso, forjado e imposto. Ele não permanecerá indiferente. Por pressão psicológica, acaba reconhecendo-se num arremedo detestado, porém convertido em sinal familiar. A acusação perturba-o, tanto mais porque admira e teme seu poderoso acusador. Perguntar-se-á afinal se o colonizador não tem um pouco de razão. Será que não somos mesmo ociosos ou medrosos, deixando-nos dominar e oprimir por uma minoria estrangeira? [...] Bem divulgado, o retrato degradante acaba por ser aceito pelo negro, e contribuirá para torná-lo realidade e, portanto, uma mistificação. Podemos comparar essa situação com a ideologia da classe dirigente, que é adotada frequentemente pelas classes dominadas. Ao concordar com ela, os submissos confirmam o papel que lhes foi atribuído. Assim como o colonizador é tentado a aceitar-se, o colonizado, para viver, é obrigado. [...] Historicamente, todas as condições foram reunidas para que se chegasse a um impasse de assimilação. Na realidade, pensar que o colonizador pudesse ou devesse aceitar de bom grado a assimilação, ou seja, a emancipação do negro, seria escamotear a relação colonial. [...] Nas condições contemporâneas da colonização, esta é incompatível com a assimilação. Tudo leva a crer que ela foi apenas um mito, pois o caminho da desumanização do negro escolhido pelo colonizador não poderia integrá-lo. Pelo contrário, criou sua desestabilidade cultural, moral e psíquica, deixando-o sem raízes, para melhor dominá-lo e explorá-lo.” (2015, p. 37-41).

<sup>171</sup> Cláudio é nikkei, natural do Rio de Janeiro e emigrou para o Japão no ano de 1997. No Brasil era auxiliar de escritório e atualmente trabalha em uma fábrica subcontratada da *Toyota Motors* e sem mediação da

*Teve uma matéria na televisão japonesa que mostrou, acho que em Shizuoka, uma repórter brasileira entrando numa loja e falou que tava lá escrito que não podia entrar estrangeiro na loja. Há um tempo atrás aqui tinha muito brasileiro que achava que tava no Brasil ainda.*

[O que você fala com isso?]

*Fazia coisa errada, sabe? Aí mudou bastante esse tipo de pensamento do brasileiro, embora ainda tenha muitos ainda.*

O vínculo entre criminalidade e imigração é uma pauta polêmica, porém recorrente em todos os países receptores de imigrantes, mas particularmente em países de capitalismo central. Não se trata de uma atribuição feita à imigração qualificada, mas sempre à imigrante e o imigrante inserido no polo não qualificado. Eventualmente de forma sutil, velada, às vezes explicitamente estampada em matérias dos meios de comunicação, o imaginário social do perigo do imigrante é similar à lógica da correlação entre pobre e criminalidade.

Higuchi (2011, p. 12-13) ressalta, por exemplo, que estudos referentes à pobreza de imigrantes são poucos e que a questão é negligenciada no Japão.<sup>172</sup> Desde o ano de 2009 dados sobre a pobreza são divulgados por órgãos governamentais, porém, não há uma demarcação por nacionalidade. Desemprego, rendimento familiar, jornada de trabalho entre outras informações relativas às condições materiais de vida das imigrantes são escassas, quando não ausentes. Não obstante, a *Agência Nacional de Polícia (Keisatsu-chō 警察庁)*, vinculada à *Comissão Nacional de Segurança Pública* do Japão

---

empreiteira, condição bastante rara para o imigrante. Atualmente é casado com uma imigrante de nacionalidade peruana e tem um filho, porém, nos contou que emigrou sozinho e na época sentiu muita solidão. Segue seu relato: “*Bastante, nossa. No começo você passa perrengue você chora todo dia com saudade da família...Chora. Chorei muito no começo. No começo, poxa, você para "o que eu tô fazendo aqui no Japão. Aí numa semana você tá legal aí, de repente, começa a sentir falta da família, dos amigos, das coisas que você tinha no Brasil. Eu lembro que a primeira conta de telefone minha, eu paguei na época cento e cinquenta mil yens [US\$ 1.500,00]. Só de telefone. Ligava pra minha mãe todo dia.*”

<sup>172</sup> Higuchi (2011, p. 15) afirma também que em 2010, em uma rodada de negociações (*shouchokousho 移住連省庁交渉*) em que a organização que auxilia os imigrantes fez lobby político para a melhoria na educação das crianças imigrantes, cobrando também dados estatísticos a respeito, o responsável pelo ministério da cultura afirmou não possuir informações e dados sobre a inserção dos estudantes estrangeiros no Ensino Médio, como também declarou que não pretendia realizar a pesquisa.

faz a coleta e apresenta dados sobre a criminalidade no Japão, com microdados dividido por nacionalidades.<sup>173</sup>

Os sentidos atribuídos às discriminações tiveram grande variação a depender da pessoa entrevistada. Ronaldo, no que lhe concerne, mencionou que:

*A discriminação, racial, principalmente, no Japão, como te falei, não é uma coisa explícita. Mas ela é composta de micro-agressões diárias. Por exemplo, hoje você percebeu no caixa, eu tô falando com a mulher em japonês e ela tá olhando pra você, respondendo pra você. Então assim, eu já tive tempo de me ofender com isso, de bater palma, "olha pra mim, eu que tô falando com você e tal". Hoje eu já sei que é perda de tempo. Porque é tão automático, não é uma maldade intrínseca da pessoa. Eu não sei na região de brasileiros, mas ainda existe o que eles põem "japanese only". A lei aqui é assim, na verdade aqui também não pode porque o Japão é signatário da convenção internacional de direitos humanos. **Só que a interpretação deles é de que o negócio privado é privado.** Inclusive uma pessoa em Hamamatsu [cidade com alta concentração de brasileiros]. Uma pessoa que não mora mais lá, mas que aconteceu em Hamamatsu, de ela entrar em uma loja brasileira... De uma loja japonesa, de alguma coisa e ser expulsa da loja por ser brasileira. E essa pessoa foi a primeira estrangeira que ganhou um processo contra um japonês por racismo, por preconceito racial.*

O depoimento de Ronaldo apresenta pelo menos dois tipos de discriminações e/ou preconceitos<sup>174</sup>: uma no nível interpessoal e, nas palavras dele, não muito “explícito”

<sup>173</sup> Dados disponíveis no site da Agência Nacional de Polícia (Keisatsu-chō 警察) <https://www.npa.go.jp/publications/statistics/kokusaihanzai/index.html>

<sup>174</sup> A distinção entre preconceito e discriminação – que, a nosso ver não são categorias autônomas, mas de certo modo conectadas uma às outras – foi tema de análise de Agnes Heller ([1970] 2011), quando ela disserta sobre a particularidade, diferença e função social de cada uma delas. Para isso, conferir o livro *O cotidiano e a História* e o capítulo *Sobre os preconceitos*. Heller analisa que o preconceito é uma categoria de pensamento e comportamento que faz parte do cotidiano, sendo um tipo particular de juízo provisório que, por sua vez, pode ser testado e rejeitado pela ciência (p.68). Em relação ao preconceito ao imigrante, seja enxergando-o enquanto ser violento ou perigoso, pode resultar em xenofobia, e, nesse caso, convertendo-se em um preconceito social (não mais individual) de caráter discriminatório. A autora também ressalta que “[...] classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas). Com ajuda dos preconceitos, apelam à particularidade individual, que – em função de seu conservadorismo e seu comodismo e de seu conformismo, ou também por causa de seus interesses imediatos – é de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração

relatado sobre a atendente do estabelecimento e outro de cunho segregacionista e excludente como no caso do “*japanese only*”. Podemos afirmar, com relativa confiança, que toda a população dekassegui, de alguma forma, vivencia inúmeros tipos de discriminações e/ ou preconceitos, ainda que nem sempre sejam percebidos nitidamente.

Por discriminação racista, étnica ou mesmo de nacionalidade (de pessoas oriundas de países periféricos), para além da percepção do sujeito, consideramos indicativos mais objetivos que sustentam tal realidade. Ao longo dessa tese demonstramos inúmeras evidências em que a comunidade dekassegui:

- 1) Habita em nichos residenciais voltados para pessoas de baixa renda, com alta concentração de imigrantes e retração de japoneses.
- 2) Insere-se em nichos de trabalho voltados aos brasileiros (indústria), com pouca mobilidade dentro do mercado de trabalho japonês.
- 3) Tem possibilidade de ascensão na carreira muito limitada.
- 4) Possui relação contratual consideravelmente mais flexível e mais informal que a média da classe trabalhadora japonesa. E, de maneira mais recorrente, tem contratos de trabalho de curta duração.
- 5) Tem salário por hora/trabalho, configurando em instabilidade de rendimento, sendo prejudicada em situações de doenças, período em que não recebem.
- 6) Tem menor adesão às diversas modalidades de proteção social.
- 7) Tem menor adesão ao sistema previdenciário.
- 8) Tem escassas possibilidades de receber qualificação profissional.
- 9) Tem Direitos políticos restringidos.

A lista acima é tão somente alguns dos constrangimentos objetivos que pudemos observar na condição dekassegui. Consideramos que o conjunto dessa situação que

---

e contra a práxis orientada no sentido humano-genérico” (*ibidem*, p. 77). A fala de Ronaldo que reproduzimos sobre a atendente não olhar para ele demonstra esse tipo de preconceito aparentemente menor, do cotidiano, mas que segundo Ronaldo, o incomodou por muito tempo. Mesmo que para a atendente seja um juízo provisório, de que por ele parecer estrangeiro, naturalmente não falaria japonês, a situação não exclui o sentimento negativo que causou a ele.

descrevemos é particular à população imigrante brasileira, que se assenta sobre a diferença étnica e racial que a segrega.

O sociólogo Michel Wieviorka, em suas pesquisas sobre a questão racial, destaca que a segregação possui certa ambiguidade. Para ele,

o termo segregação é ambíguo, já que designa tanto um processo como o seu resultado. Aplica-se, além disso, a diversas realidades: étnica, racial e principalmente social. A segregação racial é, pois, ao mesmo tempo um processo e seu resultado: mantém um grupo a distância, localizado em espaços próprios que lhes são reservados, enclaves, guetos, [...]. A segregação pode ser direta e explicitamente racial; pode decorrer mais de processos econômicos e sociais do que propriamente racistas que desemboquem em uma segregação racial. [...] A segregação pode resultar do funcionamento do mercado, de lógicas institucionais ou políticas ou de sua combinação. O mercado por fabricar a segregação racial sem que se expressem explicitamente efeitos racistas, como vimos acima a propósito do racismo institucional. [...] Aparece também como os grupos vítimas do racismo são tratados nas mídias, na televisão, no cinema, na publicidade, [...]. Nas democracias em que o racismo é combatido, proibido por lei, a discriminação transita em formas mais ou menos veladas, a ponto de se poder, como vimos, forjar-se o conceito de racismo institucional para dar conta de certos mecanismos cegos, aparentemente sem atores. (2007, p. 65-69)

A segregação não requer a legislação para sua ocorrência. A ambiguidade que Wieviorka se refere, nesse estudo, se reflete na situação em que a comunidade nikkei, sendo portadora de vistos de residência permanente (abordada no capítulo 1), juridicamente encontra-se livre para circulação em território japonês, bem como em seu mercado de trabalho. Entretanto, essa livre circulação não ocorre. 30 anos desde a *Mudança da Lei Migratória* de 1990, podemos dizer que houve pouquíssima, se não nula, mobilidade social dentro dos marcos da sociedade de classes local.

Ancorado na obra *O Capital* de Marx, Jean-Paul Gaudemar analisou a dupla dimensão da liberdade em fenômenos migratórios (1976). Para ele, a imigrante, enquanto pessoa juridicamente livre pode vender a sua força de trabalho, de forma móvel e circular. Ao mesmo tempo, em uma dimensão negativa, a liberdade se transforma em imperativo de circular globalmente onde o capital possa comprar a sua força de trabalho, uma vez que ela é despossuída dos meios de produção para sua subsistência.

A colocação de Gaudemar é pertinente na medida em que desnuda o ideário da livre e irrestrita mobilidade da população imigrante. O termo população imigrante é demasiadamente abstrato na medida em que nele comportam distintas classes sociais.

Destacamos dois pontos em que, a rigor, a mobilidade é relativa. Conforme apontado na pesquisa de Patricia Villen (2015), os dois polos de imigrantes – qualificados e não qualificados – têm inserções totalmente distintas no mercado de trabalho do país receptor. Primeiramente, a comunidade de kassegui, constituída por trabalhadoras com baixa qualificação profissional oriundas da classe trabalhadora brasileira, não tem opções de emigrar para qualquer país. Não à toa, se dirigiu para o país em que sua ascendência japonesa a outorgou residência. O polo qualificado de imigrantes, por seu lado, possui maiores chances de residir em países diversos mediante vistos de trabalho, conferindo privilégio na mobilidade global.

Em segundo lugar, a população de imigrantes nikkeis se deslocou para o outro lado do mundo, percorrendo uma distância considerável e, ao chegar ao Japão, teve sua mobilidade limitada, uma vez que são dependentes da demanda do mercado de trabalho voltada especificamente a seu grupo.

Seguindo a tese que aqui desenvolvemos, destacamos ainda mais uma observação ao raciocínio de Gaudemar. A dupla dimensão da liberdade, característica da classe trabalhadora e da imigrante, assume perspectivas distintas entre a mulher e o homem imigrante racializado. Ora, se ressaltamos a diferença entre a liberdade do polo não qualificado e do qualificado, o espaço de movimentação dentro do mercado de trabalho japonês não é igual entre a de kassegui e seu compatriota. Como observamos no capítulo 2 dessa tese, a elas, o mercado de trabalho se circunscreve em certos nichos de maneira diminuta.

O capitalismo cego às questões de opressão (ANDERSON, 1985; WOOD, 2003) não procedeu para a vida das mulheres, tampouco para as pessoas racializadas. O duplo aspecto da liberdade da força de trabalho (GAUDEMAR, 1976) encontra barreiras para a venda da força de trabalho da mulher, que, enquanto corpo sexuado-feminino, tem menos possibilidades de circulação no mercado de trabalho. E, não menos importante, a elas também é delegado de modo desigual a carga do trabalho reprodutivo.

Apesar da segregação e de todas as limitações das de kasseguis que expusemos, em nossa pesquisa, praticamente todas as pessoas alegaram estar satisfeitas com os serviços públicos locais. Além desses serviços, como vimos no primeiro capítulo, nesses enclaves étnicos todo o cotidiano é facilitado para a população brasileira. Estabelecimentos com diversos produtos brasileiros, placas sinalizadas em português,

intérpretes em prefeituras, escolas e hospitais compõem a realidade de cidades como Toyota. Em muitas fábricas também é oferecido tradutoras e, em algumas delas, há chefes de seções brasileiros.<sup>175</sup>

A facilidade de acesso aos serviços básicos, os salários mais altos que o do Brasil, o aumento do poder aquisitivo em uma sociedade abundante de mercadorias<sup>176</sup> e a segurança são aspectos cruciais para a permanência no Japão. A qualidade de vida, naturalmente, é calculada por pesos e contrapesos para quem é imigrante, não havendo uma situação ideal. O árduo trabalho em fábrica, para os que lá permanecem, vale a pena quando comparada à situação brasileira. O cálculo é realizado em termos relativos e sempre em comparação. Algumas pessoas relataram que, caso o Brasil tivesse mais oportunidades de emprego, teriam vontade de retornar. Não havendo, a garantia de uma vida material digna é um dos maiores pesos para estadia, especialmente para os que lá constituíram família.

### 3.2.3 Um nó górdio

A reflexão que nos cabe, em consideração ao debate que envolve a homogeneidade étnica, a raça, a etnia e o surgimento do Estado-nação é a de que a compreensão desses termos é impossível sem que os articulemos. Assim como o debate sobre gênero não pode ser realizado sem informar a classe e a etnia, nessa seção, desvendar as categorias acima inevitavelmente passou por entender o desenvolvimento do capitalismo japonês, o mercado de trabalho, os fluxos migratórios, a divisão sexual do

---

<sup>175</sup> Cabe destacar que diversas pessoas que entrevistamos disseram que havia a figura de sub-chefes de seção brasileiros, porém, em nenhuma dessas falas elas se referiram às mulheres, apenas aos homens brasileiros. Ademais, conforme pesquisado por Roncato (2013), esses chefes de seção brasileiros servem também para mediar conflitos entre dekasseguis e a empresa, sendo um trabalhador chave para amenizar as tensões.

<sup>176</sup> Na pesquisa de campo observamos que todas as pessoas que entrevistamos tinham acesso bastante elevado ao consumo, quando comparado ao padrão brasileiro. Embora operárias de fábrica, as dekasseguis possuíam carros novos, celulares de última geração, algumas roupas de grifes internacionais associadas à classe média brasileira e experiência de alimentação inacessível para classe trabalhadora brasileira. No Japão, país com a maior taxa de restaurantes por metro quadrado do mundo, há uma afluente variedade de estabelecimentos, muito desses de baixo custo, como no caso de cadeias de restaurantes americanos.

trabalho, o papel do Estado como condutor de políticas voltadas à imigrante, a habitação, os modos de ser e costumes, entre tantas outras questões.

Risa Kumamo, especialista em estudos da mulher no Japão, tem uma perspectiva semelhante à de Saffioti (1997) no que diz respeito a potencialização das discriminações:

as discriminações de gênero, de raça, étnica, de origem religiosa, entre outras formas de discriminações ocorrem simultânea e paralelamente, havendo a possibilidade de potencialização destas, sendo que mulheres e homens não são necessariamente afetados da mesma maneira, bem como há uma maior percepção das múltiplas formas de discriminações.<sup>177</sup> (2003, p. 39, tradução nossa)

Para elas, as pessoas do sexo feminino e racializadas sofrem opressões de maneira potencializadas, embora, como demonstrado, essas discriminações ocorram de maneira simultânea. As formas como as opressões se manifestam também são diversificadas, abrangendo o racismo de Estado, a segregação social, o preconceito interpessoal e social, a violência xenofóbica e a subalternização da mulher imigrante.

A homogeneidade étnica e as formas de opressões (étnicas e raciais) que elencamos acima estão intimamente conectadas. A homogeneidade e o Estado-nação têm sua razão de ser enquanto resultado necessário do modo de produção capitalista. A criação de um projeto nacional, a ideia de povo que sufoca a própria diversidade étnica previamente existente no Japão fez parte da consolidação do Estado burguês. Não obstante, essa articulação cumpre também sua lógica quando apresentada a seu oposto complementar: o outro e a outra não inclusas na ideia de nação.

O nascimento da moderna trabalhadora assalariada livre japonesa, juridicamente igualadas enquanto cidadãs nacionais, pressupôs a noção da estrangeira, a depender de sua classe, a imigrante.

Contudo, é importante salientar que o estudo da gênese dessas categorias e das opressões vinculadas ao surgimento do capitalismo de modo algum significa imputar uma relação de causalidade exclusivamente funcionalista ou economicista entre capitalismo e opressão. O desenvolvimento capitalista impulsionou a criação ou a remodelação de

---

<sup>177</sup> ジェンダーに基づく差別は、人種、エスニック、宗教に基づく差別など、他の形態の差別と同時並行的に起き、さらに強化される可能性があること、さまざまな種類の差別が女性と男性に同じような態様で影響を及ぼすわけでは必ずしもないこと、など差別の複合性についての認識も高まってきた。

categorias pré-existentes, mas não foi com o atual modo de produção que nasceram as opressões. Ainda assim, foi precisamente neste modelo de extração de valor que as opressões perderam sua autonomia enquanto esferas independentes das demais. Tal como a categoria gênero está intimamente imbricada com a exploração capitalista, a raça e etnia também estão.

Os autores franceses Poutignat e Streiff-fenart, em um abrangente estudo sobre o estado da arte das teorias da etnicidade (2011), ressaltam que tradições marxistas frequentemente têm como centro de interesse a relação entre etnicidade e classe. Temos acordo pontual em relação a essa observação. Para os autores, haveria uma leitura de associação direta entre exploração capitalista e etnicidade ou vieses marxistas que sequer reconhecem a existência de relações étnicas fora do quadro do capitalismo (p. 106-107). Eles continuam seus argumentos de que

tal abordagem, se tem, entre outros, o interesse de fornecer uma explicação para o “racismo” das classes populares nas sociedades ocidentais, sofre limitações impostas pelo comprometimento de não considerar a etnicidade senão no quadro da expansão capitalista” (p. 107).

Poutignat e Streiff-fenart consideram também o viés marxista que entende a etnicidade como uma “afiliação social em competição com a classe” (idem). Concordamos com a crítica pontual a certo marxismo analisado pelos autores, não obstante, enfatizamos que ela não procede para a totalidade das vertentes marxistas. Como temos exposto ao longo desta tese, rechaçamos teorias que, especialmente no caso da opressão de gênero, secundarizaram a questão, interpretando-a como acessória à exploração da classe, ou a invisibilizaram, ou tratam-na como resquícios pré-capitalistas e advogaram sua permanência unicamente *em função da* extração de mais valor, com viés economicista. Já sustentamos que essas análises estão equivocadas.

Por outro lado, as vertentes que autonomizam essas categorias, como se o patriarcado, o capitalismo e a questão racial possuíssem estruturas independentes sem, no entanto, explicitar a lógica interna que explica como elas se movimentam deixam a desejar. Qual a sua gênese, função social, como cada categoria se articula com a outra e se há uma determinação predominante que as coloque em ação (com qual combustível essas categorias se põem em movimento?) carecem de explicações. Cabe enfatizar que a lacuna explicativa dessas correntes parece existir em teóricos marxistas, em estudos

feministas, em pesquisas de questões raciais e especialmente em filiações políticas não marxistas. A compreensão das categorias de forma independente ou apenas descritiva predomina e a totalidade social se apresenta de forma fragmentada. A realidade parece mais complexa do que reduzir racismo à exploração, ou pensar o sexismo como apartado da extração de mais valor, incorrendo em enfoques puramente direcionados à questão de dominação do homem pela mulher em uma relação de poder.

Compreendemos que as opressões de raça e gênero convivem harmoniosamente na atual estrutura de classes. Obviamente é funcional a ela, mas têm suas particularidades próprias, que por vezes, escapam inclusive da força do capital<sup>178</sup>. Nosso intuito com essa pesquisa foi demonstrar através de um estudo concreto de uma realidade concreta, como gênero, raça e classe se conectam, mas não somente. O modo como se estabelece as conexões é diverso, dividido em várias correntes, que, por sua vez, cada qual tem suas concepções políticas de fundo.

Se for bem sucedida, até o final desse texto, tentaremos finalizar a linha de raciocínio inspirada em insights que McNally e Ferguson (2017) analisaram para compreender como o imperativo capitalista realiza pressões às categorias parciais em articulação com a totalidade social. No caso específico desta pesquisa, ensaiamos a análise de como as categorias raça/etnia se articulam de modo integrativo com a totalidade social, tal como fazem as teóricas da Teoria da Reprodução Social em relação à categoria gênero.

Por fim, enfatizamos que essa escolha metodológica (ainda em sua fase prematura) não pretende secundarizar ou hierarquizar raça, classe e gênero nas lutas políticas para a construção de uma nova sociedade.

A seguir, voltaremos à exposição (um pouco mais empírica) da realidade dos imigrantes e sobre como esse nó górdio se manifesta em conflitos, resistências e se desdobra em novas agendas de investigação sociológica e pautas políticas.

---

<sup>178</sup> Um exemplo seria a necessidade do Japão em importar mais força de trabalho imigrante, uma vez que o funcionamento de seu capitalismo depende deste. Porém, entraves de cunho cultural (conservadorismo nacionalista japonês) tentam barrar medidas jurídicas que visam mudanças mais flexíveis para leis migratórias, nesse caso, se mostrando um impasse para a carência de força de trabalho. A baixa taxa de fecundidade da mulher japonesa igualmente se configura na demonstração de que o capital não possui controle completo sobre o corpo da mulher.

### 3.3 Ainda há espaços para a resistência?

#### 3.3.1 Mulheres: a marcha mais longa<sup>179</sup>

O nó górdio formado pelas categorias de classe, raça/etnia e gênero ilustrado na figura da trabalhadora de kassegui não se desata, pois como tentamos demonstrar nesta tese, cada categoria é interdependente da outra. Capital, trabalho e Estado, produção e reprodução se edificam sobre a exploração e a opressão da classe trabalhadora em todas suas transversalidades (ANTUNES, 2009). A superação dessas condições demanda lutas políticas anticapitalistas, ao mesmo tempo feministas e antirracistas.

Em seu livro *Os sentidos do trabalho* ([1999] 2009), Ricardo Antunes analisa as atuais formas de ser da classe trabalhadora multifacetada, heterogênea e aparentemente fragmentada. Para ele, as respostas do mundo do trabalho a essa nova morfologia desenhada pelo capital

[...] devem configurar-se de modo crescentemente internacionalizadas, mundializadas, articulando intimamente as ações nacionais com seus nexos internacionais. Se a era da mundialização do capital se realizou de modo ainda mais intenso nas últimas décadas (CHESNAIS, 1996 e 1996a), entramos também na era da mundialização das lutas sociais [...] (p. 258).

Antunes afirma também que o contexto exige novas formas de lutas sociais do trabalho, enfatizando que

hoje devemos reconhecer (e mesmo saudar) a desierarquização dos organismos de classe. A velha máxima de que primeiro vinham os partidos, depois os sindicatos e, por fim, os demais movimentos sociais, não encontra mais respaldo no mundo real e em suas lutas sociais. O mais importante, hoje, é aquele movimento social, sindical ou partidário que *apreende as raízes de nossas mazelas* e engrenagens sociais, percebe aquelas questões que são *vitais* (2009, p. 259, grifo nosso).

Concordamos com essa perspectiva que vem se mostrando pertinente quando em anos recentes, testemunhamos lutas sociais de grande alcance como o levante feminista

---

<sup>179</sup> Alusão ao clássico texto de Juliet Mitchell, *Mulheres: a revolução mais longa* de 1984.

em escala global (*Ni una a menos, Movimiento me too*<sup>180</sup>), mobilizações contra a reforma da previdência na França em 2019, protestos no Chile contra o modelo econômico neoliberal em 2019 e grandes manifestações contra as mudanças climáticas em inúmeros países no mesmo ano. Apesar de diversos entraves característicos dos movimentos sociais, tais lutas demonstraram a pluralidade de pautas interseccionadas. Em realidade, a noção de interseccionalidade nasceu da luta política, muito antes de entrar para os estudos acadêmicos.

Por ser multitudinário, o levante feminista naturalmente abrangia diversas pautas e feminismos, porém, a articulação entre a denúncia da opressão de gênero e demandas econômicas se fazia presente. Desde a crise econômica de 2008, estamos em um cenário diferente do contexto analisado por Nancy Fraser (2002 e 2009). A agenda política está tendo êxito em conectar reivindicações que Fraser denominaria de reconhecimento ou de redistribuição.

Em 2017, com a posse do presidente Donald Trump nos Estados Unidos, foram as feministas que souberam liderar as grandes marchas de pessoas contrárias às políticas do governo. Nelas, os protestos compreendiam denúncias ao sexismo do presidente eleito, a crítica à sua postura xenofóbica e antimigratória e a rejeição à sua política econômica liberal. Ou seja, há a compreensão de que opressão e exploração ocorrem de maneira simultânea e assim as devemos combater.

Incentivadas pelas marchas das mulheres dos Estados Unidos (*women's march*), feministas japonesas organizaram, em 2017, a primeira *Women's March in Tokyo* no Dia Internacional da Luta da Mulher (8 de março), com a presença de centenas de pessoas. Tivemos a oportunidade de participar e constatamos slogans e cartazes com pautas reivindicando salário digno para mulheres viverem solteiras, leis contra violência sexual, afirmação da homoafetividade e demanda de reconhecimento, entre outras bandeiras que associavam críticas à exploração e opressão de forma simultânea.

---

<sup>180</sup> *Ni una a menos* se refere às manifestações ocorridas a partir de 2015, sobretudo na Argentina, Chile e Uruguai contra a violência de gênero. A expressão se remete ao protesto contra os casos de feminicídios registrados nos respectivos países. Essa marcha multitudinária se espalhou por mais de cem cidades da América Latina, agregando múltiplas pautas como a violência de gênero, mas também a reivindicação de políticas públicas direcionadas ao combate ao feminicídio. *Movimiento me too* é o movimento de denúncia contra a violência, assédio, agressão e abuso sexual sofrido por mulheres que teve seu início no ano de 2017. Com repercussão global, foi massivamente difundido em redes sociais e devido à exposição midiática, teve grande impacto para a denúncia e prisão de pessoas públicas, especialmente norte-americanas.

Podemos afirmar que essa marcha é a síntese da articulação de ações nacionais com seus nexos internacionais apresentada por Antunes (2009). A posse do presidente dos Estados Unidos impulsionou a marcha feminista que, aos olhos das mulheres japonesas, reunia denúncias que lhes pareciam com as mazelas vividas no Japão enquanto mulheres trabalhadoras. Ao mesmo tempo que o capitalismo acirra as diferenciações de gênero e raça, ele massifica condições de vida semelhantes em todos os cantos. Por isso, o reconhecimento da “outra” trabalhadora americana era legitimado, desnudando assim a própria condição da mulher japonesa.

*Imagem 14 – Women’s March In Tokyo, 2017*



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

### **3.3.2 Imigrantes em batalha**

É preciso situar o nó górdio da comunidade imigrante, no Japão, em um contexto de neoliberalismo, políticas sociais de austeridade e polarização política. A entrada das dekasseguis, em 1990, coincide com a ascensão de pensamentos neofascistas e

neonacionalistas em um quadro de mundialização do capital. Oda (2011), em consonância com a reflexão de Renato Ortiz (2000) em seu estudo sobre o Japão<sup>181</sup>, indica que o país só pode ser compreendido dentro do cenário da globalização. Para o primeiro autor, ademais, “neonacionalismo e globalismo, mais do que termos antagônicos, são na realidade duas tendências que mantêm uma relação de cumplicidade” (p.111).

Por um lado, há leituras essencialistas, estereotipadas e esotéricas da cultura japonesa, frequentemente oriundas de textos pertencentes ao gênero do *nihonjinron*<sup>182</sup> (*japonologia* 日本人論) (*ibidem*). Nelas se manifestam um nacionalismo etnocêntrico, assim como tentativas de afirmação de uma raiz cultural imutável e exclusiva dos modos de ser exemplares do povo japonês.<sup>183</sup> Tal leitura, embora infundada na realidade, demonstra o pensamento social de uma época.

Ao contrário, nos parece mais profícuo pensar o contexto neoliberal em que releituras desse nacionalismo se fundem com a atual etapa do modo de produção capitalista. Alguns pilares do pensamento de extrema-direita (INO, 2007, p. 11-12) como o nacionalismo, o culto ao imperador, a defesa da família patriarcal, o conservadorismo, o militarismo, entre outros princípios se ressignificam. Conforme já mencionamos, há um oportunismo em manter o “signo aberto” (ODA, p. 112) do que seria a essência da cultura japonesa, para, convenientemente, atuar sob a mundialização do capital. Ou seja, para essa corrente, há a abertura do país para o que lhes convém e, ao mesmo tempo, o bloqueio do que é considerado um empecilho para a manutenção da ideia de povo.

É precisamente nesse contexto que a população de *dekassegui* adentra na sociedade japonesa. A presença de grupos ultranacionalistas de extrema-direita, como o *Uyoku dantai* (右翼団体) tem gerado episódios de discriminações e ataques violentos contra os *dekasseguis*, como ocorreu no emblemático caso do conflito no *Homidanchi*, em 1999, exposto no primeiro capítulo dessa tese. Embora seu alvo preferencial seja as sul-coreanas, as ostensivas viaturas pretas (*gaisensha*)<sup>184</sup> – equipadas com potentes caixas de som para intimidar suas vítimas e estampando a bandeira do sol nascente<sup>185</sup> – circulam em diversas

<sup>181</sup> *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo* (2000).

<sup>182</sup> Os autores mais conhecidos desse gênero são Takeo Doi e Chie Nakane (ODA, 2011).

<sup>183</sup> Oda ressalta que no Brasil houve a apologia da cultura japonesa e que ela “coincide com o período de ascensão das teorias triunfalistas do *nihonjinron* no Japão, e em ambos os países isso serviu para legitimar ideologias desenvolvimentistas e modernizantes em voga na época.” (2011, p. 113)

<sup>184</sup> Ver *Imagem 2*

<sup>185</sup> Diferente do *hinomaru*, esta possui as listras dos raios de sol e era o símbolo oficial do exército japonês durante a guerra.

idades japonesas, disseminando discursos anti-imigrante, anticomunista, pregando o nacionalismo japonês e o discurso de ódio.

O atual governo japonês, liderado pelo Partido Liberal Democrata de Shinzo Abe, tenta em certa medida mitigar a crescente xenofobia no Japão<sup>186</sup>. Não sem controvérsias, esse partido político de direita tem sancionado diversas leis que pretendem conciliar antigos conflitos. O caso das mulheres sul-coreanas, sexualmente escravizadas e mantidas em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial tem gerado inúmeras críticas de japonesas solidárias à causa. Junto a essas há a pressão da comunidade internacional por reparações às vítimas.

A população de kassegui, atualmente, não é o centro de ataque desses grupos, embora haja sempre a cautela e a necessidade de precaução. O racismo, a xenofobia e as discriminações estão presentes em seu cotidiano em nível interpessoal, porém mais demarcado como racismo institucional, segregação e condições de vida rebaixadas, como já expusemos.

As condições de vida dessa população, nesses trinta anos, demonstradas ao longo de toda esta tese, refletem em uma miríade de reações, diferenciadas pela trajetória de vida, consciência e possibilidade de cada trabalhador e trabalhadora poder enfrentar suas batalhas. É importante frisar que a situação da imigrante acarreta em uma fragilidade política. Medo de deportação, maior visibilidade por parte dos aparatos repressivos do estado e ausência de plenos direitos políticos que os enfraquecem e os constroem para maior participação política.

Ainda assim, há batalhas. Algumas mobilizações foram constatadas em nossa pesquisa de campo, mas, especialmente as Organizações sem fins lucrativos que, a nosso ver, foram o locus de referência mais combativo e eficaz dentro do quadro político existente da atualidade.

---

<sup>186</sup> O depoimento de Ronaldo (p.194-195) capta muito bem a ambiguidade em que o país precisa da força de trabalho imigrante, ao mesmo tempo em que o Partido Liberal Democrata encontra barreiras internas e da fração conservadora do Japão. Assim, o impasse cultural e necessidade econômica se conflitam.

### 3.3.3 Política, sindicato e solidariedades

Das 43 pessoas que entrevistamos, apenas duas afirmaram estarem filiadas ao sindicato. Nenhuma pessoa participava de partido, organização política ou movimento social. Na cidade de Toyota, assim como no Homidanchi, há associação de moradoras e organizações sem fins lucrativos (de caráter misto, compostas por japonesas e dekasseguis) que prestam assistências à imigrante. Nenhuma das pessoas com quem conversamos declarou participar de tais organizações.

Cerca de metade das pessoas alegou frequentar algum tipo de grupo religioso, predominando a religião católica, seguida pela evangélica. Ninguém se declarou budista ou xintoísta. Muitas pessoas relataram a presença de um padre português em uma igreja situada em Toyota. Duas vezes por mês, aos domingos, ocorre a missa nos idiomas português e espanhol. A maioria das pessoas que a frequenta é brasileira e outros são da América Latina, embora pareça ter a presença de algumas poucas japonesas. Muitas entrevistadas disseram ir à igreja todos os domingos pela manhã. No local, além da missa, há um bazar beneficente e são realizadas festas brasileiras, como a junina. Nessas festividades, algumas pessoas que entrevistamos afirmaram colaborar voluntariamente com o trabalho nas barracas de comida. Um entrevistado nikkei, Tales, de 57 anos, nos contou que realiza trabalho voluntário em uma associação que distribui sopa para moradores em situação de rua.<sup>187</sup>

---

<sup>187</sup> Tales foi ao Japão no ano de 1989. Solteiro, já morou em alojamentos das fábricas e, à época da entrevista, residia no Homidanchi. No Brasil era atendente de loja no Brás, São Paulo. Tem o ensino médio completo e afirmou que foi ao Japão com a intenção de ajudar a família. Sobre o trabalho voluntário, nos contou: “*Então, nesse... o NEC é Núcleo... Cristão Espírita, que é lá em Toki [cidade], pro lado de Gifu. Então lá tem um restaurante, do NEC, que eles fazem a comida... aí alguém vai lá buscar o carro e trás para Nagoya [capital da província Aichi]. Em Nagoya é feito ali perto da torre de Nagoya.* [E o que você faz?] *A gente fica distribuindo. Eu trabalho na parte que... que coloca o caldo no macarrão, ou se não na verdura.* [E vocês, é maioria de brasileiros que dão para homeless [morador de rua] nihonjin [japones], a maioria?] *É. É somente duas vezes por mês. Segundo sábado e quarto sábado.* [E os nihonjin sabem que vocês são brasileiros?] *Sabem. Sabem porque essa atividade já faz... mais ou menos... pelo que esse meu amigo fala... faz vinte anos já. Começou com... tipo assim, eles tinham preconceito. Tinham preconceito não, como se fala? Eles ficavam receosos de pegar. Então é assim. Na maioria das vezes é feito o arroz, separado já individual. Em embalagem individual, com furikake [espécie de tempero para o arroz japonês] em cima. É gasto, mais ou menos, de quarenta a cinquenta quilos, por assistência. depois tem o macarrão, que já vem pré-cozido. E tem um refogado de verdura com carne.* [Tem brasileiros homeless também?] *De vez em quando aparece. Graças à Deus apareceu um, mas só que deu certo de mandar ele embora para o Brasil. Ele queria. Ele estava vivendo na rua, pelo que eu conversei... o meu amigo conversou com ele. Fazia mais ou menos dois meses... Vinte e sete anos. Esse meu amigo acha que ele se envolveu com uma mulher e a mulher, tipo assim... fez uma casinha para ele. Aí a dívida ficou nas costas dele e acho que ele*

Questionamos como elas e eles lidavam quando enfrentavam problemas em suas vidas. As respostas se dividiram entre recorrer à família ou amigos. Por ser uma migração familiar, a maioria das pessoas possuía algum parente na região. Problemas no trabalho, por sua vez, eram resolvidos com seus superiores, com as tradutoras brasileiras ou com o sindicato. Elton<sup>188</sup> observou as mudanças pelas quais as dekasseguis passaram nessas três décadas de fenômeno migratório:

*É. Também o Japão hoje não é como antigamente, que você entra numa fábrica e eles podem maltratar você, né? Existe sindicato, as pessoas recorrem ao sindicato, advogado. Então nisso aí, de lá pra cá, na época que começou a vir muito dekassegui, o pessoal a vir pra cá, mudou muito. Porque o tratamento né... Os próprios brasileiros começam a procurar os seus direitos, né? [...] eu não sou afiliado. Já fui afiliado. [no] sindicato de motorista. É junto com os japoneses. Você paga uma taxa por mês, aí qualquer problema que você tem dentro da empresa eles veem e resolve. Te ajudam a resolver. Te dão uma orientação. O problema mais sério eles veem, entram com advogado. Eu acabei entrando porque tive um acidente, não foi coisa muito séria, mas eles queriam me cobrar. E eles queriam me cobrar praticamente... era [em] outro kaisha. Eu acabei saindo de lá. E aí nisso que a gente acionou o sindicato, aí a gente começou a receber os nossos direitos.*

---

*teve que sair correndo. Porque ele morava lá pelo lado de Fuji [nome da cidade] e estava perdido em Nagoya. É, a maioria é [japonês]. Igual, por exemplo, antes não tinha muita mulher. Hoje em dia já tem. Hoje em dia já tem. Mais ou menos umas quatro ou cinco. Antes era uma ou duas, no máximo. É. Mas só que... igual você falou, não é só pessoas de idade, tem muitas pessoas novas. É, jovens”.*

<sup>188</sup> Elton tem 53 anos e é descendente de japonês. Emigrou pela primeira vez ao Japão no ano de 1991. No Brasil era bancário. Já trabalhou em fábrica, porém, no momento da entrevista trabalhava como caminhoneiro, transportando peças para *Toyota Motors*. Contou que foi um dos primeiros brasileiros a tirar carta de caminhão. Segue um trecho de sua entrevista sobre seu trabalho: “A condição de caminhão, perdão, a condição pra quem trabalha no caminhão hoje, digamos assim, a parte boa em relação ao kaisha é que você tem um pouco mais de liberdade, né? Só que é um serviço perigoso, em termos que você trabalha na rua, você pode sofrer um acidente, machucar alguém. Aí você tem que responder se isso acontecer.” Afirmou ser contratado por uma empresa prestadora de serviços de transporte. Sobre a forma de remuneração disse: “Sim, é por hora. Existem serviços que são pagos por hora, por dia, por viagem. É, muda um pouco, na verdade assim, é por hora, mas ele já tem um valor determinado que se você ultrapassa ou faz menos, é aquele X e acabou.”. Ele relatou também que em muitos casos, quando há acidentes e perda de mercadorias o trabalhador é obrigado a arcar com parte do prejuízo.

A expressão “acionar o sindicato” foi bastante utilizada e demonstrou, em muitas falas, a conotação de recorrer ao sindicato *no momento pontual* para resolver alguma questão singular e momentânea. Nélio<sup>189</sup>, na época com 39 anos relatou que

*sindicato aqui é um pouco mal visto. É, é um pouco mal visto. Todos [japoneses] estão no sindicato, só que é um sindicato assim, um exemplo, a fábrica ela tem um sindicato... Da fábrica. Então é aquele sindicato da fábrica. Eu não sei como que funcionam as leis deles né, que eu nunca participei, não sei como que funciona.*

O sindicato que ele se refere é o sindicato-casa (*Kigyō-betsu Rōdō Kumiai* 企業別労働組合), entidade criada pelo patronato e desvinculada de qualquer oposição de cunho classista (Cf. GOUNET, 1999, p. 31). Foi precisamente nesta região habitada pelas dekasseguis que, entre as décadas de 1950 e 1960 ocorreram os conflitos classistas e em razão da oposição patronal nasceu o sindicato-casa.

As duas pessoas que eram filiadas ao sindicato relataram a dificuldade de se manter no mesmo, a baixa participação das dekasseguis, assim como o longo e arguo processo para conseguirem estabilidade no trabalho. Plínio<sup>190</sup>, na época com 55 anos descreveu sua experiência, a seguir:

---

<sup>189</sup> Nélio é descendente de japonês, natural de Rondônia e emigrou para o Japão em 1997. Estudou até a quinta série do primário e no Brasil trabalhava na agropecuária. A entrevista foi acompanhada de sua esposa Pâmela, também nikkey. Sobre a fama dos brasileiros “aprontarem” e a discriminação em estabelecimentos ele relatou: “[...] **quando um brasileiro ele mexe em algo que não é dele, não queima só ele, queima todos.** Então brasileiro não presta, a versão do japonês. Mas ele sabe que não é todos. Um exemplo, na firma que eu trabalho eu sou bem visto, graças à Deus. As pessoas falam “por que fulano não é igual você? Porque fulano não faz assim? Porque fulano...”. Mas eu digo, ninguém é igual, Deus quando nos fez, nos fez com uma digital só, não fez com duas. Então por isso que você tem uma digital, eu tenho outra, a minha esposa tem outra, ninguém é igual. Então não tem como a gente ser igual à mesma pessoa. Aí eu falo pra ele “mas você já viu eu fazer algo errado? Não, então. Então eu sou eu, ele é ele. Não, eles não entendem. Não entendem, porque o Japão, o japonês ele tem essa mentalidade pra todos. É. O que é seu é seu, o que é meu é meu. Então já o brasileiro não. O brasileiro ele sempre, o brasileiro ele já é um cara que já nasceu malandro, sabe? Ele já nasceu malandro já. Então é igual quando, na Bíblia conta uma história de um homem que, quando nasceu, o outro grudou no pé dele. Já foi puxando, ali mesmo, entendeu? Então é a mesma coisa o brasileiro, o brasileiro já nasce com aquela”. A observação de que “quando um brasileiro ele mexe em algo que não é dele, não queima só ele, queima todos” é bastante pertinente pois, o grupo marginalizado, *outsider*, o “outro” é recorrentemente associado como um grupo uno, desprovido de individualidades.

<sup>190</sup> Este entrevistado emigrou para o Japão em 1990, lá se casou e têm três filhas adolescentes. É natural do interior de São Paulo, estudou até o ensino médio e trabalhava em uma gráfica antes da migração. Tem mais dois irmãos que são dekasseguis e todos residem no Homidanchi há mais de duas décadas. Sua esposa também é filiada ao sindicato, porém, trabalha em outra fábrica.

[E é difícil ser shain [contratado diretamente pela empresa com estabilidade]?]  
*É porque não... não tem uma obrigação, né. Não é lei né. Então eles fazem uma prova que nem, um ano atrás eles fizeram uma prova. E passou só dois. É, não... Porque assim, é... Eu sou do sindicato. Então a nossa briga desde o início é para que a gente virasse shain. Na fábrica, nessa fábrica que nós estamos, a fábrica, ela não quer, ela não aceita a gente como shain, não quer aceitar. [...] a gente tem uma briga já... é... teve um processo contra a fábrica, nós abrimos.[...] Mas o processo ficou na... no... eles falam Lehman Shock [se referindo ao banco de investimento Lehman Brothers falido em 2008 e estopim da crise financeira] em 2009... O Lehman Shock lá que teve aí, aí eles mandaram a gente embora. [...] É, nesse kaisha que eu tô. Nós entramos com uma ação contra eles e voltamos a trabalhar em... Eu tô há quatro anos lá... 2000... 2012 eu voltei. O processo ficou correndo, dois anos e meio e eu trabalhei em duas fábricas. Eles pagaram os meses que a gente ficou ... dois anos e meio que a gente ficou fora. Pagaram, não... Eles perderam a causa e eles tiveram que pagar esses dois anos e meio e pegar a gente. Ou se não pegasse, continuasse pagando o salário até...[...] É porque a gente, o sindicato nosso é formado desde 2007 né. E... a gente estava pleiteando, a gente trabalhava pela empreiteira, na realidade, antes.*

[Só de brasileiros esse sindicato?]

*O sindicato é de japonês, na realidade. É. Aí a gente queria... que eles pagassem o shakai hoken [seguro social]. Aí eles não queriam pagar o shakai hoken. A empreiteira achava que era muito pra eles. Que eles tinham que pagar metade e eles tinham que pagar metade. E eles não queriam pagar. Aí eles... a fábrica na época tinha muito funcionário, resolveu pegar a gente. E a gente assinou contrato de seis em seis meses com eles ... com a fábrica.*

[E nessa ação que você entrou, tinha nihonjin [japonês] ou não?]

*Na realidade, só brasileiro.*

[Tem muito nihonjin no sindicato ou não?]

*Não, eu acho que não.*

[E brasileiro?]

*Brasileiro também é pouco, muito pouco. Olha, você tira por base aqui, Toyota vai. Que tem cinco mil brasileiros, nós somos em vinte. [...] É homem, mulher, tudo jeito.*

*[...] têm vários outros [casos de processos]. Tem o caso da Chiara é ... umas meninas que ficaram grávida na fábrica, na [nome da fábrica] lá. E... a fábrica queria mandar elas embora. E elas têm o direito, de auxílio... maternidade, não... Quando ela está grávida ela tem o direito, a fábrica não pode mandar ela embora nesse período. Aí a fábrica queria que elas pedissem a conta e saíssem da fábrica. Aí elas entraram com pedido no sindicato, o sindicato mandou uma carta pra lá, pra fábrica, explicando o motivo e elas retornaram.*

*[...] a maioria do pessoal tem medo e não quer [recorrer ao sindicato]... tanto brasileiro quanto japonês não quer... Ir contra a fábrica ou... as empreiteiras. Então eles ficam... Tem, muito medo... Eu falo assim, é... Se você é mandado embora numa crise como nós fomos mandados e o sindicato resolveu pra gente. Eu acho que na realidade não tem [fundamento], é medo. A maioria é medo mesmo... É, medo do kaisha, de sofrer represália. E você não pode sofrer discriminação por causa disso. É porque... é a cultura, eles não batem de frente com o chefe. Como a gente, é... que nós brasileiros, se você vê alguma coisa errado você vai contra o chefe. Eu vou... Eles não, eles têm a hierarquia deles... Primeiro porque eles têm medo. Segundo porque eles acham que não têm tempo, têm pouco tempo, porque tem que participar nas reuniões, participar dessas coisas todas... Aí eles não têm tempo, acham que não têm tempo. Tem que dedicar, fazer outra coisa... [...] Você quer virar shain [trabalhador estável], você quer pagar shakai hoken [proteção social]. Você quer ter o descanso remunerado, tem tudo isso. Licença maternidade, que as mulheres têm, querem... Então se você não procurar, muitas vezes a empreiteira ou a fábrica fala assim “amanhã a gente não vai renovar seu contrato mais, esse mês” Aí você é mandado embora, eles não renovam, você fica quieto e vai procurar outra coisa... Nós tentamos, falamos... Mas muitas vezes assim, quando ele vê que a corda está no pescoço lá na fábrica ou na empreiteira, aí eles vêm procurar a gente. A maioria do pessoal.*

A fala desse entrevistado é bastante significativa por demonstrar o longo caminho para conquistar algo que é garantido ao trabalhador japonês: a estabilidade e contratação direta, por tempo indeterminado na fábrica. Embora a informalidade do trabalho seja alta no Japão, a maioria dos operários japoneses é trabalhador estável denominado *shain* (社員). À *dekassegui* e às outras imigrantes lhes cabem o papel à margem desse núcleo duro, nesse importante setor da economia japonesa. Como relatado por Plínio, na crise financeira de 2008-2009 a população *dekassegui* foi demitida e por isso sua batalha. Apesar de ter conseguido uma indenização, até o momento da entrevista ele não tinha conseguido se tornar um trabalhador estável *shain*.

Plínio reside no Japão desde o ano da *Mudança da lei Migratória* de 1990, 30 anos atrás. Emigrou para o Japão com 28 anos e, portanto, no momento da entrevista em 2017 já havia vivido metade de sua vida em solo japonês. Exceto alguns anos em que trabalhou em um hotel, se dedicou ao *kaisha* todos esses longos anos. A qualidade de seu trabalho e a *expertise* acumulada nesse período faz dele um trabalhador altamente produtivo para a indústria japonesa.

Assim, poderíamos dizer que a produção da mercadoria realizada por Plínio não difere em nada daquela feita por seu colega de fábrica *shain*? Depende do ponto de vista que assumimos para analisar a questão. Naturalmente, a mercadoria produzida por Plínio é equivalente à fabricada por seu colega japonês, sendo indiferente a procedência da peça para montar um automóvel. Não obstante, a mercadoria força de trabalho não é equivalente. Sua força de trabalho é marcada pela sua diferença, assim como é o caso de sua esposa, que além de ser também informal, tem um rendimento inferior ao dele por ser mulher imigrante.

Para além do universo da comunidade *dekassegui*, há outras iniciativas de construção de organizações que atuam para interesses de todas as imigrantes espalhadas pelo Japão. A organização não governamental denominada *Solidarity Network with Migrants of Japan*<sup>191</sup> (*Ijuuren 移住連*) é um exemplo que congrega diferentes atores sociais, atuando em distintas frentes e com pautas políticas diversas. Fundada em 1997, ela é uma espécie de organização guarda-chuva em que aproximadamente 90 outras

---

<sup>191</sup> Site da organização na versão em língua inglesa: <http://migrants.jp/home/about/>

organizações se congregam para atuação política em prol dos imigrantes residentes no Japão (YAMAMOTO, 2007).

#### Segundo Yamamoto

*Ijuren* e suas afiliadas mantêm conscientemente sua distância do Estado. Embora os grupos membros da *Ijuren* colaborem com os governos locais, recebam seu financiamento e se comuniquem com os legisladores, eles são altamente cautelosos para não permitir que as autoridades intervenham em suas atividades. Como resultado, as ONGs de apoio aos migrantes tendem a se esquivar do status de organização sem fins lucrativos (NPO), certificada pelo Estado. Em 2004, apenas 6 das 78 ONGs de apoio a migrantes nas áreas de Tóquio e Kanagawa adquiriram status oficial de organizações sem fins lucrativos. (2007, p. 5, tradução nossa)<sup>192</sup>

A autonomia política perante o aparato do Estado permite que esta organização consiga tecer enfrentamentos às políticas de Estado de forma mais combativa. Nela, congregam organizações que prestam suporte às mulheres imigrantes que sofreram violências de gênero, sindicatos dos mais diversos setores, organizações de assistência à imigrante em diversas áreas de seu cotidiano, suporte jurídico, movimentos sociais que combatem a xenofobia, entre outras iniciativas como as *rodadas de negociações* (移住連省庁交渉) com os diversos órgãos dos estados e Ministérios a fim de exercer lobby e pressão política. Todos os membros efetivos da organização têm a obrigatoriedade de contribuição anual, o que mantém seu pequeno escritório<sup>193</sup> e poucos funcionários.

Tivemos a oportunidade de observar essa *rodada de negociação* ocorrida entre os representantes do Ministério da Cultura e do Trabalho com a organização *Ijuren*, nas dependências da *Dieta Nacional do Japão* (Parlamento bicameral), em Tóquio. Na ocasião, as disputas entre a organização e os representantes do Estado se referiam às diversas demandas concernentes a elaboração de um maior banco de dados estatísticos sobre as imigrantes; alteração de algumas leis referentes à educação das crianças estrangeiras; o endossamento aos municípios locais para maior assistência a essa

<sup>192</sup> *Ijuren and its affiliates consciously maintain their distance from the state. While Ijuren member groups collaborate with local governments, receive their funding from and communicate with legislators, they are highly cautious not to allow authorities to intervene their activities. As a result, migrant-support NGOs tend to shy away from the state-certified status of Non-profit organization (NPO). As of 2004, only 6 out of 78 migrant-support NGOs in the Tokyo and Kanagawa area acquired official status as an NPO. (2007, p.5).*

<sup>193</sup> Conforme relatado por um membro dessa organização, o escritório dela se localiza em um espaço cedido por um sindicato japonês.

população; assim como a crítica às novas reformas da lei migratória no que toca a categoria de trabalho e visto de *trainee*, modalidade recorrente em anos recentes e considerada ultra precária.

Os membros que compõem essa organização são diversificados, abrangendo tanto japonesas (em sua maioria), como muitas imigrantes de inúmeras nacionalidades.<sup>194</sup> Em nossa pesquisa, constatamos um número ínfimo de brasileiras que estavam envolvidas com ela. Havia muitas filipinas, peruanas, chinesas, bolivianas, coreanas, indonésias, nepalesas, indianas, bengalesas, tailandesas, indianas, entre outras nacionalidades, todos e todas realizam trabalhos considerados precários. Suas características se uniam em seus pertencimentos de classe, sendo todas da classe da trabalhadora.

Do lado das japonesas, a composição também era diversa. Integram a organização sindicalistas dos mais diversos setores, muitas intelectuais pesquisadoras da temática, professoras universitárias, membros de outras organizações de cunho assistencialista às imigrantes, advogadas especializadas na temática, pesquisadoras independentes, entre outras colaboradoras e militantes.

Além da atuação política que descrevemos acima, a organização realiza seminários e palestras de forma regular, publica uma revista de período semestral<sup>195</sup> e livretos com conteúdo produzido a partir de pesquisas de intelectuais sobre a temática das imigrantes. Anualmente, ocorre também uma grande conferência em que todos os membros e organizações se reúnem, compõem Grupos de Estudos e articulam novas frentes de atuação.<sup>196</sup>

Consideramos que esse tipo de organização serve como referência e ponto de partida para a articulação de demandas concernentes a luta política contra a exploração e opressão da comunidade imigrante trabalhadora no Japão. Muitos membros dela, em suas pesquisas e atuações profissionais particulares, atuam em campos dedicados à própria classe trabalhadora japonesa, como é o caso dos sindicatos que fazem parte da organização.

---

<sup>194</sup> A escolha dos cargos dessa organização ocorre na forma de eleições periódicas.

<sup>195</sup> Tivemos oportunidade de contribuir com artigo nessa revista. Ademais, proferimos uma palestra na Universidade de Sophia sobre o tema de nossa pesquisa, que foi direcionada ao público em geral e contou com a colaboração da *Solidarity Network with Migrants of Japan*.

<sup>196</sup> Pudemos participar da Conferência Anual do ano de 2017, sediado na província de Fukui, há 500 quilômetros de Tóquio.

A articulação entre classe, raça/etnia e gênero – que pretendemos ter analisado nessa tese – constitui o nó górdio e requer, para o combate da exploração/opressão, necessariamente, a consubstancialização das lutas políticas. Ora, sabemos da dificuldade de tal empreitada, por vezes se mostrando menos aguerrida – mas não menos importante – e mais voltada para própria manutenção de uma vida minimamente digna, como no caso do sindicato das dekasseguis. Ainda assim, avaliamos que há um relativo progresso de lutas políticas por parte das imigrantes e suas aliadas japonesas sensíveis à causa, entendendo todos como gênero humano para que se possa implodir o próprio nó górdio, uma vez que ele não se desata sem a sua destruição completa.

Por fim, finalizamos essa seção reproduzindo algumas fotos do *March in March* (*marcha em março*) do ano de 2017, evento que é realizado anualmente e organizado pelo *Ijuren*. Nela, estavam presentes imigrantes e japonesas (de sindicatos, organizações, etc.) denunciando e reivindicando importantes pautas acerca da exploração de classe e combate às opressões. Realizados no mesmo mês do ano, certamente o *March in March* dos imigrantes e o *Women's march in Tokyo* têm muito a dialogar.

***Imagem 15 – Mulheres seguram faixa no ato March in March de 2017***



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

*Imagem 16 – “Trabalhadores do mundo, uni-vos”, March in March de 2017*



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

*Imagem 17 – “Estou fazendo o trabalho que você não quer fazer”, March in March de 2017*



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

*Imagem 18 – Trabalhadores na March in March de 2017*



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

*Imagem 19 – “Como o ‘Japão apenas’ se parece?”, March in March de 2017*



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

*Imagem 20 – “Sem nós a sua economia entraria em colapso?” March in March de 2017*



*Fonte: Pesquisa de campo, fotografia da autora, 2017*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. [...] o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. [...] O método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo de pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo da gênese do próprio concreto. P. ex. a categoria econômica mais simples, digamos, o valor de troca, supõe a população, população produzindo em relações determinadas; [supõe] também um certo tipo de família – ou comunidade – ou de Estado etc. Não pode jamais existir, exceto como relação abstrata, unilateral, de um todo vivente, concreto, já dado. [...] a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. (MARX, 2011 [1857-1858] p. 54-55)

No começo desta tese, apresentamos o anuário de pesquisa sobre o mercado de trabalho realizado pelo governo japonês e criticamos a perspectiva analítica subjacente a ele. Tomemos como referência o conhecido excerto de Marx reproduzido acima, sobre o método da economia política. Em um exercício comparativo, poderíamos dizer que o anuário é, tal como Marx observa, o resultado de um pensar “*acima da intuição e da representação*”. O conceito informalidade aparece como ponto de partida e não como um fenômeno das relações de classe que o compõe. E, tal como nessa linha de pensamento, a condução da pesquisa em partir do conceito em abstrato para o concreto, ocultaria a gênese do próprio concreto a ser investigado.

O anuário coletou dados referentes ao mercado de trabalho, constatou que a informalidade é um fenômeno crescente e questionou a razão das trabalhadoras se inserirem no setor informal. As relações de trabalho e, por consequência, o trabalho informal são resultados das relações de classe pertencentes à atual etapa do capitalismo japonês. Constatar a informalidade, ou seja, a síntese das determinações econômicas do

capital é o ponto de chegada da análise, não um princípio dado em que as próprias trabalhadoras escolhem ou não se inserir. Essa inversão da causalidade mascara os responsáveis pela informalidade e o conseqüente aumento da pobreza no país. Expusemos os dados do próprio governo, demonstrando que mulheres na informalidade tem um rendimento 31% inferior quando comparada à trabalhadora com contrato estável e por tempo indeterminado. Perguntamos: como isso seria uma opção? Em um país em que a economia continua estagnada, com a crescente polarização entre informais e formais, no qual grande parte dos informais encontra-se cada vez mais em processo de empobrecimento – refletidos nos chamados *working poor* –, quem optaria por essa vida?

Esta tese, de certa maneira, procurou fazer o inverso do anuário e questionamos: por que os empresários, impelidos pelo capital, não podem criar mais empregos efetivos, uma vez que são eles os agentes responsáveis pela geração de postos de trabalho? Com efeito, esse seria tão somente um exemplo de pergunta, porém, correspondente ao que tentamos exercitar com nesse trabalho. Quais as condições de trabalho da imigrante de kassegui em sua articulação com as categorias de gênero, raça/etnia e classe social?

Há trinta anos, em 1990, ocorreu a *Alteração da Lei Migratória* japonesa que permitiu que descendentes de japonesas pudessem residir e trabalhar no país. Desde então, o fluxo migratório não cessa e centenas de milhares de brasileiras trabalham em fábricas dos setores automobilístico e eletroeletrônico. Embora consideradas japonesas no Brasil, a interação social entre nikkeis e população autóctone motivada pelo processo migratório, fez com que o primeiro grupo fosse considerado “o outro” e “a outra” no país. Isso significou a racialização das de kasseguis, percebidas enquanto trabalhadoras étnica e racialmente distintas. A presente tese demonstrou como as opressões oriundas dessa racialização se fizeram presentes no cotidiano das trabalhadoras imigrantes.

A segregação não oficial, porém não menos violenta, impele essa população a nichos específicos de trabalho fabril, às moradias destinadas às imigrantes (com piores infraestruturas), à remuneração por hora, aos contratos de trabalhos instáveis, flexíveis e precários, entre outras condições particulares. Além da segregação, pudemos constatar diversos tipos de opressões, preconceitos e discriminações cotidianas vivenciadas por toda a comunidade nikkei.

A condição da mulher imigrante revela outra particularidade. A de kassegui, além da diferenciação étnica e racial, experimenta uma inserção subalternizada na sociedade

patriarcal. Cabe ressaltar que essa inserção tem pontos de convergências e divergências quando comparada com a da mulher japonesa<sup>197</sup>, como expusemos no segundo capítulo da tese. Os resultados são remunerações 30% mais baixas que as de seu compatriota imigrante, maiores chances de serem despedidas, insultos de cunho sexista, além do fardo por serem as responsáveis pela maior carga do trabalho doméstico reprodutivo. A situação econômica das mulheres chefes de família monoparentais se mostrou sobremaneira mais penosa.

Contemplando a perspectiva analítica referida acima adotada nesta pesquisa, procuramos questionar como, por qual razão, qual a função social e a origem da exploração e opressão de classe, gênero e raça/etnia que se manifestam de forma paradigmática na vida da *dekassegui*? As circunstâncias da *vida imigrante* que elencamos acima – econômicas, sociais, políticas, afetivas, etc. – compõem um todo que se remete ao resultado histórico e social daquele país, inserido de forma particular na divisão internacional do trabalho. Por isso, responder essas perguntas demandou articular e concatenar as categorias, bem como apreender o fenômeno *dekassegui* enquanto movimento.

Observamos que o envelhecimento populacional e a taxa de fecundidade insatisfatória para a reposição geracional acarretaram na chamada questão demográfica japonesa. A perda populacional de um país inibe o crescimento econômico, por isso a preocupação do capital e conseqüentemente do governo em atrair força de trabalho imigrante. Entretanto, a forma de atração não se efetiva unicamente por determinações materiais. A tradição cultural do país, seu grau de conservadorismo e o tipo de força de trabalho solicitado entram nas determinações que concebem as leis migratórias de todos os países. O Japão difere-se substancialmente dos padrões das leis populacionais vigentes em outros países de economias centrais.

Isso não significa que o país se edificou na ausência do trabalho imigrante (MORRIS-SUZUKI, 2006), porém, esta taxa nunca ultrapassou os 2%, número consideravelmente baixo para seu tipo de economia. Expusemos que após a *Restauração Meiji* (1868), o desenvolvimento do capitalismo japonês foi acompanhado pela fundação

---

<sup>197</sup> Apenas a título de exemplo, o cônjuge japonês é considerado o que menos realiza tarefas domésticas no mundo, sobrecarregando suas companheiras japonesas. Em famílias heterossexuais em que o casal tem uma filha, a proporção das tarefas domésticas entre eles se dividem em: 18 % para os homens e 82% para as mulheres. Fonte: <https://www.newsweekjapan.jp/stories/world/2016/03/post-4607.php>

de um Estado-nação centralizado e centralizador, convocado para preservação das relações de classe em ascensão.<sup>198</sup> Nesse processo, tal como ocorreu no velho mundo, sua construção convenientemente fomentou a ideia de homogeneidade étnica e cultural em um país em que antes havia a fragmentação de poder e a heterogeneidade étnica. Feudos (*han* 藩), senhores (*daimyo* 大名), estamentos, classes, ofícios, cleros, xoguns (*shogun* 将軍), nobres passam a ser cidadãos, classes, nação, país, povo, etc.

Verifica-se que tal construção de homogeneidade, ainda que mítica, acaba por penetrar no imaginário social daquela nação. A gênese da pátria japonesa e do povo japonês suscitou, ao mesmo tempo, a gênese de sua oposta complementar: a outra, a estrangeira, a imigrante, a pária, etc. As atuais e modernas formas de racismo, xenofobia e etnocentrismo nascem nesse momento.

Concomitantemente, e não menos significativa, outra importante transformação social esteve em curso. O advento do atual modo de produção desintegrou a família enquanto unidade produtiva (típica do feudalismo) e separou as esferas da produção e reprodução social (FEDERICI, 2017). A dupla noção de liberdade, típica do capitalismo, (MARX, 1867) fez com que as trabalhadoras fossem livres para venderem a sua força de trabalho enquanto cidadã juridicamente livre, porém, as constrangeu em vender essa especial mercadoria por ser sua única posse. Acontece que para geração de mais valor, o modo de produção capitalista necessita de uma quantidade de força de trabalho ao seu serviço, para sua reprodução. E o lócus dessa reprodução se desloca para o âmbito privado da família nuclear burguesa por excelência, apartado da produção social.

É evidente, aqui, por um raciocínio lógico (e apesar das especificidades das esferas), o advento da necessidade de articular produção e reprodução social para que a força de trabalho seja gestada pelo corpo sexuado-feminino e, posteriormente, seja posto a serviço da produção de mercadorias. A desintegração da família enquanto unidade

---

<sup>198</sup> No caso europeu, Silvia Federici analisa que o nascimento do Estado foi o resultado de uma “[...] nova aliança entre a burguesia e a nobreza, sem a qual as revoltas proletárias não poderiam ter sido derrotadas. De fato, é difícil aceitar a afirmação, frequentemente feita pelos historiadores, segundo a qual essas lutas não tinham possibilidades de sucesso devido à estreiteza de seu horizonte político e “à confusão de suas demandas”. Na verdade, os objetivos dos camponeses e dos artesãos eram absolutamente transparentes. Eles exigiam que “cada homem tivesse tanto quanto qualquer outro” (Pirenne, 1937, p. 202) e, para atingir tal objetivo, uniam-se a todos aqueles “que não tinham nada a perder”, atuando conjuntamente, em diferentes regiões, sem medo de enfrentar os exércitos bem treinados da nobreza, apesar de não terem treinamento militar.” (2017, p. 107). A nosso ver, o desenvolvimento capitalista compreendido enquanto o resultado da luta de classes é pertinente e um viés que poderia ser aprofundado para análise do caso japonês.

produtiva e a aparição do salário acarretaram a necessidade de gerar novas forças de trabalho para ir ao mercado e venderem a si mesmas, uma vez que essa se torna a única fonte de subsistência. Por isso, a forma salário (obtida somente no mercado), torna-se uma fonte de controle do corpo feminino por parte do Estado (FEDERICI, 2017).

Um destaque que esse raciocínio trouxe, é de que a divisão sexual do trabalho e a opressão das mulheres são consequências da maneira pela qual a força de trabalho é gestada no capitalismo, revelando assim a gênese da opressão por uma perspectiva integrada à totalidade social e explicando sua lógica interna ao capitalismo (Cf. VOGEL, 2013). Por fim, importante salientar que o movimento entre produção e reprodução social não é, de forma alguma, uma relação harmoniosa. O capital não tem o controle absoluto em determinar as taxas de fecundidade das mulheres. O caso japonês, nesse sentido se mostrou emblemático, pois, a despeito da carência de força de trabalho local, a tentativa do governo em incentivar que as mulheres tenham mais filhos tem fracassado sucessivamente. Ou seja, o âmbito da reprodução social é também um campo de batalha em que as mulheres continuamente tentam recuperar sua autonomia reprodutiva.

A consolidação da família patriarcal japonesa não se mostrou diferente, mesmo que preservadas suas inúmeras particularidades. O capitalismo japonês também separou essas esferas e relegou o trabalho reprodutivo – entendido aqui de forma ampla, como a gestação, aleitamento, cuidado com os filhos, alimentação, trabalho físico e emocional, etc. – às mulheres. Não por acaso, conforme afirmamos sobre a origem da opressão, ele teve como resultado a condição da mulher japonesa em situações subalternizadas, com piores condições materiais (por vezes, a mulher constitui família em função de garantir sua subsistência), entre outras formas de violências físicas, emocionais e sexuais que acompanham toda sua vida.

É na síntese desse contexto histórico e social que as dekasseguis chegaram ao Japão. A condição de vida da população imigrante provém desses determinantes históricos que as arrastam aos modos de ser e viver que demonstramos nessa tese.

Não obstante, mesmo que as categorias de classe social, gênero e raça convivam harmoniosamente com as relações sociais de produção capitalista, nesta tese, tentamos expor que algumas particularidades resistem à dominação completa dos seus determinantes constitutivos. Felizmente, a opressiva exploração desse modo de produção não é absoluta e a história concreta também é sua validação. As resistências políticas

expressadas no último capítulo demonstram que há reação às mazelas da dominação-exploração. Mais do que isso, a articulação das lutas políticas entre imigrantes e japonesas foi a manifestação paradigmática de que a resistência também é (ou precisa ser) realizada na articulação entre classe social, gênero e raça/etnia. Compreendendo a primazia da práxis política, essas demonstrações de lutas articuladas vêm demonstrando sua assertividade na interpretação do real.

Esta tese também pretendeu construir uma abordagem analítica em que fosse possível vincular a fértil e incipiente *Teoria da Reprodução Social* com a questão étnico-racial. Tomando o fenômeno de kassegui como objeto de análise e sendo ele uma realidade concreta, seria impossível a autonomização da questão racial e étnica com as demais categorias. Entendíamos que a TRS parecia explicar muito bem a gênese, a função social e a lógica de ser da opressão de gênero. Porém, a nosso ver, todavia carece de estudos que vinculem com a questão racial, concedendo a mesma importância analítica e explicação interna à lógica do capital.

Por fim, tentamos, na medida de nosso alcance, evidenciar as particularidades do trabalho da de kassegui para que, se for bem sucedida, esta tese e estudo de caso auxiliem na compreensão de questões mais universais do momento histórico em que vivemos.

## EPÍLOGO

Para além de analisar um objeto de estudo relevante, com o intuito de contribuir para a sociologia em geral, a sociologia do trabalho, das migrações e os estudos de gênero e raça, a presente tese tem também uma outra origem.

Toda a complexidade apresentada nela diz respeito a minha própria trajetória de vida. Sou inteiramente fruto e partícipe desse universo que apresentei. Nasci no Brasil, cursei até o 2º ano do primário e emigrei ao Japão na década de 1990. Alguns estudos que já pude ler, diziam sobre a falta de autonomia que filhas de imigrantes tinham por ter de se deslocar de um país por decisão unilateral de seus pais. É verdade que nesse processo, muitas crianças sofrem por se sentirem deslocadas no novo contexto, por vezes sofrem bullying e discriminações raciais que marcam toda sua vida. No meu caso, não foi diferente, no sentido em haver uma predominância da escolha migratória de meus pais. Porém, me considero afortunada por essa decisão. Felizmente, por uma série de fatores, tive uma infância e adolescência que considero privilegiada, sem ter recordações de discriminações e que me proporcionou uma época muito feliz.

Emigramos não somente com nossa família menor, mas meus tios, tias, primos e primas também. Meu pai trabalhou todos os anos em fábricas automobilísticas, com jornadas de trabalho e condições semelhantes às apresentadas nesta tese. Minha mãe trabalhou alguns anos em fábrica, porém, por ter artrite reumatoide desde os 18 anos de idade, a extensa e pesada jornada a impediram de continuar, tornando-se assim cuidadora de filhas e filhos de *dekassegui* como forma de complementar a renda. Os anos em que minha mãe trabalhou na fábrica agravou muito sua doença, que progrediu para a inflamação em suas articulações.

Hoje, já no Brasil, ela tem suas mãos e pés com formas deformadas, quando comparadas aos membros considerados normais; as articulações perderam o movimento e ela tem limitação de locomoção. Curioso que, mesmo com essa condição, e apesar de que a considere uma pessoa bastante crítica à exploração capitalista, nossas trajetórias não são avaliadas ou calculadas de forma unilateral. Os anos lá vividos são considerados por ela uma experiência rica em que, malgrado as condições de trabalho, a experiência de

viver em um país que remete às origens de seus pais, à rica e diversa cultura japonesa, à receptividade por parte da população, às amizades lá construídas, à segurança, ao excelente acesso aos serviços públicos e ao transporte entram como bagagens positivas. Hoje, ela afirma que não voltaria ao país, mas alega que não se arrepende de nada da migração, uma vez que foi uma rica experiência de vida.

No meu caso, por ter emigrado ainda muito criança, tive a sorte de poder aprender o idioma japonês com facilidade. Na época, diferentemente do nicho de brasileiros que apresentei na tese, por ter sido o início desse fluxo, residia em um local com pouquíssimos brasileiros. Na escola primária em que estudei, só havia eu e um primo de estrangeiros. Por sorte, a escola pública foi muito receptiva e nos proporcionou todo um atendimento especial para que pudéssemos aprender o idioma. Ademais, por sermos muito pequenos, a aprendizagem de outro idioma foi muito rápida, diferentemente de filhos de imigrantes que chegam ao país na adolescência.

Já no ensino fundamental e médio, acabei traçando um caminho diferente das demais filhas de *dekasseguis*. Por incentivo de meus pais, ingressei em uma escola privada, com ênfase em um ensino de cunho muito mais libertário que as tradicionais e conservadoras escolas japonesas, em um ambiente mais internacionalizado que se assemelha às escolas americanas. É interessante observar que, mesmo tendo um pai operário, seu rendimento proporcionava a manutenção dos meus estudos, situação que seria impossível no Brasil. Por esta escola se situar na cidade de Toyota, a maioria das minhas amigas eram filhas de engenheiros da *Toyota Motors* que haviam passado parte de sua infância nos Estados Unidos (por seus pais terem sido transferidos, especialmente à região de Kentucky onde há a *Toyota Motors*). Por não conseguirem se adaptar aos moldes conservadores da tradicional escola japonesa, elas ingressaram na mesma instituição de ensino que frequentei por seis anos.

Todo este meu percurso, acabou por me fazer adaptar à cultura japonesa de forma intensa e imersa. Todo o período dos 10 anos em que lá habitei, só me comunicava em japonês e quase a totalidade de minhas amigas e relações eram com japonesas. Frequentava lugares que qualquer adolescente japonesa frequentava, apesar de meu fenótipo sempre ter sido reconhecido como estrangeira. Talvez por essas razões, eu não tenha recordação de discriminação. Mas isso pode ser minha memória seletiva também, como talvez tenha ocorrido com as pessoas que entrevistei.

Eu sempre residi no conjunto habitacional Homidanchi. Meus pais e minha família inteira lá habitavam e todos eram e continuam sendo operários. As condições materiais de minha família eram muito distintas da elite japonesa que frequentava o mesmo colégio que eu estudei. Por questões que fogem de determinações simples, apesar da diferença de classe, lá construí fortes amizades que perduram até hoje. Não obstante, esse amálgama entre ter sido imigrante brasileira, porém, ter me inserido de maneira muito “bem sucedida” no Japão é uma contradição interna que permanece conflituosa e não bem resolvida em meu aparelho psíquico até hoje.

No ano de 2016, retornei ao Japão para pesquisa de campo em que esta tese se baseia. Apesar de estar vinculada a uma Universidade em Tóquio e lá residir no período de sanduíche, fiz inúmeras visitas, quase mensalmente à Toyota e ao Homidanchi. Algumas paisagens locais mudaram, a cidade cresceu, mas seu núcleo duro continuou o mesmo: um polo industrial com muitos imigrantes trabalhando em fábricas.

Praticamente toda minha família (quase 20 pessoas) ainda reside no Japão. Deles, todos trabalham no mesmo setor da indústria e habitam no Homidanchi. Foram 15 anos de intervalo entre meu retorno ao Brasil e minha volta no ano de 2016.

Por outro lado, na ocasião de meu período de sanduíche, reencontrei todas as minhas amigas da infância e adolescência. Quase todas saíram da província de Aichi, todas cursaram o Ensino Universitário, algumas, inclusive, no exterior. Mesmo tendo diploma universitário, algumas delas abandonaram suas carreiras e hoje se tornaram donas de casa. Algumas já têm filhos e dedicam seu tempo integral ao trabalho reprodutivo. Conforme mencionamos nesta tese, este tipo de trajetória é bastante comum na classe média japonesa, onde o salário familiar do cônjuge sustenta a casa, ao passo que as mulheres ficam confinadas ao espaço do lar e no trabalho doméstico, mesmo as que tinham carreiras consolidadas.

Outras amigas que não se casaram vivem em grandes centros como Tóquio. Ali, as amigas que optaram pela carreira profissional conseguiram galgar – ainda de forma muito tímida – a ascensão profissional no mundo corporativo. Pelo patriarcado japonês, essas mulheres com alto nível profissional têm menores chances de encontrarem parceiros para se relacionar. Nessa minha estadia, pude constatar esta realidade em meu microcosmo particular.

Nesse meu retorno ao Japão, uma das questões que mais me chamou a atenção foi a diferença entre a situação de minha família e a realidade de meu grupo de amigas. Minha família, imigrante (que supõe fluxo, mobilidade), permanece até hoje nos mesmos postos de trabalho, na mesma moradia e com condições materiais de vida bastante semelhantes. Vale a ressalva de que esta situação, em nada resultou em depoimentos de que eles estivessem insatisfeitos ou infelizes pela trajetória migratória. Como já observei no caso de minha mãe, a qualidade de vida e os sentidos positivos ou negativos que atribuímos a ela excedem essas condições.

Por outro lado, o grupo de minhas amigas, neste intervalo de 15 anos, teve uma trajetória radicalmente distinta da minha família. A noção da mobilidade (que afinal de contas, seria também certa liberdade), para elas esteve muito presente. Elas saíram de seus locais de origem, cursaram universidades em diversos cantos, tiveram profissões em diversas províncias japonesas, algumas trabalham no exterior, fizeram viagens internacionais e vivem o mesmo Japão de forma radicalmente diferente.

Apesar da felicidade em reencontrar tantas pessoas queridas que são partes de mim, essas duas situações me incomodou. O que separa minha família de minhas amigas, afinal de contas, é tão somente as diferenças de classe e etnia. Diferenças que definem o rumo e a trajetória de vida de maneira tão injusta, que, também tenho ciência, não se restringem ao universo observado, mas moldam a vida de todas as pessoas que vivem em um mundo em que a exploração e a opressão ainda imperam.

Por fim, reproduzo a conversa que tive com um dos entrevistados. No primeiro capítulo da tese, descrevi um episódio do ano de 1999, em que ocorreu um conflito entre a extrema-direita nacionalista e os imigrantes no Homidanchi. Na ocasião, eu estava presente e cursava o ensino médio. Me lembro perfeitamente deste ocorrido em que o grupo nacionalista percorreu de ônibus (consta a imagem deste tipo de automóvel na tese) o conjunto habitacional com frases anti-imigrantes e discursos de ódio propagados por um megafone. Sobre o episódio, comenta o nosso interlocutor:

*É. Se você for contar essas histórias desses caras do Homi [Danchi], dessa época aí, não acaba mais não.*

*Hoje tem racismo, mas não é tão como antigamente. No Homi tinha pessoal que era muito unido. Começou a se unir e tipo assim, japonês falava alguma coisa, todo*

*mundo ia lá e descia o coro nesse japonês. Tinha um, aqui tem um pessoal japonês que eles ficam fazendo palestra contra estrangeiro no Japão. Foram no Homi. Então. Eles foram com ônibus lá. Numa época tacaram fogo nesse ônibus aí. Essas pessoas todas eu conheço. O que tacou fogo no ônibus ele morreu esses dias, ele pulou do prédio.*

Esta fala é carregada, porém, ilustrativa do registro do episódio emblemático que ficou na memória da população de kassegui. Saber o destino que tomou a pessoa envolvida nesse ocorrido, depois de 20 anos, traz alguns significados da complexidade que é a migração.

## REFERÊNCIAS

- AMAMIYA, Karin. *Precariato. Digital Hiyatoi Sedai no Fuan no Ikikata (プレカリアート。デジタル日雇い世代の不安の生き方。)*. Tokyo, Yosensha. 2007.
- ANDERSON, Perry. *A Crise da Crise do Marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ANTUNES, Ricardo. Fenomenologia da crise brasileira, *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.35, p.09-26, jul./dez. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo. Boitempo Editorial, Edição revista e ampliada, 2009.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, LTC Edição, 1981.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo, *Outubro Revista*, n. 23, 2015.
- \_\_\_\_\_. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, p. 39-60, 2017
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Realização SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia; Instituto Patrícia Galvão, Recife – *SOS Corpo* – 2014.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BASSO, Pietro. Imigração na Europa. Características e perspectivas. In: ANTUNES, Ricardo (org.) *Riqueza a miséria do trabalho no Brasil II*. Boitempo Editorial, 2013.
- BELTRÃO, K. I., SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: dekasseguis brasileiros no Japão. *Revista brasileira de Estudos de População*, São Paulo, n.1, v. 23, 2006.
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: Padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BERMAN, Ruth. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, Susan R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- BHATTACHARYA, Tithi, *Social Reproduction Theory Remapping Class, Recentering Oppression*. London, Pluto Press, 2017.

- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- BRENNER, Johanna. Intersections, Locations, and Capitalist Class Relations: Intersectionality from a Marxist Perspective. In.: BRENNER, J (ed.). *Women and the Politics of Class*. New York: Monthly Review Press, 2000.
- CARNEIRO LEÃO, V. *A Crise Da Imigração Japonesa No Brasil: contornos diplomáticos*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília, 1990.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo. Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. A mundialização do Exército Industrial de Reserva. *O Comuneiro*, Revista Eletrônica n. 3, set. 2006. Disponível em: <[http://www.ocomuneiro.com/nr03\\_01\\_francois.htm](http://www.ocomuneiro.com/nr03_01_francois.htm)>.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 1991.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016
- CORNELIUS, Wayne A. Japan: the illusion of immigration control. In: CORNELIUS, Wayne; MARTINS, Phillip L. & HOLLIFIELD, James F. (eds.). *Controlling immigration. A global perspective*. Standford, Califórnia: Standford University Press, 1995.
- CRENSHAW, Kimberlé. Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics, *The University of Chicago Legal Forum* 140:139-167, 1989.
- \_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 2002.
- \_\_\_\_\_. "Beyond entrenchment: race, gender and the new frontiers of (un)equal protection". In: Tsujimura, M. (org.). *International perspectives on gender equality & social diversity*. Sendai, Tohoku University Press, 2010.
- DALLA COSTA, M., JAMES, S. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1972.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>
- \_\_\_\_\_. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo. Cortez, 2001.

- DELPHY, Christine. *L'Ennemi principal. 1. Économie politique du patriarcat*. Paris: Éditions Syllepse, [1970] 2009.
- DORLIN, Elsa. L'Atlantique féministe. L'intersectionnalité en débat, *Papeles del CEIC* n° 83, 2012.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FALQUET, J., HIRATA, H., KERGOAT, D., LABARI, B., LE FEUVRE, N., SOW, F. (Dir.). *Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris, Presses de Sciences-po, Coll. Fait politique, 2010.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Wages Against Housework*. Collective and Falling Wall Press, 1975.
- FERGUSON, S, MCNALLY, D. "Introduction". In: Vogel, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Towards a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket, 2013.
- \_\_\_\_\_. Precarious migrants: Gender, race and the social reproduction of a global working class. *Socialist Register* 51: 1–23, 2014.
- FERGUSON, Susan. Intersectionality and Social-Reproduction Feminisms Toward an Integrative Ontology, In: *Historical Materialism*, Volume 24, Issue 2, pgs 38 – 60, 2016.
- FERREIRA, Ricardo. *Migrações internacionais: Brasil ou Japão. O movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- FISHER, Eliza. From Outcasts to Overlords: The Legitimation of the Yakuza in Japanese Society. *The Undergraduate Journal of Social Studies*, v. 3, n. 2, 2012.
- FRASER, Nancy. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. *Interseções*, ano 4, n.1, jan/jun, pp. 7-32, 2002a.
- \_\_\_\_\_. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, out., pp.7-20, 2002b.
- FRUIN, Mark, The family as a firm and the firm as a family in Japan: the case of Kikkoman Shoyu Co. Ltd., *Journal of Family History* 5(4):432–49, 1980.

- FURUSAWA, M. Nihon kigyō no Burajiru tenkai ni okeru nikkeijin no daisan bunkatai toshite no kanousei (日本企業のブラジル事業展開における日系人の第三文化体としての可能性), *Oosaka shougyou Daigaku tonshuu*, n. 7(3), 2012.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilité du travail e accumulation du capital*. Paris. François Maspéro, 1976.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo. Boitempo Editorial, 1999.
- HARDING, Sandra. *Whose science, whose knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca, NY, Cornell University Press, 1991.
- HARTMANN, Heidi. *El infeliz matrimonio entre el marxismo y el feminismo: hacia una unión mas progresiva*. Lima, Peru: Centro la Mujer Peruana Flora Tristán. 1982.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo. Edições Loyola 2012.
- HASHIMOTO, Yuki. Nihon ni Okeru Burajirujin Roudousha no Chingin to Koyou no Anten ni Kansuru Kousatsu: Porutogarugo Kyuujin Data ni yoru Bunseki. (日本におけるブラジル人労働者の賃金と雇用の安定に関する考察—ポルトガル語求人データによる分析) Toukyo. *Nihon Roudou Kenkyuu Zasshi*, n. 584, 2009.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo. Paz e Terra, 2011.
- HIGUCHI, N. Kajita, Tanno (org) *Invisible residentes - Kao no mienai teijyuka – nikkey burajirujin to kokka, shijyou, imin network* (顔の見えない定住化—日系ブラジル人と国家・市場・移民ネットワーク), University of Nagoya, 2005.
- HIGUCHI, Naoto. Genderka sareta henyuu youshiki. Zainichi gaikokujin no bunseki wo meguru wakugumi (ジェンダー化された編入様式 在日外国人の分岐をめぐり分析枠組み) Gendered Modes of Incorporation: Analyzing Bifurcation of Migrants in Japan, *Kanto shakai gakkai*, 2017.
- \_\_\_\_\_. Hinkonsoue tenraku suru zainichi nanbeijin 貧困層へ転落する在日南米人 In: IJYUUREN (org). *Nihon de kurasu iijyusha to hinkon. Migrants poverty in Japan* (日本で暮らす移住者と貧困), *Ijuuroudousha to rentai suru zenkoku network*, 2011.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 11, n. 1, nov. 2009.
- HIRATA, Helena. (Org.). *Sobre o Modelo Japonês*. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo. Edusp, 1993.

- \_\_\_\_\_. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence (orgs.). *The invention of tradition*. Cambridge, Cambridge University Press. 1983.
- hooks, bell, BRAH, Avtar, Chela Sandoval, Gloria Anzaldúa, *Otras inapropiables Feminismos desde las fronteras*, Traficantes de Sueños, Madrid, 2014.
- HOSOKAWA, Kiyoshi. Toyota shock no gaikokujin roudousha no koyou e no eikyō. In: SHIOMI, Haruhito e UMEHARA, Koujirou (orgs.). *Toyota shock to Aichi Keizai*, Totota Densetsu to Genjitsu (トヨタショックと愛知経済、トヨタ伝説と現実). Kyoto, Koyo Shobo Publisher, 2011.
- HUWS, Ursula. Bridges and barriers: globalisation and the mobility of work and workers. *Work Organisation, Labour and Globalisation*, v. 6, n. 2, 2012.
- IDA, Kumiko. Jyoseigaku, Jypseimondai ni okeru honkon kaikyū mondai Feminism Undo to hinkon undou—Feminism roudou wo megutte (女性学・女性問題における 貧困・階層問題. フェミニズム運動と反貧困運動 —フェミニズムと労働をめぐる), *Oohara shakai mondai kenkuu zasshi*, n° 680/2015.6
- INABA, Nanako, TAKAYA, Sachi. Zainichi Filipin jyosei (在日フィリピン女性 ni totte no hinkon とっての貧困) In: IJYUUREN (org). *Nihon de kurasu ijjyūsha to hinkon. Migrants poverty in Japan* (日本で暮らす移住者と貧困), Ijuuroudousha to rentai suru zenkoku network, 2011.
- INO, Kenji, *日本の右翼 (Japan's Right Wing)*, Tokyo: Chikuma Bunko, 2007.
- ITO, Ruri. Japa Yukisan gensho sanko 80 nendai Nihon e Asia jyosei rynyū In: IYO; KAJITA: *Gaikokujin Roudousha ron genjyo kara Riron e* (外国人労働者論——現状から理論へ) Koubundou, 1992.
- KAJITA; TANNO; HIGUCHI (orgs). Kao no mienai teijuka = Invisible residents: Nikkei Burajirujin to kokka shijo imin nettowaku = Japanese Brazilians vis-a-vis the state, the market and the immigrant network (顔の見えない定住化, --- 日系ブラジル人と国家・市場・移民ネットワーク), *Nagoya Daigaku Shuppankai*, 2005.
- KAMATA, Satoshi. *Outro lado do Modelo Japonês: Entrevista de Satoshi Kamata a Helena Hirata*, Novos Estudos CEBRAP, n° 29, mar. 1991.
- \_\_\_\_\_. *Jidousha Zetsubou-koujyou* (自動車絶望工場 Japan in the passing lane: an insider's account of life in a Japanese auto factory). Tokyo. Koudansha Bunko, 2011.
- KAWAKUBO, M. Zainichi nikkei burajiru-jin roudoushatachi no seikatsu (在日ブラジル人 労働者達の生活), *Shakai Gakubu Kiyō* n. 102, Kansei Gakuin University, 2007.

- KAWAMURA, Lili. *Para onde vão os brasileiros?* Campinas. Editora Unicamp, 2003.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, Mar. 2010.
- \_\_\_\_\_. Ouvriers=ouvrières. In: *Se battre, disent-elles*, Paris, La Dispute, 2012.
- KIKUCHI, Wataru. *Relações hierárquicas do Japão contemporâneo: um estudo da consciência de hierarquia na sociedade japonesa* (Tese de Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- KONDO, Atsushi. “The development of immigration policy in Japan”. *Asian and Pacific Migration Journal*, Vol. 11, No. 4, 2002.
- KONDO, Toshio. *Nikkei Burajirujin no Shuurou to Seikatsu* (日系ブラジル人の就労と生活), Bukkyou Daigaku, Shakai Gakubu Ronshuu, n.10 pg.1-18, 2004.  
Disponível em: <http://www.bukkyo-u.ac.jp/pdfs/ronsyu/SYAKAI40/S040L001.pdf>
- KUMAMOTO, R. Mainoritijyosei ni taisuru fukugou sabetsu wo meguro ronten seiri (マインリティー女性に対する複合差別をめぐる論点整理), *Jinkenmondai kenkyuu shiryuu*, n.17, 2003.
- LIMA, Eurenice. TOYOTA, a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: *Riqueza e Miséria do Trabalho*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2006.
- LINHART, Danièle. *A desmedida do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- LITVIN, A. *A adaptação social e econômica dos imigrantes brasileiros no Japão*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2007.
- MAEDA, Shunji. The Process of Outflow of Rural Population in Japan, viewed with reference to Zelinsky's Mobility Transition Theory (わが国農村人口流出過程について) Hiroshima Daigaku Gakkou kyoubu-gakubu kiyuu, nº 2, 9. p. 35-48, 1986.
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *Educação, trabalho e migrações internacionais: O caso dos dekasseguis paulistas*. Dissertação (Mestrado em Educação). FE-Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.
- MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. In: *MARX, K. e F. Engels. Obras Escolhidas* - Volume II. São Paulo. Alfa-Omega, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1857-1858].
- \_\_\_\_\_. *O Capital*, volume I. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*, São Paulo; Abril Cultural, 1985.

- MATHIEU, N-C. Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe. *Épistémologie sociologique*, n° 11, 1971.
- MCNALLY, David. Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory, In: BHATTACHARYA, Tithi. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London, Pluto Press, 2017.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.
- MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho: a busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. *Rev. Direito e Práxis*, 2016.
- MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Gênero.*, v. 7., n. 1.UFF, 2006.
- MIYAGI, Yuusuke. Nihon ni okeru haigai shugi undou to sono chuugoku, kankoku, kitachosenkan - 日本における排外主義運動とその中国・韓国・北朝鮮観 —新旧保守メディアの比較から」 *Asia kenkyuu*, n. 6, 2. 2015.
- MIYAKE, Yoshiko. Nihon no shakai to gender- Jyokou aisetsu wo megutte. In: Takenaka e Kuba. *Nihon shakai to gender*, (社会とジェンダー), Akashi shoten, Tokyo, 2001.
- MIZUKI, Shoudou *Kougakureki Working Poor* (高学歴 ワーキングプア Higher-educated working poor). Tokyo: Kobunsha, 2007.
- MIZUSHIMA, Hiroaki. *Net Café Nanmin to Hinkon Nippon* (ネットカフェ難民と貧困ニッポン). Tokyo. Nihon Terebi Housoumou Kabushiki-gaisha, 2007.
- MORI, Hiromasa. Nihon ni okeru Gaikokujin Roudoumondai no kenkyuu dokou (日本における外国人労働者問題の研究動向), *Oohara Shakai Mondai Kenkeuu Zasshi*, n. 528, 2002.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. Invisible Immigrants: Undocumented Migration and Border Controls in Early Postwar Japan. *The Journal of Japanese Studies*, Volume 32, Number 1, Winter, 2006, pp. 119-153.
- \_\_\_\_\_. *The Technological Transformation of Japan: from the seventeenth to the twenty-first century*. Cambridge. Cambridge University Press, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude Usos e Sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- NABUCO, Joaquim. *Discursos Parlamentares*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 2003.
- NARAYAN, Uma. O Projeto de epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

- NIBE, N; OKAMURA, T; YAMAGUCHI, H. *Toyota to Toyota, sangyo global ka senshinkoku chiiki no Genzai*. (豊田とトヨタ: 産業グローバル化先進地域の現在) Tokyo, Toshindo, 2014.
- NIBE, Nobuhiko. *Gaikokujin Shuujyichiku no community keisei to Kokusaika-Homidanchi no genzai-* (外国人集住地区のコミュニティ形成と国際化—保見団地の現在—). University of Nagoya, 2016.
- NINOMIYA, Masato. O tradicional e o moderno na educacao dos filhos de imigrantes japoneses. In: C. Sakurai e M. P. Coelho (orgs.). *Resistência e integração: 100 anos da imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.2008
- OCADA, Fábio. *A tecelagem da vida com fios partidos: As motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações*. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP/Campus de Araraquara, 2006.
- OCHIAI, Emiko. *21-seiki kazoku e [Towards 21st century family] 21世紀家族へ: 家族の戦後体制の見かた・超えかた* Tokyo, Yuhikaku. 1994.
- ODA, Ernani. Interpretações da "cultura japonesa" e seus reflexos no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Vol. 26, n. 75, 2011, p. 103-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/06.pdf>.
- \_\_\_\_\_. Ethnic migration and memory: disputes over the ethnic origins of Japanese Brazilians in Japan, *Ethnic and Racial Studies*, 33: 3, 515 — 532, 03 September 2009.
- OHNO, Taiichi. *O Sistema Toyota de Produção. Além da produção em larga escala*. Porto Alegre. Bookman, 1997.
- OLIVEIRA, Adriana Capuano de. *Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade em um contexto migratório*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). IFCH-Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OMAGARI, Y.; TAKAYA, S.; KAJI, I.; INABA, N.; HIGUCHI, N. *Marriage, Work, and Housing of Foreign Women in Japan Viewed from the 2010 Census* (在日外国人の仕事——2000年国勢調査データの分析から) Ibarakidaigaku Chiiki Sougou Kenkyuusho nenpou, nº 44、2011.
- ORTIZ, Renato. *O próximo distante. Japão e modernidade-Mundo*. São Paulo. Editora Brasiliense, 2000.
- OSAWA, Machiko Japan's Changing Economy and Women Workers, *Japanese Economy*, 32:4, 2005

- PATARRA, N; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, p. 83-102, 2006.
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo Perspectivas*, São Paulo, v. 19, n. 3, Sept. 2005. [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300002&script=sci_arttext).
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade: Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo. Editora UNESP, 2011.
- PRAUN, Luci. *Reestruturação Produtiva, Saúde e Degradação do Trabalho*. Campinas, Editora: Papel Social. 2016.
- ROBERSON, James. *Japanese Working Classe Lives*. An Ethnographic Study of Factory. Taylor & Francis e-Library, 2003.
- RONCATO, S. Mariana. *Dekassegui, cyber-refugiado e working poor: o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2013.
- RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the political Economy of Sex. In: REITER, Rayana R. (org). *Toward Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo, Expressão Popular, 2014.
- \_\_\_\_\_. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos e Ensaio-Ciências Sociais*. Brasil: Flacso, 2009.
- \_\_\_\_\_. Violência de Gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*. nº 2. PUC/SP, 1997.
- SAKURAI, Célia. *Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil*. (Tese de Doutorado) Unicamp, Campinas, 2000.
- SANTOS, Yumi. *Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: Um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão*. Dissertação de doutoramento em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2008
- SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão. *Estudos Avançados*. USP, São Paulo. v. 20, n. 57, p. 99-117, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão*. Campinas. UNICAMP. Núcleo de Estudos de População, 2000.
- SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre. Editora ARTMED. 2007.

- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SEGNINI, Liliana. Trabalho, imigração e relações de gênero no contexto da mundialização: músicos do leste europeu no Brasil. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, vol. 37. n. 37, 2018
- SEYFERTH, Giralda. A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional, *Mana*, vol. 3, nº 1, pp. 95-31, 1997.
- SHISHITO, Katiani. *A experiência temporal e a permanência dos brasileiros no Japão*. Dissertação (Mestrado em Demografia) Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- SILVA, Eduarda Laryssa Vasconcelos. Racismo institucional e suas repercussões ao acesso à saúde no Brasil. *Congresso Internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos*. Londrina; 2017
- SILVER, Beverly J. *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2005.
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Traduzido por Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SUGITA, Kurumi. Trajetórias sexuadas e experiências de desemprego no Japão. Guimarães, Nadya Araújo; Hirata, Helena & Sugita, Kurumi (orgs.). *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo: Edusp, 2009.
- TAJIMA H., YAMAWAKI C. Dekasegi Genshou no 20 nen wo Furikaeru. Sono Tokuchyou to Kenkyuu Doukou. *Latin America, Caribe Kenkyuu* (デカセギ現象の20年をふりかえる –その特徴と研究動向–), n.10, 2003.
- TAKEUCHI, Marcia 2008. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. *Revista USP* 79, 2008.
- TANIGUTI, Gustavo T. Empreendedorismo e consumo de imigrantes brasileiros no Japão. *Teoria & Pesquisa*, v. 18, p. 199-219, 2009.
- TANNO, K. Globalization ka no Sangyou Saihen to Chiikiroudou Ichiba: Jidousha Sangyou ni Miru Shuuhenu Roudoukan Kyousou (グローバル化下の産業再編と地域労働市場, 自動車産業にみる周辺部労働間競争) *Oohara Shakai Mondai Kenkeuu Zasshi*, n. 528, 2002.
- THIOLLENT, J. M. Michel, *Crítica metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

- TSUDA, Takeyuki. *The Benefits of Being Minority: The Ethnic Status of the Japanese-Brazilians in Brazil*, University of California, San Diego, Working paper, n° 21, 2000.
- UEMURA, N. MARTIEZ, M. HATASHITA, H. Zainichi burajirujin ninsanpu no nichijyouseikatsu to hoken iryou needs (在日ブラジル人妊産婦の日常生活と保健医療ニーズ: 妊婦健診・家庭訪問でのフィールドワークより, *Nihon Koshu Eisei Zasshi* (JAPANESE JOURNAL OF PUBLIC HEALTH) 59 (10), 762-770, 2012.
- UENO, Tizuko. *Fukugou Fukugousabetsu-ron*. (複合差別論). Iwanami kouza, gendai shakaigaku, 15, Sabetsu to kyousei no shakaigaku, 1996.
- VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo, *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- VILLEN, Patrícia. *Imigração na modernização dependente: "braços civilizatórios" e atual configuração polarizada*, Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 2015.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.
- WATANABE, H. *Kansetsu Koyou no Zouka to Nikkeijin roudou-sha* (間接雇用の増加と日系人労働者). *Nihon Roudou Kenkyuu Zasshi*, n.531, 2004.
- WIEVIORKA, Michel. *O racismo: uma introdução*. São Paulo: Perspectiva. 2007.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo e a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- WOORTMANN, E. F. Japoneses no Brasil/brasileiros no Japão: tradição e modernidade. *Ver. antropologia*, n.º 38(2), 1995.
- YAMADA, Moritarō. *Nihon shihon-shugi bunseki* (日本資本主義分析), Tokyo: Iwanami bunko, [1934] 1992.
- YAMAMOTO, Ryoko. Migrant-support NGOs and the Challenge to the Discourse on Foreign Criminality in Japan, *The Asia-Pacific Journal*, Volume 5 | Issue 9, 2007.
- YAMAMOTO, Shigemi. *Aa Nomugi-toge* (あゝ野麦峠), Tokyo: Asahi shinbunsha, 1986.
- YASUDA, Kouichi. *Rupo, Sabetsu to hinkon no gaikokujin roudousha* (ルポ, 差別と貧困の外国人労働者). Tokyo: Koubunsha shinsho, 2010.

YOUNG, Iris. Marxismo y feminismo, más allá del "matrimonio infeliz" (una crítica al sistema dual). In: *Cielo por asalto*, Año II, N°4, Ot/Inv. 1992.

\_\_\_\_\_. Categorías desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, 2009.

## ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

I) Informações Gerais: (idade, sexo, estado civil, filhos, escolaridade)

II) Questões referentes à migração

- 1) Quando emigrou? *Mês e ano*
- 2) Quando retornou?
- 3) *Issei/nissei/sansei* ou casado com *nikkei*?
- 4) Que tipo de trabalho realizava antes de emigrar?
- 5) Com quem emigrou? *Sozinho/Com familiares/Com cônjuge/ Com amigos/Outros*
- 6) Lugar de residência no Japão:
- 7) Tipo de visto:
- 8) Qual o seu conhecimento da língua japonesa?  
*Nenhum*  
*Fala: Pouco/Médio/Bem*  
*Compreende: Pouco/Médio/Bem*  
*Escreve: Pouco/Médio/Bem*
- 9) Qual foi a primeira vez que emigrou para o Japão e no total quantas vezes foram?
- 10) O quê motivou sua emigração para o Japão?

III) Trabalho

- 11) Qual foi o último lugar onde você trabalhou e por quanto tempo permaneceu?
- 12) Que tipo de trabalho você realizava? Você saberia dizer como eram as condições de trabalho dos japoneses?
- 13) Era uma empresa de porte pequeno/médio/grande?
- 14) Descreva o seu trabalho:
- 15) Quantas horas você trabalhava por dia? Quantos dias da semana?

- 16) Você saberia dizer quantas horas os japoneses trabalhavam e quantos dias por semana?
- 17) Você fazia hora extra? *Sim/Não* Quantas horas por semana? Os japoneses faziam hora extra?
- 18) Trabalhava-se à noite? *Sim/Não* E os japoneses?
- 19) Como era seu supervisor? Existia algum supervisor brasileiro?
- 20) Tinha empreiteira como intermediária? *Sim/Não*
- 21) Existiam trabalhadores japoneses que tinham a empreiteira como intermediária?
- 22) Que tipo de contrato você tinha (*arubaito*, terceirizado (*haken*), *seishain*, etc)?
- 23) Que tipo de seguridade social você possuía? (*kenkou hoken*, *shakai hoken*, *rousai hoken*, *nenkin*, aposentadoria, etc)
- 24) Você saberia dizer como eram os contratos de trabalho dos japoneses?
- 25) Quantos brasileiros mais ou menos tinham em sua fábrica (ou no local onde você trabalhava)?
- 26) Você saberia dizer como eram as condições de trabalho dos japoneses que trabalhavam com você?
- 27) Qual era a forma de sua remuneração? *Por hora/por semana/por mês/por peça/outra*
- 28) Qual era o tipo de remuneração dos japoneses?
- 29) Você fazia remessas dinheiro para o Brasil? *Sim/Não* Para qual finalidade?
- 30) Quanto você gastava por mês para subsistência?
- 31) Você já ficou desempregado? *Sim/Não* Qual foi a razão?
- 32) Já teve algum tipo de doença decorrente do trabalho? *Sim/Não* Qual?
- 33) Você já soube de algum caso de *Karoshi* (morte por excesso de trabalho) entre os dekasseguis? Se sim, como foi?
- 34) Já recebeu algum curso de qualificação profissional no Japão? *Sim/Não* Como foi? Os japoneses que trabalhavam com você recebiam algum curso?

#### IV) Experiências discriminatórias

- 35) Você já se sentiu discriminado por ser brasileiro/brasileira? Se sim, de qual maneira?

- 36) Já ouviu algum insulto, no local de trabalho, por ser brasileiro? Se sim, de qual maneira?
- 37) Já ouviu algum insulto, fora do trabalho, por ser brasileiro? Se sim, de qual maneira?
- 38) Já se sentiu discriminado em locais públicos (estabelecimentos comerciais, órgãos públicos, locais de lazer, etc) por ser brasileiro? Se sim, de qual maneira?
- 39) Como você analisa as relações de trabalho dos japoneses inseridos no mesmo local, quando comparado com os dekasseguis?
- 40) Caso você tenha filho, ele já se queixou de algum tipo de discriminação sofrida?
- 41) Você já experienciou algum tipo de restrição ao acesso a alguns locais, por ser brasileiro?
- 42) Como você avalia as relações entre dekasseguis e japoneses?
- 43) Você acha a sociedade japonesa preconceituosa com o estrangeiro? Por quê? E quando comparado com o Brasil?
- 44) Você já leu algum tipo de matéria discriminatória direcionada aos brasileiros, nos meios de comunicação do Japão?

V) Relações sociais de sexo (\* perguntas direcionadas para as mulheres)

- 45) Você já se sentiu discriminada, no local de trabalho, por ser mulher e brasileira? Se sim, de qual maneira? Quem a discriminou? \*
- 46) Você já se sentiu discriminada, fora do local de trabalho, por ser mulher e brasileira? Se sim, de qual maneira? Quem a discriminou? \*
- 47) Como você avalia a diferença das relações de trabalho, quando comparada com os homens dekasseguis? E quando comparada com as mulheres japonesas? \*
- 48) Caso você tenha ficado grávida no Japão, como foi a experiência? Você recebia algum auxílio do Governo? Você saberia dizer se as mulheres japonesas recebiam algum tipo de auxílio, ao ficar grávida?
- 49) Existia diferenciação salarial entre mulher dekassegui/homem dekassegui? E entre trabalhadora japonesa/trabalhador japonês?
- 50) Como funciona a repartição dos afazeres domésticos em sua casa, no Japão?
- 51) Como funciona a repartição dos afazeres domésticos em sua casa, no Brasil?

- 52) Você acha a sociedade japonesa machista? Por quê? E quando comparado com o Brasil?
- 53) Você já sofreu algum tipo de assédio sexual no Japão?
- 54) Você já leu algum tipo de matéria discriminatória direcionada às mulheres, nos meios de comunicação do Japão?

#### VI) Aspectos da reprodução de suas vidas

- 55) Que tipo de moradia tinha? Você saberia dizer como eram a moradia dos japoneses que trabalhavam com você?
- 56) Que tipo de escola frequentava seus filhos? *Não frequentava/Japonesa/Brasileira*
- 57) O que você considerava como momento de lazer?
- 58) Você frequentava algum grupo religioso no Japão? *Sim/Não*  
Qual? Já frequentava este grupo no Brasil? *Sim/Não* Se não, por qual razão começou a frequentar?
- 59) Você tinha algum relacionamento com a comunidade local de japoneses? Se sim, que tipo?
- 60) O que achava dos serviços públicos do Japão (hospital, prefeitura etc) no atendimento destinado aos brasileiros? *Ruim/Razoável/Bom* Por quê?